



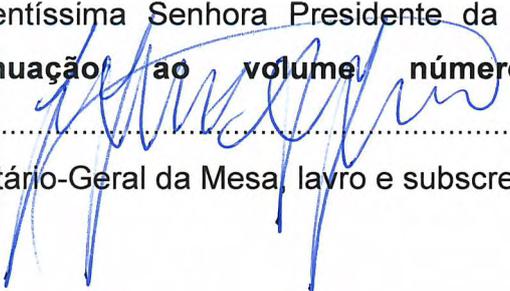
CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA



DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 30

AUTUAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 29**. E, para constar, eu,
, Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 086.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 5h

TÉRMINO: 9h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 86ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Felipe Bornier, 2º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Alexandre Baldy, Átila Lins, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.



ÀS 5 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 93 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:





O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A lista de presença registra o comparecimento de 20 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.





O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela conseqüente autorização para instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Vamos dar continuidade à discussão da matéria com a relação dos oradores indicados pelo PCdoB, por 40 minutos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de a Deputada Jandira Feghali falar, eu queria solicitar à Mesa que desse como lido o restante do meu discurso.

Não houve tempo suficiente, pois nós dividimos o tempo. Quero registrar isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - A Mesa acata como lido o discurso da Deputada Luciana Santos, do PCdoB.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero falar à nossa bancada sobre o meu orgulho em ocupar, neste momento, a tribuna representando o meu partido, o Partido Comunista do Brasil. Tenho orgulho pela confiança, pela minha história de militância de 35 anos no mesmo partido, pela importância que esse partido tem para a história do Brasil, para o povo brasileiro, na sua luta profunda e intransigente pela democracia e pela liberdade.

A Deputada Luciana Santos é nossa Presidente nacional — aliás, a primeira mulher Presidente de um partido — e já, com muita solidez e emoção, conseguiu dar abrangência a um discurso que representa todos nós.

Nós aqui apenas vamos reiterar algumas questões, alguns pontos que nos parecem pertinentes na atual conjuntura e na história do Brasil.

Em primeiro lugar, quero reiterar esse olhar que o mundo inteiro tem hoje sobre o Brasil. É um olhar que se expressa nas manifestações do povo que mora no



exterior e que luta contra o golpe. É um olhar de governantes e instituições internacionais. É um olhar da imprensa internacional, que enxerga neste momento um golpe institucional sendo construído por um conluio que envolve réus no Supremo Tribunal Federal, acusados de diversos crimes e ações penais no Brasil, que tentam afastar do Governo brasileiro a primeira mulher Presidente do Brasil, sobre a qual não pesa acusação de prática de qualquer crime, sobre a qual não pesa nenhum tipo de investigação, muito menos de denúncia de seu próprio enriquecimento ilícito ou de qualquer ato, de fato, criminoso contra as leis do Congresso, contra a Constituição, sem nenhum dolo, sem nenhuma justificativa para que se tente neste momento afastá-la.

Aliás, a história do Brasil é rica em mostrar exemplos — na década de 1950, na década de 1960, hoje — de como a corrupção é sempre a justificativa para esconder outras razões e motivos reais para se tentar fazer apagar do poder alguém legitimamente eleito. Sempre é o mar de lama o discurso feito por quem está na lama, por quem tem muito a pagar e muito a ser investigado para fazer uma alteração, violando a Constituição e a democracia brasileira, para se estruturar e para colocar a sua agenda na pauta do Brasil.

Aliás, as razões sempre são geopolíticas, guiadas por interesses de fora do Estado brasileiro, por interesses alheios ao povo brasileiro, e tentam atingir não apenas o Brasil, mas outros países da América Latina. Assim foi a rodada de golpes militares e assim é hoje a tentativa de golpes institucionais em muitos países da América Latina, dos nossos irmãos latino-americanos. Uruguai, Honduras e Paraguai são exemplos disso, bem como as tentativas na Bolívia, no Equador, na Venezuela e a tentativa permanente de impedir que Dilma governe este País.



Ora, é importante dizer que Eduardo Cunha — e reitero o que já disse — não poderia estar sentado na cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados. Réu de processos no Supremo, com provas robustas do seu comportamento, não poderia neste momento comandar e dirigir um processo de afastamento de uma Presidente honesta.

Aliás, esse conluio de Cunha e Michel Temer mostra bem a cara da traição. Como disse a Presidenta Dilma, na noite de ontem, *“levarão na testa a marca de golpistas e traidores da história da democracia brasileira”*. O povo não suporta traição, não gosta de traição, muito menos vinda de alguém que se pretende unificador deste País, com base no equilíbrio e na tranquilidade.

Um governo que se pretende ser a solução para o País será um governo que sai de um golpe, que sai da violação da Constituição? Um governo sem nenhum voto que o legitime para comandar o Brasil não governará.

Repito: Michel Temer não sairá às ruas. O povo brasileiro não aceitará um governo cujo prognóstico é de grande desequilíbrio, desestabilidade, não aceitação e incapacidade de tocar a política brasileira, de tocar as demandas fundamentais da sociedade. Basta ver a agenda que eles impõem e negociam com o PSDB, com o DEM, com o PSB e com o PPS neste momento.

Não há, no Brasil, a possibilidade de que esse Governo tenha algum respeito da sociedade brasileira, que se põe de pé nas ruas, que se põe de pé sob todas as formas de manifestação: na arte, na educação, no movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, na juventude, no movimento de aposentados, de juristas e de tantos outros que nos trazem a energia e a poesia de quem defende a liberdade, os direitos e a democracia brasileira.



Neste momento, temos certeza absoluta de que a Oposição não têm dois terços dos votos dos membros da Casa para aprovar o golpe. Temos a convicção absoluta de que aqui o preconceito se expressa na fala dos partidos, na fala de outras legendas, na fala de Deputados que vêm agredir a Esquerda, agredir a cor vermelha da luta, agredir a cor vermelha da militância brasileira, que não tem no vermelho um símbolo de violência, mas, no caso do nosso partido, a foice e o martelo como símbolos da aliança operário-camponesa.

Nós temos aqui a bandeira do Brasil, e V.Exas. não usurparão os símbolos nacionais para dar um golpe na democracia brasileira. De novo repito e reitero: crime de responsabilidade não há. Portanto, não se pode interromper o mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Uma mulher que entrou pela porta da frente, com 54 milhões de votos, não sairá pela porta dos fundos. Sairá pela porta da frente, em 2018.

Saibam V.Exas. que em 2018 nós disputaremos a eleição e o povo saberá dar a vitória novamente ao projeto popular deste País.

Contra o golpe, pela democracia e pela liberdade. É assim que se posicionam o PCdoB e o povo brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu subo à tribuna nesta madrugada do dia 16 de abril para dizer que a presença dos Srs. Parlamentares e a atividade da Câmara na madrugada são simbólicas das sombras que tomam espaço na política brasileira e simbólicas da ação do Presidente Eduardo Cunha. Na calada da noite, ele tenta impor um golpe político para retirar do poder uma Presidenta eleita democraticamente.



O Brasil inteiro acompanha as manobras que o Sr. Eduardo Cunha faz no Conselho de Ética, em que ele está sendo processado. Ele tudo faz para que não caminhe o processo que redundaria na sua cassação.

Ao mesmo tempo, para o caso da Sra. Presidenta da República, ele monta um tribunal de exceção, um rito sumário, um rito sem provas, um rito sem documentos, que serve, exclusivamente, ao objetivo de aplicar um golpe, apeando do poder uma mulher que alcançou 54 milhões de votos.

Eu começo falando sobre isso, porque o PCdoB, neste momento, na madrugada do dia 16, resiste no plenário da Câmara dos Deputados. Resistiremos até a votação final e derrotaremos a intentona golpista, porque cresce a consciência democrática no Brasil e chegam a esta Casa as vozes das ruas e do povo organizado do nosso País.

Eu fiquei muito emocionado com as várias manifestações e protestos, quando o nosso povo ocupou praças, ruas e universidades. De São Paulo, eu poderia citar a do Largo São Francisco, um reduto de tradições democráticas do nosso País. De São Paulo, eu poderia falar do levante de estudantes da PUC ou da manifestação na Rua Maria Antônia. Eu poderia falar da Frente Povo Sem Medo, que representou, inúmeras vezes, dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo direito à moradia.

Eu ainda poderia falar da Frente Brasil Popular, que agrupa sindicatos, movimentos estudantis, comunitários, populares, de combate ao racismo, pelos direitos das mulheres, pelo respeito à diversidade e à orientação sexual. A Frente Brasil Popular articulou no País inteiro um levante democrático.



Desta tribuna, eu também poderia falar de 8 mil juristas, entre eles juízes, membros do Ministério Público e advogados, que fizeram um manifesto liderado, entre outros, pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Prof. Marcello Lavenère, revelando a consciência crítica de juristas que defendem a democracia em nosso País.

Por isso, se é verdade que tempos sombrios chegam a esta Casa sob a liderança de Eduardo Cunha, é verdade também que a resistência e a consciência democrática no Brasil se fizeram perceber.

Nós nos emocionamos ao ouvir na Fundação Progresso, na Lapa, Deputada Jandira, mais de 50 mil pessoas gritando “*não vai ter golpe!*” Nós renovamos a nossa confiança ao ouvir Chico Buarque de Hollanda dizer “*de novo, não. Golpe não*”.

Portanto, se é verdade que são sombrios os tempos desta Casa liderada por um golpista, é verdade também que o Brasil mostrou o seu vigor, a sua força, a sua capacidade de luta, a sua capacidade de resistência, o que é típico da tradição do nosso País.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu participei da Comissão Especial que examinou esse caso do pedido de *impeachment*, que já começou viciado. Como bem disse o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, esse pedido de *impeachment* foi acolhido por vingança de um chantagista que, por não ter o seu objetivo alcançado, tocou fogo na Casa, procurando incendiar o nosso País e atacar a Presidenta da República. É um pedido de *impeachment* sem justa causa, sem fundamento, sem razão, sem prova, sem documento.



Na Comissão, viam-se Deputados desfilando, em maioria de forma artificial, destilando ódio nas palavras que proferiam aos microfones: *“Ela tem que sair”*. Por quê? *“Porque tem que sair.”*

E eu lembro aos Deputados que esse processo de *impeachment* começou no dia 26 de outubro de 2014, porque ele é filho daquela derrota eleitoral. Naquele dia, quando derrotado, o candidato Aécio Neves decidiu não acatar o resultado, ferindo uma tradição no Brasil.

Desde a redemocratização, temos por tradição respeitar a vontade popular. E o que se viu? Aécio Neves cair no ridículo de pedir auditoria nas eleições, auditoria nas urnas. Criticado por todos os lados, teve que recuar. Não satisfeito, o candidato derrotado foi ao TSE e pediu a cassação da chapa. Sem perspectiva, embarcou na aventura golpista. Antes, o PSDB e a Oposição, aqui nesta Casa, desrespeitando a vontade das urnas, travaram uma luta cega contra o Brasil, em uma oposição cega contra o Brasil, desconhecendo a realidade da economia internacional, desconhecendo a realidade da economia brasileira, desconhecendo a necessidade do nosso povo de manter os seus direitos e de ampliar os seus direitos.

E, aqui, nesta Casa, agiram para obstruir a retomada do crescimento econômico do nosso País.

Por isso, colegas, eu considero que esse movimento que nós vamos derrotar no próximo domingo, esse movimento golpista, é filho de uma derrota que a Oposição sofreu e contra a qual ela tenta se levantar, mas o nosso povo, nas ruas, nas mobilizações, nas suas lutas, já sinalizou que não vai permitir que esse golpe prospere.



É importante que cada brasileiro e cada brasileira saiba que, quando eu digo que não há fato jurídico que justifique o *impeachment* e que esse processo é uma farsa, é porque é uma mera manipulação de informações que instruíram um processo viciado.

Acusam a Presidenta de crime de responsabilidade quando da abertura de decretos de crédito suplementar — decretos de crédito suplementar —, que vêm a ser a disponibilização de recursos para atender às necessidades da atividade do próprio Estado, dos Poderes Judiciário e Executivo, e que está dentro da lei. A Lei Orçamentária de 2015 prevê a existência desses decretos no seu art. 4º.

Acusam a Presidenta de não cumprir a meta fiscal votada por este Congresso, e de, ao votá-la, autorizar os ajustes por ela feitos.

Ficou conhecida no Brasil a chamada pedalada fiscal. A pedalada fiscal seria o fator a justificar o impedimento da Presidenta Dilma. O que vem a ser a pedalada fiscal? Vem a ser os contratos de repasse que o Governo tem com bancos oficiais para garantir o Bolsa Família, para garantir o seguro-desemprego, para garantir o abono salarial, o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Plano Safra. Ou seja, imputam à Presidenta a responsabilidade criminal por sustentar os programas sociais do Brasil.

Antecipando qual será a prática deles, eles querem acabar com o Bolsa Família; eles querem acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida; eles querem destruir as conquistas sociais alcançadas pelo povo do nosso País. Mas o nosso povo está atento. Ele tem acompanhado a realidade política do nosso País. Crescentemente, temos ampliado a nossa consciência. Crescentemente, temos buscado caminhos para derrotar a sanha desses golpistas.



O que surgiria no Brasil se, eventualmente, esses golpistas alcançassem sucesso no dia 20? O que sairia das sombras dessa articulação sinistra, liderada por Eduardo Cunha e pelo Vice-Presidente Michel Temer? Surgiria o atraso, surgiria a negação dos direitos alcançados, porque eles representam as forças políticas que historicamente rejeitaram os direitos para o nosso povo.

Em 2003, quando o Presidente Lula tomou posse, o Brasil era o país do desemprego. Era desrespeitado em todo o mundo. Era um país onde não havia democracia, nem participação popular, onde o povo não tinha interferência real na vida dele.

As conquistas que nós alcançamos — o acesso à universidade, o acesso às escolas técnicas, os programas sociais —, os direitos que nós conquistamos incomodam muito aquela elite que secularmente rejeitou os direitos para o nosso povo.

O que vem com Eduardo Cunha no poder é a negação desses direitos. O que vem com Eduardo Cunha no poder é a negação da democracia, é o enfraquecimento da participação do nosso povo.

Mas eu tenho convicção — caminhando pelo Brasil, caminhando por São Paulo, percebendo a elevação da consciência crítica e da consciência democrática — de que esta Casa, de que o Parlamento há de ouvir os anseios do nosso povo e há de derrotar essa intentona golpista.

Aliás, nos últimos dias, eles têm feito tudo, manobrando inclusive com o Regimento, para tentar influenciar um pouco mais o Plenário, porque eles sabem que não têm votos, sabem que não terão capacidade de impor esse golpe.



E assim como historicamente nós resistimos às intencões que atacavam a soberania nacional, a democracia e os direitos do nosso povo, uma vez mais o PCdoB se soma às forças democráticas, levanta a sua voz e afirma: “Não terá golpe!”

Um abraço. (*Manifestação do plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, imprensa, galeria, funcionários da Casa, internautas, foi no 16 de abril de 1984, quando eu tinha 1 mês de idade, o grande comício pelas Diretas Já. Vejam: 32 anos depois, tentam interromper um processo democrático legítimo, e isso... (*Manifestação no plenário.*)

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. me seja garantida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Peço respeito ao orador da tribuna.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - O que nos cabe, neste momento, agrade ou des agrade, é fazer a avaliação jurídica e política do processo que tramita na Casa.

Muitos disseram — tinham que tentar falar alguma coisa: “*Mas impeachment consta na Constituição!*” E quem disse que não? Até a pena de morte está na Constituição. Mas há pena de morte em caso de guerra declarada e *impeachment* em caso de crime de responsabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, essa denúncia é tão fraca. A Oposição não soube fazer uma denúncia que preenchesse os requisitos da Lei nº 1.079 e da Constituição Federal. Não arrolaram um só crime de responsabilidade — não conseguiram prová-lo —, não há um indicativo de crime que envolva ato de corrupção da Presidenta Dilma Rousseff que o Presidente Eduardo Cunha tenha recebido. Nem Cunha



recebeu um só ato de corrupção contra a Presidente da República — o Presidente é inimigo da Sra. Presidente da República, e nem ele encontrou um fato que pudesse ser caracterizado como corrupção. Encontraram dois fatos: decreto e pedalada. E falam: “Ah, o decreto não tinha autorização legislativa.” Mentira! Estava previsto na LDO. E, ainda que fosse verdade, se o Poder Executivo exorbitasse do poder de regulamentar, qualquer Deputado Federal poderia apresentar um decreto legislativo para sustar aquele ato.

Sabem quantos Deputados apresentaram decreto legislativo para sustar o ato da Presidenta Dilma? Nenhum! Sabem por quê? Porque o ato é legal, porque o ato é constitucional, encontrava apoio em toda a jurisprudência pacífica do TCU.

Em 2015, o TCU disse: “*Parece que não pode*” — porque o TCU só pode emitir parecer. Desde esse dia, ainda que nós não concordássemos com isso, o Governo Federal nunca mais editou um decreto de tal forma.

Pedalada: desrespeito ao art. 11 da Lei nº 1.079 — artigo esse que nem sequer foi recebido pela Constituição de 1988.

Mais uma vez, eu repito: a Oposição nem sequer acertou fazer um pedido de *impeachment*, não habituada ao cumprimento regular da lei.

É isso o que nós estamos votando neste momento. Nada deve ser considerado fora disso.

Tentam julgar a Presidenta da República pelo conjunto da obra, sabendo que não há crime de responsabilidade. Para julgar pelo conjunto da obra há dia, hora e local: nas urnas. É lá que a Presidenta da República será julgada, assim como o seu projeto político.



O maior medo deles, no fundo, no fundo, é a semelhança entre esse processo de 2016 e o processo de 1992. Nos dois momentos, quem liderava qualquer pesquisa de intenção de voto era o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Essa é a grande preocupação deles.

Este projeto, que já foi julgado pelo povo quatro vezes, teve a aprovação da maioria do povo do nosso País, e isso incomoda muita gente. Aí eles dizem: “*não, o povo não sabe votar, o povo foi induzido o erro*”, desrespeitando a vontade soberana! Mas isso é distorcer a essência da democracia, e nós não o aceitaremos em nenhuma hipótese.

Não há crime de responsabilidade, e nós não podemos conceber um julgamento sem crime de responsabilidade e sem desvirtuamento da essência da Constituição.

O *impeachment* sem crime de responsabilidade é como pena de morte sem guerra declarada — e, neste caso, a pena de morte atinge a Constituição Federal. Não há caminho razoável quando se maltrata a Constituição Federal, e é isso que nós queremos repudiar de forma veemente.

Ainda que houvesse crime de responsabilidade, não há proporcionalidade para justificar o impedimento de um mandato legitimamente concedido por 54 milhões de brasileiros.

Repito: o julgamento da Presidenta Dilma se dará nas urnas, e é isso que amedronta aqueles que tentam desvirtuar esse processo.

A Câmara não vai julgar o *impeachment*. Quem vai julgá-lo é o Senado. O que a Câmara faz é conceder ou não a autorização política para que prossiga este procedimento. Eu fui estudar o esse instituto da autorização política.



Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PCdoB continua firmemente na luta. Isso aqui deve ser interpretado como uma possibilidade de veto. Ainda que houvesse crime de responsabilidade, e não há, apenas um terço dos Deputados poderia vetar o andamento deste processo.

Mas em que caso se pode vetar o andamento desse processo? Sabe em que caso esse processo deve ser vetado, deve ser paralisado? Quando houver um conluio, quando houver uma farsa, quando houver uma trama, quando houver uma garbulha. Nesses casos pode-se interromper este processo.

Sabem onde está o conluio? Está no Vice-Presidente Michel Temer e no Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que é réu no Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*) E esse conluio tem por objetivo atender a um projeto de poder pessoal. Eles querem chegar ao poder, mas não têm o respaldo popular, e estão tentando um atalho fora daquilo previsto na Constituição.

É um projeto de poder pessoal e um projeto de poder penal, e, no fundo, no fundo, eles têm em comum o fato de os dois serem investigados na Lava-Jato, diferentemente da Presidenta Dilma. Ela nunca foi investigada na Operação Lava-Jato. Não houve Juiz Sergio Moro, não houve Polícia Federal, não houve Supremo Tribunal Federal, absolutamente nada que caracterizasse uma investigação que fosse contra a Presidente da República. É isso que nós temos que diferenciar.

Este conluio entre Eduardo Cunha e Michel Temer tem que ser paralisado pela Câmara. A Câmara não pode dar autorização para que ele prossiga. As Sras. e os Srs. Deputados sabem o quanto isso atende apenas ao interesse do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha.



Sabem o que isso me lembra? Uma série: *House of Cards*. Só, que neste caso, isso me lembra dois personagens em especial: Frank Underwood e Claire. E eu não sei quem é a Claire e quem é o Frank, se é o Temer ou se é o Cunha. Eu achava que era o Cunha. Agora eu vi que Cunha é instrumento de manobra do Vice-Presidente Michel Temer, para que ele chegue ao poder sem o respaldo popular.

“Ah, ele teve voto; ele era Vice”. Eu não estou dizendo que ele não teve voto, mas que ele não tem o apoio popular, como não o tem o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Com esta tentativa de atalho nós não podemos compactuar, porque ela feriria de morte a Constituição Federal. É por isso que nós não podemos permitir o prosseguimento deste processo, deste conluio, desta trama.

Este processo difere muito — e já caminho para o fim — do processo de 92. Aquela votação, Sras. e Srs. Deputados, uniu o Brasil. Havia um movimento pela ética na política. Agora não há, no processo conduzido pelo Presidente Eduardo Cunha. Naquela votação, naquele período, não havia ódio. Havia irreverência, povo na rua. Agora, infelizmente, esta votação vai dividir o Brasil, começando pela Esplanada dos Ministérios, onde há um muro que envergonha o sentimento democrático do nosso País. (*Palmas.*)

E por isso, nós temos a convicção de que andarás muito longe o resultado da votação amanhã com normas claras. Retiramos todas as arbitrariedades que o Presidente Eduardo Cunha inventou nesse processo.

O Supremo Tribunal Federal interveio, e não tenho dúvida de que poderá ser convocado outras vezes, para afastar as ilegalidades e, desta forma, garantir o afastamento do conluio entre Cunha e Temer e seja respeitada a vontade popular.



Por isso, esse processo de *impeachment* não passará! (*Palmas.*)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nesta madrugada, quase ao amanhecer deste sábado, coube a mim encerrar esta hora destinada ao PCdoB na Câmara dos Deputados para defender a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Quero saudar a Presidenta do nosso partido, que aqui, com toda a maestria, colocou a nossa linha política.

Ao encerrar, quero falar em nome deste partido, que tem a sua digital impressa nas mais importantes lutas do nosso povo, que enfrentou o Estado Novo, que enfrentou as cassações em 1946, 1947 e que enfrentou com clareza o Golpe Militar de 1964. E aqui há remanescentes dessas batalhas, especialmente da última. Quero nominá-los: a Deputada Jô Moraes e o Deputado Chico Lopes, que trazem consigo a experiência viva da luta contra o terror, da luta contra a tortura, da luta na clandestinidade, da luta pela democracia.

É exatamente disto que estamos falando: o PCdoB sempre teve lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. E o nosso lado, que é o lado do Estado Democrático de Direito, vem calçado na concepção de que sem liberdade não há avanço social, sem liberdade não há perspectiva de emancipação dos povos.

E agora, nesses últimos 13 anos, nós tivemos o período mais largo de democracia da história desta nossa jovem República. E foi nesse período, nos dois primeiros mandatos de um operário nordestino que não falava inglês nem francês, mas falava a língua do povo brasileiro, que conseguimos grandes avanços para a



nossa gente. E foi nesse período, com a primeira mulher que sentiu sobre seus ombros a faixa presidencial, que continuamos em um largo período de avanços.

Fomos ao encontro de uma crise econômica mundial, que tem colocado a Espanha com um índice de desemprego de 57% da sua juventude, que tem assolado as economias do mundo inteiro, que tem estimulado o terror no Oriente Médio, fazendo milhares de homens, mulheres e crianças migrarem, inclusive enfrentando mares, para chegarem a solos mais seguros.

A crise não é Dilma. A crise não é nacional. Mas navegando e surfando na onda da crise, de maneira oportunista e mesquinha, forma-se um consórcio oposicionista entre os derrotados das quatro eleições e a mídia corporativa, que mente, que omite. Aliás, a *Globo* disse que é o que é não pelo que publicou, mas pelo que deixou de publicar no curso desses anos, como corroborante de golpes e escaramuças, que, sem dúvida, têm sido marcantes do seu perfil golpista.

E agora, ao lado dessas forças, forças econômicas brasileiras e forças econômicas internacionais têm-se aliado a esse processo de tentativa de derrubada e de desestabilização um governo eleito por ampla maioria do povo brasileiro.

Nós temos a clareza de que não há ilegalidade no que se costuma chamar de “pedaladas” fiscais. Na verdade, elas são um artifício econômico para composição de contas. É um atraso de pagamentos assentado e aquiescido por este Parlamento. E, efetivamente, diante dessa aquiescência do Parlamento, não há crime de responsabilidade.

Em não havendo crime de responsabilidade, esses oposicionistas, que se estruturaram desde o início do Governo Lula, passaram a perder essa adjetivação “oposicionista”, a qual passou a ter sinal de igualdade com a adjetivação “golpista”.



Esse adjetivo muito os incomoda, e eles buscam se livrar desse adjetivo a cada dia, porque, de fato, ele se incorporou ao pensamento da superestrutura e ao coração do povo brasileiro. Povo esse que tem visto que, por não haver crime de responsabilidade, não é possível haver *impeachment* e que sem crime o *impeachment* é golpe.

E quem são os artífices deste golpe? Quem é o Sr. Eduardo Cunha, que assumiu o controle desta Câmara dos Deputados através de acordos em torno de uma pauta regressiva e, quiçá, de outras artimanhas?

O Sr. Eduardo Cunha tem sido contumaz no noticiário. É um político profissional que, neste momento, por uma delação premiada, é acusado de supostamente receber 22 depósitos, no valor de 4 milhões e 680 mil dólares, da empresa Carioca Engenharia. Empresa que também informou sobre outras vultosas quantias pagas a título de propinas, referentes ao Porto Maravilhas — entre outras traquinagens do atual Presidente da Câmara.

É este o Deputado que instrui o processo contra a Presidenta Dilma Rousseff, que nem sequer tem um processo contra si. É uma mulher de matriz absolutamente idônea sobre a qual nada se tem a dizer. Ela não tem patrimônio acumulado, não tem contas na Suíça e nada deve moralmente a ninguém.

Tenho ouvido falas absurdas, inclusive de mulheres. Aqui, nesta noite que passou, ouvi dizerem que ela vacilou, que ela se apequenou. A Presidenta Dilma é uma gigante, do ponto de vista da moral e da sua coragem.

O Sr. Eduardo Cunha é réu e não tem condição de instruir esse processo de admissibilidade do impedimento de uma mulher honesta.



E o Vice-Presidente da República? Lamentavelmente, eu o desconhecí nesses últimos tempos. Até parecia uma figura lhana à frente da Câmara dos Deputados, mas associou-se ao Sr. Eduardo Cunha e abandonou a coalisão que o fez Vice-Presidente, após ter assumido a articulação política do Governo. Ali, portanto, já havia premeditado a intenção de fazer ruir as relações políticas por dentro do Governo e da coalisão que o trouxe à condição de Vice-Presidente da República. Vislumbrando a cadeira da titular, que teve votos diretos, repetiu a desídia dos conspiradores destronados tão bem retratados em histórias medievais.

O jornal *Le Monde* dessa quinta-feira, dia 14, desenhou o perfil do Vice-Presidente da República, classificando-o como um profissional da política e das intrigas parlamentares. A publicação lembra que ele não chegou a ter 3% das intenções de votos das pesquisas eleitorais, mas pode chegar a Presidente da República sem um voto. Ainda o classificam de traidor adjunto, que precocemente comemora, midiaticamente, um tento que não alcançou. Ele quer se sentar na cadeira da Presidente sem ter tido um voto.

O Brasil, senhores, foi abalado por diversos golpes. O Brasil tem tido esse movimento pendular entre democracias e ditaduras.

Nós não vamos permitir que, por um motivo torpe e banal, sem nenhum crime, sem nenhuma prova contra essa mulher honesta, sem nenhuma prova contra essa mulher digna, contra a Presidenta eleita por mais de 54 milhões de brasileiros, se impeça o término desse mandato.

Quero anunciar, neste alvorecer do sábado, que nós do PCdoB confiamos nessa vitória. Nós do PCdoB temos certeza dessa vitória, porque o povo está nas ruas. Não são seguranças contratados, não são lutadores de artes marciais a



espancar estudantes; é o povo organizado! São as pessoas que tiveram vitórias. São 30 milhões de brasileiros que estão a falar, seja nos corredores da Câmara, seja entre os trabalhadores mais simples, seja entre os intelectuais e artistas, que se perfilam na defesa da democracia.

Apelo a todos, mesmo aos que não gostam deste Governo, que permitam que o rito natural democrático se conclua e que em 2018 realizemos mais eleições democráticas neste Brasil.

O grande medo é que, de fato, com a consciência espriada da conquista de direitos e com a revelação das faces golpistas, que são deveras conhecidas do povo brasileiro — e que trazem a esta Câmara, pessoalmente ou através de herdeiros consanguíneos ou políticos, essas visões conservadoras, atrasadas e ortodoxas da política nacional —, estes não passarão. A população brasileira já sobejamente os conhece! Já os conhece do tempo em que crianças morriam de verminose, em que a fome se espriava pelo Nordeste brasileiro e pelo Vale do Jequitinhonha mineiro, em que havia abandono no Norte do Brasil.

Por isso, temos a clareza, neste alvorecer, de que não vai ter golpe! Vamos lutar pela permanência viva da democracia.

Se, por acaso, a admissão vier, não vamos tolerá-la. O PCdoB se perfilará ao lado dos verdadeiros democratas brasileiros, aqui nestes microfones e nas ruas, em nome da democracia, em nome dos direitos sociais, em nome de uma perspectiva luminosa para a juventude, para o povo brasileiro, que quer mais direitos e quer democracia, para que usufrua de tempos melhores.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL - CD -
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, vamos convidar os Deputados do Partido Social Cristão, que terão o seu tempo de pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui obrigado a ouvir que foice e martelo são símbolos de democracia. Símbolos esses que mataram mais de 100 milhões de inocentes pelo mundo.

Mas vou diretamente ao assunto aqui, Sr. Presidente, que é extremamente grave e completamente diferente do que foi tratado até agora. Eu estou com um livro aqui de Pepe Mujica, um dos integrantes do Foro de São Paulo, juntamente com as FARC, bem como com Fidel Castro, dentre tantos outros. O livro é *Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica*.

Esse livro não vai chegar ao Brasil. Já está há 8 meses no Uruguai, Mujica o botou no mercado, mas ele não vai chegar aqui. Eu recomendo que vocês leiam esse livro. Ele não é do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, não é do Cel. Lício Ribeiro Maciel, mas de um elemento integrante do Foro de São Paulo, amigo de Lula e Dilma.

Vamos lá. Do livro cito aqui duas passagens apenas. Uma reunião secreta de Mujica com as FARC em Cuba e logo depois a mesma reunião entre Mujica e as FARC, só que em Brasília, com Lula e Dilma presentes. Vamos continuar, porque o final é estarrecedor. Outro episódio do livro do Mujica foi o caso da Venezuela adentrar o MERCOSUL. O Brasil queria que a Venezuela adentrasse o MERCOSUL. Mas havia um problema: tinham que convencer o Mujica a afastar o Paraguai, que estava contra também, para a Venezuela poder entrar.



E, quando foi marcada a reunião, dias antes aconteceu um fato inusitado, o *impeachment* de Lugo, no Paraguai. Dilma não poderia viajar para o Uruguai e nem Mujica poderia viajar para o Brasil. O que ela fez, então? Mandou um avião da Força Aérea Brasileira, segundo o livro, buscar o que seria o Marco Aurélio Garcia de Mujica. E assim foi feito. O avião da Força Aérea Brasileira foi lá e voltou.

Dentro do Palácio do Planalto, Dilma começou a falar, e esse preposto, Marco Aurélio Garcia, emissário de Mujica, começou a anotar. Dilma falou: “*Essa reunião não existiu*”. Dilma entrega para esse representante de Mujica uma série de documentos, fotografias e captações telefônicas, levantadas pelas inteligências — prestem atenção — cubana e venezuelana e pela ABIN.

E assim foi feito. O avião da FAB retornou para o Uruguai. Dias depois, conseguiram fazer com que a Venezuela entrasse no MERCOSUL.

Está claro aqui: Dilma Rousseff toma decisões de Estado ouvindo as inteligências cubana e venezuelana.

Vamos em frente. Aconteceu por esses dias, e todo o mundo ficou sabendo: “*ABIN confirma a autenticidade de ameaça terrorista contra o Brasil*”. Isso não é de graça. Isso não é por acaso. E o linguajar vazado pela ABIN? “*Podemos atacar esse país de merda*”. Esse não é o linguajar do Estado Islâmico. O ataque seria feito pelo Estado Islâmico. Esse não é o linguajar deles. E mais ainda: a característica do terrorismo é a surpresa. Não manda recado. Mas nós vamos chegar ao final dessa linha.

A ABIN, no passado, era vinculada à Casa Militar — que foi extinta —, ao Gabinete de Segurança Institucional, GSI. Recentemente, Dilma recriou a Casa Militar, mas a ABIN ficou lá na Secretaria de Governo, de Ricardo Berzoini — ou



seja, uma inteligência política —, o que não ocorreria em um país sério, onde estaria ligada às Forças Armadas.

O que é importante agora, Sr. Presidente e colegas Deputados? Dilma Rousseff, Lula e o PT não entregarão o Governo por uma votação na Câmara e no Senado. O que eles teriam que fazer para justificar não o entregarem? Ato terrorista. “Ah, foi o Estado Islâmico!” Um ato terrorista justificaria o decreto já rascunhado por ela e denunciado por mim. Depois, o jornalista Reinaldo Azevedo, que não gosta de mim, fez uma brilhante matéria nesse sentido, e vazou — verdade ou não — que os comandantes militares não cumpririam o decreto do Ministério da Defesa redigido nos moldes elaborados por Dilma Rousseff. Agora, havendo um ato terrorista de proporções razoáveis, as Forças Armadas seriam aspiradas, seriam obrigadas a entrar, a respeitar e a tomar providências nas questões relacionadas ao estado de defesa. E mais ainda: esta Casa e aquela outra ali ao lado teriam o prazo de 10 dias para votar o decreto do estado de defesa.

Eu duvido que, nessas condições, estas duas Casas não votem favoráveis ao decreto do estado de defesa.

Os fatos estão aí, comprovados rapidamente por gente deles, do Foro de São Paulo, gente que não tem qualquer amor à democracia ou à liberdade, gente que faz o diabo para chegar ao poder e fará muito mais que o diabo para não deixá-lo. Só não entende quem não quer.

Quando ainda estava na Presidência, Lula, na Colômbia, sugeriu que as FARC criassem um partido político, como o PT aqui fez. Vale lembrar que o Foro de São Paulo nasceu em 1990, integrado, entre outros, por Cuba, FARC e Brasil, por Dilma e Lula naquele momento. Em 2002, as FARC se desfiliam, para dizer que



não estavam mais juntos. Mas estão sim. Dentro do Brasil existem mais de 14 mil cubanos. Existe aqui gente do Estado Islâmico, senegaleses. Não estou chamando todo senegalês de bandido. Existem haitianos, e é a mesma coisa. Mas há muita gente aqui disposta a fazer mais que o diabo para o PT não sair do poder.

Por que isso também?

A ditadura cubana é financiada com o dinheiro brasileiro, já que 1 bilhão e 300 milhões de reais por ano vão para Cuba em nome desse programa conhecido como Mais Médicos. Alguém acha que o PT está preocupado com o pobre, que está preocupado com a saúde do povo brasileiro? É muita inocência acreditar que essa facção criminosa chegou ao poder para fazer algo pelo nosso País.

Sr. Presidente e meus amigos, tomem as devidas providências de defesa. Eu sou obrigado a falar que a minha preocupação é enorme pelo próximo domingo. Vários comissionados de petistas que estavam em seus Estados vieram para cá e confeccionaram os seus novos crachás. O Cavalo de Tróia está aqui dentro. Para eles, não existem limites. Para nós, são a Constituição e a lei. Concordo com isso. Vejo colegas com a bandeira do Brasil e tiras de cores verde e amarela no pescoço, mas as armas da esquerda não são essas.

O Brasil está na iminência de mergulhar em um banho de sangue. Os fatos estão aí. Eles não chegaram para brincar. Conhecem a vida pregressa de Dilma Rousseff? Conhecem os grupos terroristas que ela integrou, os assassinatos, as execuções praticadas por integrantes de seus grupos? Conhecem Carlos Araújo, conhecem Cláudio Galeno, conhecem Franklin Martins e o agente cubano José Dirceu? Este, inclusive, quando foi apeado da Casa Civil por corrupção, recebeu Dilma Rousseff com grito: *"Companheira em armas!"*.



Meus amigos, esperem o pior. Esta Casa cassou João Goulart, no dia 2 de abril de 1964. Eles dizem que foi golpe. Depois, cassou Collor de Mello por outro motivo. Mas lá todos queriam a saída de João Goulart, porque estávamos praticamente dentro do comunismo. A mesma coisa agora acontece, mas, ousado dizer, é muito mais grave que o pré-64. Quando Pinochet assumiu, em 1973, havia dentro do Chile mais de 30 mil cubanos. Maduro agora conta, dentro da Venezuela, com mais de 80 mil cubanos.

Esses carrapatos, esses vermes não vão nos largar após uma simples votação do *impeachment* nesta Casa. Peço a Deus para estar errado.

Muito obrigado, meus companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil que assiste à sessão, senhoras e senhores que estão acordando neste momento, a Câmara dos Deputados está aqui se desdobrando, no tempo e no espaço, para o evento mais importante que esta Casa deste momento, o único e o mais importante projeto que esta Casa vai votar: o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Neste momento histórico para todos os brasileiros, é difícil achar palavras. Os meus colegas Deputados já expuseram as mais diferentes opiniões, mas me permitam voltar ao tema que está sendo tão discutido aqui, que é o golpe, que tanto foi levantado nesta Casa pelos governistas quando, na verdade, não há golpe nenhum.

Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com



menos de 4 anos de idade, com a sepultada — graças a Deus — ideologia de gênero.

Há também o assassinato de crianças, com a legalização do aborto, que até hoje tentam mascarar com os mais variados nomes aqui nesta Casa.

Há a tentativa de destruir a família tradicional, com teorias desgastadas de que os tempos mudaram. O que mudou, na verdade, foram eles, que prometeram uma coisa e fizeram tudo diferente, num verdadeiro estelionato eleitoral. Entregaram um país rico, celeiro do mundo, campeão de produção agrícola, maior produtor de soja, milho e carne, sem falar nos minerais abundantes por aqui e escassos no resto do mundo, à sanha de verdadeiros gafanhotos, que conseguiram quebrar uma das empresas mais valiosas do mundo, a PETROBRAS.

Deixaram milhares de aposentados pelos fundos de pensão das estatais sem perspectiva de uma aposentadoria digna, para a qual já tinham contribuído, por causa da má gestão feita por assecclas que investiram em papéis que já se sabia serem podres, com vultosos prejuízos, que beiram os 40 bilhões de dólares.

Mais de 10 milhões de brasileiros perambulam desempregados; milhares de empresas estão quebradas; o crédito internacional, escasso, com notas de descrédito, colocando-nos entre as mais atrasadas economias do planeta.

Senhoras e senhores, existem crimes que possuem tipificação penal — por exemplo, homicídio culposo, que é aquele que acontece sem intenção, e homicídio doloso, que é aquele que acontece intencionalmente — e, deles, as respectivas penas.

Todavia, existem crimes que nós não conseguimos tipificar. Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em



formação na sua primeira infância e a desvirtua sexualmente, quando ainda é praticamente um embrião, um ser humano em formação? Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Para este Governo, não é pedofilia, é apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento.

Em 2011, esta Casa realizou o seminário vergonhosamente intitulado *Diversidade Sexual na Primeira Infância*, em que pessoas dos mais altos gabaritos, intelectuais, disseram que crianças de 0 a 6 anos tinham que ter a liberdade de escolher o que queriam. Se o menininho na creche quisesse tocar no órgão genital do outro, ninguém poderia impedi-lo, porque ele estava se descobrindo sexualmente.

Que nome podemos dar ao crime de uma mulher que, em nome de sua sanidade mental e da proteção do seu próprio corpo, assassina uma criança, um bebê, um feto até a décima segunda semana da gestação? Para nós, é aborto, mas, para este Governo, não é crime e, tampouco, crime hediondo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que pega o dinheiro que deveria ser aplicado na saúde dos seus filhos e o destina para a saúde de filhos de outros, em outros países? *“De que o senhor está falando, Deputado?”* Estou falando deste Governo, que investiu 10 milhões de dólares na construção de um hospital na Palestina, enquanto os hospitais no Brasil estão em frangalhos, na bancarrota. No Brasil, as mulheres estão dando à luz nas calçadas, e as pessoas estão morrendo por falta de atendimento médico.

Que nome podemos dar ao crime de um pai de família que cria com seus vizinhos um grupo para planejar a destruição da própria casa? Isso não é loucura.



Estou falando do Fórum de São Paulo. Isso já foi dito aqui tantas vezes pelo Deputado Jair Bolsonaro! Países da América do Sul companheiros desejam ressuscitar aquilo que morreu na Europa comunista.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que prometeu *“posso não concordar com o que dizes, meu filho, mas defenderei o teu direito de dizê-lo”*, mas fez calar, em uma democracia, a voz dos mais bravos dos seus filhos, como este Governo fez, por exemplo, com o Prof. Olavo de Carvalho, com as jornalistas Rachel Sheherazade e Joice Hasselmann e até mesmo com artistas como Lobão?

Esses cidadãos simplesmente expressaram o que pensavam, e tiveram os contratos destruídos, as vozes caladas, as bocas amordaçadas. E alguns perderam o emprego. O Prof. Olavo de Carvalho teve que sair do Brasil e morar em outro país.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que coloca um filho contra o outro, fomentando o preconceito entre ambos os filhos, em uma disputa acirrada, com ódio e rancor, e até assassinato? É o que este Governo fez com o nosso País. O Brasil, Pastor Deputado Takayama, era unido. O brasileiro tinha alegria de ir à rua. Não havia entre nós o que hoje chamam de politicamente correto. É a maior chatice de todas. Colocaram negros contra brancos, meu Líder Andre Moura; pobres contra ricos; índios contra agricultores; crentes contra ateus; homossexuais contra heterossexuais. Dividiram tanto o nosso País que temos hoje um muro da vergonha bem à frente da Esplanada dos Ministérios. Este não é o Brasil que conheci na minha infância.

Senhoras e senhores, que nome podemos dar ao crime de um pai que propaga ser educador — sabe ler e escrever e diz que vai ensinar o seu filho —, mas os seus filhos não sabem ler nem escrever ou, quando sabem ler, não



conseguem compreender aquilo que leram? Refiro-me à Pátria Educadora, do Brasil, que deseduca. Nossas crianças saem da escola. Basta aos que têm mídia social ver as respostas que as pessoas postam nas redes sociais. Não sabem ler, não conseguem conjugar os verbos da língua portuguesa, não conseguem entender aquilo que leem. Gostam de ler apenas o título, e daí fazem uma ideia. Nossas crianças e nossos jovens estão sendo idiotizados pela Internet. A USP, que já foi a coroa da educação em nosso País, perdeu em 2013 a cadeira entre as 200 melhores universidades do mundo.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que desperta a esperança de um filho dizendo *“você vai se formar, vai ter um diploma, vai ter uma formação acadêmica”* e o inicia na faculdade, mas, antes da conclusão do curso, o filho é obrigado a sair de lá porque o pai não tem dinheiro para sustentar o estudo e o deixa à deriva, sem diploma, sem esperança? *“Que loucura é essa, Deputado?”* Não é loucura, foi o que o Governo fez. O Ministério da Educação, em 2015, anunciou que o dinheiro para os novos contratos do FIES acabou. Por isso, o MEC não vai mais reabrir as inscrições.

Meninos e meninas que tinham sonhos e esperanças foram deixados à deriva, não vão concluir a universidade, a faculdade, por culpa de um Governo que não soube se estabilizar, que fez falcatruas na economia, que vendeu um sonho que não existia — são bandidos.

Que nome podemos dar ao crime de um pai que promete ao filho *“eu vou proteger você, meu filho, de qualquer coisa”*, e de repente joga o seu filho para os leões, joga o seu filho na mão de bandidos que praticam os assassinatos mais espúrios que pode haver na história do mundo? Eu estou falando do meu Brasil, que



em 2013 contabilizou 56 mil assassinatos, número muito maior do que o de mortos na guerra da Síria. Esse é o Brasil do PT.

A pergunta que faço é esta: se não há como tipificar tais crimes, como podemos puni-los? Qual é a pena para quem comete tais crimes hediondos? Só existe uma pena: *impeachment*, afastamento da Presidente, que é responsável por isso!

Presidente não pode errar, não pode conduzir o País para a bancarrota como aconteceu e, nosso País.

Eu estou aqui falando por analogia, Sr. Presidente, amigos Deputados, senhoras e senhores brasileiros que assistem à sessão, para denunciar esse desgoverno, desgoverno do PT, que não é partido dos trabalhadores, é partido das trevas. Só quem tem pacto com as trevas faz pacto com o diabo para colocar o Brasil onde ele está hoje. Não aceitamos mais isso.

No domingo, nós vamos ter aqui dois sepultamentos. Na verdade, dois sepultamentos mesmo! Um é o desse desgoverno que é o PT, e o outro, o da reputação de muitos amigos Parlamentares que aqui estão. A história não os perdoará.

Não falo aqui dos Deputados que desde sempre assumiram compromisso com os seus partidos de votar contra o *impeachment*. Eu falo daqueles Deputados que infelizmente se esconderam atrás da capa da dúvida — digo, sim, atrás da capa da dúvida —, talvez para, na calada das noites, como está acontecendo aqui em Brasília, em lugares dos mais escusos, venderem-se, serem achacados ou achacarem, extorquirem. Vendem-se e locupletam-se pelas 30 moedas de prata da traição.



Queria lembrá-los aqui de que Judas, um dos homens mais famosos da história, o maior de todos os traidores, recebeu dinheiro, mas não pôde usar esse dinheiro. Ele ficou com tanto arrependimento que o jogou aos pés daqueles que lhe pagaram, e eles lavaram as mãos. A dor de consciência foi tão grande que ele se suicidou.

Vai haver um suicídio político nesta Nação. Não estou ameaçando. Eu apenas aviso como bom amigo. As suas famílias, meus amigos, vão pagar o preço dessa traição. Os seus filhos sofrerão *bullying* na escola. As suas esposas não poderão mais ir ao salão de cabeleireiro arrumar o cabelo e pintar as unhas. Seus vizinhos vão olhar para V.Exas. de soslaio.

Srs. Deputados, permitam-me falar aqui com o coração. Eu sei do que estou falando. Em 2013, eu vi a minha família sofrer *bullying*. A minha filha mais velha teve que sair da universidade no Brasil porque professores e alunos a atacavam por causa de uma questão política. A minha esposa adoeceu por 2 anos seguidos. Não podia dormir na cama, dormia sentada, por causa da síndrome do pânico, uma doença psicossomática de que sofrem pessoas cuja alma passou por um trauma muito grande, como aquele que nós passamos, de não poder ir a lugar público sem ser xingados, apedrejados ou cuspidos.

Eu sei o que nós passamos. Amigos, não permitam que as suas famílias passem por isso! A diferença é que eu sobrevivi, e a minha família sobreviveu também. E sobrevivemos porque nós tínhamos uma bandeira. Era uma bandeira lógica, a bandeira da família brasileira, a bandeira da família tradicional, a bandeira da família civilizada.



As coisas passaram, a minha esposa foi curada, a minha filha pôde voltar para o Brasil. De cabeça erguida, voltei para este Parlamento, com o dobro de votos. Repito: voltei porque eu tinha uma bandeira. Uma bandeira que estava escondida ou desaparecida deste plenário de repente voltou à tona.

Eu pergunto: qual será a bandeira de V.Exas.? Como vão superar um trauma desses V.Exas. e suas famílias? Como V.Exas. vão justificar o fato de estarem protegendo um partido que tem presos dois tesoureiros, que tem preso marqueteiro, que tem presos Deputados, e até Senador já esteve lá?

Como vão superar isso, quando vier à tona, através da Lava-Jato, toda a sujeira feita pelo pseudopai dos pobres, quando estudarem a história e souberem que este desgoverno, em todos os mandatos, teve a maioria dos seus Ministros derrubados por problemas com corrupção, caíram?

Não há condição alguma de este Governo continuar. Ele não vai se reerguer mais. Eles sabem disso. Acabou! *Game over!* Deu, PT! A Presidente praticou crime de responsabilidade fiscal, sim!

Nós precisamos neste momento — e eu encerro aqui — é de esperança. Precisamos de alguém que nos una novamente. Vamos precisar de alguém que nos mostre a luz no fundo do túnel. Vamos precisar de alguém que nos inspire confiança, que nos faça sonhar novamente. O brasileiro precisa voltar a sonhar.

Ao vencermos com o *impeachment*, todos sabem, não será fácil reconstruir o Brasil, nem a confiança, nem as finanças, nem os empregos perdidos. Vamos precisar do esforço de todos, do sacrifício de muitos, da união de todo o Brasil e de muita fé e muitas orações.



Eu não tenho medo de falar isso aqui, mesmo sabendo que, do outro lado, esses que sou contra digam que o Estado é laico. Passaram a vida inteira falando sobre isso, que o Estado é laico. Mas o Estado não é laicista, o Estado laico protege o direito ao culto.

E é em nome dessa fé que eu quero dizer a todos que o PSC, do qual eu tenho muito orgulho, vai votar a favor do *impeachment*. A Presidente Dilma vai ser afastada.

Termino dizendo que nós não aceitamos mais o constrangimento, Presidente Dilma, de ouvir a senhora falar sobre a “mulher sapiens”. Não entra mais nos nossos ouvidos a tal da “mosquita”, nem a saudação à mandioca, nem que “*atrás de uma criança tem um ser oculto que é um cachorro*”. E chega desse negócio de estocar o vento.

Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus abençoe a nossa Nação! Que Deus ilumine o Parlamento!

E, Presidente Dilma, como disse o Presidente Lula para a senhora: “*Tchau, querida*”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é bom falar na madrugada, é emblemático e simbólico: estamos vivendo uma nova alvorada para o nosso País.

Além das razões técnicas e jurídicas para o enquadramento da Presidente da República em crime de responsabilidade, conforme prevê o art. 85 da Constituição Federal, precisamos considerar a absoluta incapacidade política e administrativa do



Governo para recompor as finanças públicas e retomar o desenvolvimento econômico.

O aumento continuado do déficit fiscal, a degradação persistente dos índices de avaliação do desempenho da economia, o crescimento absurdo do número de desempregados no País, entre tantos fatores negativos, reforçam os argumentos a favor do *impeachment* em curso. Mas precisamos considerar outro aspecto preponderante.

O voto favorável ao afastamento de S.Exa., a Presidente da República, garante também a interrupção de um processo marxista-leninista na sociedade brasileira que já está em estágio muito avançado.

O setor mais radical da esquerda está preparando o que parece ser o assalto final para a desconstrução dos valores e das instituições democráticas do Estado, processo lento e gradual, mas determinado, rumo a um sistema de Governo populista autoritário, até a consumação de um Estado socialista-marxista, com a supressão das liberdades e dos direitos democráticos.

No ano de 1990, foi criado por Lula e Fidel Castro o Foro de São Paulo — FSP, instituição internacional que reúne, além de Governos e partidos, organizações criminosas ligadas à indústria do narcotráfico e do contrabando.

A ala marxista da esquerda abandonou, então, a luta armada como instrumento para conquistar o poder e adotou o pensamento de Antonio Gramsci, que orienta a tomada do poder pela via pacífica, para, então, desconstruir os valores e convicções preexistentes na sociedade alvo, inclusive usando a violência, se for necessário, para concluir a implantação do Estado socialista-comunista, de inspiração marxista.



A esquerda está no poder há mais de 13 anos, Sr. Presidente, e ensaia a última etapa do processo gramscista-marxista. Temos que interromper esse processo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3 é uma cartilha sistematizada das políticas usadas para desconstruir os valores e as convicções da sociedade e do Estado Democrático, através do que é chamado de revolução cultural.

Algumas ações do Governo, que já estão em curso ou programadas, dão conta da aceleração do processo nesta fase final: o Programa Mais Médicos, por exemplo, já conta com milhares de agentes cubanos infiltrados oficialmente no País; as fronteiras secas do Brasil estão escancaradas para a entrada de estrangeiros sul-americanos e caribenhos, sem qualquer tipo de controle; a população civil já foi desarmada no primeiro Governo do PT; a tentativa de criação dos Conselhos Populares, idealizados por Lenin, em todas as áreas da administração pública; o convênio do Ministério das Comunas e dos movimentos sociais da Venezuela celebrado com o Movimento Sem Terra — MST do Brasil para treinar ações revolucionárias, conforme palavras do próprio Ministro venezuelano Elias Jaua; reforma política através de plebiscito para convocação de constituinte exclusiva; regulação dos meios de comunicação, ou seja, controle e censura; desmilitarização das forças policiais; extinção do auto de resistência, ou seja, da legítima defesa da autoridade policial.

Essas são algumas medidas entre centenas de projetos que tramitam no Congresso Nacional e de políticas e programas desenvolvidos no âmbito do Governo, os quais, uma vez consumados, colocarão o País à mercê de uma



ditadura populista autoritária, no primeiro momento, para, a seguir, ceder lugar a uma ditadura comunista, de modelo cubano.

Os atos e fatos praticados pelo poder instalados no País continuam comprovando a determinação ideológica da esquerda em desconstruir instituições políticas, socioculturais e econômicas da nossa já combalida democracia republicana.

A decomposição da família natural, depois do *kit gay*, da substituição do Dia dos Pais pelo Dia do Cuidador, da Lei da Palmada, etc., passa a ser intensificada em escala avassaladora pela introdução da ideologia de gênero nas escolas. Através dela, deixam de existir meninos e meninas, e passam a ser apenas crianças. A identidade sexual virá com o tempo, e, enquanto isso, são liberados os fundamentos do homossexualismo, provável caminho para a promiscuidade sexual.

As investigações mais recentes da Polícia Federal expuseram a corrupção endêmica e sistematizada, estabelecida para a preservação do poder político e para o enriquecimento pessoal, operando paralelamente como instrumento de desmontagem devastador das empresas-símbolo da autonomia econômica nacional e orgulho de todos os brasileiros, como PETROBRAS, ELETROBRAS, BNDES, fundos de pensão, entre tantos.

Houve enfraquecimento inimaginável do sistema federativo republicano através da concentração de recursos públicos na União e de uma execução orçamentária focada mais nos interesses menores do Governo, frequentemente fisiológicos, do que nos legítimos interesses e anseios nacionais.

Essas considerações complementares, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, reforçam todos os argumentos a favor do *impeachment* até aqui registrados por mim



e por todos os que querem restaurar a esperança em um Brasil unido e em paz, com uma Nação feliz.

Por isso, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu voto pelo afastamento da Presidente Dilma Rousseff da Presidência da República.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o nosso País.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, uma boa madrugada aos meus companheiros do PSC e aos demais Parlamentares.

Eu começo complementando o discurso feito pelo Deputado Jair Bolsonaro.

O Ministro da Defesa, do PCdoB, Aldo Rebelo, passou 1 semana em Cuba, durante o carnaval, certamente para não despertar a atenção. Fazendo o quê, Deputado Jair Bolsonaro? Eu não ficaria surpreso se me dissessem que as FARC estavam lá presentes, pois elas fazem parte do Foro de São Paulo.

Sr. Presidente, certamente passo aqui pelo momento mais importante de minha vida.

Agora, depois de 13 anos de PT, a divisão é clara. Podemos ver claramente, Deputado Takayama, a divisão feita por eles: aqui não podemos falar contra o *kit gay*, Deputado Pr. Marco Feliciano, porque somos taxados de homofóbico; aqui não podemos falar contra a Lei das Palmadas, Deputado Jair Bolsonaro, porque seremos acusados de torturar criancinhas; aqui não podemos falar contra a cota, meu Líder Andre Moura, porque seremos taxados de racistas. E assim eles vão dividindo todos, inclusive neste momento, porque quem é a favor do *impeachment* é tido como golpista.



Hoje vocês começam a ter ideia do que sofrem os militares, caluniados desde 1985. Dizem que foi golpe, mas na verdade foi este Parlamento que cassou João Goulart no dia 2 de abril de 1964, está no *Diário do Congresso Nacional*. Para quem achar que a biblioteca não é local de tortura, é só ir lá que vai ver. Castelo Branco foi eleito com 361 votos, inclusive de Juscelino Kubitschek e do democrata Ulysses Guimarães. Mas isso a esquerda não diz. Ela vem aqui e diz que é golpe, assim como daqui a 10 anos vai dizer que Dilma Rousseff também sofreu um golpe.

Então, Sr. Deputado Jair Bolsonaro, podemos ver aqui fora o muro da vergonha. É necessário haver um muro para separar os adversários políticos, pois infelizmente eu acredito que não teremos paz, se não houver esse dia do *impeachment*.

Eu continuo aqui apenas para rememorar um fato que ocorreu ontem de manhã, quando tomei ciência de uma universidade particular, onde o professor disse: “*Alunos, amanhã haverá uma palestra*” — prezado Presidente Felipe Bornier —, “*cujo conteúdo será matéria de prova*”. A matéria é denominada América Latina e Sustentabilidade. Daí V.Exas. já podem desconfiar: chegando à palestra, quem são os palestrantes? MST, CUT, esses lixos que rondam a Presidente Dilma Rousseff, para dar uma aula contra o golpe.

Canalhas, Presidente! Esses caras não têm o mínimo de escrúpulo, o mínimo de ética. Eles não têm compromisso com a verdade.

Eu estudei na UFRJ, onde me formei em Direito. Sabem quando chamaram meu pai para palestrar? Nunca! Agora ouvi diversas pessoas da esquerda lá, falando baboseiras, na Semana Jurídica. E o aluno tinha que comparecer, porque



contava ponto, contava como hora para ele se formar. E assim eles vão conduzindo vocês, tal qual se faz com o gado, para o matadouro.

Se a esquerda tivesse compromisso, se estivesse interessada no que o povo fala, a Presidente já teria renunciado. Ela vem aqui e brada: “A *Presidenta Dilma Rousseff* teve 54 milhões de votos”. Mas não fala que o Estatuto do Desarmamento teve 59 milhões de votos no referendo de 2005. Ela está se lixando para a sua segurança! Vocês acham que a Presidente Dilma Rousseff está preocupada com a segurança de vocês? Vide, agora, o MST: quantas estradas ele está bloqueando para impedir que pessoas venham se manifestar pacificamente aqui em Brasília no dia 17, Sr. Presidente?

Eles não têm qualquer compromisso com as vozes do povo e querem colocar um golpe nossa goela abaixo.

Sr. Presidente, eu acredito que nós temos que ter mais liberdade. Nós temos que ter aqui mais Mises e menos Marx, mais Olavo de Carvalho e menos Paulo Freire. Sugiro inclusive que quem tiver oportunidade acesse o Youtube e assista aos vídeos de Olavo de Carvalho. São esclarecedores com relação a este momento que estamos vivendo.

Sr. Presidente, já me encaminhando para o final, para dar oportunidade aos demais colegas do PSC, venho esclarecer, após essa questão, as calúnias feita aos militares, talvez porque eles tenham levado o País da 48ª economia do mundo para a oitava, coisa que deve causar muita inveja à esquerda, pois em nenhum país onde foi implantado o socialismo houve melhora econômica significativa.

Vá a Cuba, que era a segunda economia da América Latina, país que depois que Fidel Castro assumiu nem sei em que posição está. Sei que o povo de lá vive



racionando até ovo. Vá à Venezuela, Deputado Baldy, ver como o pessoal disputa um pedaço de frango! E agora, quando falta até papel higiênico, só falta Maduro dizer que a culpa é de quem está indo ao banheiro.

Então, Sr. Presidente, ultrapassadas estas minhas considerações, digo o seguinte: sigo a tradição do povo de São Paulo, que tem como lema “*Não sou conduzido, eu conduzo*”, que tem como líderes aqueles que, preservados em nossa memória, seguem com o espírito da Revolução de 1932 — Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo e todos aqueles que não abaixam a cabeça para ditaduras, como nosso saudoso Capitão Alberto Mendes Júnior, morto no Vale do Ribeira, depois de ser trocado por reféns, no meio da mata, a coronhadas pelo grupo de Lamarca. E esse pessoal ainda fala de democracia aqui...

Portanto, em nome dos Gerais-Presidentes, que ainda fazem o Brasil ser uma economia respeitável, em nome dos militares, eu digo: eu vou votar “sim”, pelo *impeachment*, até porque não vou jogar no lixo o trabalho feito pelos meus colegas Policiais Federais, dos quais, aliás, Lula tem ódio. Ele mesmo disse, borrando-se nas calças com medo de ser preso: “*Ministro da Justiça,*” — no tempo era José Eduardo Cardozo — “*freie a Polícia Federal!*” E um dia será preso certamente. Quando a Presidente Dilma Rousseff sair do poder, com certeza, ato contínuo, será preso o Presidente Lula. E acredito também na prisão da Presidente Dilma.

Agora o Ministro da Justiça disse que, se sentisse cheiro de vazamento na Operação Lava-Jato, iria afastar toda a equipe da Polícia Federal. A Polícia Federal neste Congresso tem voz. Então, votarei “sim”, pelo *impeachment*. Quero dizer que soldado que vai à guerra e tem medo de morrer é covarde. Por isso espero todos



vocês aqui em Brasília no dia 17 para comemorarmos o *impeachment* e o início da assepsia de que nossa República precisa.

Dilma Rousseff, tchau, querida! (*Palmas prolongadas.*)

O SR. ANDRE MOURA (Bloco/PSC-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste domingo eu tenho certeza de que os Deputados Federais farão história neste País ao decidir, obviamente, o futuro da nossa Nação num momento político, meu caro Deputado Átila, bastante conturbado.

Nós sabemos que o Brasil vive um dos seus piores momentos desde o Plano Real, com uma crise econômica sem precedentes, com uma recessão cada vez maior, com um índice de inflação do mesmo jeito, com um dos maiores índices de desemprego dos últimos anos. E nós sabemos acima de tudo, de toda essa história comprovada de corrupção no Governo do PT, que sem sobra de dúvida é o maior escândalo de corrupção da história do Brasil e um dos maiores da história da humanidade.

Do ponto de vista jurídico e político, são bastante sólidas as razões para o impedimento da Presidente Dilma. Logicamente, sabemos que, mesmo tendo sido chamado à atenção pelo Tribunal de Contas da União, o Governo fez ouvidos de mercador e continuou com as recorrentes pedaladas fiscais praticadas desde o primeiro mandato e repetidas no ano passado.

Dizem que o Brasil está dividido. Em verdade, duas forças antagônicas debatem o *impeachment*: de um lado, está uma maioria esmagadora da sociedade que clama pelo afastamento da Presidente Dilma; de outro lado, está uma minoria ruidosa e raivosa que não quer perder o poder, que não quer perder as benesses do



poder, disposta até a ir ao enfrentamento físico, para tentar salvar um projeto político e se perpetuar no poder.

Mas tenho certeza de que as famílias brasileiras, as famílias de bem vão tomar conta deste País, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli. Eu não tenho dúvida de que estamos cumprindo o nosso papel e de que neste domingo, de forma muito resumida, vamos ser instados a dizer, através do voto aberto e democrático, neste Parlamento, com a responsabilidade que cada uma das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados têm com o País, que chegou a hora da grande decisão, chegou a hora de dar um basta a todos estes desmandos, a toda esta irresponsabilidade, a toda esta corrupção que toma conta do País.

Tenho certeza de que o povo vai lotar as ruas. O povo pacífico e ordeiro veste verde e amarelo, as verdadeiras cores da nossa bandeira, da nossa Nação, da nossa Pátria. Não é o vermelho! Nós vestimos com muito orgulho verde e amarelo, e são o verde e o amarelo que vão tomar conta das ruas do Brasil no próximo domingo. *(Palmas.)*

Nós teremos muito em breve um Governo comprometido com as mudanças, Deputada Cristiane Brasil. Estou certo de que V.Exa. lidera, juntamente com várias mulheres valorosas, a exemplo da Deputada Mariana Carvalho, que aqui está, este movimento que todos nós queremos, o movimento para resgatar o orgulho do povo brasileiro.

Como eu já disse, precisamos dar um basta a este Governo, Deputado Pr. Marco Feliciano. V.Exa. tem um grande poder de comunicação e, por ser um dos Parlamentares, um dos homens públicos do Brasil e do mundo com maior alcance nas redes sociais, vai ajudar a levar milhões de brasileiros para as ruas no próximo



domingo. Brasileiros que verdadeiramente amam este País querem um futuro melhor e vestem verde e amarelo.

Nós aprovamos aqui na última semana o parecer do Deputado Jovair Arantes, um texto preciso, coerente, que mostra de forma muito clara e evidente todo um processo de impedimento, para assegurar que no domingo, de maneira democrática e constitucional, cumparamos nosso dever como Parlamentares e aprovemos o *impeachment*.

Não bastassem todos os crimes de responsabilidade fiscal cometidos por este Governo, há ainda os investigados pela Operação Lava-Jato, o mensalão do PT e todos os desmandos de um partido que foi de encontro a sua história e a rasgou, porque sempre disse ser o partido mais honesto, mais íntegro e mais correto da história deste País. Mas mostrou ser o partido mais corrupto, que verdadeiramente envergonha o povo brasileiro. não deve ser chamado de Partido dos Trabalhadores. Os verdadeiros trabalhadores do Brasil, que fazem grande este País, jamais permitiriam que um partido como esse pudesse ser chamado de Partido dos Trabalhadores.

Tenho certeza de que vamos dar a grande resposta no domingo, respeitando acima de tudo o povo brasileiro. As ruas estarão tomadas pelas pessoas de bem, pelas famílias brasileiras, não só pelos Takayamas, Victórios, Bolsonaros, Reinados, Lilas, Marias, landras, Josés, Iagos ou Laras, mas por todos os brasileiros, independentemente de cor, credo e raça. Eles vão tomar conta das ruas de forma pacífica.

Isso é fundamental, porque o País passou a andar para trás neste Governo: a inflação fechou o ano na casa de 10%; a retração da economia é gigantesca; não há



vagas no mercado de trabalho; o desemprego atinge a casa de 9,2% em 2016 e vai passar, se não tivermos um novo Governo, dos 10% em 2017, Deputado Sóstenes; a inflação está em alta; o crescimento desenfreado dos juros, por conta da irresponsabilidade deste Governo, é assustador; o quadro de endividamento elevado faz com que os cidadãos brasileiros que ascenderam à classe média retornem à linha da pobreza.

Se antes existia a presunção da inocência da Presidente, agora as provas dos crimes por ela cometidos são inúmeras, cabais e incontestáveis.

O *impeachment*, Sras. e Srs. Deputados, está previsto na Constituição, sendo, portanto, um dispositivo perfeitamente legal, desde que atendidos todos os preceitos, como estamos fazendo.

Não estamos mais num tempo em que se permitem colocações falaciosas e promessas infundadas, como este Governo está acostumado a fazer. Não há mais espaço para o embuste. É necessário e urgente extirparmos o mal que se apoderou do poder em nosso País.

Como eu disse no início, neste domingo nós faremos história para decidir o futuro da nossa Nação, Deputado Arolde de Oliveira. V.Exa. é um grande Parlamentar. Participou do processo do *impeachment* do ex-Presidente Collor e entrará para a história no próximo domingo, fazendo justiça para os brasileiros, mostrando que aqui não há golpe, há *impeachment*, justiça, respeito ao povo brasileiro e acima de tudo responsabilidade de um Parlamento composto por homens e mulheres que representam o povo brasileiro.

Esta Casa vai representar a vontade do povo, que é dar um basta a este Governo, para termos a certeza de que vamos ter um Governo liderado por uma



pessoa capaz de conduzir o destino deste País com credibilidade e responsabilidade, que já passou por esta Casa, da qual foi Presidente três vezes, e que vai conduzir a Nação para a retomada do crescimento e da estabilidade econômica. Eu não tenho dúvida disso.

Deputada Cristiane Brasil, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Jair Bolsonaro, domingo será um grande dia, que entrará para história. E não tenho dúvida de que todos nós faremos nosso papel.

Quero deixar registrada nos Anais da Casa a posição da bancada do Partido Social Cristão, Deputado Takayama, Deputado Victório Galli, Deputado Pr. Marco Feliciano, Deputado Eduardo Bolsonaro, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Arolde de Oliveira, Deputada Júlia Marinho, Deputado Gilberto Nascimento, todos que fazem grande o nosso PSC. A nossa bancada, desde o primeiro momento, juntamente com vários outros partidos, fechou questão de forma unânime. Toda ela, 100%, vota pelo processo de *impeachment*, dizendo “sim” ao Brasil, “sim” à vontade de um povo e “não” a um Governo corrupto, “não” à irresponsabilidade, “não” à incompetência, “não” a tudo de errado que estamos vivendo, que faz com que esta crise seja cada vez maior.

Faço este registro aqui e agradeço a todos que fazem parte do PSC, a todos que integram a executiva nacional e que entendem que neste momento é importante estarmos ao lado do povo brasileiro. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O partido, Deputada Cristiane Brasil, que votar contra o processo de *impeachment* está sendo conivente com a corrupção, com a irresponsabilidade, está sendo conivente com tudo de errado que há neste País.



Eu tenho certeza de que no domingo o povo brasileiro estará muito atento, Marco Feliciano, e observará não o microfone que do corredor do plenário, mas a posição de cada Deputado. Aquele que disser “não” estará dizendo “não” para o futuro do Brasil, para as crianças, para os jovens; aquele que disser “não” ao povo brasileiro também receberá “não” em 2018; aquele que disser “não” estará mostrando que não tem compromisso com este País.

Da mesma forma, eu quero alertar, Deputado Sóstenes, que o povo brasileiro está muito atento. Aquele Parlamentar que se acovardar, que se curvar, que não vier votar porque não tem coragem de dizer “não” demonstrará que não tem responsabilidade com o Brasil. O povo entenderá que o Parlamentar ausente estará votando “não” ao futuro deste País. E não adianta dizer que está doente, porque um momento como este o povo acompanhará. Aquele que estiver ausente é porque não tem compromisso. E eu tenho certeza de que o povo dará a resposta para ele, nas urnas, em 2018.

A responsabilidade, Deputada Cristiane Brasil, é muito maior. Aqui vão estar os brasileiros e as brasileiras de bem para dizer “sim”, para mostrar que respeitam a vontade do povo e desta Nação e para mandar para casa os que nunca deveriam ter chegado ao poder para comandar o futuro de nosso País.

Antes de encerrar, quero deixar registrada uma mensagem de otimismo ao povo brasileiro. Nós do Partido Social Cristão cremos num amanhã de bonança e prosperidade e sabemos que neste momento temos que ter acima de tudo esperança. O compromisso, Deputado Sóstenes, a partir do novo Governo, não será somente de quem estará governando, será de todos nós, porque a partir de domingo



todos estaremos tendo responsabilidades com o País, como já temos, e com quem estará, se Deus quiser, governando o Brasil.

Mas para que um sonho seja realizado é preciso que alguém acredite nele. E nós acreditamos. Nós demos asas aos nossos sonhos e no domingo vamos tornar realidade os sonhos do povo brasileiro e os nossos, dizendo “sim” ao *impeachment*, “sim” a um futuro melhor, “sim” à justiça e “sim” acima de tudo ao Brasil e a uma Nação que veste verde e amarelo e se orgulha muito de dizer: “*Eu sou brasileiro, eu visto verde e amarelo e eu amo este País*”.

Um forte abraço! E até à vitória, no próximo domingo. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Padre João, pela Liderança do PT, por 9 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu ouvi muitos aqui falarem que Lula, Dilma e o PT dividiram o Brasil e que hoje estamos numa situação de caos porque o País está dividido. Então, eu quero falar sobre essa divisão, socializar com os colegas qual é a verdadeira divisão no Brasil, porque parece que eles não têm sensibilidade para enxergar qual foi a realidade brasileira em 500 anos ou que não estudaram História, porque o Brasil sempre foi dividido.

A maior divisão vergonhosa do Brasil foi a que ocorria entre aqueles que tudo tinham e aqueles que nada tinham, entre uma maioria que nada tinha e uma minoria que tudo tinha e que sempre explorava os mais pobres, os índios, os negros, os trabalhadores do campo e da cidade. Essa era a divisão que envergonhava o nosso País.

Eu tenho orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores e de falar aqui em nome do PT. E agradeço à Liderança do meu partido por me conceder esta oportunidade neste momento.

Não me dirijo à nossa Deputada, porque S.Exa. conhece muito bem a trajetória de história do PT.

Eu tenho orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores, porque foi ele que conduziu um projeto neste País: um projeto de inclusão, um projeto de inserção social, um projeto de igualdade, um projeto que tirou o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas — ONU. E isso não é um reconhecimento do PT, não, é um reconhecimento da ONU. O Brasil não está mais no mapa da fome,



porque a divisão que o escandalizava era a divisão entre aqueles poucos que tinham acesso à comida e aqueles milhões que não tinham acesso à comida.

Deputada, V.Exa. deve ser mãe e deve saber o que é passar fome, o que é ter uma criança no colo e não ter o que comer — não ter o que comer! V.Exa. sabe o que é tirar um dinheiro que nem se tem, para pagar o aluguel.

Eu me orgulho, sim, de ser do Partido dos Trabalhadores, porque foram Lula e Dilma que tiraram o Brasil das garras do Fundo Monetário Internacional — FMI. Antes, para tudo o que se fazia aqui se pedia a bênção ao FMI. Naquele tempo, a inflação detonava, sim, a vida dos mais pobres deste País. O custo de vida estava lá nas alturas, o salário mínimo não dava para nada, os pobres não tinham acesso a universidade federal. Foram detonados os Centros Federais de Educação Tecnológica — CEFETs, e hoje existem os institutos federais com formação tecnológica. *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. reponha o meu tempo! A minha fala está sendo interrompida.

O Brasil de Lula e Dilma foi o Brasil que o PT conduziu. E, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Lula teve como Vice-Presidente o José Alencar, que honra os mineiros por sua lealdade, sua idoneidade e sua integridade. Hoje nós temos um Vice-Presidente traidor, que envergonha os verdadeiros políticos do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão da tentativa de golpe está aqui, no ódio. A razão da tentativa de golpe está justamente no empoderamento do povo.

Hoje os jovens estão nas universidades, os trabalhadores e trabalhadoras das fazendas deixaram de fazer trabalho análogo ao de escravo. Essa é a raiva dos



ruralistas, porque não podem ter uma força de trabalho barata. Essa é a raiva das batedeiras de panela, porque não podem ter uma empregada doméstica sem pagar o salário mínimo. Essa é a razão do ódio que eles vêm disseminando no nosso País.

Ainda bem que milhões de brasileiros sabem o que é a fome. Ouvi de um senhor o seguinte depoimento: *“Olha, Padre, antes eu tinha que ir à fazenda, pegar ossada de boi e levar para a minha casa, para fazer caldo para tomar com farinha. Hoje, não, hoje nós temos comida, comemos carne, comemos bem. Temos churrasco aos finais de semana.”*

A meta do Lula era de que cada brasileiro tivesse, pelo menos, três refeições. Hoje todo brasileiro se alimenta bem. V.Exas. sabem quantos brasileiros estavam abaixo da linha da miséria e da linha da pobreza? Estavam nessa situação 42 milhões de brasileiros. Esse número de pessoas que saiu da miséria e da pobreza é maior do que uma Argentina. É isso que deixa V.Exas. indignados, perdidos, sem rumo!

Mas não vai ter golpe! E não vai ter golpe porque os brasileiros entenderam a intenção de V.Exas., junto com os tucanos, covardes, junto com os bandidos, inclusive com os que conduzem esta Casa. E V.Exas. não falam nada! V.Exas. são covardes! São covardes!

Acabei de ouvir aqui que o PT é bandido. Bandido é quem fez conchavo com o Presidente desta Casa, que comprovadamente já é réu no Supremo Tribunal Federal, com várias contas na Suíça.

A Presidenta Dilma não tem conta na Suíça, a Presidenta Dilma não tem contra ela nenhum processo. Aquele a quem V.Exas. estão dando cobertura aqui e



cujo processo estão emperrando lá no Conselho de Ética é o processado, o réu. V.Exas. estão dando cobertura a ele.

V.Exas. teriam que honrar o voto que lhes foi confiado pelo povo e não viabilizar esse golpe! O povo brasileiro e todos nós aqui vamos barrar o golpe. Há colegas de V.Exas. que pularam desse barco do golpe a tempo, porque não querem manchar a história deles. Eles não querem manchar a sua história. Muitos já pularam fora desse barco, muitos já saíram. Eles são sábios, porque não querem ficar manchados. Agora, V.Exas. não serão perdoados pela história. Só a tentativa de golpe já mancha a história de V.Exas., que vão pagar por isso, vão pagar por isso. A acusação... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. reponha o meu tempo. Eu já fui interrompido duas vezes! Sr. Presidente Felipe Bornier, eu fui interrompido duas vezes!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Conclua, Deputado.

O SR. PADRE JOÃO - O golpe já acabou, já subiu para os telhados, como já disse a própria *Folha de S.Paulo*, os próprios jornais golpistas, a imprensa golpista, aliada ao setor golpista do PMDB, junto com os tucanos, com o DEM e os outros que estão aí na embarcação do golpe.

O golpe já foi barrado! *(Manifestação no plenário.)*

Durante o discurso do Sr. Padre João, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alexandre Baldy, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pela Liderança do PRB, tem a palavra o Deputado Marcelo Squassoni, de São Paulo.

O SR. MARCELO SQUASSONI (Bloco/PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (*Manifestação no plenário.*)

O amigo do PT pode descansar, pois já falou bastante. Eu agradeço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a profunda crise econômica, política e social que vive o nosso País é consequência do desleixo no trato com a coisa pública e do desinteresse e da soberba no tratamento com o Poder Legislativo.

Falo aqui em nome de uma região que sofre cada dia mais, com o desemprego e a falta de perspectiva. Falo pelo Estado de São Paulo, mas falo, sobretudo, por Santos, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém Mongaguá, Peruíbe, Bertioga, Cubatão e pela minha querida cidade do Guarujá, que é muito mais do que a cidade onde está o tríplex do Presidente Lula.

Cubatão é uma cidade ávida por prosperidade, uma cidade que espera de nós uma resposta para todo esse desmando. Nosso comércio sofre e, com isso, desemprega cada dia mais.

Mais uma vez, eu me lembro da minha cidade. Em Guarujá, no Distrito de Vicente de Carvalho, o desolamento dos comerciantes é geral.

Na indústria, principalmente no polo de Cubatão, centenas de postos de trabalho foram fechados. A Usiminas mandou embora cerca de 3 mil trabalhadores, que sabiam que a empresa recebeu perto de 3 bilhões de reais ao BNDES. E o Governo não usou, nem por 1 minuto sequer, a caneta que tinha em sua mão, para tomar uma atitude contra a empresa, pelo contrário. E mesmo eu tendo visitado



vários Ministérios, solicitado a ajuda do Governo, nada foi feito para salvar emprego desses trabalhadores.

Eu conheço o problema de perto. Para toda essa gente, a preocupação, hoje é pôr o “*pão nosso de cada dia*” na mesa da família. A crise que vivemos neste momento tornou inviável a continuidade deste Governo. Em qualquer país civilizado, quando um presidente não tem mais apoio popular e do Parlamento, deixa a economia em frangalhos, deixa a população em estado de iminente convulsão social, além de ter zero de crédito internacional, esse presidente renuncia ou é retirado do seu cargo pelo Parlamento, que é o legítimo representante do povo.

Por essas razões simples de serem explicadas, além das razões técnicas e jurídicas amplamente divulgadas, eu imploro à Sra. Presidente da República que renuncie ao mandato que o povo lhe outorgou e quer lhe retirar. Após o resultado desse domingo, que nós temos certeza absoluta de que expressará a ampla vontade do povo brasileiro, a Sra. Presidente deve renunciar ao mandato, antes de o Senado decidir pela sua saída.

Não deixe o País agonizar, Sra. Presidente! Não deixe o País sofrer mais do que tem sofrido nos últimos tempos! Nosso País precisa de ordem e progresso. Nosso País precisa retomar o crescimento. O PT precisa desocupar a Esplanada dos Ministérios, desocupar o Palácio da Alvorada e deixar o Brasil crescer de novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)

Quero apresentar uma questão de ordem, Sr. Presidente. O orador não pode ser interrompido. E eu fui interrompido por duas vezes.

O que tem acontecido é que, a cada interrupção, tem sido dado 1 minuto a mais para o orador.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - V.Exa. não foi citado. V.Exa. entrou na pilha...

O SR. PADRE JOÃO - Houve perturbação da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Eu dei todo o tempo para V.Exa. Estávamos com todo o respeito. Isso não é motivo de questão de ordem, com a devida vênia.

O SR. PADRE JOÃO - Houve perturbação, Sr. Presidente.



O **SR. PRESIDENTE** (Felipe Bornier) - Dando sequência aos oradores, concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB, por 6 minutos, ao Deputado Bebeto.

O **SR. BEBETO** (PSB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em conta que este é um momento histórico para o Brasil, não apenas pela definição que nós iremos adotar no domingo, mas, sobretudo, pela capacidade de homens e mulheres que aqui estão de historicizar a trajetória deste País nas suas diversas fases políticas.

Também é um momento histórico em razão da oportunidade que temos de refletir sobre os caminhos que nós desejamos, a par da decisão que iremos adotar a partir de domingo sobre que país nós queremos, sobre que composição nós queremos que reflita o equilíbrio das forças políticas brasileiras, sobretudo, pela trajetória que partidos importantes esta Casa têm na luta democrática, na luta pela afirmação da democracia brasileira, a qual eu respeito. Neste momento, os Deputados haverão também de ser chamados pelas suas próprias histórias a refletir não apenas em função de um "sim" ou de um "não", mas também sobre a nossa trajetória e os nossos compromissos ao longo da história política deste País.

Digo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque tive, e tenho, a oportunidade de estar num partido, o PSB, que teve entre seus fundadores João Mangabeira, um democrata, alguém que visionariamente verificou os caminhos e a forma para estabelecermos medidas para afirmar a democracia brasileira, construir projetos de desenvolvimento nacional e afirmar a cidadania do nosso povo e os seus direitos.



Esse partido tem história. Esse partido tem uma trajetória. Esse partido em cujos quadros me orgulho de estar presente é o partido em que Eduardo Campos, no ano retrasado, nas eleições de 2014, com um facho de lucidez política, com clareza do seu papel, caracterizou a sua ação, o seu pronunciamento, mas, sobretudo, a sua decisão de apresentar-se ao povo brasileiro para debater um projeto de nação, para debater um projeto de país. Rompeu com o PT, por conta das condições econômicas e sociais do País, pelas dificuldades de condução da economia do Brasil a que assistimos, mas não perdeu, e jamais deixaria de ter, o facho de lucidez que o caracterizava.

Tenho orgulho de estar neste partido. Não sou do PT. Nunca fui do PT. A mesma lucidez que teve o companheiro Eduardo Campos eu quero trazer à cola, a lume, neste processo, para refletir sobre o tema, embora meu partido tenha uma posição definida.

Eduardo Campos dizia, ao romper com o PT, que o fazia por alguns motivos, entre os quais, a orientação equivocada da economia, a crise do federalismo brasileiro, a necessidade de um novo pacto político para o Brasil — porque o pacto político mofado, que colocava centralmente o PMDB com o PT como sócios majoritários do empreendimento eleitoral, produzia, sem sombra de dúvidas, uma condição estrábica à política brasileira e, porquanto, interessava a ele mandar o PMDB ir para casa e colocar o partido na Oposição.

A par dessa decisão, dessa clarividência política do Eduardo, quero rapidamente refletir sobre algumas dessas condições.

Não sendo eu um petista, fiz campanha para Eduardo, trabalhei para ele e para o PSB. Portanto, sou alguém que não está submetido a qualquer ditame e



também não se soma a esta ideia do golpe, porque está tudo claro na nossa Constituição. Mas também não posso deixar de levar em consideração esse processo que estamos vivendo.

Esse não é só um processo de natureza política. É um processo reclamado constitucionalmente. Aqui está parte daqueles que foram Constituintes originários e sabem muito bem o valor que nós devemos devotar à democracia, tendo como ponto central o respeito à lei e à nossa Constituição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, à luz dos princípios constitucionais, não se pode negar que este processo também deve ser entendido como um corolário de garantia da dignidade humana e dos direitos da própria sociedade.

O *impeachment* consagra, sem sombra de dúvidas, pela Câmara e pelo Senado, pelas competências constitucionais e legais, que esse respectivo processo, o procedimento, impõe a todos nós sermos verdadeiros guardiões da democracia. Esta atribuição, evidentemente, impede que mesmo a análise mais preliminar da denúncia seja dissociada de critérios jurídicos. A regra contida no art. 86 da Constituição de 1988 somente admite a acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade tipificado em lei especial, condicionado à recepção da denúncia existente, ao menos em tese, de crime desta natureza, sob pena de ser rejeitada liminarmente.

Ora, a própria ADPF que nós vimos ser prolatada pelo STF diz que, assim não sendo, como nós não estamos no parlamentarismo, qualquer que seja a medida afastada, portanto, desta condição jurídica substantiva, significaria uma censura...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BEBETO - Portanto, eu voto contra o *impeachment*, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PPS, seguiremos a seguinte ordem: Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Arnaldo Jordy, Deputado Arthur Oliveira Maia, Deputada Eliziane Gama e Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em horas para discussão, alguns optaram por fazer um discurso ao invés de uma discussão aqui neste plenário. Mas é evidente que nós, com um país que pelo terceiro ano consecutivo tem taxa de crescimento negativo, com milhões de desempregados e com a situação de desinvestimento em que vive, temos a responsabilidade de olhar adiante, ir além deste debate, que muitos tentam fazer de uma forma histórica aqui, e pensar no futuro.

O momento que o País vive exige um governo de reconstrução nacional. É disso que nós estamos falando. O Governo do PT destruiu as bases da estabilidade da nossa economia. O Governo do PT decretou total improvisação e incapacidade na gestão de políticas públicas.

Estamos falando de uma política energética que comprometeu a matriz limpa que o Brasil tinha. Estamos falando da irresponsabilidade na baixa da conta de energia, medida populista e eleitoreira, que fez com que o País pagasse um preço altíssimo de um reajuste que chegou depois à casa de mais de 50%. Estamos falando da manipulação artificial do preço dos combustíveis, que fez com que a PETROBRAS, afora o roubo e o malfeito, amargasse prejuízos que hoje comprometem a sua situação como empresa e o seu futuro, o que comprometeu o programa do etanol. Estamos falando com a coragem de um partido que foi sempre



o nosso PPS, sob a batuta dos Deputados Rubens Bueno e Roberto Freire, um partido vanguardeiro, ao conduzir os caminhos, denunciar a corrupção e poder diagnosticar que o nosso País exige agora uma inversão, para continuar a sonhar, a construir um novo momento.

Por isso tudo, Srs. Parlamentares, mais do que o voto “sim”, que é nosso voto, que é o voto do Parlamento, que é o voto que vai permitir ao nosso País fazer a virada que a situação impõe, nós queremos o estabelecimento de uma agenda de reformas estruturais.

Nós vamos, daqui a pouco e com coragem, enfrentar a questão da Previdência. E já sabemos onde estará o PT. O PT vai estar onde esteve no Governo de transição de Itamar: contra, no “quanto pior, melhor”. A liderança do PT vai estar onde esteve quando foi promulgada a Constituição Cidadã, que hoje dirige o nosso País: contra, ausente do processo. O PT vai estar onde esteve na época do real, quando se omitiu, não acreditou. E depois tentou, com uma carta aos brasileiros, dizer-se presente quando o Brasil reconquistou a estabilidade econômica como condição de fazer o futuro.

O PT apresenta um proselitismo de quem se prepara para retomar a sua trajetória do “quanto pior, melhor”. O proselitismo que falou do churrasco do qual todos hoje se locupletam no Brasil é o que ignora a situação dramática do nosso saneamento básico, é o que ignora o caos da saúde, é o que não tem responsabilidade com políticas sociais emancipatórias ao invés de políticas assistencialistas, que causam dependência.

É isso o que a Nação brasileira vai restabelecer. Nós vamos continuar onde sempre estivemos: buscando gerar políticas públicas que sejam capazes de fazer a



emancipação das pessoas, políticas educacionais que possam significar uma qualificação e uma distribuição de renda consistente no nosso País. Aliás, a distribuição de renda tão alardeada e a criação de uma nova classe média foram dizimadas. Recuou-se no tempo nesses 3 últimos anos de alta inflação e baixo crescimento, produto do PT, produto de um governo que agora tem o desprazer de dizer que nós podemos tergiversar sobre o combate à corrupção. Corrupção? O PT é especialista e qualificado para fazer isso.

A farsa com que o PT conduziu no País é a farsa que vai se reproduzir agora, em movimentos sociais manipuladores, em movimentos sociais sustentados por verbas públicas. E é isto que os desespera: a possibilidade de que agora se desconstrua um silêncio sindical comprado a preço de ouro, que se desconstrua um movimento de juventude controlado pelo Estado, um movimento de moradia em que o critério era exatamente o de que os companheiros fossem os beneficiários deste momento.

O Brasil vai se reencontrar. O Brasil vai retomar o seu destino. E nós sabemos como eles fizeram. Depois da estabilidade do real, eles buscaram, exatamente no Governo Lula, navegar nessa condição, numa condição favorável internacional que lhes permitiu continuar no embalo. Quando tiveram que tomar atitudes, tomar providências, acabaram revelando a sua incapacidade administrativa, o seu maltrato com os negócios públicos.

E as alianças que construíram são as alianças que daqui a pouco vão dizer que são comprometedoras do futuro do País. Fazem uma coisa e dizem outra; proclamam a retórica e não têm propostas que sejam capazes de dar um rumo ao nosso País.



Por isso, o PPS está aqui e vai se manifestar pelo conjunto das suas lideranças, porque, por mais de um momento, teve uma trajetória ao longo do tempo apontando esse caminho. E é essa trajetória que nos permite dizer que vamos participar da reconstrução do País e vamos fazer isso com seriedade, com a dimensão que o momento exige. Vamos falar do País acima do proselitismo, do interesse localizado, do interesse particular que conduz o PT.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que eventualmente podem estar nos assistindo a uma hora destas, ao raiar do dia, é com muita honra que eu integro a bancada dos Deputados do Partido Popular Socialista que usarão da palavra. Mas eu o faço também com muito constrangimento e com muita tristeza, pelo momento difícil que a democracia brasileira vive.

É preciso ter muita coragem e muita decisão para enfrentar o que tem de ser enfrentado. E o PPS, herdeiro do Partido Comunista Brasileiro — PCB, nunca se furtou a enfrentar momentos difíceis como este, sempre olhando para os interesses dos mais excluídos na sociedade brasileira.

O PPS também tem compromisso com a democracia, que sempre nos colocou em maus lençóis na hora em que nos faltou. A história do PPS e do PCB é a história da resistência democrática, é a história de uma folha de serviços prestados à sociedade e aos trabalhadores brasileiros.

E é exatamente isso que nos fez chegar a um momento importante da transição democrática, na resistência à ditadura, coroando-nos com a nova Constituição, aquela que estabeleceu o pacto social brasileiro, considerada a



Constituição Cidadã. E é exatamente nesta Constituição Cidadã que é previsto o *impeachment*, por compromisso com a democracia.

O *impeachment*, longe de ser um instrumento de golpe, como a retórica enganosa das vozes governistas tenta nos passar, é um instrumento gravado na Constituição, fruto da conquista democrática, exatamente para oferecer uma saída em momentos como este, em que o País é largado à própria sorte por um governo absolutamente incompetente, que inclusive faz ruir todas as conquistas obtidas ao longo dos últimos 30 anos pela sociedade brasileira.

Nós estamos aqui discutindo exatamente essa característica da democracia brasileira, através do *impeachment*, como foi feito com Collor.

Aliás, o Partido dos Trabalhadores ingressou nesta Casa com quase 50 pedidos de *impeachment* a outros presidentes da República. Eu vou dar dois exemplos aqui. O autor do primeiro pedido de *impeachment*, em 1992, foi o Sr. Jaques Wagner, hoje Ministro-Chefe da Casa Civil, que entrou contra o Governo Itamar Franco. Qual era a alegação do pedido de *impeachment* do PT diante de Itamar Franco? Era o fato de o Ministro da Casa Civil, o Henrique Hargreaves, ter submetido a medida provisória do Plano Real à análise na campanha do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Essa era a razão de o Partido dos Trabalhadores pedir o *impeachment* do Presidente Itamar. E há tantos outros pedidos, como o de Milton Temer em 1999, por conta do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional — PROER.

E agora o PT alega para a sociedade brasileira, cinicamente, que o *impeachment* é um instrumento golpista, embora tenha dele usado muitas vezes.



O que está a acontecer no Brasil hoje? A situação econômica é das piores que nós já vivemos; a inflação está em mais de 10%; a taxa de juros está em quase 15%; há um processo de desemprego que hoje abate quase 11 milhões de famílias e trabalhadores brasileiros; há um processo inflacionário que todos estão vendo no dia a dia, nas compras do supermercado; há um processo de desindustrialização da indústria nacional; há um processo que fez o Brasil pagar, no ano de 2015, só de juros e serviços da dívida pública brasileira, quase 800 bilhões para a agiotagem dos bancos do sistema financeiro; a dívida pública já representa quase 70% do PIB brasileiro, que é o oitavo PIB do planeta.

É essa a situação do desastre do Governo da Presidente Dilma, que coloca em risco todas as conquistas obtidas desde o Governo Itamar, com o Plano Real, passando pelas obtidas no Governo Fernando Henrique e, inclusive, no primeiro Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi também um governo de inclusão social.

Isso tudo está jogado na lata do lixo. Isso tudo está jogado no ralo por conta da incompetência do Governo Dilma, que coloca em risco, inclusive, programas sociais como o FIES, deixando milhões de jovens brasileiros ao relento, sem a expectativa de ingressar em uma universidade — que é o desejo principal dos jovens nos rincões deste País. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC, que foi o cartão de visita, a vitrine da campanha da Presidente Dilma, hoje está absolutamente falido. O Programa Minha Casa, Minha Vida e o próprio Programa Bolsa Família estão sofrendo cortes, colocando em ruínas aquelas famílias que dependem dos programas sociais.



Por falar em prejuízos à sociedade, a corrupção nunca esteve tão em voga, o que atualmente constrange a maioria das pessoas, cidadãos e cidadãs de bem neste País. O Partido dos Trabalhadores, que colocou em risco as conquistas sociais, tem dez dirigentes presos, alguns condenados mais do que duas vezes, como é o caso do ex-Ministro José Dirceu.

A corrupção hoje leva do Brasil quase 100 bilhões de reais por ano, em desvios de dinheiro público e sonegação. Mas estão tentando abater a Justiça brasileira e a Operação Lava-Jato, através das tentativas de intimidar a figura de Sérgio Moro.

Como se tudo isso não bastasse, há ainda o crime de responsabilidade, previsto no art. 85 da Constituição brasileira. Tentam sugerir que não houve dolo no processo, mas isso é duvidoso. Em depoimento, o Senador Delcídio do Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, hoje preso, diz que a Presidente Dilma sabia de tudo sobre o escândalo de Pasadena. Tudo! E isso foi ratificado na semana passada, quando também se acusou o ex-Presidente Lula de saber de tudo sobre os escândalos da Usina de Pasadena. Portanto, não se pode dizer que haja apenas um crime de responsabilidade, pois há a possibilidade de também haver dolo nos crimes praticados e já denunciados na Lava-Jato.

O *impeachment* está previsto no ordenamento jurídico brasileiro. A questão das pedaladas fiscais — apelido dado para o crime fiscal de mais de 50 bilhões de reais que foi praticado — e dos seis decretos sem autorização do Congresso Nacional são crimes previstos no ordenamento jurídico, pelos quais uma Presidente não pode ficar incólume. É por isso que amanhã, no domingo, nós estaremos aqui consagrando, com mais de 340 Deputados, o afastamento da Presidente Dilma.



Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se nós tivéssemos que acolher os argumentos do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, nós teríamos que nos redimir diante do que aconteceu com o Presidente Collor, nós teríamos que, de joelhos, pedir perdão ao Presidente Collor, nós teríamos que, talvez, fazer uma estátua em homenagem ao ex-Presidente Collor, porque um Fiat Elba retirou aquele Presidente — que tinha que ser retirado —, por crime previsto na Constituição brasileira.

Mas muito mais crimes de lesa-pátria e de lesa-economia popular praticou a Presidente Dilma. E é por isso que ela será afastada, para a construção de um novo projeto de desenvolvimento do País.

Vamos ao *impeachment*, com a responsabilidade de construir um futuro melhor para o Brasil e para a maioria dos brasileiros. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há quase 24 horas consecutivas, esta Casa debate o processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff.

Ontem, quando iniciamos esta sessão, assisti com muita atenção à fala do Advogado-Geral da União, que, diga-se de passagem, deixa de cumprir os seus afazeres institucionais de defender os interesses da República para vir aqui defender uma Presidente que não merece — definitivamente não merece — a defesa paga pelo povo brasileiro.

Na sua defesa, o Ministro José Eduardo Cardozo traça uma linha que é extremamente temerária para a própria Presidente. Diz o Ministro que não houve dolo nos crimes de responsabilidade que a Presidente cometeu. O advogado, em



hora nenhuma, nega que tenham existido os crimes. O que ele nega é que tenha existido o dolo, que de fato é um dos elementos do tripé criminal.

Ora, Sr. Presidente, o que é dolo? Dolo é a vontade deliberada de cometer um ilícito para atingir determinado propósito. E o que foi que Dilma fez? Em primeiro lugar, editou decretos que aumentavam a sua capacidade de mudar o Orçamento da União, e o fez sem autorização desta Casa. Isso caracteriza crime de responsabilidade.

O art. 85 da Constituição da República diz com clareza o que são crimes de responsabilidade:

“Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo — esse já é algo que a Presidente infringe — (...);

III - o exercício dos direitos políticos (...);

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração — outro inciso que ela infringe;

VI - a lei orçamentária — que obviamente a Presidente maculou com esse seu ato;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.”



E lá no art. 167 a Constituição complementa dizendo que a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes também é vedada.

Ora, se a Presidente, sabendo desse comando constitucional, tomou para si o risco de, cometendo o ilícito, ultrapassar os direitos desta Casa e fazer os decretos sem autorização legislativa, é óbvio que ela cometeu crime de responsabilidade. É óbvio que ela teve esse propósito. E, se o seu advogado vem aqui traçar uma linha de defesa dizendo que não existe dolo, só nos resta concluir que a Presidente ou é inimputável ou é relativamente capaz, motivos que também, necessariamente, a levariam ao afastamento.

A Presidente da República não se conformou apenas em fazer isso. Fez mais. Ela fez o que chamamos de pedaladas fiscais.

E o que é pedalada fiscal? Ela fez pedalada fiscal justamente quando tomou dos bancos oficiais o dinheiro que pertence a esses bancos para, sobretudo no ano da eleição, utilizar esses recursos para pagar ações sociais. O Governo não tinha dinheiro para bancar isso, mas, com o dinheiro dos bancos, ela podia dizer ao Brasil: *"Está tudo bem, está tudo ótimo; o Brasil está saudável economicamente"*, quando o País já estava definitivamente quebrado.

Essa foi uma forma de enganar o povo brasileiro, mas também uma maneira de ludibriar o sentimento da Nação, que pensou que o seu Governo conduzia o País a um bom termo, que o propósito econômico estava delineado de uma maneira positiva para todos os brasileiros, quando, na verdade, logo depois da eleição, ela teve que fazer uma guinada radical, mandando para esta Casa dezenas de projetos



de lei e medidas provisórias, todas tirando direito dos trabalhadores, reduzindo gastos, para pagar a conta da sua maldita eleição.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é óbvio que está configurado o crime de responsabilidade! Eu não fico perplexo quando o PT vem aqui dizer que esse processo legítimo, previsto constitucionalmente, é ilegítimo, é um golpe. Eu não fico surpreso porque o PT é capaz de muito mais do que isso. Eu não fico surpreso de ver o PT contrariar a palavra autorizada do Supremo Tribunal Federal. Eu não fico surpreso de ver o PT fazer o mesmo em relação ao Tribunal de Contas União, que, à unanimidade dos seus Ministros, em um parecer assinado por dezenas de técnicos que entraram naquele Tribunal pela porta democrática do concurso público, também disse que houve, sim, pedalada fiscal, que houve, sim, a emissão de decretos sem autorização legislativa, o que, portanto, configura o crime de responsabilidade. Eu não fico surpreso de ver o PT confrontar isso. A prática do PT é essa mesmo.

Nós vimos aqui o Sr. José Eduardo Cardozo bater às portas da OAB para pedir que ela se manifestasse contra o *impeachment*. O que a OAB disse? A OAB, através de 26 das 27 sucursais estaduais, disse que havia, sim, motivo para entrar com o *impeachment*. Ai, também, na mesma hora, a OAB passou a ser golpista.

Então, a OAB, o TCU, o Supremo Tribunal Federal, todos são golpistas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que o processo tem uma sólida base jurídica, mas a própria Constituição diz — e todos os grandes constitucionalistas também compreendem dessa forma — que o *impeachment* é também um ato de natureza política. É jurídico e é político.



Sobre o político, nós temos que reconhecer que a Presidente da República quebrou este País, através de uma política deliberadamente equivocada, voltada o tempo inteiro para a própria reeleição, sem pensar nos brasileiros. A Presidente levou o País à mais absoluta falência.

Hoje nós estamos diante de um quadro de tentar recuperar este País a partir de segunda-feira, e o faremos, sim, com a convicção de que este País não merece o PT. Este País não merece a quadrilha que assumiu o poder para desmoralizar o nosso País. Nós vamos fazer, sim, o bom enfrentamento.

Vejam os senhores, poderia este orador, como todos os outros que defendem o *impeachment*, assomar à tribuna para falar das dezenas de crimes cometidos nesse processo investigado pela Lava-Jato, em que a Presidente Dilma é, sim, uma das principais envolvidas.

Dizer que Dilma é honesta é a maior aberração que se pode dizer. Ela não é honesta. Ela não é uma pessoa digna de presidir o Brasil, porque, se fosse, não estaria sendo, a cada dia, delatada pelos crimes que cometeu — e crime, sim, de corrupção. A Presidente é acusada de crimes de corrupção e vai responder por isso depois de desapeada da Presidência. Ela vai responder por isso perante a Justiça brasileira.

Meus amigos, amanhã será o grande dia, o dia em que esta Casa vai atender ao apelo do Brasil e vai dizer “sim” ao *impeachment*, não com 342, mas com uma larga margem de votos.

Não vamos, entretanto, olhar para o passado. Vamos olhar para o futuro. O Brasil é um País grandioso. A esperança esse PT não conseguirá destruir.



E eu quero encerrar a minha fala lembrando aquele grande poeta paraibano que foi Augusto dos Anjos. Falando sobre os sonhos e a esperança, ele diz:

*“A esperança não murcha, ela não cansa.
Também como ela não sucumbe a crença.
Vão-se sonhos nas asas da descrença,
Voltam sonhos nas asas da esperança.”*

Retornaremos aos sonhos, em nome do voto “sim” ao *impeachment*, à esperança do Brasil, à vitória dos brasileiros.

Viva o impeachment!

Fora, Dilma! (*Manifestação no plenário: Muito bem. Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho a esta tribuna, como mulher nordestina, para fundamentar, com muita convicção, o porquê do “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma.

Primeiro, ela cometeu, sim, crime de responsabilidade. A Presidente Dilma, na verdade, não respeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Presidente Dilma não respeitou a Lei Orçamentária e levou o Brasil ao caos econômico que nós estamos vivendo neste momento.

E o que têm feito a Presidente e aqueles que são seus aliados? Tentam mascarar, criar teses enganadoras de que isso de fato não aconteceu.

Quando nós recebemos, na Comissão Especial do Impeachment, o Ministro Nelson Barbosa, ele repetiu, de forma reiterada, que o Governo Federal teria cumprido as metas fiscais em 2015. Ele, na verdade, repetiu, de forma reiterada, que a Presidente teria cumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal — aliás, uma



falácia, inclusive afirmando que o Governo teria cumprido as determinações do Tribunal de Contas da União, o que não é verdade.

O que o Governo fez foi criar manobras, entrando com recursos no TCU, através dos quais fez com que o Tribunal suspendesse todas as decisões para aguardar a decisão final desse recurso. Ou seja, Sras. e Srs. Parlamentares, um criminoso não tem o seu crime anulado porque entrou com recurso. Sem falar, por exemplo, dos decretos que a Presidente, na verdade, formatou exatamente do tamanho do rombo que fez com as contas públicas do nosso País. O Governo chegou a pagar mais de 70 bilhões de reais aos bancos públicos. Você só paga aquilo que deve. Isso me faz lembrar de uma fala da grande jornalista Miriam Leitão, quando ela diz que isso é desrespeitar a inteligência alheia. E, de fato, é.

Na verdade, hoje, meus colegas Parlamentares, o que a Presidente faz é criar táticas para menosprezar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi criada há décadas, numa tentativa de coibir a hiperinflação no nosso País, que durou muito tempo. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para dar um basta no gasto de alguns gestores perdulários, irresponsáveis do nosso País.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Parlamentares, surgiu a crise que nós estamos vivendo no nosso Brasil. Os nossos bancos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, hoje estão vulneráveis. Eles estão vivendo a pior recessão dos últimos 20 anos. Tudo isso exatamente por causa das ações irresponsáveis do Governo.

Ao mesmo tempo, o desemprego voltou. Hoje, no nosso Brasil, a cada hora, pelo menos 282 brasileiros vão para a lista de desempregados. No meu Estado do Maranhão, por exemplo, esse percentual chega a 9%.



A Presidente cometeu outro delito, exatamente durante o período eleitoral. Além das calúnias, das mentiras, houve manobras ardilosas do Sr. Arno Augustin, através de uma burla sistemática do Tesouro Nacional, que fez com que a Presidente Dilma se sentisse confortável para gastar de uma forma desordenada durante o ano eleitoral, com mentiras, com falácias. Durante a campanha eleitoral, ela dizia claramente, por exemplo, que a candidata Marina Silva, que o candidato Aécio Neves, se eleitos, eliminariam os programas sociais. Na verdade, ela faria isso. E o fez.

Há ainda a corrupção, que é sistêmica neste Governo. Nunca na história deste País nós acompanhamos tantos casos de corrupção! Esta Casa instalou várias CPIs, como a da PETROBRAS. Em seu depoimento, Barusco deixou clara a existência de uma corrupção sistêmica neste Governo.

Além disso, senhoras e senhores, ainda no ano de 2014, a Presidente Dilma nem deixou começar o novo mandato e fez um corte nos programas sociais que foram conquistados a duras penas no Brasil, atingindo especialmente a minha região, a Região Nordeste. Seguro-desemprego, PRONATEC, uma de suas bandeiras de campanha, FIES, Minha Casa, Minha Vida e outros programas foram ferozmente atingidos pelo corte do Governo, através de medidas enviadas a esta Casa.

A Presidente Dilma diz que fez uma manobra para atender as populações pobres. Na verdade, o Governo Federal foi muito mais generoso, por exemplo, com o BNDES do que com a população pobre deste País, que foi atingida pelas medidas.

Hoje, estamos diante da possibilidade real do *impeachment*, que é um julgamento jurídico, mas também político. Quis assim o Constituinte. Se não o



quisesse, a decisão final a esse respeito não seria do Congresso Nacional, mas sim do Supremo.

Na verdade, quando se cria essa mentira de um golpe, quando se cria essa mentira para o povo brasileiro, está-se tentando contradizer uma realidade fática, uma realidade que está diante de nós.

Dizem que o *impeachment* é golpe, mas golpe, meus colegas Parlamentares, é o que o Governo fez quando tirou direitos importantes, atacando a CLT. Golpe, por exemplo, é atacar as comunidades tradicionais do nosso País. Golpe é, na verdade, a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Golpe é o que o Governo Federal fez quando deixou de demarcar terras, porque Dilma foi a Presidente que menos demarcou terras na história da República brasileira.

Isso, na verdade é golpe. É ganhar uma eleição com calúnia ou estelionato eleitoral, é ganhá-la em cima de promessas e, durante a execução do Governo, fazer tudo ao inverso daquilo que prometeu.

Sras. e Srs. Parlamentares, o PT usa dois pesos e duas medidas: diz que o *impeachment* é golpe quando se trata da Presidente Dilma, mas que não o foi quando apresentou os pedidos de impedimento de Fernando Henrique e de Itamar.

Meus colegas Parlamentares, nós teremos, na segunda-feira que virá, o dia seguinte ao *impeachment*. E nós precisamos ficar de fato muito atentos para a proposta de união nacional. Essa proposta não pode ser deliberada. Precisamos, acima de tudo, de uma união que possa atender aos requisitos dos limites, para que a Operação Lava-Jato não venha a ser negociada como moeda de troca.



Por fim, eu quero dizer a todos vocês, Parlamentares, com muita tranquilidade, que eu voto pelo *impeachment*, e voto pelo *impeachment* como maranhense, como Nordeste.

O meu Estado deu mais de 80% dos seus votos para a Presidente Dilma. Belágua, uma das cidades mais pobres do Maranhão, deu 94% dos seus votos para a Presidente Dilma e, hoje, vive da economia de subsistência, através da produção da farinha. O meu Maranhão sonhou com uma refinaria, que era, na verdade, um engodo; sonhou com a duplicação da BR-135, e o Governo a suspendeu de uma forma impiedosa.

É em nome do meu Estado, que é rico — ele é o Estado dos Lençóis Maranhenses e das cachoeiras e tem um potencial extraordinário —, que eu voto “sim” ao *impeachment*.

Quero finalizar com uma parte de um poema da ex-Senadora Marina Silva: “Do arco que empurra a flecha quero a força que a dispara”.

Em nome da força do meu Maranhão, em nome da força da minha gente, eu digo “sim” ao *impeachment*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiquei pela madrugada, Deputados Arnaldo Jardim, Arnaldo Jordy, Carmen Zanotto, Arthur Maia, Eliziane Gama e Gilberto Nascimento, ouvindo os pronunciamentos, e alguns deles chegam às raias da desonestidade. São desonestos; afinal, para quem rouba, a desonestidade intelectual é uma questão menor, segundo o Ministro Cardozo. Para eles, criminoso é herói. Para o PT, criminoso é herói. Para nós, criminoso é criminoso.



Daí a Justiça, daí o devido processo legal, daí a condenação, daí a prisão.
Para eles, condenados e presos viram heróis, mesmo se tiverem levado bilhões de reais do dinheiro público, mesmo se tiverem tirado recursos da merenda escolar, do medicamento do posto de saúde...

O SR. PADRE JOÃO - Tal como ocorreu em São Paulo...

O SR. RUBENS BUENO - O senhor poderia estar no altar rezando, e não aqui mentindo! O senhor se comporte! O senhor se comporte!

(Tumulto no Plenário.)

O SR. RUBENS BUENO - O senhor se comporte! O senhor é um padre e deveria estar se comportando pela verdade, e não aqui fazendo esse tipo...

(Tumulto no Plenário.)

O SR. RUBENS BUENO - Mensaleiro! Petrolão! É mais um criminoso junto à organização criminosa que quer destruir o País! Querem destruir o País, fazendo fraude fiscal! E está na Constituição, no art. 85, que fraude fiscal é crime de responsabilidade; decreto sem autorização legal é crime de responsabilidade. Está na Constituição da República! E os Deputados, quando tomaram posse, juraram obedecer e honrar a Constituição.

O que o PT e o seus asseclas fazem é desonrar a Constituição e cometer perjúrio, porque a Constituição reza que é crime de responsabilidade a fraude fiscal, assim como editar decreto sem autorização legal. Há mais ainda: editaram decreto sem número, para não deixar rastro do crime, como grandes bandidos fazem no dia a dia.



Eu tenho este livro, que foi distribuído no dia em que os juristas se apresentaram aqui no plenário desta Casa, quando pude acompanhar do começo ao fim a importância que é termos juristas honestos, termos juristas conscientes.

Como disse Miguel Reale Junior, quando apresentou o requerimento do pedido de *impeachment*: “A responsabilidade fiscal é um patrimônio público do povo brasileiro, conquistado a duras penas”. Isso veio com o Plano Real, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E, por coincidência, o PT foi contra o Plano Real, foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque talvez já estivesse imaginando o crime que cometeria hoje, preparando o crime, fazendo com que o seu discurso fosse o biombo do crime. Esse é o PT, organização criminosa que tomou conta do poder no País.

E quem comanda essa organização criminosa? São aqueles que dão vazão a Belo Monte, que dão vazão a Pasadena, que dão vazão a bilhões de reais dos fundos de pensão, para dali extrair dinheiro para propina, para financiar campanhas do PT, dos seus candidatos, do seu partido político.

Quem está no poder? A Presidente Dilma, que mentiu, mentiu, mentiu, para se reeleger. Quem vai dar confiança a alguém que mente reiteradamente como ela fez? É evidente que ela perdeu a confiança do povo brasileiro.

Por isso, a aprovação do seu Governo e da sua pessoa não passa de 10%. Hoje, 82% do povo brasileiro querem o seu afastamento, porque sentem na pele os milhões de emprego que desapareceram. Famílias estão desesperadas em busca do salário que não têm mais, em busca de atender a um filho, em busca de um medicamento, em busca de uma consulta. Já não podem mais fazê-lo, porque o PT



chegou ao poder e tomou o direito sagrado do trabalhador de trabalhar, de ter uma renda e de viver com dignidade.

O que diz o art. 78 da Constituição? Que cabe ao Presidente da República promover o bem geral do povo brasileiro. A Presidente Dilma promoveu o mal geral do povo brasileiro.

E como ela faz isso? Ela faz com o dinheiro público, com as fraudes fiscais. Em 2014, para se reeleger, ela deu pedaladas de 40 bilhões de reais, dinheiro que não existia.

Quando estamos tratando disso, estamos com documento do Prof. Hamilton Dias de Souza, da USP, que diz que cargo público é para quem tem competência e o mínimo de zelo pelo dinheiro público.

Esse balcão de negócios com o ex-Presidente Lula, em um hotel luxuoso de Brasília, oferecendo cargos públicos, é um verdadeiro desvio de finalidade e abuso de poder, cometidos especialmente por quem deveria zelar pelas leis, já que foi Presidente da República.

Não diferente diz a Profa. Estefânia Barboza: *“Quando chegamos a uma situação como essa, não cabe nada mais, a não ser o processo de impeachment”*. E ela mostra claramente a possibilidade de responsabilizar aqueles que cometem fraude fiscal.

Mas quero encerrar, até porque nós precisamos diminuir o tempo e vamos dar a nossa contribuição.

Qual é o boletim de escola, quando alguém desempenha um cargo público? Eu tenho um boletim de escola. Eu fui Prefeito de Campo Mourão. Deixei a Prefeitura com aprovação de 92,3% e sempre digo que esse índice se deu graças à



equipe que escolhi para administrar o Município durante 4 anos, com servidores públicos dedicados e abnegados.

E qual é o boletim de escola da Presidente Dilma? Ela não tem aprovação de mais de 10% do povo brasileiro. Quais os números do seu Governo? O PIB brasileiro encolheu 3,8% e está no vermelho; o IPCA em 12 meses é de 10,36%; a dívida bruta, em termos de percentual do PIB, subiu de 51% para 67%; o resultado primário foi de +2,6% para -2,11%; resultado nominal, de -2,4% para -10,75%; taxa SELIC, de 10,75 para 14,25%; o dólar era R\$1,66, em 2010, e agora está em R\$3,65; o desemprego era 5,3% e hoje está em 8,2%; o desemprego do PNAD estava em 7,6% e agora está em 9,5%.

Vejam as notas da Presidente Dilma: todas em vermelho. Esse é o boletim de escola da Presidente Dilma.

Por tudo isso, o povo diz: *"Fora, Dilma!"* Vamos afastá-la! *Impeachment*, amanhã, aqui neste plenário, em nome do povo brasileiro! *(Manifestação no plenário. Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

Em seguida, vamos chamar os oradores do PHS: Deputado Dr. Jorge Silva, Deputado Pastor Eurico, Deputado Carlos Andrade, Deputado Marcelo Aro e Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma saudação especial ao meu Estado, o Estado do Amazonas, que, com certeza, está sintonizado, assistindo a esta sessão histórica, em que a Câmara dos Deputados do Brasil, desde ontem, está cumprindo com seu dever histórico de discutir a admissibilidade do processo de *impeachment* da Sra. Presidente da República. E vamos concluir a discussão no dia de hoje, para que amanhã possamos submeter esta matéria a votos.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que amanhã o voto "sim" terá uma participação decisiva. Não imagino nem posso imaginar que amanhã não tenhamos de 360 a 380 votos "sim", número superior, portanto, aos 342 necessários, até porque o povo jamais perdoará os indecisos. O povo jamais perdoará os indecisos. O povo jamais perdoará os faltosos. Aqueles que ficarem na contramão da história serão cobrados por isso, terão sequelas insuperáveis, porque o povo está atento. Já dizia o ex-Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro: "*Para onde o povo vai esta Casa sempre vai*".

Sr. Presidente, é uma alegria muito grande viver este momento histórico, porque ele tem uma característica completamente diferenciada da legislação.

Alguns comentam que não há crime de responsabilidade. Há, sim! Se lermos os incisos V e VI do art. 85 da Constituição Federal, observaremos que há



perfeitamente o enquadramento dos atos da Sra. Presidente da República nesses incisos que preveem o crime de responsabilidade, a falta de probidade e a ofensa à Lei Orçamentária, com as pedaladas e os decretos sem autorização legislativa. Tudo isso gerou o crime de responsabilidade.

O que tem que ficar claro é o viés político. Por quê? O viés político é determinante nessa fase, porque é o que se pode aferir da necessidade que tem esta Casa de fazer uma intervenção heroica para acabar com a crise econômica, que está gerando desemprego em massa, inflação galopante e juros estratosféricos.

Enfim, é preciso que haja uma correção de rumos. Esta Casa tem a responsabilidade histórica de votar "sim" ao *impeachment* para que essa correção de rumos aconteça de forma constitucional, sem ruptura democrática, na forma da lei e na forma da Carta Magna deste País.

Sr. Presidente, no meu Estado, o Amazonas, com a crise da Zona Franca de Manaus, há milhares de desempregados, diariamente, as fábricas estão fechando para conceder férias antecipadas, e a dor está chegando aos lares dos amazonenses, de um modo geral, principalmente em Manaus, onde está localizada a Zona Franca.

É preciso, portanto, que haja um basta, que nós possamos aqui dizer ao Brasil que estamos criando perspectiva de dias melhores para a nossa terra e para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, o povo brasileiro precisa de uma sinalização diferente para a falência da saúde, a falência da educação e a crise na economia. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esta Casa não faltará com o povo brasileiro, esta Casa não ficará na contramão da história. Ai dos faltosos, daqueles que não terão coragem de



mostrar seu rosto amanhã para dizer ao povo que estão do seu lado. A história jamais os esquecerá.

Faço um alerta para aqueles indecisos: está na hora de verificar o que pensa a população brasileira, o que pensa o povo, para não ficar na contramão da intenção popular.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do meu partido, o PSD, que me concedeu o privilégio de fazer uma Comunicação de Liderança, eu quero dizer que a nossa bancada, maciça e majoritariamente, decidiu votar “sim”, porque entendeu que esse é o imperativo histórico do nosso partido, um partido ainda jovem — tem apenas 4 anos e meio —, criado em 2011, que haverá de ter, portanto, uma participação decisiva na história do Brasil.

Sr. Presidente, quero aqui conclamar todos os Deputados a votarem “sim” ao *impeachment*, para o bem do Amazonas, para o bem do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PHS, concedo a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva e, em seguida, ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. DR. JORGE SILVA (PHS-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, dia 17, participaremos de um dos momentos mais importantes da vida política nacional: a votação da admissibilidade para a instauração do processo de *impeachment* da Sra. Presidente Dilma Rousseff.

Quero aqui expressar que não me sinto confortável, muito menos contente com toda essa miséria que acontece no nosso País, primeiramente porque não se trata de uma decisão de algo ordinário e positivo. Preferiria eu estar aqui votando medidas para a melhoria da saúde de nosso País ou avanços na área de educação, mas eu tenho que cumprir o meu papel constitucional e político e, neste momento, julgar uma Presidente e um Governo, que, não podemos deixar de reconhecer, durante esse período, promoveram avanços em várias áreas, principalmente na área social.

Porém, por melhores que tenham sido esses avanços, ninguém pode estar acima da lei no Estado Democrático de Direito. Logo, todos nós, dos mais pobres aos mais ricos e poderosos, estamos sujeitos à lei e, se cometermos crimes, teremos que ser devidamente responsabilizados por eles.

Neste momento, nós Parlamentares assumimos a função constitucional de julgadores, função de extrema responsabilidade para esta Casa de Leis.

Estamos atravessando uma profunda crise ética, política e econômica, com graves reflexos sociais. Hoje, há cerca de 10 milhões de brasileiros desempregados, e isso é muito grave. Milhões de pais e mães de família perderam o único sustento



de seus lares e agora não têm como pagar a escola do filho, o aluguel, a alimentação, a conta de luz e a conta de água.

Senhoras e senhores, a Presidente Dilma perdeu a governabilidade. Não podemos mais conviver com Estados e Municípios falidos, sem as mínimas condições de oferecer serviços básicos à população brasileira.

Um estudo elaborado pelo Conselho Federal de Medicina e pelo *site* Contas Abertas aponta que os gastos com saúde realizados pelo poder público nas cidades brasileiras, em 2014, foi de apenas 3 reais e 89 centavos por habitante. A saúde do nosso País está na UTI.

Portanto, Srs. Deputados, temos que agir. Não podemos ser omissos neste momento tão delicado por que passam os nossos irmãos brasileiros.

A indústria brasileira está paralisada. A maior empresa deste País, Deputado Max Filho, é a indústria do “vende-se” e “aluga-se”. Milhares e milhares de pequenas empresas fecham as portas a cada dia, gerando desemprego e perda de receita.

Estamos assistindo, com muita tristeza, ao fracasso da empresa que, até bem pouco tempo, era o nosso orgulho e esperança, com o pré-sal. Agora, diante de perdas e desvios da ordem de 40 bilhões de reais, a PETROBRAS luta para sobreviver.

Sras. e Srs. Deputados e todos que nos acompanham, neste momento, eu gostaria de fazer uma reflexão sobre os últimos 8 anos do Governo petista.

Esse processo pelo qual passamos começou em 2008. Estávamos, naquele momento, diante de uma grave crise mundial, com recessão e desemprego atingindo grande parte dos países do globo terrestre.



Porém, aqui no nosso querido Brasil, foi feito diagnóstico pelo Governo de então de que tudo não passava de uma marolinha e que a saída para a crise se daria com incentivo ao consumo, através da injeção de dinheiro público, estimulando o crédito.

Dessa medida, não temos dúvida, surgiu resultado. Tivemos um PIB de 5,2% em 2008; um PIB negativo de 0,6% em 2009; e um PIB de 7,5% em 2010, semelhante ao PIB chinês.

Tenho a plena convicção de que esse desempenho da nossa economia naquela época foi fundamental para que o então Presidente Lula elege-se sua sucessora.

E aí está o grande nó desse processo: a Presidente Dilma chegou ao poder e não dialogou com a classe política, não conversou com o setor produtivo, desprezou seu partido, pensando que poderia governar sozinha, como se fosse uma monarca. Adquiriu a fama de “faxineira”, por conta do combate à corrupção, exonerando sete Ministros em 2 anos, o que fez com que sua popularidade atingisse níveis nunca antes vistos desde a redemocratização do nosso País.

Senhoras e senhores, esse era o momento em que a Presidente deveria ter aproveitado seu capital político, aproveitado a sua credibilidade junto à opinião pública e o fato de ter sido, também, a primeira mulher ao chegar ao mais alto posto da República e feito as reformas estruturantes de que este País tanto necessitava e necessita: a reforma tributária, a reforma política, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, entre outras.

A Presidente, o seu Governo e o PT perderam a grande oportunidade de colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento. Infelizmente, optaram pelo



caminho mais curto. Porém, senhores, neste mundo globalizado, rápido e competitivo, não podemos perder oportunidades, nem na nossa vida privada e, muito menos, na administração pública.

Lembro os senhores que exatamente no dia 11 de junho de 2013, após um aumento de passagens de ônibus na cidade de São Paulo, tivemos oportunidade de assistir a uma das maiores manifestações populares no nosso País. Naquele momento, pensávamos, em função dos movimentos que aconteciam do outro lado do mundo, que nós estaríamos vivendo uma Primavera Árabe em nosso País. A popularidade da Presidente Dilma desabou, saindo de 70% para 33%, e, desde então, vem em queda livre até a presente data, atingindo a marca de um dígito e chegando, com isso, ao pior índice de popularidade de um Presidente desde a redemocratização.

Neste momento, Sras. e Srs. Deputados, caros telespectadores e pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, estamos há exatamente 15 meses da eleição presidencial de 2014. Não tenho dúvida de que foi planejado, foi implantado de maneira premeditada um projeto puramente eleitoreiro — fui procurar no dicionário o que significava a palavra “eleitoreiro”. “Eleitoreiro” significa uma manobra ou conchavo político, cujo fim é tão somente a eleição de um ou mais indivíduos, ou atrair os votos do eleitorado, sem nenhum compromisso com a verdade e com a ética. Senão, vejamos: tivemos a redução das tarifas de energia elétrica, em meio a uma crise energética; tivemos a manutenção artificial dos preços dos combustíveis, não obstante as altas seguidas do preço do barril de petróleo; tivemos a baixa histórica e forçada das taxas de juros; tivemos o incremento acentuado dos projetos sociais.



Não somos contra os projetos sociais, mas entendemos que eles precisam ser aperfeiçoados e que o gestor não pode usar a população mais pobre deste País como massa de manobra, pois o Governo tinha consciência da inviabilidade de continuar com esses projetos na magnitude em que se encontravam. Volto a dizer: era um projeto eleitoreiro.

Portanto, senhoras e senhores, o Governo foi obrigado a fazer as famosas pedaladas — editar decretos sem autorização legislativa — para cobrir rombo orçamentário. Na minha singela avaliação, entendo, sim, que houve crime de responsabilidade da Presidente Dilma, e, digo mais, de maneira premeditada, o que corroborou para jogar o nosso País na maior crise econômica desde a crise de 1930.

Então, senhoras e senhores, de maneira muito consciente, tomei a posição de votar pela admissibilidade do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma.

Assim sendo, em nome da maioria do povo capixaba, votarei a favor do *impeachment* porque sou a favor da lei, a favor da justiça, a favor da ética, a favor da decência, a favor do direito à ampla defesa, mas também a favor de não se blindar quem quer que seja.

Se há indícios — e estou convicto de que há —, o processo precisa seguir para o Senado, para que lá seja instaurado, discutido e julgado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desculpem-me por estar do lado de cá. Eu não sabia que tinha havido uma divisão do plenário, de modo que quem for a falar a favor fala de um lado e quem for contra, de outro. Mas aqui não há plenário de A, B e C, não. Acho que cada um fala de onde quiser.



Senhoras brasileiras e senhores brasileiros, é bem verdade que muita gente está acompanhando a transmissão de tudo o que aqui está acontecendo desde o dia de ontem. Nós já tivemos outras oportunidades de falar, e agora voltamos a este microfone.

Eu já quero agradecer aos milhares e milhares de pessoas que estão grudados, ligados na TV, acompanhando este momento histórico de nossa Nação.

Gostaria também de agradecer ao Líder do PHS, Deputado Givaldo Carimbão, que é democrático, até porque sabemos do seu voto. Ele tem o seu posicionamento contrário ao dos outros seis Deputados do PHS: somos sete, e seis votam *pró-impeachment*. Ele tem o seu voto diferenciado. Nós o respeitamos e o parabenizamos pela forma democrática como está conduzindo o nosso partido, o PHS.

Deixe-me ler aqui uma expressão — eu gostaria de imitar a voz, mas não consigo; eu não sou humorista:

“O Congresso Nacional sabe da responsabilidade que hoje recai sobre seus ombros e sabe que se não votar o impeachment ficará desacreditado pela opinião pública. O Congresso Nacional tem a clareza de que nós vivemos uma crise profunda neste Governo e que somente com a saída do Governo é que nós iremos resolver alguns problemas da Nação.”

Essa mesma pessoa disse também:



“Pela primeira vez na América Latina, o povo brasileiro deu uma demonstração de que é possível o mesmo povo que elege um político destituir este político.”

Isso foi em 1992. E quem disse isso? O homem mais honesto que existe na face da Terra: o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva! Esse homem que agora abre a boca e é o comandante do discurso de golpe no Brasil; é o comandante da baderna e da bagunça que estão acontecendo no Brasil; é o comandante dos revolucionários da Bolívia e de países adjacentes que estão cruzando a nossa fronteira desde o dia de ontem, para bagunçar dentro do Brasil!

O Sr. Lula comanda o exército do MST. O Sr. Lula foi Presidente e, como não poderia continuar como Presidente por mais 8 anos — claro, a lei não permite —, preparou alguém e colocou lá para ficar como figurante e ele ficar presidindo por trás. Parece que ele sabe fazer isso muito bem em todos os aspectos, pasmem os senhores!

E a prova está aí. A nobre Presidente — desculpem-me por não conseguir chamá-la de Presidenta, até porque não há esse negócio na nossa língua portuguesa. Mas tudo bem, a Presidenta ou a Presidente —, coitada da Presidente Dilma, foi colocada na Presidência, mas ficou como uma marionete, sendo controlada pelo Sr. Lula, superinteligente, sábio! O Sr. Lula, o homem honesto, ficou por trás, controlando a Presidente de um lado e os esquemas da corrupção do outro lado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

É incrível. Nunca se viu em um Governo tanta corrupção, desenfreada, como se viu ou se está vendo no Brasil. É claro que um dia essa coisa viria à tona. É claro que um dia a casa cairia. Chegou o momento. O Brasil não suporta mais.



Sr. Lula, todo o seu império está desmoronando, e, por incrível que pareça, eu tenho, como diz o nordestino, o pernambucano, peninha da Presidente Dilma, coitada, que está sendo levada, levada, levada nessa avalanche de podridão que esse grupo administrativo esquerdista, comunista barato, introduziu no nosso País. Querem sorratear, sucatear o nosso País. Nós não podemos permitir isso.

É o Lula que diz, em dados momentos, algumas palavras desrespeitosas até para com os evangélicos, que ele chama de crentes, no Brasil. Ele até diz, todos viram: *“Qualquer coisa colocam a culpa no diabo. É assim que os evangélicos fazem”*, deduzindo ele que o diabo faz as coisas más. Então, Sr. Lula, companheiros de Lula, o diabo realmente está fazendo a coisa como ele imagina, destruindo.

Por outro lado, continua desrespeitando as entidades religiosas. O Brasil é um país cristão. Pedimos respeito aos evangélicos, aos cristãos desta Pátria, porque eles não estão nas ruas, com bandeiras, mas estão pedindo a Deus uma solução para esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, companheiros. Muito obrigado, Brasil.

E todos sabem: Pastor Eurico vota “sim”, pelo *impeachment*. (Palmas.)

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, participo deste evento histórico no Brasil não com alegria, mas com a responsabilidade que me foi outorgada pelo povo brasileiro, em especial pelo povo de Roraima, o meu Estado.

Vivemos em um momento crítico no nosso País. Enfrentamos uma forte crise econômica, agravada pelo cenário político de instabilidade, falta de confiança,



corrupção. Estamos diante de um Governo que está falindo o País. Nós, como representantes do povo, temos a obrigação de não permitir que isso continue. O que para muitos é um golpe, a meu ver é um mecanismo constitucional de controle daquele que exerce o mandato de governo em nome do povo, povo este que é de fato e de direito quem detém o poder.

Não podemos permitir que continuem usurpando as funções públicas à custa e com o sacrifício do povo. A irresponsabilidade de atos praticados pelo Governo nos últimos anos já provocou danos irreparáveis ao País. Se de alguma forma permitirmos que continue no poder, assistiremos ao País afundar mais do que já afundou.

Srs. e Sras. Deputadas, a inflação acumulada em 2015 superou o patamar de 10%. Perdemos o controle dos preços. A gasolina, por exemplo, no meu Estado, o Estado de Roraima, custava R\$3,16, o litro, em janeiro de 2015. Em janeiro de 2016, pagávamos R\$3,87 por litro, um aumento de mais de 22% no ano.

A taxa de desemprego disparou em 2016. Já são cerca de 10 milhões de pais de família que não têm mais renda garantida para sustentar seus filhos. Pasmem! No ano passado, tivemos uma queda de 3,8% no PIB, e paradoxalmente a dívida pública aumentou em mais de 20%.

Isso significa, Srs. e Srs. Deputados, um aumento de aproximadamente 500 bilhões de reais na dívida, dinheiro que o País terá de pagar com juros, à custa do povo brasileiro.

É o João, do Mercantil Vitória; é a D. Maria Paixão, da lanchonete; a D. Margarida, do Hotel de Caroebe; a D. Iodete, da pousada, enfim, cada brasileiro terá



que pagar. Cada um de nós. Poderíamos até admitir que estamos passando por mais uma crise econômica, que será superada.

No entanto, é preciso notar que a crise que está instalada é de única e exclusiva responsabilidade deste Governo de corruptos e incompetentes que estão desgovernando o Brasil.

As manchetes nacionais e internacionais estampam diuturnamente que, no Brasil, dá-se um dos maiores escândalos de desvio do dinheiro público. Mas quero aqui deixar registrado que o povo brasileiro é descente! O Brasil é um país de homens e mulheres de bem! As ruas, nos mais distantes rincões deste País, têm mostrado isso. Nosso povo tem fome e sede de justiça.

Já dizia John Rockefeller, industrial americano do século XIX: “O *melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, e o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo mal administrada*”. Contrariando essa máxima de Rockefeller, a PETROBRAS, uma das maiores empresas produtoras de petróleo do mundo, teve, em 2015, um prejuízo de aproximadamente 34 bilhões de reais. Atentem para isto: um prejuízo de 34 bilhões de reais.

A título de comparação do desastre que foi a *performance* da PETROBRAS em 2015, uma empresa similar, a empresa inglesa BP Petróleo, obteve, no mesmo ano, lucro de aproximadamente 25 bilhões de reais — pasmem, um lucro de 25 bilhões de reais! Enquanto isso, a Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que nós queremos felicitar e parabenizar pelas ações que têm sido feitas no Brasil, estima, até o momento, que foram desviados mais de 40 bilhões de reais da PETROBRAS.



Será que o golpe que estão alardeando não seria um golpe do Governo em cada trabalhador deste País, em cada brasileiro, e na nossa PETROBRAS?

Sim, senhoras e senhores, nossa PETROBRAS, porque a PETROBRAS é patrimônio do povo, e não de um partido político, ou do mandante de plantão.

Não bastasse tanta corrupção, o Governo ainda violou, por diversas vezes, ao longo de 2015, regras de responsabilidade fiscal. Repetidamente, ao longo do seu mandato, a Presidenta Dilma violou a Lei nº 1.079 e a Lei Orçamentária. Portanto, cometeu, sim, crime de responsabilidade, conforme previsto pela Constituição Federal, em seu art. 85, e na Lei nº 1.079, em seu art. 4º.

A edição de seis decretos de crédito suplementar, em 2015, violou frontalmente a Lei Orçamentária. A Presidente não poderia aumentar a despesa sem autorização, em um contexto que o Governo já tinha assumido ser de impossibilidade de atingir a meta prevista na lei. Essa conduta já seria suficiente para justificar o impedimento da Presidente.

Golpe? Golpe seria se não autorizássemos a abertura do processo de investigação nesta Casa, se fôssemos coniventes com tamanha ilegalidade. Isso, sim, seria um golpe.

Mas podemos ir além e falar das famigeradas pedaladas, que, no entendimento da defesa, não caracterizaram operação de crédito e, portanto, não são crime. Não podemos ser tolos de achar que os atrasos premeditados de pagamentos da União aos bancos públicos não eram um instrumento financeiro conveniente ao descontrole das contas do Governo. Os atrasos foram recorrentes e significativamente volumosos.



Portanto, senhoras e senhores, Sr. Presidente, acredito que ela deva ser investigada e pagar pelos erros que eventualmente tenha cometido. Não podemos deixar essa conta ser paga pelo povo brasileiro.

Diante do quadro que vivenciamos, recorro às palavras ditas por ninguém menos do que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, à época do *impeachment* de Collor: *“Acho que o Congresso Nacional tem clareza de que nós vivemos uma crise profunda de governo e que somente com a saída do governo é que iremos resolver alguns problemas da Nação”*.

O ex-Presidente, quando questionado após o *impeachment*, deu sua opinião, dizendo a seguinte frase: *“O povo brasileiro deu a demonstração de que era possível o mesmo povo que elege um político destituir esse político. Eu peço a Deus que nunca mais o povo brasileiro esqueça essa lição”*.

Pois bem, Sr. Lula. Eu tenho a convicção, tenho a certeza de que o povo brasileiro não esqueceu a lição!

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer à Nação que, qualquer que seja o resultado da votação que faremos no domingo, o Brasil e, em especial, este Parlamento, precisa reagir.

O País está há 1 ano e meio parado e precisa voltar a crescer, para o bem de nosso povo tão sofrido. Precisamos voltar a gerar empregos. Temos que estimular a competitividade de nossa indústria e estabilizar novamente a economia. E, para tudo isso, Sr. Presidente, é necessária a estabilidade política, algo que depende também de nós.

Agradeço a atenção aos nobres pares e ao povo brasileiro que nos acompanha neste momento. Quero agradecer, ainda, à minha família; à igreja do



Estado de Roraima, na pessoa do Pr. Isamar, do Apóstolo Flores, do Apóstolo Helton e do Pr. Deusailton, que têm empenhado a igreja em oração pela crise que assola o Brasil.

Por Roraima, pelo Brasil, *impeachment* já! Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Carlos Andrade, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Átila Lins, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário.

O SR. MARCELO ARO (PHS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, a última vez em que discurssei sobre o *impeachment* foi na Comissão, na semana passada. Naquela oportunidade, contei a V.Exas. os motivos que me levaram para a vida pública. Porém, hoje, quero falar para V.Exas. do sentimento que eu tinha quando cheguei aqui, a esta Casa.

No dia da posse, um amigo meu me chamou e disse: "*Marcelinho, não perca essa oportunidade. Lembre-se sempre de viver o seu mandato como um verdadeiro sacerdócio. Não se esqueça das palavras do Papa Pio XII, que nos ensinou que a política é a maior forma de se promover caridade. Não perca essa oportunidade!*" Naquele momento, eu fiz o compromisso de que eu não perderia essa oportunidade.

Que alegria era para mim chegar, nas minhas primeiras manhãs como Deputado Federal, e ver o meu nome e o nome do meu Estado escritos nesse painel. Que alegria é trabalhar em uma Casa que foi palco das grandes discussões do nosso País.



Senhoras e senhores, foi aqui, nesta Casa, que nós vimos Ulysses Guimarães subir rápido aquelas escadas, assentar-se na cadeira de Presidente, promulgar a Constituição de 1988 e ainda nos ensinar: questioná-la, sim; modificá-la, sim; mas desobedecer a ela, nunca.

Também foi aqui, desta tribuna, que Tancredo Neves prometeu que faria do Brasil uma grande nação — e vamos fazer! Foi daqui também que, em 1992, os nossos representantes decidiram interromper o mandato do ex-Presidente Fernando Collor e mostrar para todos os brasileiros que neste País não existe homem acima da lei.

A este primeiro momento que vivi na minha vida como Deputado Federal dei o nome de esplendor. Dei esse nome por causa de uma frase que escutei um tempo atrás: *“Leva-se certo tempo para que olhos ofuscados por uma nova luz possam discernir algo daquilo que os fascinou no esplendor”*.

O esplendor era isto: cheguei aqui e queria discutir as grandes questões do nosso País, discutir o Orçamento da União, poder criticar e sugerir onde gastaríamos o dinheiro público, os pontos fundamentais para que continuássemos crescendo econômica e socialmente.

Também era esplendor porque queria eu apresentar para esta Casa as APACs — Associações de Proteção e Assistência aos Condenados. Também era esplendor porque queria eu discutir aqui o saneamento básico. Mas, quando os meus olhos me permitiram enxergar o real cenário de Brasília, confesso que fiquei muito triste.

Para que V.Exas. entendam o que nós vivemos aqui, se me permitem, quero contar uma história de muitos já conhecida. Em uma caverna, onde alguns homens



eram prisioneiros, esses homens conseguiam enxergar apenas as sombras que a luz projetava na parede. Aqueles homens acreditavam que aquelas sombras eram realidade, mas, na verdade, eram uma ilusão. Eram sombras projetadas nas paredes através das árvores que havia fora da caverna.

O que essa história tem a ver com o que vivemos em Brasília? Tudo. O que o Governo do PT faz hoje aqui em Brasília é nos aprisionar em uma caverna e projetar imagens que são meras ilusões. Projetam imagens que não condizem com a realidade. Senão, vejamos.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o Programa Bolsa Família é suficiente para resolver o problema dos menos favorecidos. Isso é uma ilusão. A realidade é que a inflação cresce em números assustadores, tirando dessas pessoas o poder de compra.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o programa Minha Casa, Minha Vida basta. Isso é uma ilusão. A realidade é que hoje mais de 50% dos brasileiros, segundo dados da ONU, ainda não têm saneamento básico adequado.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que nunca se investigou tanto e que nunca se combateu tanto a corrupção. Isso é uma ilusão. A realidade é que se nomeia um Ministro da Casa Civil que está com medo de ser preso. A realidade é que o nosso Ministro da Educação tenta obstruir as investigações da Lava-Jato, procurar calar um delator.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que esta é uma Pátria educadora. Isso é uma ilusão. A realidade é que o Governo hoje não tem dinheiro para pagar o FIES e interrompe o sonho de milhares de jovens espalhados no nosso País.



O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o País cresce economicamente. Isso é uma ilusão. A realidade é que nós assistimos diariamente a milhares de pessoas perdendo o seu emprego e a centenas de empresas fechando as portas.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que vivemos num País seguro. Isso é uma ilusão. Na realidade, somos um dos dez países mais violentos do mundo. Hoje há em média quase 60 mil homicídios por ano em nosso País. Vivemos num País completamente inseguro.

O Governo projeta uma sombra na parede e diz que o País é autossuficiente em petróleo, mas a realidade é que este mesmo Governo gerou um rombo de mais de 100 bilhões de reais na nossa querida PETROBRAS.

Por fim, o Governo projeta uma sombra na parede e diz que a Presidente não cometeu crime. E isso, nobres colegas, também é uma ilusão. Ela cometeu crime, sim, e crime de responsabilidade. Ela pedalou, pegou um dinheiro que não era seu para pagar uma conta que era sua, dinheiro emprestado. E a nossa legislação é clara ao dizer que só se pode pegar dinheiro emprestado com prévia autorização legislativa.

Para terminar, quero dizer a V.Exas. e a todos os que nos acompanham que, se quisermos sair dessa caverna em que o PT nos aprisiona, é necessário que rompamos as algemas que nos seguram. E essas algemas hoje no País têm nome e sobrenome: Dilma Rousseff.

Basta, Dilma!

Impeachment já! (Muito bem! Palmas.)



O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta histórica sessão legislativa e querido companheiro de longas datas, Deputado Felipe Bornier, Sras. e Srs. Deputados, povo alagoano, povo brasileiro que nos assiste neste momento, venho a esta tribuna hoje reafirmar a minha posição na sessão de domingo referente ao voto que darei para o processo do *impeachment*.

No momento em que este Plenário passar a ser um tribunal de justiça de admissibilidade, estarei na função parlamentar atípica de juiz. E digo a todo o povo brasileiro, especialmente ao meu querido povo alagoano, que eu não serei um juiz iníquo, não julgarei conforme as circunstâncias nem conforme, talvez, a vontade da maioria.

A história já provou, muitas vezes, que algumas decisões podem levar a enormes injustiças. O critério que um juiz deve usar é a lei, com base na verdade dos fatos. Tudo que passar disso pode ser qualquer coisa, menos justiça.

É do conhecimento de todos que meu voto será contra o *impeachment*. E por que eu votarei contra o *impeachment*? Porque a pior coisa do mundo é a injustiça.

Eu sempre defendi a democracia, especialmente porque na democracia não prevalece a vontade de um rei ou de um pequeno grupo de poderosos. Na democracia, conforme os fundamentos da política moderna, o poder é tríplice, dentre os quais não se pode desprezar a Justiça.

Não se pode arrancar prematuramente do poder alguém eleito legitimamente pela sociedade, sem que haja razões que justifiquem sua condenação. Imaginem que uma árvore tenha, em uma vida natural, 10 anos. Se ela for arrancada prematuramente, com 5 anos, isso é um crime ambiental. Tirar prematuramente do poder, com 1 ano e 4 meses, uma pessoa eleita legitimamente para um mandato de



4 anos, sem que — na minha concepção — haja razões legais para isso, para mim isso é crime contra a democracia.

Desculpem-me a insistência: qual foi o crime que esta Presidente cometeu? O relatório remetido a este Plenário aponta supostos indícios, justificando a abertura de processo de *impeachment*, de que a Presidente teria cometido pedaladas fiscais e atentado contra a Lei Orçamentária, além de pontuar, de forma absolutamente ilegal, questões políticas sobre a sua impopularidade, o mau desempenho da economia, o desemprego, etc. Se é isso, vou mais uma vez deixar claro a todos o que significam as pedaladas.

O Governo não tinha dinheiro em caixa para pagar os benefícios do Plano Safra aos pequenos produtores rurais deste País. Assim sendo, recorreu aos bancos oficiais para que pagassem essa conta, e o Governo, assim que tivesse caixa, liquidaria isso junto aos bancos, como sempre aconteceu.

O Tribunal de Contas da União jamais — vou repetir —, jamais questionou essa prática em todas as contas anteriores, não só da Presidente Dilma, mas de todos os Governos da história deste País. Quando o Tribunal de Contas baixou uma resolução proibindo essa prática, a Presidenta cumpriu a resolução rigorosamente, conforme o novo entendimento. Ou seja, ninguém pode ser penalizado por uma norma que até então não existia. É por esse argumento vazio que querem caçar alguém eleito legitimamente pela sociedade. Essa injustiça eu não faço!

Agora que a Presidenta está com uma baixa popularidade e a economia vai mal, esses atrasos viraram crime. Por que não viraram crime em 2011, quando ela tinha 78% de popularidade? Além disso, argumentam no relatório que o País vive uma crise econômica, que há desemprego, impopularidade, etc. Meus queridos,



ilustres e eminentes Deputados Federais, onde é que está escrito, em qualquer lei ordinária ou na Constituição, que baixa popularidade é motivo para cassar alguém? Se assim for, façam a pesquisa com Governadores e Prefeitos, então. Quem tiver 3% ou 5% de popularidade vai ter que ser cassado!

Não serei injusto. Tenho por princípio o dever de justiça e não me alio às injustiças. Tenho plena clareza de que faço o que é correto. Eu não dormiria em paz com a minha consciência se, para ter poder, eu tivesse que praticar injustiça contra alguém.

Eu tenho 58 anos de idade e quase 30 anos de mandato parlamentar, ou seja, oito mandatos ininterruptos. Orgulho-me porque, com todos esses anos militando na política, companheiros e companheiras, eu nunca — vou repetir aqui grosso e alto —, nunca, em 30 anos de vida pública, eu me meti em qualquer ato que desabonasse minha conduta ética e moral como cidadão! Houve corrupção por aí de todo jeito: mensalão, petrolão, Operação Sanguessuga, Operação Lava-Jato e tantas outras operações ocorridas em meus 30 anos de vida pública. Eu nunca me envolvi em qualquer ato que desabonasse minha conduta. Se alguém tem autoridade moral — e há muitos, há muitos homens de bem neste País —, se há alguém com autoridade moral para julgar de forma isenta, um desses sou eu, porque tenho 30 anos de vida pública e não tenho uma citação em processo na minha vida. Poucos homens públicos deste Brasil têm autoridade para dizer o que estou dizendo nesta Casa.

Alguns irresponsáveis ficam querendo macular a imagem dos políticos, colocando todos na vala comum. Mas aqui há muitos homens de bem, e eu assino embaixo. Há muitos homens de bem! Eu não posso colocar todos numa vala



comum, Sr. Presidente. Dizem que os políticos se vendem e se trocam por cargos, por favores. Isso nem me toca, porque há muitos aqui que têm personalidade e caráter.

A minha história fala por si só. Credencio-me, portanto, a tomar qualquer decisão. Saibam, senhores e senhoras, que posso até estar errado, e V.Exas. podem até não comungar com o meu voto, mas quem me conhece jamais me acusará de vender a minha consciência.

Quero deixar claro que não estou aqui em defesa de Dilma ou do PT ou de quem quer que seja. Não sou seu advogado. Repito: estou aqui na condição de juiz, buscando defender a verdade e aquilo em que eu acredito que é justo.

Se, após muito estudar, após analisar o caso junto à assessoria técnica desta Casa, após ler a posição de juristas renomados, como o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, e de autoridades, como o ex-Ministro Bresser Pereira e tantos outros, eu chego à constatação de que essa peça é exclusivamente política, sem lastro jurídico, sem crime de responsabilidade, eu não posso compactuar com isso.

É meu dever aqui julgar, mas juridicamente. Obedeço à Constituição Federal e a todas as leis conexas e atinentes a esse tema.

Que coisa ruim é condenar uma pessoa que, pelas suas convicções, não cometeu crime!

A verdade é que querem inventar um crime para justificar a saída de alguém que está com baixa popularidade — desculpem-me mais uma vez. Eu não posso ser conivente com isso! Não posso fazer isso, com a história de vida que construí, e agora estou de cabelos brancos, porque seria mais conveniente para mim agradar a



alguns, compactuar com ilegalidade gravíssima. Isso é um verdadeiro atentado contra o Estado Democrático de Direito.

Segundo as vozes de muitos que foram às ruas, temos que aprovar o *impeachment*. Como? Com que argumento legal? Eu tenho filhos, tenho netos, parentes, amigos. Como eu vou olhar para essas pessoas se o meu sentimento, o meu coração diz “não faça injustiça”? Eu sou um homem de fé, temo a Deus! Como ficaria minha consciência se eu agisse pensando em ficar bem e apenas em agradar o povo? Não, não dá.

Eu não posso lavar as mãos como Pôncio Pilatos, que condenou Jesus porque a maioria queria a condenação. Eu não lavarei as mãos. Eu posso botar em jogo a minha vida a qualquer momento, mas não a minha consciência. Eu perco tudo na vida, mas não perco a paz.

Quero deixar claro que respeito a posição dos companheiros que são a favor do *impeachment*.

Neste momento de acirramento que vivemos, a CNBB, em nota divulgada nesta quinta-feira, dia 14 de abril, pediu a paz, não a divisão. A Igreja Católica no Brasil pede que preservemos os altos valores da convivência democrática, do respeito ao próximo, da tolerância e do sadio pluralismo, promovendo o debate político com serenidade.

Podemos discordar — é da democracia —, mas não podemos faltar com o respeito.

Quero dizer à população que pode contar comigo para continuar contribuindo com o Governo em tudo aquilo que for para o progresso da sociedade e o bem das



famílias. Estarei aqui na segunda-feira disposto a ajudar o Brasil a sair da crise para que melhore a situação do povo brasileiro.

Presidente, V.Exa. me pediu que, se pudesse, antecipasse o final da minha fala. Eu quero encerrar dizendo o seguinte. Estive com a Presidente Dilma na última quarta-feira e estive com a Presidente Dilma tomando café na quinta-feira. Michel Temer, Vice-Presidente da República, disse que queria conversar comigo. Eu sou estadista. Fui lá conversar com Michel Temer. Eu milito há 20 anos nesse campo da Esquerda. Michel foi duas vezes Presidente desta Casa. Eu tive a honra de ser com ele Deputado. Seria uma conversa de 10 minutos, mas durou 1 hora e 15 minutos. Eu disse a ele que estava indo conversar com a Presidente Dilma, mas ele tinha me convidado e eu estava ali para escutá-lo. Depois de 1 hora e 15 minutos de conversa, eu mostrei que não teria condições de mudar o meu voto pela minha consciência.

Eu quero aqui deixar registrado esse fato, porque eu não faço política com radicalismo. Eu quero aqui ressaltar esse aspecto que me orgulha. Michel chegou para mim, junto com alguns companheiros que estavam comigo, e disse: *“Carimbão, eu não tenho autoridade para pedir que você mude o seu voto. Eu posso até amanhã não ser Presidente, pelas circunstâncias legais, mas eu não violentei um amigo que construiu uma história de 30 anos, buscando sempre a democracia”*.

Se alguém quiser mudar o voto do Deputado Carimbão, eu lhe peço: não faça isso, não, porque nós não temos o direito de violentar ninguém.

Eu quero agradecer ao Michel por esse gesto. Ele sabia que eu não me vendia e não me trocava. Ele não me chamou para isso. A democracia está acima de tudo.



Que bom que os homens possam ter divergências. Eu estou nesta tribuna há 12 ou 15 minutos e não recebi uma vaia, porque tenho o respeito dos colegas Parlamentares. Se eu tivesse me vendido, me trocado... Eu tenho 30 anos de vida pública, 20 anos nesta Casa. Ninguém levanta a mão para dizer que viu um ato que desabonasse a conduta do Deputado Carimbão.

Política é para homens de bem e para homens sérios.

Que Deus ilumine a mente de cada Deputado, para que, de acordo com a sua conveniência e com a sua convicção, possa votar conforme o seu coração manda e aquilo que defende.

Que Deus abençoe a todos! Muita paz! (*Palmas.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Pela Liderança do PTN, tem a palavra o Deputado Alexandre Baldy, por 4 minutos.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos aqui, nesta sessão do *impeachment*, num sábado de manhã, num importante e histórico momento brasileiro, por aqueles que nos elegeram, por aqueles que nos colocaram aqui como representantes, e pelo povo agiremos.

O *impeachment*, por previsão constitucional e por lei específica, nos possibilita dar um direcionamento ao nosso País. O Brasil vive hoje uma das maiores crises institucionais e uma das maiores crises econômicas da nossa história. Pelo segundo ano consecutivo, teremos recessão, queda no Produto Interno Bruto, nas riquezas brasileiras. Estamos vivendo uma crise em todos os setores econômicos. Há muito tempo não havia um índice de desemprego tão grande. São 10 milhões de brasileiros nas ruas, foram 3 milhões de trabalhadores demitidos nos últimos meses. E temos uma crise política que o Governo Federal não consegue solucionar, não consegue pacificar.

Não se consegue dar uma diretriz ao nosso País pelo simples fato de que em todas as áreas, em todos os órgãos do Governo Federal, que é comandado pela Presidente Dilma Rousseff, há corrupção.

Não podemos dizer que ela é inocente. Dizer que a Presidente Dilma é inocente é como um pai permitir que um filho furete a bolsa da mãe ou assalte a casa do vizinho.



Aquele que tem o poder da caneta, como tem presidente de conselho, como tem Presidente da República, que nomeia diretor, que nomeia Ministro, é culpado e responsável pelos seus atos.

O Governo é da Presidente Dilma, o Governo é do PT. E ela é responsável, sim, por todos os atos de corrupção que foram cometidos. Ela está aqui legalmente sendo questionada, sendo julgada num processo *impeachment*, porque desrespeitou a Constituição, desrespeitou a nossa Carta Magna, ao emitir decretos sem a autorização do Legislativo.

Na democracia, no Estado Democrático de Direito, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem se respeitar para que haja harmonia e equilíbrio entre os Poderes da República.

Então, o *impeachment* é legal, é constitucional. Não há golpe. O golpe foi dado nas eleições em 2014, quando prometeram ampliar os programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, o que depois não conseguiram realizar; quando prometeram que os empregos seriam mantidos e acrescidos, e hoje percebemos o contrário na pele do cidadão brasileiro; quando prometeram reduzir a inflação, e hoje percebemos uma inflação acima de 10 pontos percentuais, prejudicando o consumo pelas famílias.

Isso é um golpe na casa, na mesa e na vida dos brasileiros, que estão com os seus empregos, com a sua vida, com o seu consumo, com a sua capacidade de sobrevivência ceifada, reduzida, diminuída.

Não queremos um Governo corrupto, que comete crime fiscal e ainda quer culpar os brasileiros. Aqueles que nos elegem e que nos colocam aqui como representantes nos cobram que possamos impedi-la.



Vamos retirar este Governo corrupto, malfeitor, em que não há gestão nem responsabilidade. E ainda busca aumentar os impostos, o que vai contra o que prometeu na campanha.

Portanto, eu e o meu partido, o PTN, vamos lutar muito até amanhã. Pedimos a todas as senhoras e a todos os senhores que digam “sim” ao *impeachment*, pelo Brasil e pelos brasileiros. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, principio meu pronunciamento com uma escritora que muito admiro, Lya Luft, colacionando esta sua reflexão:

“Somos mesmo um país de trouxas, para nos tratarem assim?”

Que falta de noção de ridículo, que falta de respeito; tanta empulhação feita e dita com cara séria e até frases de retórica, como se fôssemos uma manada de imbecis.”

Sras. e Srs. Parlamentares, falo desta tribuna em nome do meu querido Paraná e da minha cidade de Umuarama. Estamos próximos de uma decisão que — se Deus quiser, e Ele quer! — fará com que retomemos os princípios democráticos que sedimentam a nossa Constituição Federal.

Os que não conseguiram sair vencedores por ocasião da Constituinte buscaram outro caminho para materializar sua ideologia: o caminho do poder, do qual se apropriaram como *cosa nostra*. Para eles, não há *res publica*, a República, as coisas do povo, e, sim, os interesses de um partido que patrimonializou o Governo, um partido para quem a nossa Constituição não existe. Rasgam-na todos os dias.

Este é um Governo que desesperançou o Brasil; um Governo que, ao invés de nos embarcar rumo ao futuro, nos faz testemunhar, na economia, uma viagem de



regresso ao passado. Hoje milhões de brasileiros se desesperam, atingidos pelo desemprego, que lhes sonega o sagrado direito de sobreviver.

Há mais de 10 anos, desconhecíamos o que era conviver com a inflação. A conquista da estabilidade da moeda, só alcançada à custa de muitos sacrifícios, é agora malbaratada pelo desprezo de comezinhos princípios de economia. A regra de só comprometer os recursos de que se dispõe foi substituída pelos gastos incontidos, por uma voragem orçamentária descontrolada. A determinação legal da prévia autorização legislativa para realizar ou cortar despesas resultou, no ano passado, num déficit primário de 120 bilhões de reais.

As manifestações de milhões de brasileiros traduzem nossa apreensão com as consequências da nossa falência moral e econômica.

Quando apresentei ao País, como Relator da CPMI dos Correios, o escândalo do mensalão, imaginei que estávamos enterrando os sombrios tempos da corrosão do Estado pela corrupção. Pode-se, por isso, imaginar minha decepção ao assistir aos escândalos que se sucedem ininterruptamente.

Mas o gigante está acordando. A voz do eminente magistrado Sérgio Moro, nosso orgulho no Paraná, já não clama solitária na República de Curitiba.

Sr. Presidente, nossa inteligência, por mais tacanha que seja, não nos permite aceitar um esquema responsável por desviar mais de 40 bilhões de reais, que envolve Presidente, ex-Presidente, Ministros de Estado, uma organização criminosa assim chamada pelo Ministério Público que praticou a razia da nossa mais importante empresa, a PETROBRAS.

O Estado brasileiro tornou-se uma fera que devora as riquezas produzidas por quem trabalha e investe.



Nossa Carta Magna é constantemente vilipendiada. Vejam-se as contínuas ameaças ao setor agropecuário. Fanáticos pelos modelos da Venezuela e de Cuba discursam em plena sede do Executivo, sob aplausos da claque orquestrada pela cúpula do Governo. Para esses brasileiros, nossa Carta Magna não merece obediência. Nossas mazelas se multiplicam.

Que é que há, meu País?

Não raras vezes, confesso que, ao ouvir alguns discursos demagógicos na nossa Casa do Povo, sinto-me — tenho certeza de que muitos colegas Parlamentares também assim se sentem — como se estivéssemos em estado de anomia, em um país sem regras, sem leis.

Sr. Presidente, concluo com as palavras da exemplar Ministra Cármen Lúcia, da nossa Suprema Corte: *“Houve um momento em que a maioria de nós acreditou que a esperança tinha vencido o medo. Depois, descobrimos que o cinismo tinha vencido a esperança. Agora, o escárnio venceu o cinismo. Mas o crime não vencerá a Justiça”*.

Sra. Ministra, nós precisamos acreditar nisso. Nós devemos acreditar nisso. Nós acreditamos que venceremos. Os corruptos não solaparão nossas esperanças.

Para isso, Sras. e Srs. Parlamentares, *impeachment* já!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE SERFIOTIS (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia a todos. Neste momento de afirmação da nossa democracia, faço questão de adiantar ao povo brasileiro e deixar devidamente registrado nos Anais desta Casa meu posicionamento diante da histórica votação que se aproxima.



Nós temos uma responsabilidade enorme com o País. Com toda a segurança e convicção, direi “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, por não restar dúvida de que houve, de fato, crime de responsabilidade de sua parte, ao se utilizar de artifícios contábeis para esconder da Nação o estado crítico em que se encontravam as contas brasileiras quando assinou decretos sem autorização do Legislativo.

Entendo que esta crise que aí está poderia e deveria ter sido combatida no seu nascedouro. Se as atitudes fossem tomadas pelos responsáveis no tempo certo, não estaríamos vendo hoje os serviços públicos se deteriorando, o ambiente econômico em seu pior momento em décadas, porque, além do viés jurídico, temos, sim, o viés político e econômico.

São mais de 10 milhões de desempregados, mais de 130 mil estabelecimentos tiveram suas portas fechadas no último ano. A população brasileira cobrará uma conta alta dos responsáveis por esta situação e dos Parlamentares que não compreenderem que é chegado o momento histórico de mudar o rumo do nosso País.

Por isso, neste domingo, cumprirei meu dever de cidadão. Votarei favoravelmente à abertura do processo de *impeachment*, para que surja um Governo de reconstrução para o nosso Brasil.

Confesso, Sr. Presidente, que na segunda-feira 11 de abril, quando eu estava vindo para Brasília, meus dois filhos, Amanda, de 15 anos, e Allan, de 14 anos, me disseram: “*Pai, vote certo. Vote pelo impeachment*”. Eu tenho certeza de que eles têm mais consciência e responsabilidade do que muitos que estão nesta Casa, que vão votar contra o *impeachment* e que não enxergam o caos em que vivemos.



Tenho certeza de que a maioria do povo brasileiro, os meus amigos e os meus familiares se orgulharão do meu voto. Quero andar de cabeça erguida, olhar nos olhos das pessoas, frequentar lugares públicos sem ser vaiado ou expulso.

Aqueles que votarem contra o *impeachment*, sem dúvida, pagarão um alto preço, e eu tenho certeza de que, lá no fundo, nem os seus familiares irão se orgulhar deles.

Que Deus os abençoe e abençoe a todos nós!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a quem a corrupção está atingindo? Ela está atingindo lá na ponta: está atingindo as pessoas mais carentes, que mais necessitam de saúde, de qualidade de vida.

Às vezes, ao ver algumas pessoas defenderem nesta Casa o Governo e considerarem que o processo de *impeachment* é mesmo um golpe, um golpe contra nossa Constituição Federal, um golpe contra a democracia, eu fico pensando: essas pessoas devem estar vivendo no mundo de faz de conta, devem estar vivendo num outro mundo, que não o meu.

O mundo no qual eu vivo é o mundo próximo das pessoas necessitadas, que precisam e clamam por que este Congresso Nacional, neste domingo, faça justiça, faça o seu voto valer.

Nós deparamos com esta realidade triste e ouvimos, a cada momento, dizerem que há políticos que estão sendo comprados.

Eu digo a V.Exas. o seguinte: caráter não se compra. Se políticos aqui estão sendo comprados, isso ocorre porque nunca tiveram caráter. Meu voto não tem preço. Meu voto ninguém vai conseguir comprar. (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

Neste domingo, o Congresso Nacional não vai realizar um golpe. Muito pelo contrário, não será um golpe o que acontecerá neste domingo: será uma demissão por justa causa — uma demissão por justa causa!



Os crimes que foram cometidos estão previstos em lei. São crimes contra a Lei Orçamentária, crimes previstos na Lei nº 1.079, de 1950.

Sr. Presidente, para concluir minha fala, trago números atualizados relativos ao desemprego no País: quase 10 milhões de pessoas estão desempregadas!

Nós não podemos compactuar com tanta sujeira, com tanta corrupção!

Vamos votar "sim" ao *impeachment* neste domingo.

Vamos, com força, tirar este Governo do poder! (*Manifestação no plenário:*

Muito bem! Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Para falar pelo PSOL, tem a palavra o Deputado Ivan Valente, por 3 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria colocar, neste momento em que falo como Líder, a seguinte questão: se houver o *impeachment*, o Governo que substituirá o de Dilma Rousseff será um Governo imoral, ilegal e ilegítimo.

O Governo Temer é um grande acordão entre a elite econômica brasileira, os grandes meios de comunicação e a Direita brasileira, organizada nesses partidos que não alcançaram o primeiro lugar na eleição passada. E eles vão entregar o poder a um partido que sempre esteve associado a ele, o PMDB, que tem, entre os seus principais quadros, acusados de corrupção na Operação Lava-Jato.

Aliás, toda essa adesão ao *impeachment* a que nós estamos assistindo, de partidos que desandaram para o lado da Oposição, tem a ver com o abafamento da Operação Lava-Jato e com a futura impunidade que isso trará. Nós entendemos, e queremos denunciar à opinião pública brasileira, que muitos estão buscando cobertura para desacelerar a Operação Lava-Jato.

O PSOL, desta tribuna, quer que as investigações vão até o fim, peguem todos e punam quem tiverem que punir: PT, PSDB, PMDB, PP e quem tiver praticado crimes neste País.

O Sr. Temer, nas pesquisas de opinião, tem apenas 1% dos votos. Ele não tem voto! Em segundo lugar, ele é rejeitado, e querem o seu *impeachment* 60% da população, a mesma margem da Presidente Dilma, que ele quer tirar. Em terceiro lugar, ele é rejeitado como ruim ou péssimo por 58% das pessoas. Por fim, ele também assinou as pedaladas fiscais.



Então, se houve crime de responsabilidade, se esta Casa cometer a irresponsabilidade histórica de cassar o mandato de uma Presidente por questão contábil, ela tem que cassar o mandato do Vice-Presidente Michel Temer. Este será um usurpador, um conspirador e um golpista, e o PSOL não aceita isso! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, para falar pelo PSDB, por 8 minutos.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós vivemos de forma coletiva. Não há vida individual. Para viver bem coletivamente, precisamos de regras, de leis que valham para todos, de leis a que todos se submetam. Isso é o ordenamento jurídico, é o Estado de Direito, é a democracia.

Os países mais desenvolvidos fortalecem suas instituições e respeitam as suas leis. Cada cidadão respeita o outro para viver bem em uma nação. Dar eficiência às leis faz evoluir o nosso estágio civilizatório. E aos governantes cabe dar o exemplo com comportamento dentro da lei.

O Governo Dilma é imoral e repleto de ilegalidades: comete crime ao tentar obstruir a Justiça; comete crime de responsabilidade fiscal ao realizar operações de crédito sem autorização do Legislativo; comete crime de corrupção, para fins eleitorais e para a manutenção do poder, ao distribuir propinas a partidos e a políticos.

Os crimes geram consequências, geram vítimas. E as vítimas são os brasileiros: é o jovem que não encontra o seu primeiro emprego; é o pai de família que perde o seu emprego; são os desempregados; são as empresas que fecham; é o País com recessão e com desequilíbrio fiscal; é o cidadão com sentimento de tristeza e desesperança.

Portanto, o crime requer punição, punição exemplar. O que vale é a lei, é o respeito à Constituição, que é a expressão da nossa razão e da nossa consciência coletiva. A Constituição que garante a posse do eleito é a mesma, em seu art. 85,



que exige a saída, que impõe a retirada do governante que comete crime de responsabilidade.

Só há um caminho: valorizar as regras, valorizar as leis.

Vamos abrir uma janela de esperança! Honrar a Constituição é o melhor para qualquer país. Vamos olhar para o futuro! Vamos lutar por reformas e construir uma nação melhor!

Por isso, nós dizemos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. MAX FILHO (PSDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã de sábado, às 9h09min, quando esta sessão já transcorre há mais de 24 horas, inicio meu pronunciamento trazendo à lembrança da alma do povo brasileiro frase da lavra de Nelson Jobim, Relator do *impeachment* do ex-Presidente Collor de Mello, que, na sua defesa, dizia tratar-se de um golpe:

“Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!”

Sr. Presidente, o Governo Dilma Rousseff é corrupto. A prática das pedaladas fiscais termina sendo a cereja do bolo. Nunca antes na história deste País houve aparelhamento do Estado brasileiro com o objetivo claro do cometimento de crimes. É o velho patrimonialismo brasileiro a roubalheira que se instalou no Governo Dilma Rousseff.

E é claro, Sr. Presidente, há um fato jurídico que incita esta Casa ao julgamento que vai acontecer amanhã. Mas esta é uma Casa política, e o



juízo é jurídico e também é político. Assim como cabe ao Tribunal do Júri julgar crimes dolosos contra a vida, cabe ao Poder Legislativo, uma Casa política — não é preciso ser jurisconsulto para chegar a esta Casa, mas tem que ter a legitimidade do voto popular, e, se aqui estamos, foi pelo voto popular que chegamos —, fazer o julgamento que tem como base a denúncia das pedaladas fiscais, que nada mais são do que o rombo das finanças públicas. Mas cabe também a esta Casa uma avaliação do conjunto da obra de todo este Governo.

Estamos dentro do exato limite da Constituição Federal. Estamos na plena vigência do Estado Democrático de Direito. Não há golpe, Sr. Presidente; não há golpe, Srs. Deputados. O que há é um processo legítimo de *impeachment* que vai ser votado amanhã à tarde.

Oxalá esse *impeachment* possa abrir novos ares ao povo brasileiro, possa devolver a confiança nas instituições da República! Que possamos combater a corrupção onde quer que esteja, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo! Essa marcha tem que continuar!

E nós desejamos que seja a melhor decisão para o povo brasileiro, para o futuro da Pátria brasileira. Que possamos virar essa página que tem cansado tanto o povo brasileiro, e que se abra uma nova perspectiva na economia e na vida política. Que o Brasil possa voltar a sorrir a partir da segunda-feira.

Vamos juntos, amanhã, ao *impeachment*, votando “sim”, para atender à voz das ruas, como dizia Ulysses Guimarães.

Que a voz das ruas tenha vez e tenha voz e que haja repercussão da voz das ruas neste plenário na votação do *impeachment*!

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caio Narcio, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, neste exato momento, milhares de brasileiras e brasileiros acompanham estas sessões históricas que irão efetivamente modificar o perfil socioeconômico da sociedade e fortalecer a nossa democracia.

Inúmeras vezes, desta tribuna, não somente a minha pessoa, representando o Estado do Ceará, o Nordeste brasileiro, o Brasil, mas também os demais colegas do PSDB sempre foram unânimes em dizer, em provar que há, sim, descumprimento da nossa Constituição. Todos nós, a Presidente Dilma, os Governadores, os Prefeitos, os Vereadores, ao sermos eleitos, juramos cumprir a Constituição.

É triste, Sr. Presidente, telespectadores que nos acompanham, vermos ainda lideranças políticas dizerem que se trata de golpe. O Supremo oficializou a Comissão, oficializou esta sessão. Não se trata de golpe. Golpe, sim, deu o PT no nosso País. Golpe, sim, deu a Presidente Dilma quando, através da sua leniência, através da sua omissão, pela falta da posição firme que poderia ter tido para combater a corrupção e não permitir as pedaladas tão consagradas que o povo brasileiro já conhece, remanejou recursos orçamentários sem a autorização desta Casa, o que caracteriza descumprimento da nossa Constituição.



Se for para descumprir a Constituição, vamos ao extremismo: vamos acabar com o Congresso Nacional e vamos nos tornar uma ditadura, que é isso que o PT está querendo para o nosso País.

O PSDB, através dos nossos Líderes e dos nossos Deputados, desta tribuna, sempre lutou para que efetivamente nós tivéssemos, acima de tudo, um Brasil com toda essa capacidade que o País tem de gerar emprego e de gerar uma economia que garantisse a sustentabilidade em várias regiões brasileiras. Esse é o nosso posicionamento há vários anos. E necessitamos, sim, do *impeachment* da Presidente Dilma para que possamos ter uma perspectiva de desenvolvimento do nosso País.

Os milhões de votos que a Presidente Dilma teve não lhe dão o direito de descumprir a Constituição. Os milhões de votos que ela teve não lhe dão o direito de virar as costas para o povo brasileiro.

Por isso, hoje, milhões de brasileiros estão acompanhando essas sessões, há mais de 24 horas, para que nós possamos, sim, aprovar o *impeachment* da Presidente Dilma.

E através da Liderança da Minoria, nós iremos passar a palavra ao Deputado Caio, para que possa complementar esse nosso posicionamento do PSDB.

Ressalto o grande trabalho feito pelo Deputado Izalci nas nossas reuniões na CPI e nas demais Comissões, bem como o trabalho de toda a bancada do PSDB, incluindo a nossa Deputada Mara, que, efetivamente, através do seu posicionamento, teve, acima de tudo, a dignidade e a grandeza de defender aqueles que mais necessitam, e também a nossa representante da força feminina, a Deputada Mariana.



A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem, a nossa bancada jovem da Câmara, em nome dos Deputados Caio Narcio, Elizeu Dionizio e Cristiane Brasil.

Eu venho aqui reafirmar o meu voto em favor do *impeachment*. Ou nós fazemos a justiça nesta Casa pelo povo brasileiro, ou, talvez, Deputado Izalci, não haverá mais povo nem Brasil. Essa é a minha grande preocupação, pois os brasileiros confiaram o seu voto em uma Presidente que, infelizmente, não honrou o que prometeu na sua propaganda eleitoral, enganou o povo e cometeu estelionato eleitoral, tirou o que não era deles para pensarem nos seus companheiros e companheiras.

Hoje, eu tenho essa grande preocupação e venho pedir aos brasileiros: fiquem vigilantes aos Deputados em quem vocês votaram. Muitos estão sendo comprados e estão sendo tratados como produtos nesta Casa Legislativa. É uma vergonha para o nosso País tratar Deputados com preços e com valores, não pensando no futuro das nossas gerações!

Temos que resolver os problemas do Brasil com diálogo e não com compra, como está acontecendo. Isso mostra o desespero. Temos uma Presidente despreparada para governar o nosso País, que acabou com a nossa educação, com a oportunidade de emprego, com o sonho das nossas futuras gerações.

Quando eu era muito criança, escutava-se falar sobre o *impeachment* do Collor. Eu confesso que não queria estar discutindo sobre este assunto neste momento, que eu gostaria de discutir um País melhor, mas, infelizmente, temos um Governo e um partido que não colaboram para isso.



Por isso, coloco-me em favor do povo brasileiro, que está nas ruas, inclusive hoje, manifestando a sua vontade de ter um País democrático, em que haja oportunidades para as pessoas falarem o que pensam, e não serem tratadas da forma como infelizmente estão sendo: com um muro dividindo opiniões; enfim, onde os brasileiros sonham com as mesmas vontades e os mesmos desejos.

Infelizmente, este Governo divide as opiniões, divide o nosso País como entre Norte e Sul.

Eu, que sou da Região Norte do País, do Estado de Rondônia, tenho minhas preocupações. Várias regiões não conseguem ter acesso ao que acontece na realidade, pois não há água tratada, saneamento básico, saúde, médicos para atender, apenas propagandas enganosas, que sabem fazer muito bem e sempre fizeram.

Estão destruindo a nossa história. Entregamos um Governo estável economicamente, e hoje, infelizmente, não temos mais isso. Cada vez mais vemos o Brasil afundando.

Podemos, nesta Casa Legislativa, resgatar a autoestima do povo brasileiro. A partir de domingo, tenho certeza de que, com o apoio dos brasileiros, vamos reescrever a história, uma nova história para o nosso País; uma história de esperança; uma história sobre a qual poderemos lembrar que tiramos um Governo corrupto, que brincou com os brasileiros e os tratou de forma não merecida.

Venho pedir a todos os Deputados: vamos dizer "sim" ao *impeachment*; vamos dizer "sim" aos brasileiros; vamos dizer "sim" à nossa dignidade, ao nosso caráter; vamos mostrar que esta Casa Legislativa tem muita gente do bem, que pensa no Brasil e não apenas no seu próprio ego!



Sra. Presidente, eu esperava que a senhora tivesse um pouco mais de humildade e pedisse para sair, mas não teve humildade nem respeito com o povo brasileiro.

Vamos no domingo dizer "sim" ao Brasil; vamos dizer "sim" aos brasileiros.

Deixo aqui o meu abraço e o meu muito obrigada a todos os que estão se manifestando. Tchau! *(Manifestação no plenário. Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Melles, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. CARLOS MELLES (DEM-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros, estamos escrevendo a nossa história. O Brasil, mergulhado em crise, espera ansioso a votação do *impeachment*.

Sr. Presidente, dada a redução do nosso tempo, eu vou deixar o meu discurso como lido, mas vou fazer alguns comentários, porque ouvi atentamente o debate nestas últimas quase 30 horas.

Primeiramente, queria me referir aos jovens. Vi o Líder Leonardo Picciani, a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Caio Narcio, enfim, a juventude. Nós que já vivemos mais tempo nesta Casa e acompanhamos um pouco a história do Brasil, junto com outros Deputados amigos e queridos, como o experiente Deputado Luiz Carlos Hauly e tantos outros, queríamos dizer o seguinte: o golpe de 64 foi muito mais o medo de o Brasil cair no domínio do comunismo do que propriamente querer a ditadura.

Depois disso, nós vivemos um período absolutamente importante para o Brasil, sobretudo na redemocratização feita não só pelas Diretas Já, mas pelo que o Brasil fez e acompanhou, especialmente no Governo Fernando Henrique. Nós conseguimos colocar o Brasil nos trilhos.

A juventude não viveu cinco planos econômicos como nós vivemos. A minha geração não sabia o que era viver sem inflação. A nova geração não sabe o que é *overnight*, não sabe a loucura que era ter taxas de juros beirando mais de 2.000%.

Fizemos um esforço descomunal. O Plano Real salvou o País e o pôs nos trilhos. Quanto ao aperfeiçoamento no Plano Real, o mais importante de todos, além



de debelar a inflação, foi devolver a credibilidade do País ao mundo e sobretudo devolver a esperança aos brasileiros.

O Presidente Fernando Henrique não queria o segundo mandato. Nós o queríamos porque estávamos experimentando um período áureo, ao colocar o Brasil no time dos países corretos, no time dos países justos, no time dos países que realmente olhavam para sua gente com seriedade. É aquela história das ondas: nós precisávamos colocar o Brasil numa onda de desenvolvimento. Isso foi feito.

A Lei de Responsabilidade Fiscal talvez tenha sido o instrumento mais importante que fizemos. A regra: não gastar mais do que se ganha. E o *impeachment* é feito com essa legitimidade hoje.

Não gastaram pouco. Se observarmos as curvas de gastos, vamos ver que, em 2014 e 2015, foram os principais anos de gastos, mas não se gastou um pouco mais ou um pouco menos, coisa de 1 bilhão, 2 bilhões para 40 a 50 bilhões de reais. Ou seja, não há um país que se sustente!

Ao se implantar esse socialismo populista que nós vivemos hoje de fazer cortesia com o chapéu alheio, o Governo Lula, espertamente, fez, no seu primeiro mandato, o mesmo governo que vínhamos fazendo antes de Fernando Henrique, com o Ministro Antonio Palocci, com Jorge Rachid, com Joaquim Levy. Os mesmos homens seguiram a mesma política econômica.

Pareceu que estávamos no caminho certo, mas o segundo mandato do Presidente Lula e o primeiro mandato da Presidente Dilma, em especial o segundo mandato, que lástima! Que lástima! Mostraram as garras, o escorpião, que não consegue ser correto o tempo todo.



Chega uma hora em que o poder fala mais alto. O populismo bolivariano fala mais alto. Usaram o povo mais humilde. Os programas sociais são muito, muito baratos perto da roubalheira.

Olhem, brasileiros, nós já tivemos CPIs nesta Casa, mas nunca um período tão rico e tão farto de desmandos e de CPIs — CPI da PETROBRAS, CPI do BNDES, CPI do CARF, CPI dos Fundos de Pensão. Que vergonha! Este não é o País que queremos. Quando se instala uma CPI é porque as coisas já desandaram há muito tempo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu espero que o Brasil, que nós brasileiros possamos, com seriedade, encarar o desafio do momento que vivemos. Não é por nós, mas pelos nossos filhos, pelos nossos netos, para voltarmos a ter confiança, esperança de ter um Brasil correto.

Em nome da liberdade e dos maiores valores do povo mineiro, em nome do Democratas, eu voto “sim”, pelo *impeachment* da Presidente Dilma. Voto a favor do Brasil. O Democratas vota “sim”.

Eu quero recordar que o Ministro Carlos Velloso disse que não é somente a eleição que legitima. A eleição legitima, sim; ela é instrumento da democracia representativa. Porém o exercício do mandato deve ser exercido com vistas ao interesse...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, para falar pela Liderança do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil hoje amanheceu com um verso que embala corações e mentes de defensores da democracia, a ideia da viravolta, a ideia da virada.

Quero dizer a V.Exas. que, se, por um lado, estamos felizes com estas notícias, por outro, temos a convicção de que não se trata de uma virada, porque, na realidade, a Oposição nunca teve os votos necessários para aprovar nesta Casa a sua proposta de golpe.

Vivemos, nesta semana, uma verdadeira avalanche midiática. Os grandes meios de comunicação, em especial a Rede Globo, a narradora do golpe, tentaram convencer a opinião pública de que esta vitória golpista já tinha acontecido.

Sr. Presidente, o Vice-Presidente Michel Temer, hoje pela manhã, publicou quatro tuítes, falando como Presidente da República, e anunciou medidas ao País, numa atitude que superou o seu intuito conspirador e que revela outra face. Temer, o Breve, o que foi sem nunca ter sido, anunciou ao Brasil hoje medidas como se Presidente da República já fosse.

Quero aqui dirigir a minha palavra ao povo brasileiro, a milhões de homens e mulheres que, ao longo dos últimos anos, acompanharam a construção desse projeto de transformação do Brasil iniciado pelo Presidente Lula, e que hoje tem à frente a Presidenta Dilma.

Nós temos orgulho de um Governo que mudou a vida de milhões de brasileiros, de um Governo que ofereceu especialmente aos filhos dos trabalhadores



e trabalhadoras, pela primeira vez em 500 anos, a possibilidade de serem enxergados pelo Estado brasileiro como cidadãos.

É por isso que nós estamos aqui. Uma bancada aguerrida e corajosa — não só o PT, mas o PCdoB, o PSOL e outros partidos —, que está aqui não para defender o Governo, mas, muito mais do que isso, para defender a democracia diante deste momento delicado da história do nosso Brasil.

Todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher honesta; todos nós sabemos que a Presidenta Dilma é uma mulher que não responde a nenhum processo, que não tem conta na Suíça. É uma mulher que, com a sua trajetória, inspira e orgulha qualquer brasileiro.

Estamos diante de um fato observado pela imprensa internacional de maneira perplexa. O principal juiz desse processo é nada mais, nada menos do que o Presidente Eduardo Cunha, um político que já deveria ter sido afastado há muito tempo, um político que não reúne condições morais, éticas, jurídicas de estar à frente deste Parlamento, menos ainda de presidir um processo dessa gravidade. Dilma Rousseff sendo julgada em um processo que tem como juiz principal Eduardo Cunha!

Senhoras e senhores, essa aventura golpista não tem limites! Pretendem não só afastar Dilma, mas transformar Temer em Presidente e Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República. Não sei se V.Exas. se deram conta, mas, pela proposta golpista, Cunha passará a ser o primeiro na linha sucessória. A cada vez que Temer tiver que se afastar do País, Cunha — Eduardo Cunha — será o Presidente da República, eleito pelo voto de 300 Parlamentares que achavam que poderiam



usurpar o direito de 55 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram a Presidenta Dilma.

Não haverá golpe, Sr. Presidente!

Quero aqui dirigir a minha palavra a esses Parlamentares que vêm à tribuna e nos ofendem; acusam-nos de defender um Governo corrupto; questionam a nossa bancada. Quero dizer aos senhores e às senhoras que não há sombra de dúvida sobre o caráter, a conduta e o compromisso dessa bancada com o Brasil.

Digam-me, senhoras e os senhores que estão em casa, que acompanham este debate, se é possível questionar a trajetória de Benedita da Silva, com a sua história de luta; do nosso Líder Afonso Florence, professor universitário, baiano; de Luiza Erundina; de Jean Wyllys; de Chico Alencar; de Marco Maia; de Wadih Damous. Companheiros e companheiras, somos um partido que reúne mais de 1 milhão e 800 mil militantes, homens e mulheres apaixonados pelo Brasil.

Os senhores vêm aqui e falam, falam, mas, na realidade, sabem que existe uma bancada que merece aplauso, reconhecimento, conduta ética, retidão dentro deste Parlamento: é a bancada dos Parlamentares que estão ao lado da democracia, Zé Carlos, na luta contra o golpe. E fazemos isso com orgulho, puro compromisso histórico.

Estão aqui homens e mulheres que não defendem esse Governo porque querem cargos ou espaço; homens e mulheres que não vendem o voto. Se alguém vende o voto, com certeza não está do lado de cá deste plenário; não está ao lado de partidos que têm história na luta pela democracia, na luta pelos direitos sociais, na luta pelo combate à corrupção.



Nunca houve tanto combate à corrupção. Lula e Dilma deram autonomia para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal poderem investigar crimes de corrupção. Nós queremos mais investigação, mais combate à corrupção, mas não de maneira seletiva, não de maneira parcial. É contra isso que se insurge o povo brasileiro.

Amanhã, domingo, nós teremos nesta Casa e em todo o Brasil uma festa de reafirmação da democracia. Não permitiremos que mais uma vez a Constituição brasileira seja rasgada, a democracia seja jogada no lixo por um grupo de Parlamentares derrotados na eleição, que se uniram com Eduardo Cunha em troca da salvação do seu mandato para dar um golpe neste País.

Não vai ter golpe! Vai ter luta! O povo na rua defende a democracia.

Salve o povo brasileiro, a nossa democracia e a Presidenta Dilma! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Felipe Bornier) - Segue a ordem dos oradores indicados pelo Partido Verde: primeiro orador, Deputado Roberto de Lucena; segundo orador, Deputado Evair de Melo; terceiro orador, Deputado Uldurico Junior; quarto orador, Deputado Evandro Gussi.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena, do PV de São Paulo.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus irmãos brasileiros, as profundas transformações pelas quais passa o mundo impõem a esta geração novas equações para as quais as respostas precisam ser objetivas, claras, rápidas, com a construção de escolhas precisas e efetivas.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem feito escolhas que têm se revelado equivocadas. Foram esses caminhos escolhidos que nos colocaram diante de um abismo estarrecedor, suscetíveis à tempestade sem precedentes que nos envolve. Essa tempestade chega a ser considerada perfeita, porque de maneira multifacetada estende-se pelos aspectos moral, ético, econômico e político ao mesmo tempo, com componentes combinados com as variáveis negativas da economia global.

Agora, é importante, é honesto que se reconheça que não estamos, senhoras e senhores, simplesmente diante de uma crise de Governo. Trata-se, na verdade, de uma crise de modelo. Chegamos à exaustão do modelo de representatividade política, e a sociedade brasileira não identifica um nome ou um projeto político capaz de ser um elemento catalizador, em que se sinta segura para depositar novamente as suas expectativas.

Fosse essa uma crise de Governo, a solução seria mais simples. Trocariamos apenas o comando do Governo. Mas não é apenas isso, é uma crise de confiança



estabelecida em decorrência da incoerência entre a prédica do discurso político e a prática no trato com o povo e com a coisa pública, identificada na escolha do modelo superado de gestão pública, de máquina inchada, de corrupção sistêmica e de descaso com o povo. E essa crise de confiança afeta, na verdade, toda a classe política e todos os partidos políticos — ninguém se salva!

É uma crise espiritual, formulada pela quebra de princípios, pela relativização de valores, pelo derramamento de sangue inocente de milhões de crianças abortadas neste País e das centenas de crianças indígenas mortas a cada ano, vítimas do silêncio desta Casa e do Governo Federal, e também porque o Brasil, através de sua representação maior, virou as costas para Israel, e, fazendo isso, desprezou as bênçãos advindas dessa relação:

*“Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei
aquele que te amaldiçoar; em ti serão benditas todas as
famílias da terra”.*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ambiente de aguda crise aponta para o fato de que estamos no caminho errado, e há pelo menos três perguntas que precisamos objetivamente responder: quem ganha e quem perde com essa crise? Estamos prontos a repensar o nosso caminho? Aonde pretendemos chegar? Sim, porque quem não sabe aonde quer chegar simplesmente não chega a lugar nenhum!

Torno público a V.Exas. e ao povo brasileiro que haverei de votar na sessão histórica deste domingo, dia 17 de abril de 2016, a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República, Dilma Rousseff, e o farei pelo respeito que devo ao povo do meu Estado de São Paulo e por amor ao Brasil,



absolutamente consciente de que o *impeachment* em si não é a solução para o País, nem econômica, nem política. Não é o ponto de chegada, mas uma parada necessária, uma escala.

E este, Sras. e Srs. Deputados, não é um momento nem de festa, nem de comemoração, nem de descontração, é um momento triste, é um momento lamentável da história do nosso País.

Temos pela frente uma estrada longa, difícil, e uma pesada tarefa de reconstrução que caberá a todos, independentemente de cor partidária, de classe social, de ideologia política, pois não basta apenas mudar o comando de um Governo, é preciso aperfeiçoar os instrumentos de transparência e combate à corrupção. É preciso diminuir o tamanho do Estado, tornando-o mais presente, mais eficiente, mais moderno. Não basta apenas punir, precisamos mudar o modelo. Precisamos voltar para a estrada do desenvolvimento econômico, sem abandonar a busca pela justiça social. Precisamos prestigiar quem produz e quem trabalha, e não a preguiça.

Hoje, Sras. e Srs. Deputados, há um muro de quase 2,5 quilômetros erguido entre na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Congresso Nacional. Esse muro, que divide os filhos do Brasil em duas partes, é a expressão material do estado de espírito deste País, onde a fogueira do ódio e da intolerância tem sido irresponsavelmente alimentada; é uma fratura exposta na alma nacional!

Mas, passado esse processo, independentemente do seu resultado, o Brasil precisa do seu povo! A sociedade precisará se unir em torno de um pacto nacional de reconstrução. Os verdadeiros líderes, aqueles que amam a Nação e se importam



com ela, precisarão estar entre os que terão disposição de derrubar os muros e de construir as pontes.

Cabe-me aqui, Sr. Presidente, lembrar as palavras de Jesus, registradas em Mateus 3:24, como está na nova tradução, na linguagem de hoje da Sociedade Bíblica do Brasil:

“O país que se divide em grupos que lutam entre si certamente será destruído. Se uma família se divide, e as pessoas que fazem parte dela começam a lutar entre si, ela será destruída.”

Sras. e Srs. Deputados, estou convencido de que o Brasil, a partir deste momento, nunca mais será o mesmo e de que este País, onde minhas netas viverão como adultas, em 20 anos, estará muito melhor do que o País em que vivemos hoje, mas quis Deus que esta fosse a geração da transição, e essa transição, Deputado Evandro Gussi, tem um preço a ser pago. E esse preço, Deputado Simão, é elevado! Sr. Presidente, nós pagaremos esse preço!

Eu farei a minha parte, porque o Brasil que eu quero para mim, para os meus filhos e para minha neta, o Brasil que eu quero para as futuras gerações começa exatamente em mim. Votarei, senhoras e senhores, pelos 10 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil, e o emprego, nobres pares, é o melhor programa social que existe.

Votarei pelo fim do industrialicídio nacional. Apenas no meu Estado de São Paulo, 4.451 indústrias fecharam as portas no último período de 12 meses, isso como resultado da atual crise econômica. Paguei o preço pelas milhares de pessoas na fila da morte, nos corredores dos hospitais do Brasil.



Concluindo, quero lembrar um episódio recente. Ao buscar a origem de um vazamento no Salão Verde na Câmara dos Deputados, uma equipe de manutenção encontrou seis mensagens de operários que trabalharam na construção do Congresso Nacional, mensagens que estavam escritas nas vigas e nas paredes acima da laje, Deputado Odorico. Duas dessas mensagens, especialmente, chamaram-me a atenção por serem dirigidas aos políticos, aos representantes do povo brasileiro que haveriam de ocupar estas instalações a partir do ano que se seguiria.

Em uma delas, diz o autor: *“Só temos uma esperança, a esperança nos brasileiros de amanhã”*. Quanta energia e quanto da alma desse operário foi colocada nessas palavras que reproduziam o seu sentimento, fruto da percepção de contexto, de conjuntura e da sua própria realidade!

Sob as cobertas do desabafo, nota-se o desânimo em relação ao que se havia experimentado e vivido com a única exceção da crença, da esperança nos brasileiros de amanhã, nos brasileiros que estariam hoje aqui nesta Casa. Quanta responsabilidade a nossa!

A outra mensagem é uma verdadeira oração, é a oração do candango José Silva Guerra, escrita a lápis sobre o concreto, com a data de 22 de abril de 1959: *“Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos, e que a lei se cumpra!”*

Essa súplica, depositada silenciosamente neste lugar alto, Deputado Evair, que apelava a Deus e às consciências, presumia que as gerações que se sucederiam aqui, nesta Casa, seriam de pessoas de bem, de generoso espírito



público, responsáveis, lúcidas, sensíveis, a ponto de nutrirem real interesse pelos filhos do povo.

Que Deus tenha misericórdia de nós!

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Que Deus nos abençoe! Que Deus abençoe o Brasil!

Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - *COMPARECEM MAIS OS*

SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Ordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 9h51min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 086.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 9 horas e 51 minutos.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 86ª (octogésima sexta) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016. Às 5 horas, presentes 93 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário, no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos Manato, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 5h03, presentes 20 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiram a matéria a Sra. Jandira Feghali e os Srs. Orlando Silva, Rubens Pereira Júnior e Alice Portugal, pelo PCdoB. Assumiu a Presidência o Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário. Discutiu o referido Parecer o Sr. Jair Bolsonaro, pelo PSC. Assumiu a Presidência o Sr. Felipe Bornier, 2º Secretário. Discutiram a matéria os Srs. Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Eduardo Bolsonaro e Andre Moura, pelo PSC. Fez Comunicação de Liderança o Sr. Padre João, pelo PT. Assumiram, sucessivamente, a Presidência os Srs. Alexandre Baldy, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Marcelo Squassoni, pelo PRB; e Bebeto, pelo PSB. Discutiram a matéria os Srs. Arnaldo



Jardim, Arnaldo Jordy, Arthur Oliveira Maia, Eliziane Gama e Rubens Bueno, pelo PPS. Fez Comunicação de Liderança o Sr. Átila Lins, pelo PSD. Discutiram a matéria os Srs. Dr. Jorge Silva, Pastor Eurico e Carlos Andrade, pelo PHS. Assumiram, sucessivamente, a Presidência os Srs. Átila Lins, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, e Felipe Bornier, 2º Secretário. Discutiram, ainda, o referido Parecer os Srs. Marcelo Aro e Givaldo Carimbão, pelo PHS. Às 8h46, o Sr. Presidente prorrogou a sessão. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Alexandre Baldy, pelo PTN; Osmar Serraglio, pelo PMDB; Diego Garcia, pelo PHS; Ivan Valente, Líder do PSOL; Samuel Moreira, pelo PSDB; Raimundo Gomes de Matos, pela Minoria; Carlos Melles, pelo Democratas; e Paulo Pimenta, pelo Governo. Discutiram a matéria os Srs. Roberto de Lucena, pelo PV. Reassumiu a presidência o Sr. Gilberto Nascimento. Às 09h51, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 2ª Sessão Extraordinária para sábado, 16 de abril, às 9h51, com a seguinte Ordem do Dia: continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.


Presidente


Secretário



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 087.2.55.0

DATA: 16/04/16

TURNO: Matutino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h52min

TÉRMINO: 14h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 87ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

ÀS 9 HORAS E 52 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 224 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 087.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - A Presidência retifica que esta sessão foi convocada para as 9h51min, e não para as 10 horas, como lido pelo Sr. Secretário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



IV- ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

Há uma relação de oradores indicados pelos partidos.

Neste momento, vamos ao Estado do Espírito Santo, para ouvir a palavra do Deputado Evair de Melo, do Partido Verde.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Evair.

O SR. EVAIR DE MELO (PV-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, parte da bancada do Partido Verde que me prestigia — Deputado Uldurico Junior, Deputado Evandro Gussi, Deputado Roberto de Lucena e Deputada Leandre —, esta Casa está próxima de dar uma contribuição significativa para que se inicie um novo tempo no Brasil. Os Deputados de diversos partidos caminham para colocar juntos um ponto final em um período de graves perdas econômicas e sociais para o País, virando uma página amarga da nossa história.

A votação do *impeachment* aqui na Câmara dos Deputados é um marco da história política do País, o que aumenta a responsabilidade de cada um de nós para virar, irrefragavelmente, esta página da história em busca dos autênticos e mais puros ideais de nosso povo.

O Brasil não pode ficar prisioneiro do imediato. Vencida esta etapa, estamos prontos para escrever o futuro daqui para frente, isso porque a posteridade não tem culpa das injustiças de nossos contemporâneos. Por isso, votamos a favor do *impeachment*. A nossa história precisa ser reescrita, consubstanciando o nosso gesto na votação. E é isso que o povo brasileiro espera de todos nós, espera desta Câmara e, na sequência, espera do Senado.



Faço citação de um dos maiores políticos da história moderna, Abraham Lincoln: *“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas, sim, pelas dificuldades que superou no caminho”*.

Na vida dos países há momentos decisivos. Este é um momento decisivo. Disse o filósofo que quem escreve sobre o futuro marca um tempo de chegada. O povo brasileiro está prisioneiro da corrupção, da inversão de valores, da crise econômica, dos desmandos, dos péssimos exemplos lançados por aqueles que, desgraçadamente, nos governam. A Presidente vive momento de decomposição do Governo, e há quem diga ainda que o *impeachment* é um golpe. Quem comete golpe é quem conspurca os nossos ideais, os ideais do povo brasileiro.

Ora, não temos mais tempo para discussões estéreis. Assim registra a jornalista Miriam Leitão:

“O planeta está em turbulenta transição. A revolução tecnológica, a mudança climática e a aceleração do tempo mudarão radicalmente a forma como vivemos. Não há tempo para improviso, e os erros custarão mais caros. O futuro será implacável com os países que não se prepararem para ele.”

A próxima década, segundo registra ainda a jornalista, será de escolhas sobre a diversidade humana. Os brasileiros vão viver mais, e a população vai envelhecer. O futuro da gente brasileira será bem diferente de seu passado e de seu presente. Os governantes, as empresas e as famílias, Deputado Evandro, precisam se preparar para a avalanche de mudança que afetará todos os aspectos da nossa vida.



Não foi o Estado que criou o homem. O homem é que criou o Estado. O homem é anterior ao Estado e o inventou para ajudá-lo, não para ser por ele negado. O bom governo é virtuoso, pratica a caridade, a justiça, a paz, a fortaleza e a prudência. O mau governo é diabólico, príncipe do mal, é falso, se destaca pela soberba, pela avareza, vangloria-se do mal. O mau governo é cruel e pratica a traição, a maldade, o furor, a divisão e a guerra. Isso foi retratado nas pinturas de Ambrogio Lorenzetti.

A situação nacional exige que levemos o País imediatamente a reformas fundamentais, políticas e sociais, que permitam a reimplantação de um processo de desenvolvimento, sem vícios e sem deformações, sem as combinações da fraude, da corrupção, da demagogia e do engodo que têm toldado e impedido, por tantos anos, o desejo evidente da imensa maioria do povo brasileiro de se encaminhar para fórmulas mais felizes e mais justas da vida social e política.

É preciso pôr um paradeiro a esta espécie de comédia pela qual o Governo se denuncia por si próprio e não dá sequer o nome da parte que denuncia, quando toma a outra parte como um todo.

O momento é de começar a remover os destroços produzidos ao longo de meses e que ainda nos infelicitam, para começar a trabalhar pelo luminoso amanhã que está chegando. Tal qual ensinam os pensadores, logo depois do término da hora mais escura da noite, começa a raiar o novo dia.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos pensar, com urgência, em uma agenda positiva para reerguer a nossa economia. Como bem sei, e segundo a grande imprensa divulga, se há um setor que sobrevive às crises no País é a agricultura e seus negócios associados. A agricultura é o único setor com projeções positivas



para o PIB de 2016. Mesmo com a crise, o setor continuou em evidência nas exportações, impulsionando os negócios, gerando empregos e sustentando o PIB do Brasil, como fez em tantas outras ocasiões.

Sendo assim, acredito que a agricultura necessite de uma atenção especial, já que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, como bem disse aos senhores em outra oportunidade, não sabem o que o segmento faz por este País e o papel estratégico que tem.

Neste ato, reforço a urgente necessidade de fortalecer a pesquisa agropecuária e produzir ciência e tecnologia que tenham utilidade, Deputada Leandre, e que tragam, a cada dia, mais soluções para o setor rural do meu Espírito Santo e, como consequência, para o brasileiro.

Reforço o papel de fortalecer um moderno serviço de assistência técnica e extensão rural, a modernização das ferramentas de crédito e, por consequência, um alto investimento na logística brasileira.

Sr. Presidente, nossa proposta é simples: assim como o cooperativismo se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, o Brasil precisará se fortalecer como uma verdadeira cooperativa para se apoiar não só na agricultura e na exportação, mas principalmente na educação.

Neste momento, é essencial que encaremos de forma efetiva as dificuldades de nossas contas nacionais e o esforço que será necessário para recolocá-las nos trilhos, sob pena de perdermos definitivamente as rédeas da economia, a fim de evitar que estejamos irremediavelmente condenados à miséria, ao atraso ou à sina do baixo crescimento econômico e consequente falência do Estado.



Temos que trabalhar em prol da reconstrução de nosso País, encontrando medidas que visem impulsionar nossa economia rumo ao crescimento, Deputado Odorico. Não há mais tempo para lamentar o que houve de errado.

Mais importante do que pensarmos em aspectos técnicos e operacionais é recuperar a confiança para que voltemos a apostar, de novo, no crescimento econômico do nosso País, criando um círculo virtuoso, em função do qual a recuperação da confiança projete a retomada do consumo, do investimento, do gasto público eficiente, tudo isso redundando na tão almejada retomada da trajetória do crescimento econômico e em oportunidade para todos.

Sr. Presidente, como falei anteriormente, o investimento em educação é essencial para iniciarmos a reconstrução nacional.

Sras. e Srs. Deputados, caminho para o final do meu pronunciamento, citando Martin Luther King, outro grande líder da história: *“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo”*.

Se quisermos um futuro melhor para os nossos filhos e netos, nós teremos de assumir responsabilidades imediatamente, com a clara intenção de arregaçar mangas e desarmar animosidades. É uma reconstrução coletiva, cuja largada se dará a partir de firmes e elevados propósitos.

Dias melhores virão. Não tenho qualquer dúvida sobre isso. Precisamos todos nos fiar nessa crença de que reencontraremos o caminho do crescimento e da justiça social. A prosperidade é um estado de espírito que não combina com os pessimistas.



Que o nosso Congresso Nacional e o Poder Executivo, logo mais adiante, cumpram com a sua missão mais nobre, a de devolver à sociedade a crença de que vamos caminhar para o equilíbrio, deixando o tempo de turbulências para trás!

Entre tantas agendas, lembro a importância de revermos o pacto federativo. A União não pode mais continuar massacrando Estados e Municípios, nem o nosso Espírito Santo, que, de cada dez reais que envia para a União, recebe somente um de volta. Deputado Evandro, é no Município que mora o cidadão brasileiro. Essa mesma União, que onera o setor produtivo, pura e simplesmente para sufocar quem emprega e produz, inibe o empreendedor brasileiro.

Este Parlamento deve, sim, construir pontes. Porém, essas pontes precisam ser construídas em bases sólidas, e não em cima de boias que possam ficar flutuando nas águas da conveniência.

Quero convocar o setor produtivo brasileiro. Venham para a política! Precisamos de vocês aqui!

É claro que o País não vai mudar da noite para o dia. A realidade continuará a nos cobrar reação. Medidas duras de ajuste terão de ser adotadas, reformas estruturais terão de ser iniciadas, e o diálogo terá de ser exercitado como nunca neste País, meu caro Deputado Covatti Filho.

Mas o Brasil pode mudar, sim, de imediato, logo nas primeiras horas do dia seguinte à votação histórica do *impeachment*, se aqueles que saíram às ruas — o País tem que continuar se mobilizando — mantiverem a convicção de que a mudança de Governo não é só um passo importante para superar nossas angústias, mas também um passo fundamental para reconstruirmos a moralidade e a dignidade do povo brasileiro, pautadas em princípios de partidos políticos. Faço referência ao



Partido Verde, o qual tenho orgulho de representar e de cuja bancada nesta Casa tenho orgulho de fazer parte.

Por isso, meus companheiros do Partido Verde, meu povo querido do Espírito Santo e brasileiros do meio rural, tenham a certeza de que, no próximo domingo, o Deputado Evair de Melo, do Partido Verde, votará "sim" ao *impeachment* da Presidente da República.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã nós teremos um encontro cara a cara com a nossa própria história.

Como representante de uma geração que ainda tem mais perguntas do que respostas, eu confesso que me sinto na obrigação de buscá-las. Mas confesso que todas as vezes em que eu me debruço sobre a história do meu País, as perguntas aumentam, e as respostas diminuem. Digo isso, Deputado Evandro Gussi, porque tenho questionamentos desde a época do Império, com D. Pedro I e D. Pedro II.

D. Pedro II, por exemplo, meu amigo Deputado Covatti Filho, que é tão homenageado por todos nós com seu nome em ruas, praças, dos 49 anos do seu Império, manteve a escravidão durante 48 anos. Por isso, não entendo por que tanta homenagem.



Logo depois, as nossas primeiras experiências democráticas, de 1947 até 1964: dos cinco Presidentes que nós tivemos, um suicidou-se, outro renunciou e outro foi afastado.

Não consigo entender, Deputado Delegado Edson Moreira, como, depois disso, o Marechal Castello Branco, dizendo que iria fazer um governo rápido e de transição, perpetuou-se no poder em nosso País por 21 anos, por meio de uma ditadura sangrenta e assassina. É importante nós nos lembrarmos dela aqui hoje.

Não consigo entender como não existem culpados para os planos econômicos fracassados durante a história do nosso País. Ninguém nunca foi culpado por isso.

Hoje, não consigo entender por que o Partido dos Trabalhadores escolheu jogar a sua história no lixo. A grande verdade é que me pergunto todo o tempo como nós podemos fazer para construir um país decente. O Partido dos Trabalhadores, um partido que tinha ética, moral e bons costumes, joga a sua história, o seu projeto todo na latrina do lixo.

Digo isso com muito respeito, até porque acho que não deve haver ofensa no debate político, até porque acho que nada deve ser mais doloroso do que amanhã eles entenderem, Deputado Evair de Melo, que se transformaram naquilo contra o que lutaram a vida inteira para acabar. Nada deve doer mais do que isso.

O Partido Verde vai votar a favor do País. O Partido Verde, por unanimidade, quer construir um país decente para o nosso futuro.

Para finalizar, gostaria de recitar aqui um trecho de um poema de Elisa Lucinda:



“(...) ‘Deixa de ser boba. Desde Cabral que aqui todo o mundo rouba’. E vou dizer: ‘Não importa, será esse o meu carnaval. Vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau’.

Dirão: ‘É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal’. Eu direi: ‘Não admito. Minha esperança é imortal’. E eu repito: ‘Ouviram? Imortal’. Sei que não dá pra mudar o começo. Mas, se a gente quiser, vai dar pra mudar o final!”

“Sim” aos brasileiros, “sim” ao Brasil e “sim” ao *impeachment* da Presidenta Dilma! (*Palmas.*)

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria que este discurso fosse registrado nos Anais desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna em atitude de profundo respeito a V.Exas. Mais do que o respeito pessoal que V.Exas., naturalmente, merecem, a minha reverência é ao povo brasileiro, que se vê representado em cada um e em cada uma de V.Exas., em mandato alcançado pelo voto popular, direto, secreto e universal. É a vontade do povo brasileiro, dos cidadãos brasileiros que nos une neste átrio da democracia.



Sinto-me honrado em compartilhar, ao lado de V.Exas., a responsabilidade de decidir sobre os rumos do nosso amado Brasil, um país que não nasceu ontem nem de qualquer jeito. Para cá vieram e por aqui passaram homens e mulheres que honram a nossa história, iluminam os nossos corações.

Somos chamados hoje a decidir o futuro concreto do País, o que não podemos fazer sem olharmos para o seu passado e sem termos os nossos pés fincados no presente. Convoca-nos a Constituição da República a responder se a Presidente, eleita democraticamente, deve ser afastada de seu mandato.

Antes de qualquer coisa, é necessário frisar: somos convocados pela Constituição a fazê-lo, uma missão que não pode ser delegada a qualquer outra pessoa, a nenhum outro juiz. Por isso, Deputado Fabio, aqueles que tentaram descredenciar a legitimidade desta Casa para este julgamento ofendem, Sras. e Srs. Deputados, a cada um de nós e ofendem a si próprios.

Se a Presidente da República, Deputado Duarte Nogueira, não é capaz de se submeter a uma votação, a uma decisão soberana de dois terços do Congresso Nacional, é justamente porque ela não merece ocupar a cadeira em que está! Se os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, que verdadeiramente conquistaram seus mandatos pelos votos populares — podemos estar em trincheiras diferentes — não suportam uma decisão soberana de dois terços do Congresso Nacional, por favor, desocupem essas cadeiras, depositem os seus broches e unam-se às hordas de milícias que, neste momento, incendiam o País. Não é este o lugar daqueles que não estão dispostos a aceitar o resultado soberano de um Parlamento eleito democraticamente. Demonstram ademais um desprezo sistemático por esta Casa e, por consequência, à democracia brasileira.



Aqui, senhoras e senhores, não estão coturnos, baionetas, fuzis, foices ou martelos. Aqui estão Deputadas e Deputados eleitos democraticamente, investidos pelo voto popular no espaço mais legítimo para se decidir sobre os rumos do País.

Pessoalmente, pela deliberação de nossa bancada, estamos convencidos de que a Sra. Presidente da República cometeu, sim, crime de responsabilidade. Sem dúvida, o ordenamento jurídico e a lei orçamentária foram profundamente ofendidos, como explicita a denúncia já confirmada na Comissão Especial.

Estamos também convencidos das tormentosas consequências que tais práticas têm gerado sobre as nossas finanças, sem mencionar todos os fatos gravíssimos e vergonhosos que contribuíram para essa absoluta quebra de confiança no Governo.

Ilustres membros da minha bancada, Deputado Roberto de Lucena, Deputado Evair de Melo, Deputado Edison Lobão, Deputado Uldurico Junior, além da Deputada Leandre, que abrilhanta nossa bancada, é necessário enfatizar que, no julgamento dos crimes de responsabilidade, há outro fator a ser analisado: justamente o grau de confiança que os cidadãos depositam no Presidente da República. Isso significa dizer que determinadas condutas poderiam até ser compensadas por um alto grau de confiança verificado entre os cidadãos e o Presidente da República.

É por esse motivo — e isso é importante que se pense, se registre e se diga — que o julgamento não é dado aos juízes togados, ainda que eles sejam mais versados nas letras jurídicas que muitos de nós. Somos os competentes para este julgamento, pois somos capazes de verificar, ao lado das questões técnicas, o nível de confiança no atual Governo.



Sras. e Srs. Deputados, V.Exas., como eu, têm contato direto com o povo e sabem que, desde as mais sofisticadas capitais até os mais longínquos sertões, ouvimos uma voz difusa, uníssona, possante a repetir que o atual Governo não representa mais a maioria dos brasileiros.

Silenciemos a nossa voz e, principalmente, os nossos corações. É isto que peço às Sras. e aos Srs. Deputados: silenciemos a nossa voz, silenciemos os nossos corações. Ouçamos, agora, a voz que vem do povo e o que dizem essas vozes hoje unidas. Elas avisam que o Brasil passa por problemas sérios e que já não acreditam mais em falsas análises e em falsas promessas. Percebem que seus empregos estão desaparecendo e que sua renda se corrói. Pior do que isso: percebem que não há alternativas, não há mais confiança no Governo. Percebem também que o bem mais precioso ao ser humano está-lhe sendo retirado, pois o atual Governo, Deputado Ricardo Izar, pretendeu apagar o sol da liberdade que brilha na Pátria em raios fúlgidos.

Chegaram, Sras. e Srs. Deputados, a dizer que criaram um novo Brasil, um Brasil “como nunca houve antes na história deste País”. Julgavam-se legítimos porque teriam enchido as panelas dos brasileiros. Com todo o respeito, senhores, o povo brasileiro não se venderá por comida, por panelas cheias! Esse povo quer conquistar o penhor da igualdade com seu braço forte; não depende das migalhas que caem das mesas fartas em que se organizaram este descarrilamento do Brasil.

Convido-os novamente, senhores, a refletir, a fim de que, com o devido respeito, possamos silenciar nossas vozes e ouvir o barulho que se faz ouvir, mesmo durante esta histórica madrugada que nos separa de um dia fundamental. Esta histórica madrugada ouvirá o que tem a dizer o povo brasileiro.



Convido-os ainda a sintonizarmos os nossos corações aos corações dos brasileiros e brasileiras que tomam as ruas do País e que certamente esperam de nós uma decisão altiva, abnegada e de inegável amor à Pátria.

O fato que temos à nossa frente, Deputado Elizeu Dionizio, é o seguinte: o atual Governo não representa mais a maioria dos brasileiros. Pergunto: vamos substituir o povo? Vamos dividi-lo em raças, em classes ou em brasileiros do norte e do sul? Vamos destruir nossa maior conquista, que é justamente a unidade nacional de diferentes raças, classes, cores e condições sociais? Não, senhores! O povo brasileiro se manterá unido, como nasceu. Não é o povo brasileiro que deve ser substituído, mas, sim, o Governo que aí está.

O que move os brasileiros nesses dias, na verdade, é a esperança, Deputado Fraga, porque a esperança, como dizia Santo Agostinho, tem duas filhas: a indignação e a coragem.

De fato, Deputado Jorge Tadeu, o povo brasileiro está indignado com os desmandos conduzidos pelo atual Governo. Mas este mesmo povo tem a coragem necessária e histórica para levar o Brasil a responder à sua autêntica vocação. Somos gigantes pela própria natureza, e o gigante acordou para nunca mais adormecer.

O *impeachment* não colocará um ponto final em nossa crise. O descarrilamento causado pelo atual Governo é gravíssimo, fez muitas vítimas e feriu profundamente nossa economia, o emprego e a renda dos brasileiros. É importante que todos saibam que esta crise, que esta doença foi causada pela irresponsabilidade do atual Governo e exigirá de cada um de nós, brasileiros e brasileiras, sacrifícios e remédios amargos.



Apesar disso, o *impeachment* permitirá que se abra um novo capítulo em nossa história, em que não haverá mais espaço para o conflito entre nós e eles, entre ricos e pobres, entre norte e sul. Abre-se à nossa frente a possibilidade concreta de superarmos os falsos dualismos e reedificarmos instituições capazes de garantir a unidade do povo, a representatividade governamental e a moralidade administrativa.

Senhoras e senhores, não nos assustemos com o barulho que, no próximo domingo, inundará vilas e cidades, montes e planícies. É “o brado retumbante de um povo heroico”, associado às batidas desse coração mestiço e tropical que, há mais de 500 anos, tem feito desta terra a mais formosa de todas.

Votaremos a favor do *impeachment*. Votaremos a favor daquela que: “*Entre outras mil, és tu Brasil, ó pátria amada! Dos filhos deste solo és mãe gentil*”.

Sr. Presidente, concluo este pronunciamento dizendo que votaremos pelo *impeachment*, pois esta é a nossa Pátria amada, este é o nosso amado Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os presentes, estou aqui hoje, na data do meu aniversário, trabalhando em prol da libertação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente todos os discursos. O maior dos pronunciamentos que ouvi aqui dizia que a Presidente Dilma é honesta. O Marcola, que está preso em Presidente Bernardes, também disse que é honesto. O Célio Marcelo da Silva, maior sequestrador do Brasil, que tive a honra de prender, também disse que é honesto.

Quem compactua com crime também é criminoso. Quem assina também é criminoso. Honestidade não é premissa de que não cometeu crime. Assinar decretos, comprar petroleira totalmente desativada nos Estados Unidos... Um médico amigo meu, cuja filha mora no Texas e que também atendia o ex-Presidente Lula, disse-me que, toda vez que ia visitar a filha dele, via a Refinaria de Pasadena fechada, enferrujada. Todos lá sabiam que ela não valia nada. Era só ferrugem!

O que aconteceu? A Dilma, honesta, assina e compra aquela usina por bilhões de dólares de quem? Dos brasileiros, dinheiro meu, dos meus pais, que estão lá em casa trabalhando agora, do Sr. Edgar e da D. Dalila, de meus irmãos, que andavam descalços, de pé no chão, que vestiam calção rasgado e para a escola tinham um uniforme só — um usava o uniforme de manhã, o outro usava o uniforme à tarde, porque não havia dinheiro para comprar outro. E estudavam em escola pública.



Fomos estudando, trabalhando. Comecei a trabalhar com 7 anos e meio. Se catar lata não é trabalhar, então eu não sei o que é trabalho. E fui galgando, estudando e, graças a Deus e à minha família, consegui me formar, consegui fazer especialização e mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, consegui passar no concurso.

Nessa vida pública, Sr. Presidente, eu prendi diversos criminosos. Todos esses criminosos falavam que eram honestos. Todos esses criminosos falavam que eram inocentes. Mentira! Mentira! São todos uns ladrões, uns gaiatos, que pegam o dinheiro do povo brasileiro para se locupletar com uísque, com vida boa.

Sr. Presidente, procurei óleo de peroba em Brasília e arredores e não achei. Há gente aqui que quando faz a barba, sai pó de serra da cara, porque são uns tremendos caras de pau! Às vezes, nem fazem a barba, justamente para não sair pó de serra da cara deles.

Quem compactua com ladrão, ladrão também é. Quem defende ladrão, ladrão também é.

Portanto, Sr. Presidente, estou aqui, no dia do meu aniversário, trabalhando para libertar o povo brasileiro dessa corrupção desenfreada, dessa ladroagem que existe no Brasil, dessa gatunagem que fizeram, de 15 anos para cá, contra o meu Brasil.

Eu tinha vergonha de falar o que algumas pessoas dizem: que são honestas. Rui Barbosa disse que tinha vergonha de ser honesto. O bom baiano Rui Barbosa disse que tinha vergonha de ser honesto no País, quando discursou nesta Casa sobre o caso do Satélite.



Eu tenho vergonha na cara, Sr. Presidente! Por isso estou aqui trabalhando no dia do meu aniversário. Eu poderia estar em casa tranquilamente, poderia faltar à sessão e não votar, mas eu sou homem, um homem que defende o povo brasileiro, e vou defender sempre esse meu povo.

Várias vezes eu enfrentei tiros e mais tiros, enfrentei facadas, mas estou aqui defendendo o povo brasileiro, porque fiz um juramento para isso.

Viva o povo brasileiro!

Impeachment já! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Cumprimento o Deputado Delegado Edson Moreira pelo seu aniversário no dia de hoje.

Parabéns! Que Deus o abençoe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou deste lado, mas não mudei de lado, continuo com a mesma posição. Não mudarei. Não me vendo. Não me troco. Não há preço que me faça votar contra o *impeachment*.

Não sou muito de ler discurso, mas vou ler esta coisa terrível:

“Estamos sendo chamados a dizer se continuamos abismo abaixo ou se enfrentamos todo um esquema montado, nefasto ao Brasil e ao povo brasileiro, e o enfrentamos com muita ousadia, a ousadia de quem quer avançar, de quem quer mudar” o Brasil. (...)

“Assim, aqui somos chamados a responder ao seu apelo e essa é a nossa obrigação: achar uma saída política para essa realidade tão concreta.

Este Governo é desumano, é impopular. É desumano mesmo se abordarmos apenas o esquema da corrupção, porque ela não interfere somente na moralidade administrativa, tem também os seus efeitos sociais. (...)

Temos que aprovar a instalação do processo de impeachment por ampla maioria de votos, porque isso é o que a sociedade espera. (...)



No dia de hoje, o que nos unifica é a resposta da Câmara à impunidade, é a questão ética deste Governo, que mergulhou o Brasil na ingovernabilidade clara e explícita.”

Que coisa bonita! Esse discurso foi feito em 1992 pela Deputada Jandira Feghali, que ataca todo mundo defendendo esse antro de corrupção que há no Brasil. Foi ela quem disse que o *impeachment* de Collor não foi golpe. Golpe é hoje.

Gente, o Brasil está clamando por solução imediata. É claro que não há, mas pelo menos precisamos mudar aquela que está à frente do País, que, como já disse em outro discurso — lamento — é vítima. Eu também considero que a Presidente Dilma é vítima do sistema corrupto que está por trás dela, isto é, a gangue, a máfia que está querendo usar o Brasil como escravo para propagar ou sucatear cada vez mais os nossos recursos, acabando com o País.

Temos que acabar com isso. Somos a favor do *impeachment*. Precisamos ser um Brasil melhor. Não mudamos do dia para a noite, mas precisamos fazer a diferença. O Brasil conta conosco.

Aqueles covardes e medrosos que não querem dar as caras e que estão indecisos pensem, pois o Brasil precisa dos senhores e das senhoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Cristiane Brasil, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

A SRA. CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, mais uma vez, eu vim falar por eles, os brasileiros que estão assistindo à *TV Câmara* e que estão querendo ver como os seus Deputados vão se comportar hoje e amanhã na votação mais importante desta Legislatura.

Por isso, eu vou dar voz a eles, os brasileiros.

“Pedaladas”, de Alessandra Gama, de Goiás:

“O Brasil espera que o Congresso autorize o impedimento da Presidente Dilma. As pedaladas fiscais são uma clara violação à Lei Orçamentária, por promover mudanças no orçamento, sem a nossa autorização, sem a autorização do Congresso, ferindo a independência entre os Poderes e usurpando a prerrogativa dos Parlamentares.

A Presidente utilizou os recursos dos bancos públicos para pagar despesas que não tinham mais lastro no mal administrado Orçamento da União.

Ela atentou, sim, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Presidente esteve longe da dignidade e do decoro do cargo ao não cobrar a responsabilidade dos seus subordinados e escondê-los nas saias da mentira e



nas nomeações de Ministérios, que foram reveladas por escutas telefônicas.

Que papelão! Chantagem! O impeachment deve ser um marco para iniciar novas práticas na política brasileira. A chantagem do Governo do PT, que alicia Deputados por cargos — e dizem alguns — até com recursos financeiros em espécie, que têm sido tão escandalosamente praticados nas últimas semanas, representa um último ato triste na tragédia do sistema político brasileiro. Esse sistema que submete o Legislativo aos desmandos do Executivo.

Vivemos na prática uma democracia sufocada, em que o Congresso é visto como mero vassalo do Executivo, um faz-tudo, um pau-mandado.”

D. Ecila, minha mãe, do Rio de Janeiro:

“Luladrão’. Lula pode se vender como o mais honesto do Brasil, mas praticou tráfico de influência para as maiores empresas brasileiras, exatamente para as mesmas empreiteiras que agora estão no furacão da Lava-Jato. Esse homem roubou dos trabalhadores, roubou do BNDES para dar às empreiteiras ricas, suas amigas e financiadoras de um megasquema de corrupção com recursos disfarçados de doações legais.



Será que este Governo não vê que não caímos mais na história deles? O Governo do PT afundou no maior escândalo de corrupção que o Brasil já viu. Lembro-me do papel que seu pai, o ex-Deputado Roberto Jefferson, exerceu em 2005, no primeiro Governo do PT, ao denunciar o mensalão.

Ele agiu sozinho, motivado pelo senso de dever e sofreu as consequências por isso. Na época do mensalão, ele era visto como um escândalo de grandes dimensões, mas perto do petrolão descobriu-se que era apenas um pequeno apêndice.

Marli Iglesias, do Rio Grande do Sul:

“O impeachment vai passar, galera. Querendo vocês ou não, ele vai ser aprovado domingo e vai passar no Senado.

Alguns me perguntam qual será o papel do PTB no futuro.

Um provável Governo Temer terá a missão dura de reunir e pacificar este País. O PT governou sob o lema de disputa de classes. Hoje esse Governo está enchendo Brasília de manifestantes pagos, claques pagos. Essa claques está chegando insuflada pelo ódio plantado pelo PT. Eu temo pela segurança dos outros, os que não recebem pão com mortadela, não recebem dinheiro para defender os seus interesses...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lucas Vergilio, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. LUCAS VERGILIO (SD-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o *impeachment* está em pleno curso. Está sendo tratado com muita seriedade e seguindo os princípios da democracia, pois esse é o desejo da maioria dos brasileiros. Nós, representantes do povo, temos que ouvir a população, que tanto clama por um país melhor.

Mesmo diante das manobras dos ocupantes do Planalto para se manter no poder, esta Casa teve a serenidade de debater o tema e proceder rigorosamente dentro da lei e do rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.

A lista de afrontas do Governo Dilma à Constituição é extensa. A esta altura, o País já sabe muito bem quem está atentando contra as instituições. E cabe ao Congresso Nacional não permitir que triunfem as manobras, as maquiagens e a corrupção institucionalizada e generalizada do Governo. Não vamos permitir a destruição dos pilares da democracia.

As condutas atribuídas à Presidente da República de abertura de créditos orçamentários por decreto sem a prévia autorização do Congresso caracterizam desrespeito à condição imposta pelo Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual de 2015. Ferem, assim, princípios sensíveis da Constituição Federal, mais precisamente o da separação dos Poderes, do controle Parlamentar das finanças públicas, da boa gestão do dinheiro público e do respeito às leis orçamentárias.

Mostrou-se que esses decretos somente seriam admitidos sob a condição inafastável de que a gestão fiscal e financeira estivesse orientada para a obtenção da meta fiscal aprovada pelo Legislativo.



Tais atos, reforço, revelam indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal em diversos princípios estruturantes de nosso Estado Democrático de Direito.

O Poder Legislativo, na qualidade de legítimo representante dos interesses da população, não permitirá a usurpação de sua função mais importante: o controle político das finanças públicas.

O equilíbrio das contas públicas e a saúde financeira do País foram colocados em risco de forma irresponsável, causando prejuízos irreparáveis para a nossa economia e para os direitos mais fundamentais dos cidadãos brasileiros.

O excelente relatório do Deputado Jovair Arantes concluiu pela admissibilidade jurídica e política da acusação contra Dilma. A ênfase a esses dois aspectos é necessária, pois não se trata somente de um caso jurídico.

A Câmara não é um tribunal, mas, sim, a Casa na qual os representantes do povo tomam decisões eminentemente políticas. Assim entendeu o então Relator da denúncia contra o ex-Presidente Collor, o Deputado Nelson Jobim.

Ao justificar seu voto, assinalou — o que bem se aplica ao momento que vivemos —:

“Note-se que a matéria posta em apreciação em muito extrapola os limites da simples qualificação jurídica desta ou daquela conduta, deste ou daquele personagem. O tema diz respeito, também, a uma crise política de sérios contornos e que tem conduzido o País a uma paralisia asfixiante. (...)”



Portanto, a autorização para a instauração de processo contra o Sr. Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, mais do que uma conveniência política, constitui-se num imperativo ético, para que se resgaste a credibilidade nas instituições, para que se estirpe do seio da sociedade a impunidade, para que cesse a ameaça de ingovernabilidade, para sermos respeitados no concerto geral das nações.”

Faço minhas as palavras do Ministro Jobim proferidas no processo de impedimento do ex-Presidente Collor. Afinal, a situação conjuntural econômico-política do nosso País está insustentável! Não há governabilidade! Esse Governo não tem mais credibilidade!

Nosso voto pelo *impeachment* não é só pelas pedaladas, que são uma irregularidade grave na administração pública, mas por tudo, como: corrupção generalizada; 100 mil empresas fechadas em todo o País; 10 milhões de desempregados; fundos de pensão dos trabalhadores públicos todos no vermelho; PETROBRAS no fundo do poço; taxa de juros mais alta do mundo; inflação acima dos 10%; custo de vida corroendo a renda das famílias.

Enfim, estamos na pior situação econômica em décadas. Isso é que é golpe contra o povo brasileiro!

Tive a honra de ser eleito o Deputado mais jovem da história de Goiás. Na minha trajetória, fiz um único compromisso: não desonrar os votos que recebi no meu Estado — e venho tentando honrar todos eles!



Ainda é possível acreditar em mudança, em uma política limpa e em uma administração pública eficiente. Nós, políticos, podemos agir de forma diferente! Fiz compromisso com a minha família, meus amigos e, acima de tudo, com o meu Estado e com o povo brasileiro!

É por isso que venho a esta tribuna com a bandeira do meu querido Estado de Goiás e a bandeira do nosso País ao fundo declarar: não vai ter golpe, vai ter justiça!

Devemos ser patriotas e amar o Brasil, ter orgulho do nosso País! Vamos restaurar a confiança nas instituições! Vamos devolver a autoestima à população! Vamos fazer ecoar a voz do povo brasileiro dentro desta Casa. Vamos votar “sim” ao *impeachment!*

Viva o Brasil! Vivam os brasileiros!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado João Paulo Kleinübing, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JOÃO PAULO KLEINÜBING (Bloco/PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com grande senso de responsabilidade que estamos aqui vivendo este grave momento da história nacional.

Pela segunda vez em 25 anos o Congresso Nacional vai discutir o afastamento de um Presidente da República. Não há dúvida de que a Presidente Dilma perdeu as condições de continuar governando o Brasil, seja pelos crimes de responsabilidade praticados apontados no parecer do Deputado Jovair Arantes, seja pela falta de credibilidade, seja pela falta de apoio popular.

Por isso, atendendo ao anseio e às manifestações do povo de Santa Catarina, que, ao longo das últimas semanas, vem demonstrando a sua insatisfação com os rumos do Brasil, em nome da gente da minha Blumenau, venho aqui manifestar meu voto "sim" à admissibilidade do pedido de afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tenho consciência de que não estamos no fim desse processo. Nós temos ainda muito a fazer para colocar o Brasil de novo na rota do crescimento, na rota da inclusão. Mas é seguramente um passo importante e necessário para a recuperação da boa política no País.

Acredito naquilo que Sua Santidade o Papa Pio XII um dia disse: "*A política é a forma mais sublime de exercer a caridade.*" E, por acreditar nisso, por acreditar que a política pode ser feita de outra forma, voto "sim" à admissibilidade do processo



de afastamento da Sra. Presidente da República, para que possamos continuar construindo juntos o País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se for usar a divisão do tempo, tem que ocupar a tribuna imediatamente.

O PSD encerrou? *(Pausa.)* O.k.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu percebo — aliás, todos percebem — já há algum tempo que quando nós falamos em golpe os que defendem o golpe aqui dentro ficam ofendidos.

E nós não dizemos que esse processo de *impeachment* em curso nesta Casa é golpe para ofender. Nós dizemos que é golpe porque é golpe. Nós dizemos que é golpe porque para perpetrá-lo se pisoteia a Constituição aqui dentro. Uma série de princípios e valores constitucionais, direitos e garantias fundamentais estão sendo pisoteados ao longo do tempo por conta desse processo de *impeachment*: princípio da presunção de inocência, princípio da ampla defesa, princípio do devido processo legal. E vemos prerrogativas da advocacia sendo vilipendiadas ao arrepio da Constituição e da lei.

E por que se ofendem? Porque isso desnuda esse processo que está tramitando nesta Casa.

Quando analisamos a denúncia, assinada pelos três advogados de São Paulo, quando nós lemos o parecer do Relator Jovair Arantes, nós não podemos chegar a outra conclusão: são peças imprestáveis, são peças que um estudante de Direito de primeiro ano teria vergonha de assinar. Qual foi o crime de responsabilidade cometido pela Presidenta Dilma?

Ao longo desses dias aqui, ao longo da quinta-feira e desta sexta-feira, sucederam-se diversos defensores do *impeachment*, que falaram de tudo. Falaram de Lenin, falaram do bolivarianismo, falaram dos juro, falaram da economia,



falaram da PETROBRAS, só não conseguiram apontar o crime de responsabilidade praticado pela Presidenta Dilma. Simplesmente não dominam conceitos que deveriam dominar.

Houve empréstimo bancário? Não! Houve operação de crédito? Não! A Presidenta não alcançou a meta fiscal? Digamos que isso fosse verdade. Digamos que não tenha sido atingida a meta fiscal para honrar o Bolsa Família, honrar os programas sociais, honrar compromissos com a saúde e a educação. Ora, se isso aconteceu, que o Governo continue não atingindo a meta fiscal. Isso mostra exatamente como um governo golpista, caso esse *impeachment* seja aprovado — e não será — trataria os programas sociais.

Então, senhoras e senhores, nós estamos aqui diante, efetivamente, de uma farsa com o nome de processo de *impeachment*.

Eu gostaria de chamar a atenção para dois fatos.

Um deles é uma matéria de primeira página do jornal *The New York Times* — não se trata do chamado *blog* sujo do Brasil, não é de imprensa petista. Não sou eu que estou dizendo, é o *The New York Times*: “*Dilma é uma mulher honesta que está sendo julgada por criminosos.*”

Eu aconselho a quem se sentir ofendido contratar a Dra. Janaína Paschoal para processar o *The New York Times*, porque é uma acusação gravíssima, caso se sintam ofendidos.

Outra matéria de jornal que me chamou a atenção foi uma declaração do Juiz Sérgio Moro, adorado por 11 entre 10 golpistas aqui dentro. O que disse o Juiz Sérgio Moro? “*Não adianta tirar a Presidente Dilma. Isso não vai resolver o problema de corrupção no País.*” O xerifão Sérgio Moro.



Então, eu gostaria, meus queridos colegas, minhas queridas colegas, de me dirigir, neste momento, sobretudo aos Deputados que sinceramente ou estão indecisos ou já se pronunciaram tempos atrás a favor do *impeachment*, dizendo que estão fazendo isso em prol do combate à corrupção.

Sinceramente, vamos aqui refletir: é possível haver um combate eficaz à corrupção com uma chapa encabeçada por Michel Temer, que terá como Vice-Presidente Eduardo Cunha? Os senhores e as senhoras levam isso a sério? Eu tenho certeza de que não.

Vejam só os semblantes de quem antes estava rindo, estava gargalhando, estava sorridente. Vejam como estão esses semblantes hoje, porque já perceberam o recado das urnas. Já perceberam que hoje a maioria da população não acredita mais no golpe e não o deseja mais (*palmas*), não deseja mais o *impeachment*. A maioria da população hoje defende a legalidade democrática, porque sabe o que seria um país desgovernado por Michel Temer e Eduardo Cunha. (*Palmas.*)

Não foi à toa a matéria de primeira página do *The New York Times*. Do que acusam a Presidenta Dilma? De que crime? A Presidenta Dilma tem conta na Suíça? (*Manifestação no plenário: Não!*) A Presidenta Dilma tem conta em Liechtenstein? (*Manifestação no plenário: Não!*) A Presidenta Dilma desviou dinheiro daqui e dali para colocar na sua conta bancária? (*Manifestação no plenário: Não!*) Quem é que está sendo acusado disso? (*Manifestação no plenário: Ele!*)

Então, Sras. e Srs. Deputados, vamos refletir. Sei que há Deputadas e Deputados honrados aqui que, sinceramente, se colocam no plano de combate à corrupção. Mas não é decretando o impedimento da Presidenta Dilma que nós vamos combater a corrupção, sinceramente. Olhem a chapa.



Então, reflitam sobre isso. Não mergulhem o País na ingovernabilidade, que é o que vai acontecer se Michel Temer, um conspirador desleal, traidor, se apossar da Presidência da República. Ele não terá 1 minuto de governabilidade, porque o povo brasileiro não vai aceitar a usurpação da cadeira presidencial.

Dirijo-me aqui, para terminar, Srs. Deputados, particularmente aos meus colegas Deputados do Rio de Janeiro. Srs. Deputados, Sras. Deputadas do Rio, quantos investimentos, desde o Governo Lula, foram feitos na cidade do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro? Quantos programas sociais? Quantas refinarias? Quantas faculdades? Enfim, quantos investimentos em áreas fundamentais do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro lá foram feitos?

Vamos prestar atenção naquilo que se fez em nosso Estado e em nossa cidade antes de apostarmos na barbárie, antes de apostarmos na aventura do golpe. E não adianta chorar, vocês já perderam! A virada já foi feita! O golpe não passou e não passará! *(Manifestação no plenário.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos chamar, para a discussão do parecer da Comissão Especial, o PSOL, com as inscrições dos Deputados Ivan Valente, Jean Wyllys, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues e Luiza Erundina.

O tempo está disponível. O revezamento se dá à conta dos integrantes.

O PSOL dispõe, a partir deste momento, de 60 minutos.

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos dar início ao tempo destinado ao PSOL.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo. Eu ainda não comecei meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Houve um pequeno atraso, Deputado, mas não há problema. Solicito que seja repostado o tempo de 60 minutos destinado ao PSOL, por favor.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora do PSOL. Vamos ter 1 hora de PSOL agora. *(Palmas.)*

Eu peço a atenção de todos, porque o Partido Socialismo e Liberdade é um partido de oposição, um partido programático, democrático, de esquerda, mas um partido que não tem nenhum cargo no Governo, não recebe nenhuma benesse, não vai atrás de emendas parlamentares.



Mais do que isso, Sr. Presidente, o PSOL tem sido intransigente com a corrupção. Quem duvida disso basta verificar a conduta do partido nos últimos 10 anos: o PSOL foi o único partido que teve a coragem de desafiar o poderoso Eduardo Cunha, que já deveria ter saído dessa cadeira, que vergonhosamente ocupa para comandar o *impeachment*.

Cinismo e hipocrisia o PSOL não tolera!

Por isso, diferentemente do que pensa a golpista Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, nós entendemos que quem é contra o *impeachment* não é a favor da corrupção. Calma aí! Não é! Criaram esta mentira.

O PSOL é a favor de que todos sejam investigados, doa em quem doer. E faz isso na prática. O que nós queremos é justiça, é verdade, é a punição de todos, doa em quem doer.

Nós temos histórico e coerência para isso. Nós vamos denunciar, como fizemos na CPI da PETROBRAS, qualquer “acordão” que vise abafar a Operação Lava-Jato, qualquer que seja o resultado da votação do *impeachment* nesta Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, nós também queremos discutir o álibi que foi criado: a questão fiscal. Na verdade, está-se criando um 11º mandamento na Bíblia: o ajuste fiscal. Ajuste fiscal, agora, é mandamento bíblico! Não! A economia serve para trazer felicidade às pessoas, para distribuir renda e gerar emprego, não para gerar superávit e pagar a banqueiros e rentistas no nosso País.

Por isso, eu quero cobrar coerência. Aqueles que acham que há motivos para cassar a Presidente da República por operações de crédito — que não aconteceram — deviam ser mais coerentes e pedir que todos os Presidentes da República que



não fizeram, constitucionalmente, auditoria da dívida pública fossem cassados, porque não cumpriram a Constituição brasileira.

Em segundo lugar, falamos novamente em coerência, porque quem afundou Dilma foi a política que nós combatemos, a política de ajuste fiscal, a política neoliberal, inclusive, de isenções fiscais aos grandes empresários, no valor de 120 bilhões de reais.

O único partido que votou contra isso foi o PSOL. Os outros partidos, entre os quais o PSDB e o DEM, votaram a favor da liberação de dinheiro para empresários para, assim, gerar emprego e renda, o que não aconteceu. Depois, o rombo foi parar no Tesouro Nacional. Agora dizem que o Brasil está falido, e os caloteiros estão aí!

Por isso, Sr. Presidente, na nossa opinião, não há crime de responsabilidade. Se não há crime de responsabilidade, não há *impeachment*.

Se querem cassar por impopularidade a Presidente, vários outros Presidentes já deveriam ter sido cassados: o Presidente José Sarney, que terminou com uma popularidade submarina; o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que chegou a ter 7% ou 8% de popularidade — basta ver as pesquisas da época.

Agora querem cassar a Presidente Dilma! Desde quando impopularidade é motivo para cassar mandato? É óbvio que este é um grande álibi que está sendo montado neste momento.

Por isso, cassar alguém por impopularidade ou pelo conjunto da obra, na nossa opinião, com todas as críticas que o PSOL tem — vou falar sobre corrupção daqui a pouco —, é, na verdade, uma grande farsa, uma grande fraude, para se chegar a um “acordão” entre a elite brasileira, os organismos do PIB brasileiro, os



grandes meios de comunicação de massa e essa articulação de direita que foi feita para substituir o Governo.

Alguém aqui disse que vamos ter estabilidade depois, que não vamos ter sequelas. Ora, se um Presidente da República eleito for cassado sem crime de responsabilidade, haverá a ruptura da ordem democrática. Se há ruptura da ordem democrática, há golpe institucional. Aqueles que comandam isso receberão o carimbo de golpistas.

São duas as datas dos golpes: 1º de abril de 1964 e, se o *impeachment* passar agora, 17 de abril de 2016.

O momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de grande reflexão.

Em terceiro lugar, eu pergunto: qual é o plano do Sr. Michel Temer e de todos aqueles que querem substituir a Presidente da República?

Milhões de brasileiros foram às ruas porque queriam tirar a Presidente Dilma. Alguns fizeram isso por ódio e por intolerância; outros, porque acham que o desemprego, a inflação e todas as mazelas da economia são responsabilidades da Presidente. Estão insatisfeitos, o que é até legítimo. Outros milhões foram às ruas contra o *impeachment*, por uma política econômica diferenciada, contra o ajuste fiscal.

Eu quero saber quem foi para as ruas pedir que Michel Temer assuma a Presidência da República! Ninguém foi para as ruas pedir isso! E mais: quando ele começar a implantar o seu programa, alguém vai pensar: "*Poxa, estão dizendo que Temer é o Governo da salvação nacional, a redenção da economia brasileira*".

Será que o povo vai ter vez e voz no Governo Temer? É isso que vai acontecer? Vai haver a taxaçoão de grandes fortunas, de grandes heranças? Vai



haver a cobrança da dívida ativa da União, de um 1,2 trilhão de reais, que é dos caloteiros que estão aí? V.Exas. acham que vai haver a auditoria da dívida pública? Não!

Eu vou dizer agora o que vai haver: a autonomia do Banco Central; a reforma da Previdência, que a Presidente Dilma também queria fazer, mas não conseguiu, por resistência — queriam aumentar a idade mínima, cobrar dos inativos, etc. —; a reforma trabalhista, em que vai valer o que é negociado numa situação de crise contra o legislativo, a abolição da CLT.

É disso que trata o Governo do Sr. Michel Temer. Mais arrocho fiscal, mais terceirizações, privatizações, esta é a política antipovo. É o aprofundamento da política neoliberal, mas aí, sim, com a anuência do mercado financeiro, que agora diz: *“Não dá mais, Dilma. Nós queremos um novo representante!”*.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSOL não pode ser a favor de uma medida que troque uma política econômica por outra pior ainda e, mais do que isso, ilegítima, imoral, indecente e comandada pela delinquência de Eduardo Cunha.

Isso é inaceitável, sob todos os aspectos!

Em quarto lugar, quero falar da luta contra a corrupção. Entre 34% e 40% do povo brasileiro aprova a Operação Lava-Jato, acha que o maior mal do Brasil é a corrupção e que é preciso combatê-la. Certamente! Mas o povo não quer saber de hipocrisia e de cinismo.

É verdade, sim, que o PT cometeu erros, que se atolou na corrupção, que tem líderes presos e precisa pagar por isso, diante das alianças espúrias que fez e do



financiamento privado fácil. Mas ele não inventou a corrupção, porque ela já estava aí.

Por causa dos esquemas do mensalão, o Sr. Azeredo está condenado a 20 anos de cadeia; o Sr. Sérgio Guerra pegou 10 milhões de reais com o Sr. Paulo Renato, sabem para quê? Para abafar a CPI da PETROBRAS, em 2009.

E o DEM? Quem é Arruda? Quem é Agripino Maia? Quem é Demóstenes Torres? Quem são esses moralistas da hora que vêm falar contra corrupção aqui?

Nós devemos, sim, aprofundar as investigações!

E mais: há dezenas de Parlamentares, particularmente do PP, envolvidos na lista da Operação Lava-Jato. Se estão envolvidos na lista da Lava-Jato, alguma coisa existe. O Sr. Rodrigo Janot não fez o contrário.

Muitos aqui estão enrolados na Bandeira do Brasil. Isso é sujar a Bandeira do Brasil com corrupção. *(Palmas.)* Não é aceitável! Esta é a Casa dos representantes do povo, da dignidade.

O combate à corrupção não se faz com Michel Temer Presidente. Faz-se pedindo a punição de todos os corruptos, doa em quem doer.

O PMDB está incomodado porque sabe que lá mora o conjunto que será investigado pela Lava-Jato, inclusive o Sr. Michel Temer, que tem atrás de si...

(Manifestação no plenário: E a Dilma? E o Lula?)

O SR. IVAN VALENTE - Cale a boca, palhaço!

(Manifestação no plenário: E o Lula?)

O SR. IVAN VALENTE - Cale a boca, palhaço!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita a V.Exas. que respeitem o Deputado na tribuna.

(Manifestação no plenário: Puxadinho do PT!)

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que reponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Na sequência, darei mais 1 minuto a V.Exa., Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Quero falar do PMDB, sim. Já falei do PT aqui...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Solicito aos Srs. Deputados que respeitem o Deputado que está na tribuna.

Nós vamos repor 1 minuto a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. IVAN VALENTE - Quero falar do Sr. João Henriques, do Sr. Jorge Zelada e de toda a cúpula do PMDB que está na Operação Lava-Jato, a começar por Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Romero Jucá.

O povo brasileiro precisa dar a resposta de que não é um golpe institucional, mas a mobilização popular pela democracia e por mudanças sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Dando sequência à fala dos Deputados do PSOL, concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, do Rio de Janeiro.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu quero falar do meu constrangimento de participar de um processo de *impeachment* desencadeado e conduzido por um réu no STF pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, réu que tem se comportado como um gângster, não só usando os seus comparsas para nos constranger aqui, como também impondo censura a nós, os adversários, nos veículos de comunicação da Casa.

Este é processo de *impeachment* contra uma Presidenta sobre a qual não pesa crime de responsabilidade. Não, pedaladas fiscais não são crime de responsabilidade. Se o fossem, muitos Governadores, aí incluídos os tucanos Geraldo Alckmin e Beto Richa, deveriam sofrer impedimento. Se pedaladas fiscais fossem crime de responsabilidade, o conspirador e traidor Vice-Presidente decorativo da República Michel Temer, que assinou manobras fiscais — ele fez isso no exercício da Presidência, deveria estar sofrendo impedimento.

Um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade e conduzido por um gângster deveria ser um escândalo. Muito me constrange ter que participar dele. Esse processo de *impeachment* só não é tratado pela chamada grande mídia como um escândalo, como uma aberração política, porque a grande mídia tem interesse na derrubada do Governo Dilma e na erradicação do PT da cena política. Para a grande mídia, não importam os meios — apoiar um gângster e seus comandados — para atingir seus fins. Os Governos petistas nunca deixaram de



injetar dinheiro público na grande mídia, mas ela quer mais e vislumbra que, num governo sem petistas, comandado apenas por plutocratas e cleptocratas, ela passará a ganhar mais. Por isso a grande mídia não trata esse processo de *impeachment* urdido e conduzido por um gângster e seus asseclas como escândalo.

Esse processo de *impeachment* não passa de um terceiro turno das eleições forçado pelos derrotados no primeiro e no segundo turnos, com o apoio de traidores e sabotadores da chapa vencedora (*palmas*), interessados em salvar a pele das garras da Lava-Jato. Mais que um terceiro turno, esse processo de *impeachment* é uma eleição indireta forçada pelos partidos que sabem que jamais ganharão a eleição direta para a Presidência da República.

Trata-se, portanto, de um retrocesso em relação a uma conquista fundante da jovem democracia brasileira: as eleições diretas, o direito de o povo escolher, por eleições livres, o Presidente ou Presidenta da República. Trata-se da tentativa de cassar os 54 milhões de votos que deram a Dilma Rousseff a Presidência da República. Trata-se da tentativa de perdedores ressentidos, conspiradores, traidores, unidos à grande mídia, de forçar uma eleição indireta por meio de um processo de *impeachment* ilegal e imoral.

Isso não tem outro nome, senhoras e senhores, é golpe! Golpe parlamentar! Golpe contra a democracia!

Eu sei que os golpistas não gostam que se chame seu golpe de golpe. Também em 1964 os golpistas preferiram chamar seu golpe civil-militar, que instituiu 21 anos de terror e corrupção, de revolução. Mas não adianta tergiversar; não adiantam as falácias, os discursos demagógicos, recheados de hipocrisia, discursos de pessoas que pertencem a partidos atolados em escândalos de corrupção,



partidos que trazem em seus quadros ladrões e torturadores que têm a pachorra de se apresentar como gente de bem, arautos da moralidade.

Não adiantam seus discursos — V.Exas. sabem que estão dando um golpe. Não vou dizer que suas consciências os acusarão, porque V.Exas. não têm consciência. V.Exas. têm interesses escusos e querem privilégios. *(Apupos.)*

Os golpistas sempre gritam quando pomos o dedo na ferida.

Não por acaso, os golpistas que se sucederam à tribuna mal falaram das tais pedaladas fiscais. Mais atacam as virtudes dos Governos petistas que a seus pecados. Atacam as poucas políticas sociais implementadas pelos Governos petistas: o Bolsa Família, a abertura de mais universidades, as cotas raciais e sociais para negros e pobres na universidade, uma política pública exclusiva para as mulheres, a abertura de diálogo com a comunidade LGBT, com a juventude periférica e com os trabalhadores da cultura.

Notem que quem está falando aqui é alguém que não pertence ao PT, que nunca foi filiado ao PT e que, nesses 6 anos, fez oposição à Esquerda e criticou, sobretudo, a política econômica do PT. *(Palmas.)*

As políticas sociais só não foram maiores, mais frequentes e de maior alcance justamente por causa dessa corja de traidores e sabotadores que antes fazia parte do Governo e que agora dele sai para atacá-lo, como ratos que abandonam um navio que ameaça naufragar. Eles saem do Governo para tramar um governo em que povos indígenas, negros e pobres das favelas e periferias, trabalhadores sem terra e sem teto, povo de santo, trabalhadores na cultura e comunidade LGBT terão como resposta às suas reivindicações a repressão violenta por parte das polícias e a prisão, com o apoio de setores do Judiciário.



Se alguém duvida disso, basta prestar atenção ao áudio que o conspirador e traidor Michel Temer vazou para a imprensa, ou prestar atenção nos projetos de lei que tramitam nesta Casa: a nova política antidrogas, que quer ampliar o número de prisões e a repressão, o Estatuto da Família, o Dia do Orgulho Hétero, o Estatuto do Nascituro, que quer tirar das mulheres seus direitos sexuais e reprodutivos. Basta prestar atenção no que está aqui.

Como disse Leonardo Boff, se os pobres deste País tivessem noção do que os golpistas querem lhes impor após o *impeachment* da Presidenta Dilma, se tivessem noção disso, encheriam as ruas e impediriam essa farsa, essa ópera-bufa a quem chamam de processo de *impeachment*.

Com orgulho e com convicção — ao contrário dos hipócritas e demagogos que integraram o Governo Dilma e hoje o acusam dos males que eles mesmos praticaram quando membros do Governo, ao contrário dessa gentalha, eu não fiz nem faço parte do Governo Dilma, nunca tive cargo no Governo Dilma (*palmas*) —, por amor à democracia e ao tanto que progredimos até aqui, desde a era Lula, ou melhor, desde as Diretas Já, desde a promulgação da Constituição Cidadã, voto “não” a essa farsa a que chamam de processo de *impeachment*.

Voto “não” não por Lula, não por Dilma, mas sim pela democracia! A história poderá dizer de mim que fui o primeiro homossexual assumido, e com orgulho, a chegar ao Parlamento, mas jamais poderá dizer de mim que eu fui injusto, que eu fui egoísta, que fui golpista. Durmam com essas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Ainda no tempo destinado ao PSOL, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, vou ousar pedir um momento de reflexão. O risco, neste embate político acirrado, é nos cingirmos à disputa pelo poder político da União e morremos afogados na superfície.

O que nos está faltando desde ontem é atentarmos para as causas estruturais de nossos problemas, causas ainda renitentes numa economia liberal periférica, dependente de *commodities*, que reproduz a injustiça social.

Não se decreta o fim das classes sociais e das diferenças existentes num país por ato de vontade ou pregação da paz. Elas existem, estão enraizadas em 4 séculos de latifúndios, que os ruralistas insistem em louvar, de escravidão — até lei que puna o trabalho escravo ou similar a ele é difícil de passar neste Congresso — e de monopólio até mesmo das comunicações. Esses são problemas estruturais do Brasil que os Governos do PT, que despertaram tantas esperanças e que parte de nós contribuiu para que chegassem à administração central, não enfrentaram com a coragem que deveriam.

Quero, contudo, denunciar aqui a podridão do nosso sistema político-partidário, alimentado pelo poder do dinheiro alto. Esse sistema de capitalismo de compadrio não pode prosseguir, sob pena de estarmos enganando a população.

Esta Casa não teve a coragem de fazer a reforma política. Quando avançou um pouquinho, o Relator na Comissão da reforma política, o Deputado Marcelo Castro, foi castrado pelo Presidente-réu desta Casa, Eduardo Cunha, que o defenestrou arbitrariamente da Comissão. Nela fizemos debates em profundidades, sobretudo para romper o vínculo entre o público e o privado na vida política nacional,



vínculo que tem sido a razão e a essência do que a Lava-Jato apura agora: denúncias que envolvem quase todos os partidos do nosso sistema degenerado.

Lamento que o PT, que trouxe tanta esperança de mudança, tenha entrado no esquema que sempre condenou. Ele está pagando por isso agora. Essa é uma pequena grande tragédia na história nacional.

A despeito de tudo isso, esse *impeachment* é uma farsa. Esse *impeachment* é um engodo. Esse *impeachment* pode ser considerado uma tragicomédia em seis atos. O primeiro deles, Deputado Wadih Damous, é a própria peça. Não precisamos recorrer a Fábio Konder Comparato, a Dalmo Dallari e a uma gama de juristas sérios para saber que se trata de uma pedalada jurídico-legislativa politiqueira. Delfim Netto, insuspeito de ter simpatia com a Esquerda, com os progressistas, já se manifestou!

Amigos do PSB, vejam em que campo podem ficar: aqui está delineado o campo reacionário, retrógado da Direita, inclusive hegemônica, não pelos autênticos sociais democratas, mas pela Direita mais raivosa, que tem saudades da ditadura. Espero que reflita sobre isso o PSB, e também muitos do PSDB, que perderam o protagonismo nesta disputa aqui. Lembrem-se: quem vocaliza o *impeachment* é a Direita mais raivosa.

Pois bem, a peça jurídica é imprestável. Muitos Deputados, inclusive do PSDB, disseram isso há 2 meses, e apelaram à nova OAB, conservadora, para obter um pedido de *impeachment* mais consistente.

Eis, portanto, o segundo ato da farsa do *impeachment*: sua aceitação. Desde outubro havia parecer técnico da competente assessoria da Casa, dividido quanto ao mérito, nas mãos de Eduardo Cunha. O que ele fez, como é de seu feitio?



Barganhou o acolhimento ou não desse pedido e tomou sua decisão horas depois de os Deputados do PT, no Conselho de Ética, acatarem o nosso pedido.

O PT barganhou, sim, com Eduardo Cunha, seu antigo aliado — isso foi um erro, e espero que sirva de lição: a Esquerda precisa reaprender a fazer autocrítica. Foi traída por Cunha e aceitou o pedido como chantagem. Sabem quem disse isso? Miguel Reale Júnior. A propósito, encontrei S.Sa. por acaso ontem, quando veio fazer a defesa da tese do *impeachment*, e lhe disse: “Tenho citado muito o senhor”. Ele ficou feliz: “Que surpresa!”. Justifiquei-me: “Eu o faço porque V.Sa. disse que Eduardo Cunha, ao acolher seu pedido de *impeachment*, fez — abram-se aspas — ‘chantagem explícita’.”

Eduardo Cunha é o chantagista-mor, é o diretor-geral dessa peça que é a farsa do *impeachment*. Ele é o farsante que dirige essa peça. Ele, sobre quem todo dia há nova denúncia, revela-se beneficiário, ou usufrutuário, como ele prefere, de um crediário de propina da Carioca Engenharia, da OAS e de outras.

Ora, isso é um escândalo! Um Parlamento digno desse nome, em qualquer país do mundo, não aceitaria um Presidente com esse currículo — ou melhor, com esse prontuário.

O terceiro ato dessa farsa é o conluio da elite, que se acomodou no poder, inclusive com Lula. Com a sua sagacidade, a elite brasileira está sempre no poder. Por isso, o PMDB a representa tão bem.

O projeto do PMDB é estar no poder, qualquer que seja o Governo. A elite empresarial, as federações, o agronegócio, a mídia comercial hegemônica e os ultraconservadores deste Parlamento — meu Partido Socialista Brasileiro, olhe a má-companhia! —, mudaram de lado: o Governo Dilma não lhes é mais funcional.



Então, tramam, pagam por matéria a jornais, colocam todo o seu aparato para destituir o Governo eleito — esse é mais um ato dessa farsa.

Outro ato é a própria Operação Lava-Jato. Há, sim, um acordo para encerrar a Lava-Jato. Ela já teria cumprido seu papel, segundo esses que querem deixar as nossas mãos limpas atadas: colocar o carimbo de “corrupto” no PT. Infelizmente, o PT fez por merecer isso. Mas ainda há o PMDB, o PP, o PSDB, do Senador Sérgio Guerra — apesar de todo o respeito que os falecidos merecem de nós, não podemos nos esquecer de que ele foi acusado de ter levado 10 milhões de reais para obstaculizar, como Gim Argello e muitos outros, a CPI Mista da PETROBRAS.

É esse o conluio de partidos, de empresas e de parte da mídia hegemônica que está por trás dessa farsa do *impeachment*.

O quinto ato é o próprio Congresso: sete de cada dez Deputados desta Câmara foram financiados por grandes empresas. Tudo bem, isso é legal, é abrigado pela legislação, mas isso pesa. Foi tremendo o desespero quando o Supremo fez o único gesto político digno de uma reforma — reforma que nos recusamos a fazer: o fim do financiamento empresarial de campanha. O Eduardo Cunha só não apelou a todos os deuses porque é evangélico fiel, só tem um Deus, é monoteísta. Certamente apelou a seu Deus, para que a votação fosse refeita com as mãos humanas, muitas vezes pecaminosas. Isso não deu certo.

Este Congresso, que tem 148 Parlamentares sob investigação, tem que ter cuidado quando falar sobre moralidade pública. Aliás, o zelo orçamentário com as pedaladas é também de ocasião, porque a maioria aqui está zelosa de suas emendas orçamentárias individuais, para cevar curral eleitoral. Isso faz parte do sistema.



Por fim, senhoras e senhores, estamos na semana de Tiradentes. Ela nos ensina algumas coisas. A primeira é que o Brasil é o País das transições intransitivas, tenta mudar de verdade — e aí, sim, pode ser enforcado pelos poderes dominantes. O resto é mudança de perfumaria: mudar para continuar tudo como está. É isso o que estão programando agora — ou vocês acham que o PMDB é solução? Ele é antes parte pesada do problema.

Uma Ponte Para o Futuro é antes uma pinguela para o passado, contrária aos direitos sociais por desvincular as receitas da educação e da saúde, por precarizar os direitos trabalhistas e por atacar de maneira criminosa os movimentos sociais.

Lembro Cecília Meireles — a literatura sempre nos ajuda —, que nos dá uma lição de história no seu *Romanceiro da Inconfidência*, como se vai começar a perceber a partir de amanhã à noite; a história faz o seu julgamento, não imediatamente, mas com vagar. *“Não se afobe, não, que nada é pra já”*.

Independente de qual for o resultado amanhã — e eu não vou ficar fazendo bolão ridículo, colocando dinheiro numa coisa tão séria — (*palmas*), entendo que nós devemos pensar na nossa atitude. Os progressistas, os verdadeiros sociais democratas, os autênticos desta Casa, os que sabem que o sistema político está putrefato devem pensar muito no voto que darão: se pela farsa ou se pelo aprofundamento da democracia direta, participativa, se pela qualificação da democracia representativa.

Michel Temer, nos 15 minutos do autogrampo que ele deixou vazar, não fala uma só vez em corrupção ou na Operação Lava-Jato. Ele está comprometido: também ele negocia cargos de dentro do Jaburu. Ouvei um Deputado dizer: *“Saí tranquilo, porque ele disse que, do segundo escalão para baixo, não vai mexer em*



nada". Michel Temer e seus aliados devem pensar na fala de Cecília Meireles aos traidores: "*Pelos caminhos do mundo, nenhum destino se perde: há os grandes sonhos dos homens e a surda força dos vermes*".

Vamos sonhar! Vamos vencer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Ainda no tempo destinado ao PSOL, vamos do Rio de Janeiro ao Pará com o Deputado Edmilson Rodrigues, a quem concedo a palavra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou professor. Há uma máxima de Paulo Freire que me guia como educador e como cidadão, a de que se deve denunciar sempre o que é desumanizante e anunciar sempre o que é humanizante.

Sou Deputado Federal, mas, na condição de professor, trabalhador, cidadão brasileiro, o que me move é a produção deste mundo verdadeiramente humano, democrático e feliz, porque socialista. Portanto, o meu mandato não é profissão, é instrumento de luta em favor da justiça.

Por conta disso, eu quero aproveitar a oportunidade para dizer que espero que não seja ordem do Presidente Eduardo Cunha, espero que não seja autocensura dos trabalhadores concursados da *TV Câmara*, que percebendo o que está escrito nessas plaquetas, mudou o foco, a direção das câmeras, para impedir que o povo leia o combate a uma tentativa de agressão ao Estado de Direito (*palmas*), portanto, um golpe à ordem institucional brasileira, como estamos defendendo aqui como tese política.

Quero também fazer uma denúncia muito séria. Nem todos os servidores tiveram os dois crachás necessários para adentrar os recintos desta Casa, mesmo



servidores de carreira. No entanto, eu afirmo a V.Exas. que acaba de ser dada ao Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL ordem para que libere crachás para aqueles militantes não servidores que estão aqui para constranger a democracia e vilipendiar o direito de servidores concursados e de Parlamentares contrários ao *impeachment*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil está em crise. A crise é profunda na sua dimensão econômica, política, social e moral. Poderíamos falar sobre muitos aspectos dessa crise.

Eu vou falar da crise moral, porque a corrupção é genocida. O dinheiro que enriquece a muitos da política ou a muitos empresários é o remédio que falta; é o leite que falta; é o salário do servidor público que falta, como ocorre no Rio de Janeiro; é o que acaba sendo usado como justificativa para congelar a renda pelo trabalho, para castrar direitos duramente conquistados, há décadas, pelos trabalhadores brasileiros.

Por isso, eu queria lembrar que as principais vítimas da crise moral são exatamente os trabalhadores, mas o Brasil é estruturalmente corrupto. E é para ser contra essa estrutura capitalista movida pela lógica do lucro que o PSOL existe, para firmar a possibilidade de um futuro justo, democrático e feliz. (*Palmas.*)

Eu quero lembrar aqui que se fala muito do mensalão do PT, e há quadros importantes do PT pagando por se terem metido nessa lama histórica do Brasil, que é a corrupção. Mas pouco se tem falado do mensalão do PSDB, que ainda não viu nenhum integrante seu na cadeia, apesar de já se ter condenado, em primeira instância, o ex-Senador, ex-Governador, ex-Presidente do PSDB Eduardo Azeredo a 20 anos de prisão.



Devemos nos lembrar também do mensalão do DEM. Aliás, lembremos os dois últimos escândalos que envolveram o Senador Agripino Maia — em só um deles, recebeu de empreiteiras 1 milhão de reais para a campanha passada!

Seriam muitos os fatos de corrupção que expressam essa crise moral. Podemos lembrar o escândalo dos metrô de São Paulo, Deputada Luiza Erundina, Deputado Ivan Valente. Foram bilhões de reais desviados, cassando o direito do cidadão paulista de ir e vir com mais dignidade para o trabalho, para o lazer, para a sua casa, de ter mais tempo para o descanso, depois de uma jornada cruel de trabalho. Foram bilhões! E, segundo denúncias já comprovadas, isso ocorre desde o Governo Collor. Isso passa também por José Serra, que está sendo cotado para Ministro caso haja sucesso nesta tentativa de golpe institucional, e por Geraldo Alckmin.

Aliás, como pai e educador, lembro Moacir Gadotti, que dizia que não é possível estar feliz se apenas seu filho tem escola, casa, direito a comer, direito a uma vida digna, e, ali na porta da sua casa, está uma criança gritando de fome.

Eu pergunto: é ou não uma violência, expressão dessa crueldade, expressão dessa crise moral, o roubo da comida das crianças da rede escolar de São Paulo, em relação à qual, felizmente, há uma investigação avançando? Nós não podemos mais conviver com isso!

Sabem o que explica isso? Talvez mereça aqui uma homenagem um líder espiritual contemporâneo importante, o Papa Francisco, que se refere ao demônio do dinheiro. É contra a demonização do dinheiro que nós temos que lutar.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há saída para a crise. Eu quero dizer, com todo o respeito a todos os partidos, que o PSOL tem programa. O PSOL



é partido de oposição ao Governo. O PSOL luta por justiça e combaterá todas as injustiças, esteja quem estiver no Governo. O PSOL não poupará nenhum corrupto, seja de que partido for.

Eu quero dizer que reconheço, também nos demais partidos, pessoas de bem. Inclusive pessoas que agora declaram seu voto a favor do *impeachment* não necessariamente, por serem de partidos conservadores, podem ser classificadas como bandidos, como corruptos, como inimigos da democracia. Mas, convenhamos, vários Deputados não têm moral para falar em combate à corrupção ou em democracia. Aqui há gente que apareceu na lista de investigados da Operação Lava-Jato, da Odebrecht, da Camargo Corrêa, do escândalo de Furnas. Aécio Neves, ex-candidato a Presidente da República, é a principal estrela dos benefícios do dinheiro desviado de Furnas.

Nós poderíamos falar de pessoas que respondem — eu conheço várias delas — a cerca de 40 processos, por sequestro, extorsão, tortura; enfim, são muitas as tipologias de crimes que envolvem muitos. Mas não se pode generalizar. Há muita gente de bem, e é por isso que nós temos que discutir seriamente as saídas para a crise.

Agora me permitam perguntar: qual foi o crime que a Presidente Dilma cometeu? Quem acompanha a *TV Câmara* me ouve e me vê diariamente, pelo menos quatro ou cinco vezes por dia, combatendo as medidas do Governo contrárias aos interesses do País, aos interesses de indígenas, camponeses, servidores públicos, operários. Mas qual foi o crime da Presidente?



Fazer oposição programática e lutar dentro da ordem democrática para eleger projetos diferentes é um direito, mas o *impeachment* de quem não cometeu crime é uma violência, e isso dói aos ouvidos de quem defende o *impeachment*.

O *impeachment* está na Constituição, mas muita coisa está na Constituição. Prender ladrão está na Constituição, mas não se pode prender quem não é ladrão. A Presidente Dilma não cometeu nenhum crime.

Em relação às pedaladas fiscais, eu quero lhes dizer que nós temos que enfrentar o sistema da dívida. A Presidente terá uma chance a mais, vencendo amanhã. E nós cremos que ela vai vencer e que vamos derrotar o golpe! (*Palmas.*)

Ela terá uma chance para fazer diferente. E fazer diferente é enfrentar o sistema da dívida, realizar a auditoria já aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, reduzir esse superávit primário. Quando se aumenta o lucro de banqueiros, diminui-se a possibilidade de investimento que dinamiza a economia, gera emprego e renda, propicia a qualidade do serviço público, a sua valorização.

Há caminhos, e, em nome da democracia, nós dizemos “não” ao *impeachment*!

Qual é o outro crime anunciado por políticos travestidos de juristas? É o de que ela expediu decretos para garantir recursos a uma área, transferindo-os de outra, interferindo na meta de superávit. Ora, isso é crime? Se alguém, como empresário e como pai, depois que vê que um filho ficou doente, paga uma dívida ou compra o remédio para o filho? Comete o “crime” de salvar o filho ou paga ao credor?



Não há crime, porque, ainda que se considere que a política econômica da Presidenta está errada, foi correto dizer “não” ao capital e investir no Bolsa Família e em outros programas sociais.

Por isso, viva a democracia!

Somos contra a agressão! Somos contra o golpe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, para completar o tempo do PSOL, concedo a palavra à nobre Deputada Luiza Erundina, de São Paulo. Observo a S.Exa. que acrescentarei 1 minuto ao tempo de 14 minutos e 14 segundos, tendo em vista a interrupção que houve.

Tem a palavra V.Exa., Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Deputadas, Deputados, telespectadores que nos assistem, é para a sociedade que quero falar.

Vocês podem me dizer por que o Presidente saiu da Presidência dos trabalhos exatamente na hora em que os Deputados do PSOL assumiram esta tribuna? A verdade dói, mas também liberta!

Por que será que a *GloboNews*, que tem cobertura em tempo integral, noite e dia, dos discursos desta Casa, deixou de transmiti-los justamente na hora em que o Líder do PSOL e outros membros da bancada vieram se dirigir não tanto aos que estão presentes, mas à sociedade brasileira? É porque essa mídia é monopolizada e seleciona a divulgação dos fatos, sobretudo quando esses fatos não lhes interessam. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sociedade que nos ouve, há pouco mais de 1 ano ocupei esta tribuna para abordar o grave momento que o nosso País



atravessava, frente ao impasse político que gerava instabilidade e ambiente de frustração e desalento. De lá para cá a situação foi se agravando sempre mais, a ponto de colocar em risco a própria democracia e o Estado Democrático de Direito, conquista preciosa do povo brasileiro.

Estou convencida de que o cerne do problema é sobretudo o esgotamento do nosso sistema político, que apresenta enormes distorções impossíveis de se corrigirem com simples e frequentes remendos na legislação eleitoral feitos pelo Congresso Nacional 1 ano antes de cada eleição.

A consequência disso é uma crise política de proporção alarmante, cujo foco é o atual sistema presidencialista de coalizão, sustentado por uma base parlamentar composta por 25 partidos políticos, na sua grande maioria, meras legendas eleitorais sem identidade ideológica e sem projeto político.

Isso ocorre, senhores e senhoras, por omissão do Poder Legislativo, por omissão desta Casa, que por mais de 2 décadas anuncia no início de cada legislatura que a reforma política é prioridade. Porém, não passa de retórica, de promessa vazia e de tentativas frustradas, não obstante o interesse e a participação da sociedade civil organizada, inclusive numa Frente Parlamentar desta Casa que buscava uma solução para o problema.

Outro fator preocupante na crise atual é o desapareço pela democracia, demonstrado por atores políticos e disseminado na sociedade com o apoio dos poderosos meios de comunicação de massa, estes oligopolizados por um pequeno grupo de concessionários que se beneficiam da vigência de um marco legal obsoleto e que resistem a toda tentativa de mudança, com vistas a sua democratização. É,



portanto, um agravante, visto que a mídia se comporta como se fosse partido político ao interpretar e propagandear sua versão dos fatos de forma tendenciosa.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, prova evidente do desapareço pela democracia é também o fato de a vontade popular expressa nas ruas no último pleito presidencial estar sendo desrespeitada, tanto pela Oposição quanto pela Situação, visto que, ao mesmo tempo em que a Oposição não reconhece e questiona o resultado da disputa eleitoral, a Presidente Dilma Rousseff desrespeita o programa com o qual se elegeu e esquece seus compromissos eleitorais ao adotar uma política econômica semelhante à defendida pelos seus adversários. Adversários esses que, numa clara demonstração de desfaçatez e de oportunismo político, combatem nesta Casa as medidas do ajuste fiscal propostas pelo Governo tão somente para enfraquecer a Presidente, visto que são as mesmas do receituário que eles apregoam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a oposição conservadora, que paradoxalmente se situa dentro e fora do Governo, dentro e fora da chamada base aliada — parte da qual agora desembarca do Governo sem qualquer prurido —, aposta no quanto pior, melhor, e aproveita a fragilidade do Governo para, de pressão em pressão, de chantagem em chantagem, fazer avançar sua agenda regressiva, oposta aos interesses populares, uma agenda policialesca e excludente e que aprofunda as desigualdades de classe, de gênero e de raça. Seu objetivo, além da volta ao poder sem ter que esperar as próximas eleições é sobretudo a preservação das velhas estruturas políticas concentradoras de poder, de riqueza e renda, a reprodução dos privilégios dos mais ricos e a garantia dos interesses do grande capital, além do rechaço à participação e à soberania popular.



Soma-se a esse quadro o ativismo de setores do Judiciário, da Polícia Federal e do Ministério Público, que, sob o pretexto do combate à corrupção — combate que nós do PSOL apoiamos com veemência —, tem atropelado garantias constitucionais, em conluio com empresas de mídia, e transformado investigações em táticas de enfrentamento político que já sugerem um golpe institucional.

Nesse contexto, deflagra-se nesta Casa um processo de *impeachment* com indisfarçáveis contornos farsescos. A frágil peça acusatória, de discutível sustentação jurídica, propõe depor a Presidente, legitimamente eleita, com base em manobras fiscais de uso recorrente por diferentes Governos, nas três esferas do Poder Executivo, e que até hoje, senhores, pasmem, embora criticadas e até mesmo condenadas, não haviam sido qualificadas como crime de responsabilidade.

Nunca é demais lembrar que o impedimento de um Presidente da República, previsto na Constituição, é um dos mais graves atos do nosso ordenamento jurídico, e que, por isso mesmo, esse recurso deve ser avaliado com muito cuidado, muito critério e utilizado apenas em casos extremos, sob o risco de violarmos um dos pilares da Constituição Federal, que é a soberania popular. (*Palmas.*)

Para piorar, senhores e senhoras que me assistem através da *TV Câmara*, Sras e Srs. Deputados, o processo é deflagrado num momento em que o ainda Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, que responde à ação penal no Supremo Tribunal Federal, não demonstra nenhuma vontade de dar celeridade a esse processo. (*Palmas.*) Um processo de impedimento da Presidente da República conduzido por um Deputado réu, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro, desmoraliza a Casa perante o conjunto da sociedade e enxovalha a imagem do Brasil no mundo. (*Palmas.*)



Senhores e senhoras, tudo indica tratar-se de um jogo de cartas marcadas. Já se fala em acordos entre os partidos que defendem o afastamento da Presidente, para a montagem do Ministério de um futuro Governo. O próprio Vice-Presidente da República tem a audácia e o displante de se pronunciar como se a Chefe de Estado já estivesse afastada, num flagrante desrespeito à Câmara dos Deputados, que ele presidiu em mais de uma ocasião, e à soberania do mandato da Presidente e de cada um de nós, Deputados e Deputadas desta Casa, um desrespeito sobre o qual precisamos refletir e nos posicionar. Afinal nem sequer votamos ainda o *impeachment*.

Nesta hora grave, devemos pensar antes de tudo, senhores e senhoras, no interesse do nosso País e na preservação das conquistas do povo brasileiro, que custaram muito caro aos que sacrificaram a liberdade e a própria vida pela democracia, ainda incipiente, e hoje gravemente ameaçada.

É preciso ficar claro que não se trata de defender este ou aquele partido ou coalizão, não se trata de defender o Governo que aí está. É algo muito maior que está em jogo. Devemos estar à altura deste momento da nossa história e salvar, a qualquer preço, este precioso tesouro: a democracia e o Estado Democrático de Direito. *(Palmas.)* Precisamos pensar, senhores e senhoras, com muita responsabilidade, no legado que deixaremos para aqueles que virão depois de nós.

Por isso, voto “não” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. *(Palmas.)* E o faço junto com meus companheiros do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, que nunca transigiu, que nunca se omitiu, que esteve sempre na vanguarda na denúncia dos verdadeiros crimes que se cometem nesta Casa e fora dela contra o povo brasileiro.



Vamos ter responsabilidade e juízo na hora de decidirmos, no próximo domingo, uma questão fundamental, de grande interesse para a Nação brasileira, que está sendo acompanhada com críticas e expectativas por todas as nações democráticas do mundo, que lamentavelmente assistem a esta tragédia, cujas provas estão sendo dadas pelo Brasil através deste processo escuso, antidemocrático e infeliz que vivemos no País, sobretudo no Congresso Nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Fora!)*

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência...

(Plenário mostra faixa: Fora, Cunha! Fora, Cunha! Fora, Cunha!)

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário.

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Nossa sessão precisa continuar. Neste clima nós não temos condições de ouvir os Deputados que vão à tribuna.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Solicito aos Srs. Deputados que mantenham o mínimo de silêncio no plenário.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Esta Presidência solicita novamente aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário, para que possamos continuar chamando à tribuna os Deputados inscritos.



(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Mais uma vez solicitamos aos Srs. Deputados que mantenham silêncio no plenário, para que possamos dar continuidade a nossa sessão. Há vários Deputados inscritos.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Srs. Deputados, vamos manter silêncio no plenário, para que possamos chamar os próximos Deputados. Há uma série de inscritos.



ausentou, e agora os índios abandonam as terras e migram para as cidades. O destino dos indígenas fugidos das reservas é o abandono, problema social criado pela falta de planejamento.

O progresso de Roraima está ameaçado, o progresso do Brasil também está ameaçado, e a principal ameaça ao progresso é a falta do Governo e a divisão interna. Por isso, em nome de Roraima, eu voto a favor da integração nacional.

Meu voto é a favor do impedimento.

Viva o Brasil!

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou me ater, neste momento, a questões técnicas a respeito deste processo de *impeachment*.

Quero falar do Pará, meu Estado, que me remeteu para esta Casa. O Pará é um Estado progressista, com grande potencial mineral e, com certeza, merece do Governo Federal um respeito muito grande.

Quero fazer algumas comparações. Em detrimento dos investimentos feitos no meu Estado, foram feitos investimentos no exterior. Poderia ter sido construído no Município de Curuçá, no Estado, o porto do Espadarte, que tem um dos maiores calados do mundo. Em vez disso, foi construído um porto em Cuba, o porto de Mariel, com recursos do Brasil, com recursos dos brasileiros, com o nosso dinheiro, para ajudar um país do exterior.

Estas questões que trago à tribuna me deixam perplexo e triste, por perceber que o Governo Federal deixa de investir no Brasil para investir no exterior.

Posso dar outros exemplos, Sr. Presidente. O Governo do Estado do Pará está pedindo ao Governo Federal a cessão do trecho da BR-316 na Zona



Metropolitana do Estado do Pará, mas ele nega. Em compensação, meus amigos e minhas amigas, construíram um metrô na Venezuela, que não tem nada a ver com o nosso País nem com o nosso Estado.

Tudo isso me deixa triste, infeliz, porque percebo o descaso do Governo Federal com o nosso Estado e com o nosso País.

Quero dizer que, além das obras que acabo de citar, existem obras estruturantes como a duplicação da BR-316, de Castanhal a Santa Maria do Pará; a pavimentação da BR-155 e da BR-158; a construção da Ferrovia Norte-Sul, que poderia levar o progresso para nossa região; e a compactuação com o porto do Espadarte, que poderia levar minérios e grãos, promovendo o progresso do nosso Estado.

Tudo isso o Governo Federal se esqueceu de fazer, não quis fazer, em detrimento dos milhões de dólares que investiu no exterior. Tudo isso é importante para fazermos uma reflexão.

Eu venho aqui como representante do Estado do Pará, representante do Estado onde nasci, e confesso a V.Exas. que nada vai abalar o meu caráter e a minha estrutura. Enquanto eu estiver aqui, vou defender meu Estado, como defendo minha vida. Vou defender meu Estado e demonstrar que nada vai comprar este Deputado, nem proposta indecorosa, nem cargo no Governo Federal.

O que eu peço é a proteção de Deus! O que eu quero é levar benefícios para o meu Estado, o Estado do Pará. O que eu quero é defender este País como ele deve ser defendido. Defendo, acima de tudo, o progresso, a educação e a saúde.

Portanto, meus amigos, paraense que sou, alguém que tem orgulho de ser paraense, voto pelo *impeachment* e digo a V.Exas. algo muito importante: continuo amando e defendendo o meu Pará, acima de tudo. (*Mostra a bandeira do Estado do Pará. Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos agora ao tempo reservado ao Partido Social Cristão, na palavra do Deputado Takayama.

Antes, porém, gostaria de responder a questionamento feito na tribuna. Estariam sendo distribuídas novas credenciais para que pessoas de fora pudessem ocupar o plenário nesta tarde e no dia de amanhã. Esta informação não procede. Nós temos aqui a relação e o mapa das credenciais que foram distribuídas.

Portanto, faço este esclarecimento, em nome da Mesa Diretora da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Takayama, do PSC do Paraná. S.Exa. dispõe do tempo regimental de 3 minutos.

O SR. TAKAYAMA (Bloco/PSC-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, companheiro da Mesa Deputado Gilberto Nascimento.

Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção dos companheiros, já que tenho amigos tanto da Situação como da Oposição.

Eu vou dizer o que é golpe, meus amigos. Golpe é o Executivo querer governar o País sem o Legislativo.

Esta teoria vem da Europa, de um lugar que não merece muito crédito porque criou homens como Adolf Hitler. Falo da escola alemã do filósofo chamado Durkheim.

Durkheim dizia que o Executivo não precisava do Legislativo e que o Judiciário teria o Poder Legislativo. Esta teoria foi totalmente banida por todos aqueles que amam a democracia.

Sra. Dilma, o PSC tem um recado para a senhora. Sabe por que o País está rejeitando a senhora? A senhora sabe por que este Parlamento a está rejeitando? Aqui falo aos companheiros do PT, do PSC, do PMDB, de qualquer partido. Estou falando pela independência desta Casa!

Este Governo tem a vocação de caudilho. Ela queria usar a teoria de Durkheim, dessa escola alemã, para eliminar de vez a força do Legislativo. O Executivo tem que gerenciar o País, mas o Legislativo é o espelho da sociedade.

O Legislativo americano é de um jeito, o da Argentina é de outro. O Brasil tem um Legislativo forte. E os senhores são o retrato da nossa população.



Sra. Dilma, a senhora quis atropelar todo o Legislativo. A senhora se encontra nesta situação porque a senhora não quis ouvir o Legislativo. Quis dar uma de caudilho, e nós já percebemos isso no finalzinho do seu Governo, em 2014, quando a senhora quis implantar a Lei nº 8.234, que aqui queria implantar os conselhos populares, eliminando de vez este Legislativo.

Seria um tiro no pé, e o próprio Partido dos Trabalhadores percebeu isso. O PSOL percebeu isso. O PMDB percebeu isso.

Aqui não há bobo, não, Sra. Dilma!

Por isso, o Legislativo está dizendo "*Tchau, querida*". A senhora quis governar o País, achando-se no direito de fazer o que queria. Não pode! Esta não é a teoria. Este não é um país qualquer, não! Estamos no Brasil, onde amamos a democracia.

Sras. e Srs. Deputados da Oposição e da Situação, se há corruptos, vamos, sim, senhores, combatê-los!

É por isso que existe o termômetro da sociedade chamado Legislativo, que alguns querem desmoralizar. Desde quando um Judiciário, com 11 membros, pode legislar em um país onde o Legislativo conta com mais de 500 Deputados?

Os Srs. Deputados são o retrato da sociedade! Nós somos o retrato da sociedade!

Este é o País que nós queremos deixar para nossos filhos. Não um país cujo modelo nossa líder quer tomar como modelo de democracia, um país no qual há mais de 40 anos não ocorrem eleições.

Não queremos conselhos populares, como também não queremos um Executivo querendo governar sem o Legislativo.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Passamos agora a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy, que falará pela Liderança do PSDB.

O tempo reservado ao PSDB é de 8 minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB Nacional e toda a sua bancada têm a enorme satisfação, uma honra muito grande e um orgulho extraordinário de passar a palavra à Deputada Mara Gabrilli, nossa representante no cenário brasileiro, respeitada e admirada por todos.

Portanto, Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., passo a palavra à Deputada Mara Gabrilli. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - S.Exa. falará no tempo do PSDB.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é fato já sabido que a Presidente Dilma cometeu as pedaladas e assinou decretos não autorizados por esta Casa. Isso é crime de responsabilidade. Portanto, há razão suficiente para que se dê andamento ao processo de *impeachment*.

Se tivermos uma visão um pouco mais alongada, mais aprofundada, vamos perceber que está sobrando crime: crime de responsabilidade, crime de responsabilidade eleitoral, crime de improbidade administrativa, crime de falsidade ideológica, crime de obstrução à Justiça, crime de desobediência, crime de extorsão.

O crime de extorsão. Nesse, o PT se aprofundou. Realmente, o PT aprendeu a fazer isso muito bem. Lá atrás, quando era Presidente do Conselho da PETROBRAS, a atual Presidente da República fez vista grossa para Pasadena e foi



ungida pelo seu criador, o então Presidente da República. Será que naquela época ela já não sabia das práticas bandidas e criminosas de que o PT se utilizava para arrecadar recursos para a campanha? Isso começou lá em Santo André. A prática bandida culminou no assassinato do Prefeito Celso Daniel.

Pois bem, a Presidente Dilma, ao saber disso, deveria ter sido vigilante e deveria ter querido saber sobre cada tostão que entrou na campanha dela, sobre qual era a origem. Mas ela não quis saber. Ela preferiu se aprofundar nessa relação promíscua com as grandes empresas. Ela mostrou que não estava bem-intencionada em relação a este País.

Aí, chega o Ministro Cardozo aqui para fazer a defesa da Presidente. Ele praticamente a destituiu do cargo de Presidente da República. Nas entrelinhas de sua defesa, ele caracteriza a Presidente como incapaz, como irresponsável.

Presidente Dilma, a senhora foi e é responsável, sim, por tudo o que fez a esta Nação. Vamos trazer as pedaladas para a realidade, porque a senhora está afastada da realidade. A senhora está trancada no Palácio, fazendo uma retórica vazia para ludibriar o povo brasileiro, mas vamos para a realidade!

Na realidade, mais de 60 milhões de brasileiros estão inadimplentes. Isso significa 40% da população. São mais de 50 bilhões de reais de dívidas! Sabe quem são essas pessoas? São as vulneráveis, aquelas que recebem de um a dois salários mínimos. Sabe quem faz parte desse universo? As pessoas com deficiência.

Sra. Presidente, eu falei olhando nos seus olhos sobre o porquê de eu entrar na política. Eu entrei na política por gratidão. Gratidão por tudo o que a minha família conseguiu fazer com que eu tivesse. Eu entrei na política por amor ao próximo, para fazer o bem, para ajudar as pessoas. Eu continuo com profunda gratidão, porque o



Brasil apostou em mim, apostou na minha força de trabalho, na minha força de transformação, mesmo sem mexer braços e pernas.

Sra. Presidente, eu vou dizer à senhora o que está acontecendo com a pessoa com deficiência neste País — prestem atenção, Deputados do Norte e do Nordeste deste País! Uma criança no Maranhão, por exemplo, demora 5 anos para receber uma cadeira de rodas do SUS. Ela fica fora da escola por 5 anos, e, quando a cadeira chega, não serve mais, é dinheiro jogado no lixo.

A senhora, Presidente, teve muito tempo para consertar isso. E vem com esse mantra mentiroso de Pátria Educadora? Com uma criança? Isso é crime contra a nossa Constituição. As pessoas com deficiência neste País têm que ferver sonda para fazer xixi, porque o sistema de saúde não a distribui. E elas ficam com infecção. O que vemos pelo Brasil — é o dia a dia do meu gabinete — são pessoas cheias de feridas, jogadas em uma cama, olhando para o teto, crianças, jovens e adultos que poderiam estar produzindo por este País.

Enquanto isso, seus correligionários devoram o Governo. E eu assistindo. Assistindo dia a dia a seus correligionários se lambuzarem, deslumbradamente, no banquete oferecido pelo Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Sabem o que aconteceu com as pessoas que têm deficiência visual neste País e que conseguiram chegar à escola? O material didático só chegou em outubro. E isso vem se repetindo ano a ano.

Sra. Presidente Dilma, eu tenho curiosidade por saber se a senhora acredita na senhora mesma. Não é possível que acredite.



Este Congresso tem a obrigação de trabalhar para devolver o Brasil aos brasileiros. E nunca, neste País, ser eleita pode ser escudo para corrupção e impunidade.

Portanto, Dona Presidente, a senhora deve desculpas a esta Nação, desculpas ao povo brasileiro!

Impeachment já! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Depois da Deputada Mara Gabrilli, de São Paulo, que falou pelo PSDB, nós vamos agora à bancada do PSB, na qual estão inscritos o Deputado Tenente Lúcio e o Deputado Luciano Ducci.

Portanto, o tempo reservado ao PSB, de 6 minutos, está à disposição dos Srs. Deputados.

O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Meus caros brasileiros, paranaenses, curitibanos, meus eleitores, ocupo esta tribuna no dia de hoje para tratar, de forma objetiva, do meu posicionamento favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Desemprego crescente, inflação em alta, juros absurdos, famílias endividadas, medo do presente e desesperança em relação ao futuro. Esse é, de forma resumida, o contexto social em que o Brasil mergulhou de maneira vertiginosa.

A economia está comprometida, e o sanguessuga da corrupção seca as veias produtivas do nosso Brasil. E estão ligadas diretamente ao Governo Dilma Rousseff.

Ora, temos aí uma inversão de valores. A União existe para servir à sociedade, e não para dela se servir.

Uma pedalada fiscal é uma fraude, e fraude é crime. E esse crime, produzido a partir de uma ideia absolutamente errada de como gerenciar as contas públicas, associado a uma incapacidade de admitir e corrigir o erro, jogou um país inteiro — 200 milhões de brasileiros! — naquela que se anuncia como a pior recessão de toda a história do Brasil.



E eu pergunto: algum dos responsáveis por esse desastre histórico já se apresentou para pedir desculpas? É claro que não! A arrogância e a prepotência os impedem de fazê-lo.

Na área da saúde, os pacientes enfrentam filas e mais filas. Crescem juntas a insegurança e a criminalidade, pois os criminosos se sentem livres para agir. Lazer e cultura se tornam miragens no cotidiano da população. Sofre o comércio, mais empresas fecham, mais empregos são extintos. Por fim, cai a arrecadação e, com ela, a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos dignos.

Quando um partido assume uma série de propostas para ganhar uma eleição, e depois, no poder, não as cumpre, comete outra fraude: uma verdadeira pedalada moral e intelectual.

Eu venho de Curitiba, a cidade da Operação Lava-Jato, orgulho de todos os brasileiros. A essa operação damos todo o nosso apoio, para além desse momento grave que estamos vivendo.

Vivemos todos sob uma mesma bandeira: verde, amarela, azul e branca. A ela nenhuma outra “cor” deve ousar tentar se sobrepor.

Eu tenho o pulso de quem me elegeu, porque jamais me afasto das minhas origens. Sei quem sou e para onde vou. Por isso, no domingo, vou votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Impeachment já!

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Tenente Lúcio, do PSB de Minas Gerais.



O SR. TENENTE LÚCIO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Srs. Parlamentares, meus amigos e irmãos brasileiros, é com grande pesar que subo a esta tribuna hoje, porque eu jamais quis ter que votar o *impeachment* de uma Presidente da República. Eu queria que no Brasil estivesse tudo bem na educação, na saúde, na economia, em todos os detalhes. Infelizmente, isso não está acontecendo.

Eu sempre prezei, durante toda a minha vida, a ética e a moralidade em relação ao nosso País e à minha vida, como patriota que sou, oriundo do Exército Brasileiro, onde fiquei por 10 anos. Hoje, não estou falando aqui simplesmente com os meus ex-soldados, estou falando com os meus irmãos brasileiros, em especial com os nossos amigos e irmãos mineiros.

Eu estou no meu sétimo mandato consecutivo: fui quatro vezes Vereador, duas vezes Deputado Estadual e, agora, estou no Congresso Nacional. Quando fui Vereador, eu já cobrava desta Casa, dos nossos representantes, que tomassem a decisão certa a respeito de todos os projetos polêmicos que analisávamos.

Agora a imprensa brasileira cobrou de todos nós Parlamentares uma conduta, a manifestação do nosso voto quanto ao *impeachment*: "sim", ou "não", ou indecisão. Mas, mesmo antes de haver o resultado da nossa Comissão do Impeachment, isso nos desagradava muito, porque eu não poderia jamais ser irresponsável.

Então, o que nós fizemos? Aguardamos a decisão dessa Comissão e ao mesmo tempo consultamos as nossas bases. Conversei, nas nossas Minas Gerais, com os nossos empresários, com os nossos trabalhadores, com os nossos



professores e alunos, e após tudo isso fizemos consulta aos nossos Prefeitos — mais de cem Prefeitos — e aos nossos Vereadores.

Hoje eu estou votando “sim”, pelo *impeachment*, depois de pegar a resposta das nossas bases.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Pela Liderança do Partido Progressista, estão inscritos os Deputados Odelmo Leão e Roberto Balestra.

O SR. ODELMO LEÃO (Bloco/PP-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros que nos veem e nos ouvem, subo a esta tribuna não com alegria, mas com a responsabilidade do momento.

Cheguei a esta Casa em 1991. Vivenciei aqui o primeiro *impeachment* de um Presidente brasileiro, o de Fernando Collor de Mello. Foi seu sucessor Itamar Franco, o idealizador do Plano Real, ao lado de Fernando Henrique Cardoso. Nesta Câmara, como Líder de bancada por 8 anos, ajudei a implantar o Plano Real, que deu ao povo brasileiro talvez a sua maior conquista: o poder de compra da moeda.

O que fizeram os Governos seguintes? Em vez de darem prosseguimento a essa modernidade brasileira, sucatearam a nossa indústria, o setor elétrico, o setor energético, o setor sucroalcooleiro, o setor petrolífero. Hoje, o País tem mais de 10 milhões de desempregados.

Sr. Presidente, o relatório do Deputado Jovair Arantes espelha toda a verdade do momento brasileiro. Vem consolidar esse relatório matéria da revista *ISTOÉ*, publicada na pág. 51 da edição de 6 de abril, intitulada: *Banco Central mostra a gravidade das pedaladas*. Foram utilizados 60 bilhões de reais por este Governo nas pedaladas praticadas por decreto, sem autorização.

Portanto, caros amigos brasileiros, caros amigos mineiros, amanhã estarei aqui trabalhando e votando a favor de um Brasil novo, de um Brasil justo. Eu voto pelo *impeachment!* (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra, do PP de Goiás.



O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Sras. e Srs. Parlamentares, as minhas primeiras palavras são dirigidas ao nosso Presidente da Comissão que analisou a admissibilidade do processo de *impeachment*, o Deputado Rogério Rosso — eu o cumprimento pelo trabalho realizado, pela imparcialidade —, que, juntamente com o Deputado Jovair Arantes, nosso Relator, conseguiu apresentar a este Plenário, a esta Casa uma peça perfeita.

E aqui estamos nós, os Parlamentares, para dar prosseguimento ao que a Comissão Especial conseguiu realizar. Os Parlamentares da Oposição, os Parlamentares da Situação, aqueles que acusam o Governo, aqueles que defendem o Governo, todos já tiveram a oportunidade de apresentar os mais variados argumentos, pela defesa e pela acusação.

Eu participei da Constituinte e assisti à chegada do PT, quando já era liderado pelo hoje ex-Presidente Lula. Nessa ocasião, usaram de todos os artifícios, fizeram acusações a todos os Parlamentares que não compunham com eles aquele momento da história.

O ex-Parlamentar Lula continuou sua trajetória, candidatou-se por diversas vezes a Presidente, não logrando êxito em algumas das eleições, até que chegou à Presidência da República. Lamentavelmente, começou uma nova história no Brasil, onde coisas começaram a acontecer.

Hoje, sob o comando da Presidente Dilma, o Brasil começa a se levantar, o Brasil começa a dizer a nós Parlamentares que não permite mais que este estado de coisas continue, que não permite mais que a população seja enganada.



O que mais me machuca em todo este processo é exatamente ouvir daqueles que mais erraram, daqueles que mais ofenderam os brasileiros, que nós que votamos pelo *impeachment* estamos dando um golpe na Nação brasileira, estamos dando um golpe na política brasileira.

Não posso aceitar isso! Não posso admitir isso! Creio que esta Casa, de cabeça erguida, não irá permitir que sejamos tratados como golpistas.

Nós estamos aqui defendendo a legalidade. Nós estamos aqui defendendo o Estado de Direito do povo brasileiro, por não concordar com as coisas erradas que estão sendo feitas contra o Brasil.

Vamos votar pelo *impeachment*! Não é de hoje, há muito tempo nós estamos nos manifestando nesse sentido. Deixamos de votar com o Governo porque não concordávamos com os procedimentos que ele estava adotando.

Companheiros, o povo brasileiro espera uma posição de cada um de nós. Esta Casa é a representação do povo. O Senado é a representação dos Estados. Nós é que temos que aprovar, aqui, o pedido de *impeachment*, para que o Senado, então, possa referendar o que decidirmos.

Vamos ao *impeachment*, hoje, agora e sempre! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

S.Exa., que representa nesta Casa o Estado de São Paulo, tem o tempo regimental de 4 minutos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira que acompanha esta sessão, nós estamos cumprindo a Constituição, sim. Mas quem jurou com a mão sobre a Constituição e não a cumpre no seu art. 85 não merece continuar na Presidência da República.

Sem essa de conversa de golpe! O momento é de acabarmos com essa vergonha que existe em nosso País, uma vergonha que o povo não aguenta mais. É uma vergonha a fraude aplicada contra o povo nas eleições. São uma vergonha os crimes eleitorais praticados por Dilma e Lula. É uma vergonha a roubalheira praticada por este Governo, pelo PT e seus puxadinhos no mensalão, no petrolão, no BNDES, nos Ministérios. É uma vergonha a tentativa de impedir o Judiciário de agir, fazendo uma nomeação vergonhosa do criminoso Lula, para tentar safá-lo da Justiça Federal e das mãos do Juiz Sérgio Moro. É uma vergonha a situação de desemprego em que se encontra a população. É uma vergonha o caos na saúde, com milhares de pessoas morrendo nas portas dos hospitais. É uma vergonha a criminalidade no País, onde 60 mil pessoas são mortas, onde se matam mais policiais em relação ao resto do mundo, onde 500 irmãos policiais são sacrificados por ano e nada se faz. É uma vergonha o desrespeito às manifestações populares. É uma vergonha não respeitarem milhões de pessoas que um dia disseram: *"Fora, Dilma! Renuncie! Pare com essa vergonha!"* É uma vergonha este Governo e os



Deputados que o apoiam. É uma vergonha ver o que o povo está gritando nos hotéis, nos aeroportos, nos restaurantes: “Corruptos! Ladrões! Safados! Canalhas!” É isso o que o povo que está gritando.

Quero dizer que é duro falar de vergonha com quem não tem vergonha na cara. Como vamos falar-lhes de vergonha? Eles não têm vergonha de roubar, não têm vergonha de enganar, não têm vergonha de mentir. Eles não têm vergonha de vir à tribuna do povo para defender canalhas, bandidos, assassinos dos ideais da Nação.

Quero aproveitar os últimos instantes de que disponho para dizer que estou aqui pela vontade da população de São Paulo. Sou um exemplo do sonho do pobre brasileiro. Fui um menino sonhador na pequena Presidente Venceslau — esquecida Presidente Venceslau. Aprendi os valores sociais e humanos na minha casa.

Meu pai, neste momento, está em uma cama de hospital e não consegue mais acompanhar o meu raciocínio, por isso peço à minha mãe e ao Celso que lhe deem um beijão e digam que eu estou fazendo o que ele me ensinou.

Depois eu fui para a Polícia Militar, onde fiquei por 29 anos, defendendo a sociedade. Por isso, digo aos meus irmãos militares que vou cumprir o meu juramento.

E digo à minha família, a minha esposa Cláudia e os meus filhos Fernando e a Mariana: não se envergonhem do esposo e do pai! Eu não sou golpista!

Impeachment já! (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Neste momento, nós abrimos a palavra ao PROS, que disporá de 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Eros Biondini, de Minas Gerais.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amigos que nos acompanham pelos meios de comunicação, querido povo brasileiro, gostaria de iniciar o meu pronunciamento citando duas passagens da Palavra de Deus.

A primeira passagem, do livro do Êxodo, diz: *“Eu vi o sofrimento do meu povo, ouvi os seus clamores e decidi libertá-lo”*. A segunda passagem, da carta de Paulo ao jovem Timóteo, diz: *“A raiz de todos os males é o amor ao dinheiro. Por se entregarem a ele, muitos se desviaram da fé e hoje se afligem com inúmeros sofrimentos”*. Hoje o povo está clamando e nós estamos vendo muitas pessoas aflitas.

Eu não sei, Sr. Presidente, se todos aqui conhecem a minha história, portanto, eu contar um pouco dela. Há 27 anos, em um sábado como este, em uma festa de aniversário, eu fiz uso de tanta droga que quase morri. Tive taquicardia e alucinações. Mas, graças a Deus, não apenas sobrevivi como também me libertei para sempre daquele vício das drogas. Aquela situação crítica por que passei me fez despertar. Nos momentos críticos da nossa vida, precisamos tomar decisões.

A partir daí, por ter tido a chance de começar uma vida nova, fiz da missão de restaurar vidas o meu sentido de viver. Junto à Canção Nova, à Renovação Carismática Católica, à Nova Aliança, ao Mundo Novo e a tantos outros movimentos, doei minha vida e minha juventude a essa causa, como também o fizeram o Deputado Flavinho, da Canção Nova, e o Deputado Diego Garcia, que estão aqui. E



eu me dediquei, sem cessar, a ajudar outros jovens a se recuperarem também, aliviando o coração aflito de tantas mães.

Nesses anos todos, Sr. Presidente, eu tive a alegria de encaminhar para a recuperação milhares de pessoas, homens e mulheres que deixaram as drogas. Na minha equipe mesmo, há cinco ex-dependentes do *crack* que chegaram a morar nas ruas da minha cidade de Belo Horizonte e hoje, graças a Deus, estão totalmente recuperados.

Mas eu também já chorei, em muitos velórios, a morte de amigos meus e de filhos de tantos pais. Famílias perderam seus entes queridos por causa da droga. Já visitei muitos jovens em presídios, que foram presos por causa das drogas.

Nesses 10 anos de vida pública como representante do nosso povo, especialmente aqui nesta Casa, lutei muito para convencer o Governo da importância de se investir, de verdade, no combate às drogas e na recuperação dos dependentes químicos — hoje, no nosso Brasil, somam mais de 20 milhões de pessoas dependentes de alguma droga.

As comunidades terapêuticas que acolhem e recuperam os nossos jovens fazem isso sem praticamente nenhum apoio. E, por mais que essas comunidades tenham vocação e metodologia para tratar dos dependentes, é obrigação do poder público custear esse tratamento.

Eu sempre indaguei o porquê de não haver investimento. Eu sempre questionei isto: por que a resposta é sempre a de que não há dinheiro para ajudar essas famílias a livrarem seus filhos das drogas? Nós sabemos que não existe uma família no Brasil que possa dizer: *“Isso passa longe de mim!”* Duvido que alguma família que hoje esteja nos assistindo possa dizer: *“Jamais o meu filho, o meu*



sobrinho, o meu vizinho vai ter algum contato com drogas!" Eu sei que 100% das nossas famílias passam pelo medo desse flagelo atualmente.

Portanto, quando eu sempre indagava o porquê de não haver investimento na recuperação desses jovens, sucessivamente obtinha a resposta: "Não há recurso. Não há orçamento. Não há dinheiro para investir nessa recuperação". E hoje todos nós sabemos a razão de não haver dinheiro: ele está sendo mal utilizado numa estrutura gigantesca da máquina pública, e, pior, está sendo roubado por criminosos que assaltaram não apenas a nossa PETROBRAS, mas também tantas outras estruturas e órgãos do Brasil. Por isso, é claro, não sobram recursos para salvar vidas. É claro que não sobram recursos, porque foram gastos em pagamento de propinas e em investimentos suspeitos em outros países, enquanto nós sofremos aqui no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, da qual faço parte, são 513 Parlamentares que compõem esta Câmara. Nenhum de nós, querido povo brasileiro, está feliz com este momento do Brasil. Nenhum de nós sente prazer ou alegria em votar um processo de *impeachment*. Porém, mais triste está a nossa sociedade, o nosso povo, que acorda cedo e dorme tarde, que trabalha como louco, que vê seu salário sendo desvalorizado pela inflação, que vê o aumento dos preços de energia, de gasolina e dos demais produtos, que paga os impostos mais caros do mundo.

O nosso povo já sofreu demais! O nosso povo não aguenta mais essa situação! Ou paramos essa sangria agora ou vamos condenar as próximas gerações a total privação de atendimento a suas necessidades básicas.



Hoje é colocada diante de nós esta decisão: ou continuamos com essa estrutura que nos colocou nessa situação ou damos um basta em tudo isso e proporcionamos ao Brasil um novo tempo e um futuro melhor. Sabemos que será difícil reconstruir o nosso País, mas temos que dar essa chance e essa oportunidade às nossas famílias e à nossa sociedade.

Sr. Presidente, eu sei que, quando homens e mulheres de bem divergem, prevalece o respeito e o amor fraterno. Sei que é possível divergir para reconstruir depois, com boa vontade.

Quanto a mim, não vou me omitir, não vou me acovardar e nem sequer tapar os ouvidos ao clamor do nosso povo, pois está escrito na Bíblia: *"Eu vi o sofrimento do meu povo, ouvi o seu gemido, o seu clamor e decidi libertá-lo"*.

Quando eu, o Deputado Diego Garcia, o Deputado Flavinho, da Canção Nova, e outros milhões de jovens estivemos com o Papa Francisco e tivemos a honra de cantar para Sua Santidade, nós escutamos dos lábios dele a seguinte exortação: *"É obrigação do cristão envolver-se na política. Não podemos fazer como Pilatos e lavar as mãos. Não podemos. Nós reclamamos de como está a política, mas o que temos feito para mudá-la?"*

Por isso, Sr. Presidente, nobres e queridos colegas, eu voto "sim" ao processo de *impeachment*. Eu o faço para que tenhamos uma política limpa, digna, que filtre, em qualquer partido ou instância, pessoas vocacionadas a servir, sem privilegiar um ou perseguir outro. Eu o faço com a responsabilidade de pai, de filho, de representante do povo. Eu o faço pelo amor que tenho ao Brasil, ao meu Estado de Minas Gerais, aos 853 Municípios que nos acompanham. Eu o faço pelo amor que tenho à minha cidade natal, Belo Horizonte, onde crio a minha família.



A cada dia, chegam ao meu gabinete dezenas de currículos de pais de família desempregados, pedindo, pelo amor de Deus, uma oportunidade de trabalho. Eles querem colocar o pão na mesa dos seus filhos, mas estão desempregados. Vários comerciantes da minha cidade de Belo Horizonte, que sobrevive principalmente do comércio e do serviço, dizem que vão fechar suas portas e demitir dezenas de empregados.

Portanto, por amor à minha cidade, que chora e sofre as consequências desses desmandos; por estar de acordo com o parecer do Relator da Comissão Especial do Impeachment, tão bem conduzida pelo Presidente Rogério Rosso; por estar de acordo com o relatório do Deputado Jovair Arantes, eu voto "sim", pela admissibilidade do processo de *impeachment*. E peço a cada um dos Deputados e Deputadas que estão aqui e que deixarão seus nomes marcados na história que votem da mesma forma.

Peço que Deus abençoe o nosso Brasil. E, como Deus age na consciência de cada homem e de cada mulher, peço que Deus abençoe a decisão de cada um de nós, decisão que ninguém pode tomar por nenhum de nós, pois somos responsáveis pelos atos que realizamos.

Que Deus abençoe o nosso Brasil! "Sim" ao *impeachment*. (Palmas.)

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, esta é, sem dúvida nenhuma, uma semana histórica para o Brasil, uma semana de decisões.



Tive a oportunidade de presidir a sessão nessa madrugada, por quase 12 horas, o que muito me orgulha, pois espero que a juventude venha a fazer o diferencial neste País.

Subo a esta tribuna com a responsabilidade de representar o meu Rio de Janeiro, Estado pelo qual fui eleito para o meu terceiro mandato consecutivo, com mais de 105 mil votos. Represento os 92 Municípios daquele grande Estado, do qual tanto me orgulho.

Quero bater no peito e dizer que não tenho rabo preso com este Governo Federal, nem com o Governo que passou, nem com o Governo do meu Estado, nem com qualquer Município ou qualquer Prefeitura. Por isso, eu tenho a liberdade de votar com os meus eleitores, com a população do Brasil e do Rio de Janeiro.

Quero dizer que não vou compactuar com este Governo corrupto, que editou, acima de tudo, vários decretos não autorizados, o que sinaliza crime de responsabilidade, conforme comprovado pelo TCU e por juristas renomados. Não vou compactuar com os males desse Governo e com os vícios dessa política completamente ultrapassada.

A nova geração tem a obrigação de representar e de mudar este País. Hoje o PT deveria ter vergonha pelo que houve aqui, durante a semana: tentativas de barganha e troca de voto. Não irei decepcionar o meu Município de Nova Iguaçu, o meu Estado do Rio de Janeiro e o Brasil compactuando com esse balcão de negócio, que não podemos mais aceitar numa sociedade em que buscamos o futuro da Nação.

É um absurdo o Governo, devido aos seus interesses, não liberar as emendas impositivas do Orçamento — que hoje são obrigatórias — para a saúde, para a



educação, para a segurança. Ele segura essas emendas, aproveitando para barganhar as promessas de campanha e não liberando recursos para a nossa cidade, recursos para a saúde.

Houve estelionato eleitoral, venda absurda de votos, balcão de negócios com a nossa PETROBRAS. Este Governo quebrou a maior empresa do Brasil com o uso indevido de caixa dois. O marqueteiro que foi preso fazia campanha de coisas que não existiam, escondendo a realidade do povo brasileiro. Houve obstrução da nossa Justiça, ao quererem que fosse nomeado para Ministro o ex-Presidente da República. Nós não podemos compactuar com isso!

A nova geração tem, neste momento, a responsabilidade muito grande de construir um novo país. Eu não irei aceitar o que nós estamos observando no nosso Brasil: crise econômica; volta da inflação; má situação das nossas indústrias, que estão pedindo de socorro; alto índice de desemprego do povo trabalhador.

Mais de 10 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil. Não há oportunidades, não há vagas no mercado de trabalho. A imagem do País está completamente desgastada. A autoestima do povo brasileiro está baixa. Isso é inadmissível!

Hoje nós queremos resgatar o investimento no nosso País. E, acima de tudo, nós queremos resgatar este País, que estava quebrando, estava indo para o fundo do poço. Isso é inaceitável! *(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)* Nós precisamos resgatar o País dessa crise moral e ética, dando um exemplo nesta semana tão importante para o povo brasileiro que acompanha a sessão neste momento.



Nós não vamos aceitar que o PT leve o nosso País à falência! Não vamos aceitar!

Eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o povo brasileiro, que muito me orgulha por acreditar — através da sua fé, através da sua luta, através da mobilização, indo para as ruas — que é possível, sim, nós voltarmos a crescer, nós termos maturidade, como vem acontecendo hoje com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas, que estão funcionando acima de tudo.

Quero alertar e “abrir a cabeça” dos Parlamentares: desenvolvam a sua consciência, não envergonhem seus filhos, seus pais! Seus familiares poderão ter vergonha de ir para a rua em função do voto que derem! Nunca! Nunca! Não manchem a sua história! Quem fizer isso vai ser considerado covarde! Não façam isso! A população brasileira não aceita isso! Vamos pensar em nossas famílias!

Sras. e Srs. Deputados, reflitam sobre o tipo de país que V.Exas. desejam. Que Brasil nós queremos? Queremos um Brasil melhor, um Brasil mais ético, um Brasil sem corrupção.

Eu já tenho a minha decisão conscientemente acertada. Seguindo o recado da população brasileira, eu quero *impeachment* já! Eu quero *impeachment* já!

Eu assumi no Rio de Janeiro, há 1 mês, a presidência regional do meu partido político, o PROS, com muito orgulho. Que tipo de direcionamento eu quero dar neste momento em que nós estamos filiando a juventude? Nós precisamos dar o exemplo. Nós temos que sonhar, acreditar e ter esperança, com a cooperação de todos. E é justamente disso que eu quero falar a V.Exas.

Eu tenho um sonho. E nesse sonho, eu acredito, como a população brasileira também há de acreditar, que nós vamos reconstruir o nosso País. Acredito que nós



vamos retornar o emprego à população brasileira, esse povo sofrido, mas guerreiro e trabalhador, que quer uma oportunidade. Vamos, sim, voltar a ter uma economia sólida. Vamos resgatar a dignidade da população e o orgulho de dizer: *“Nós somos brasileiros”*.

Não vamos nos curvar e abaixar a cabeça para uma meia dúzia de pessoas que não têm comprometimento com a nossa Nação. Vamos dar um basta à corrupção e dizer que este Governo acabou. Vamos exercer o nosso patriotismo.

Por isso, na data de hoje, com muita consciência, eu levo esta mensagem a cada um de vocês: votem com respeito, votem com o seu pensamento e com a cabeça erguida! E, ao voltarem para os seus lares e se encontrarem com seus familiares, poderão dizer *“Eu ajudei a fazer deste Brasil em que a gente acredita um país cada vez melhor, jogando para fora quem, através de propagandas, está destruindo o nosso País, o que não queremos”*.

Meu muito obrigado a toda a população, a todos os meus amigos, àqueles que sempre acreditaram no nosso trabalho, aos meus eleitores, ao meu Estado do Rio de Janeiro, à minha querida Baixada Fluminense, à minha cidade de Nova Iguaçu. Não irei decepcioná-los! Continuarei honrando o meu mandato como sempre fiz: com transparência, olhando nos olhos da população, olhando no olho de qualquer pessoa deste País.

Vamos construir, direcionar e resgatar este País.

Eu vou voltar para o meu lar, olhar para o meu filho de 7 anos de idade e dizer: *“Meu filho, você será fruto do País que vamos construir daqui para frente”*. Vamos esquecer esse passado de pessoas inescrupulosas, de vermes, de um



partido que só pensa em se manter no poder a qualquer custo. E vamos, sim, ser solidários e humanos, pensar no próximo e fazer diferente.

Eu amo este País. E é este País que eu vou honrar na Câmara dos Deputados. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Viva a vitória! Viva o *impeachment*! Por um futuro cada vez melhor e mais próspero para a juventude do Brasil, que não acredita mais na política!

Nós jovens, como eu, a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Rafael Motta e tantos outros que acreditam no País e colocaram a melhor fase de sua vida na política — como eu coloquei, entrando nesta Casa aos 26 anos de idade —, vamos dizer: “*Vale a pena, sim, participar da política!*” Colocaram na cabeça do jovem que não vale a pena discutir política e religião. Não vale a pena por quê? Porque muitas vezes esses espaços são preenchidos por pessoas que não têm nenhum tipo de comprometimento com o nosso País.

Futuro já! Viva o *impeachment*! Vivam dias melhores!

Eu acredito nisso. Venham conosco!. Vamos fazer um futuro melhor para toda essa geração que espera desta Casa, dos 513 Deputados, responsabilidade, dignidade e direcionamento neste que vai ser um dos fins de semana mais importantes do nosso País.

Não vamos decepcionar a Nação, que está lá fora, esperando coragem de cada um de V.Exas. Olhemos para frente! Vamos construir um Brasil melhor! Que Deus continue a nos dar força e nos dê a vitória! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Um abraço a todos!



O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, brasileiros e brasileiras, minhas primeiras palavras dizem respeito à democracia. Eu vivi minha infância e adolescência durante a ditadura militar e, como estudante, lutei contra ela. Tenho dois filhos, Daniel e Sofia, que leram sobre a ditadura. Espero que só conheçam golpe e ditadura pelos livros.

Fico muito preocupado porque aqui estamos discutindo a situação de uma Presidenta honesta, que foi inclusive torturada pela ditadura. Nós temos que ter muita clareza de que a democracia, sem dúvida nenhuma, é um grande legado do século XX e do século XXI.

Nós somos um país jovem, que vai fazer 516 anos neste 22 de abril.

(Tumulto no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Somos um país que teve toda sua formação histórica centrada em uma colonização escravocrata das mais perversas do hemisfério sul; somos um país que constituiu sua moral e sua formação sob os valores da casa grande e da senzala. Essa colonização escravocrata produziu valores autoritários durante toda a nossa história.

Nós temos 516 anos e só 30 de democracia. Sem dúvida nenhuma também faço parte de uma geração que construiu essa democracia, porque participei da construção do Sistema Único de Saúde, um dos valores e dos legados mais importantes da Constituição de 1988.

Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que nós entendamos que a Constituição de 1988 permitiu ao Brasil que desse início à construção do Estado do



bem-estar social, que no ocidente se originou após a Europa ter vivido as duas guerras mundiais. O Brasil está construindo, de forma tardia, um Estado de bem-estar social, e sem dúvida nenhuma isso só foi possível com a Constituição de 1988.

Eu faço parte de uma geração de nordestinos que vivenciou nesses 30 anos de democracia o antes e o depois de 2003. Eu me orgulho de defender os legados dos Governos Lula e Dilma para o Nordeste. Por quê? Porque faço parte de uma geração que conheceu a indústria da seca, que conviveu com cidades sendo invadidas e saqueadas pelos flagelados da seca, que vivenciou a indústria da seca produzida pelos coronéis do Nordeste.

Mas também faço parte de uma geração que está vivenciando 5 anos de seca no Nordeste sem nenhuma cidade saqueada. O Nordeste está vivendo 5 anos de seca...

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - O Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e nós estamos garantindo a redução da mortalidade infantil; o Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e nós estamos garantindo a redução da mortalidade materna; o Nordeste está vivenciando 5 anos de seca, e já está em Pernambuco, e deve chegar até o final do ano ao Ceará, uma das obras mais importantes para o Nordeste brasileiro, a transposição do Rio São Francisco, onde há hoje 10 mil homens trabalhando.

Esses que estão pedindo o *impeachment* com certeza são contra a transposição do São Francisco, porque não querem ouvir a verdade; esses que estão pedindo o *impeachment* não querem reconhecer os ganhos da sociedade



brasileira; esses que estão pedindo o *impeachment* preferem o golpe à democracia. Por isso, eu gostaria que ouvissem a verdade.

Nós temos a bancada nordestina como testemunha de que há mais de 150 anos o Nordeste pede a transposição. Aqui, Deputada Mariana, há pessoas que vivenciaram, como eu, uma geração de flagelados, e hoje nós temos os Programas Água para Todos, Luz para Todos e Bolsa Família, que garantem a microeconomia em muitas cidades do Nordeste.

Mais do que isso, tenho orgulho de ter sido um dos construtores do SUS e implantado o Programa Mais Médicos, por meio do qual hoje com certeza as populações de Rondônia, do Amapá, do Acre, da Ilha de Marajó, do Semiárido nordestino, da periferia das grandes cidades brasileiras têm assistência médica para diabéticos, hipertensos, e houve a redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Isso é legado dos Governos Lula e Dilma.

Eu fico muito à vontade, porque nesses 20 anos fui gestor do SUS: de 1989 a 1992 fui Secretário Municipal de Saúde de Icapuí, no Ceará; de 1993 a 1996 fui Secretário Municipal de Saúde de Quixadá, no Ceará; de 1997 a 2004 fui Secretário Municipal de Saúde de Sobral, no Ceará, quando era Prefeito o ex-Governador Cid Gomes; de 2005 a 2008 fui Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza, quando era Prefeita nossa colega Deputada Luizianne Lins.

O que eu quero dizer com isso, Deputado Ronaldo? Que eu tenho o testemunho do que foram os Governos antes de 2003 e do que foram os Governos Lula e Dilma para o Sistema Único de Saúde.



Eu quero dizer aqui o que representou para milhões de desdentados brasileiros o Centro de Especialidade Odontológica — CEO, implantado em 2000.

(Manifestação no plenário.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Eles não querem ouvir. Eles são golpistas! Eles não querem ouvir, mas vão ter que reconhecer a verdade.

O que representou para o Brasil, para milhões de brasileiros, o Centro de Especialidade Odontológica? Eu tive a honra de inaugurar, juntamente com o Presidente Lula, o primeiro centro em Sobral em 2004.

O que representou para o Brasil o avanço na saúde mental...

(Manifestação no plenário: Ai, ai, ai, ai, está chegando a hora...)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ODORICO MONTEIRO - Os golpistas estão animados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, garanta a palavra ao Deputado que está na tribuna! Isto aqui não é um circo! V.Exa. tem que garantir o silêncio, para que o Deputado que está na tribuna possa falar. Garanta a palavra ao Deputado que está na tribuna!

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pode continuar, Deputado.

O SR. ODORICO MONTEIRO - A turma do golpe amanheceu animadíssima. Isso é porque eles estão prevendo a derrota.

Eu quero falar, Sr. Presidente, sobre o que as UPAs representam para milhões de brasileiros, para os cariocas. O Rio de Janeiro foi o Estado que iniciou as



UPAs e, com elas, o SAMU. Com sua implantação pelo Presidente Lula em 2005, milhões de brasileiros que eram acidentados e que ficavam doentes em casa podem dispor do SAMU. E quero aproveitar para saudar os “samuzeiros” do Brasil, os trabalhadores e trabalhadoras do SAMU, que estão à disposição do povo brasileiro 24 horas. Isso eles não querem reconhecer, porque querem o golpe no tapetão.

Quero aproveitar também para dizer que este processo é golpe, porque *impeachment* sem crime é golpe. E por que é golpe? Porque nós não temos crime de responsabilidade no processo.

Aproveito ainda para me dirigir aos 5.570 Prefeitos do País, aos que em 2016 vão disputar uma eleição para dizer que, com a jurisprudência produzida neste julgamento, qualquer Prefeito que perder a eleição por 300, 50, 10, 2 votos e não tiver maioria na Câmara não poderá ser o ordenador de despesas do seu orçamento, nesses 20 anos, rotina na gestão pública. Quando o Legislativo sanciona o Orçamento, autoriza que o Chefe do Poder Executivo possa fazer decretos não numerados para remanejamento dentro da peça orçamentária, seja para crédito suplementar, seja para contingenciamento. Isso é rotina no serviço público. Isso não é crime de responsabilidade.

O que há na realidade é uma crise política estrutural produzida pelo fato de a Presidenta da República ter perdido sua base na Câmara. Mas isso não é motivo para *impeachment*. Por isso eu voto contra o *impeachment*. Entendo que essa vai ser a tese vitoriosa aqui amanhã.

Sras. e Srs. Deputados, nosso grande desafio, a partir de segunda-feira, é construir uma agenda nacional que aponte para o diálogo, para a esperança, para que possamos voltar a crescer e distribuir renda, com ampliação das políticas



sociais. Nós precisamos de união nacional. Nós precisamos construir e repactuar o País a partir de segunda-feira porque com certeza o *impeachment* não passará.

Essa agenda tem que produzir diálogo e esperança, para que possamos unir o País, construir uma grande concertação nacional e continuar crescendo, distribuindo renda e incluindo milhões de brasileiros no ensino superior, com expansão do ensino técnico, nas universidades, na formação profissional, no emprego. Além dos mais de 30 milhões de empregos que foram gerados nos últimos 13 anos, que possamos continuar produzindo emprego para nossa juventude e para as próximas gerações.

Por isso, em nome do povo brasileiro, dessa unidade e da esperança, eu vou votar contra o *impeachment*. (Palmas.)

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas deste País que nos assistem neste momento, minha fala de hoje neste espaço do nosso partido é para fazer uma reflexão. Eu queria chamar a atenção dos Deputados, das Deputadas e daqueles que estão nos assistindo e fazer uma reflexão sobre os eleitores desse processo.

Senhoras e senhores, amanhã estaremos decidindo o destino de nossa Nação; Sras. e Srs. Deputados, amanhã nós seremos eleitores aqui, estaremos votando, fazendo uma escolha.

Nesta reflexão, eu queria dizer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que as instituições menos bem avaliadas, ou seja, mais rejeitadas pela população, são os partidos políticos e o Congresso Nacional.

Não é possível que num momento como este, quando a Nação brasileira está ferida, chorando pela crise instalada, nós Deputados e Deputadas viremos mais uma



vez as costas para a opinião pública e para as ruas e digamos “não” ao nosso País. Eu queria chamar a nossa atenção para este momento.

Senhoras e senhores, na Bíblia Sagrada há uma história bonita, mas lamentável: quando Jesus Cristo escolheu 12 discípulos, entre eles havia um chamado Judas. Ele tinha um preço e vendeu Jesus por 30 moedas de prata.

Eu queria deixar um alerta, um questionamento e uma reflexão: quem serão os Judas do Congresso Nacional? Onde estão os Judas do Congresso Nacional que trairão a população brasileira e suas bases e que estarão se vendendo?

É bom que seja dito aqui quantos faltarão amanhã. O que está se perguntando dentro desta Casa é exatamente isto: quantos faltarão? Quantos não virão amanhã fazer sua escolha? Nós teremos Deputados e Deputadas que dirão “sim” e outros que dirão “não”. E aqueles que não virão, quantos serão? Essa é uma reflexão que quero fazer.

Sras. e Srs. Deputados, vamos aproveitar este momento para ver se conseguimos dar mais brilho a esta Casa e aos nossos mandatos. A população está de olho no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Nós não podemos trair aqueles que foram às urnas em 2014 para nos escolher.

Sras. e Srs. Deputados, nas campanhas políticas que fazemos, quando encontramos aqui ou acolá um eleitor que quer tirar vantagem, que quer um lucrozinho na campanha, nós ficamos revoltados, tristes, chateados. Agora somos eleitores. Amanhã faremos escolhas. De que lado estaremos? Escolha um lado, mas seja fiel a sua base, seja fiel a sua palavra, seja fiel a sua escolha.

É óbvio, é claro, está palpável, está visível, Deputado Gilberto Nascimento, que o Brasil não está dividido. O Brasil não está dividido. As ruas não estão



divididas. O Brasil já fez a sua escolha. Está claro que a Nação brasileira está querendo o *impeachment*. Isso está claro. O Brasil, a Nação brasileira, o mercado está esperando isso. O mercado está esperando a segunda-feira. Como vai ser segunda-feira?

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu faço este apelo: vamos refletir sobre isso. O nosso voto é importante para dar direcionamento à Nação; o nosso voto será muito importante para mostrar à população que nesta Casa há homens e mulheres sérios, que não se vendem e que não vão deixar de vir votar por causa desta ou daquela vantagem.

O que estamos ouvindo nos bastidores é que há muita conversa. Atenção, Polícia Federal! Seria muito interessante... A Polícia Federal é um órgão respeitado nesta Nação.

Este é o momento de mostrar ao Brasil que os políticos não são vendáveis. Político corrupto é eleitor comprado, vendido. Espero que nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados, nós possamos mostrar a cara à população sem medo de errar, fazendo a escolha certa para o nosso País. E a escolha certa para o nosso País é amanhã votar "sim", pelo *impeachment*, votar "sim", pelo relatório do Deputado Jovair Arantes, porque estou convencido de que houve crime de responsabilidade. E, se houve, temos que julgar, escolher um lado e dizer ao Brasil que, se houve crime de responsabilidade, não estamos cometendo golpe nem agindo contra a democracia.

Nada mais lindo e maravilhoso do que a democracia que estamos vivendo neste momento no País e nesta Casa. A democracia não está sendo ferida, a democracia não está sendo machucada, a democracia não está sendo rasgada; a democracia está sendo valorizada neste momento.



Portanto, pela democracia do nosso País, pela Constituição do nosso País, pelas leis do nosso País, eu voto "sim", pelo *impeachment*. (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT! Fora, PT!*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)



O **SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para uma Comunicação de Liderança, Deputado Carlos Gomes, pelo PRB.

O **SR. CARLOS GOMES** (Bloco/PRB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gaúchos, brasileiros, hoje, 16 de abril de 2016, estamos no segundo dia de discussão do processo de cassação da Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal.

Eu venho a esta tribuna expressar minha posição como Deputado e também meu sentimento como cidadão. De coração, eu gostaria que a Presidente terminasse o seu mandato e que o comando do nosso Brasil fosse trocado apenas nas eleições de 2018. Mas, como todos já viram, não vai dar para esperar até lá.

Os motivos, Sr. Presidente, são inúmeros. O primeiro foi comprovado pela Comissão que esta Casa criou para analisar o processo de *impeachment*. Houve sim crime de responsabilidade fiscal, hoje denominado golpe. É golpe aqui, mas lá no Município, quando o Prefeito comete alguma irregularidade, não é golpe; lá no Estado, quando o Governador comete alguma irregularidade, não é golpe. Parece que a lei vale lá para baixo, para Municípios e Estados, mas não vale para o Governo Federal, para o rei. Na verdade, este sistema presidencialista é uma monarquia disfarçada. O rei pode tudo; os súditos, nada.

Comprovado esse fato, fora a quantidade de escândalos de membros desse Governo denunciados pela Operação Lava-Jato, a falta de credibilidade está impactando fortemente a economia brasileira, com perdas significativas de geração de emprego, de renda.

Por falar em emprego, eu me lembro do nosso sempre Presidente de honra, José Alencar. Ele dizia que nada resiste à força do trabalho. Mas, para se colocar



força no trabalho, tem que haver empregos. Se José Alencar estivesse aqui hoje, vivo, estaria muito triste, porque estão atribuindo o *impeachment*, primeiro, ao Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, segundo, ao Vice-Presidente, que serviu para compor uma chapa e ganhar a eleição — e atribuem o golpe a ele —, terceiro, à grande mídia. Ainda hoje vi Deputado eleito pela grande mídia cuspir no prato em que comeu. Chegou aqui pela grande mídia, mas hoje está atirando nela.

Eu vejo esse Governo, que foi apoiado pelos empresários do Brasil, responsáveis pela geração de empregos, hoje atacar esses mesmos empresários, dizendo que o golpe é culpa deles.

Então, Sr. Presidente, por esses e tantos outros motivos, não dá mais para esperar. Eu, que fui eleito pelo Rio Grande do Sul, quero dizer que o meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, fechou questão para votar favoravelmente ao *impeachment*. Chega! Não dá mais para esperar. O Brasil não suporta mais.

Eu gostaria de chamar a atenção do povo brasileiro para a votação de amanhã, a partir das 14 horas. Vejam como seus Deputados votarão. Não permitam que venham vender a confiança do povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar pela Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para dizer que está havendo um grande ataque à democracia brasileira, um grande ataque à Constituição brasileira, um grande ataque à soberania popular.

O Brasil é um país que escolheu o regime presidencialista, o povo fez essa escolha através de plebiscito. O povo disse: "*Quem escolhe o Presidente da República somos nós*". Mas o povo está sendo ameaçado por esse trâmite do *impeachment*, que é inconstitucional. Por que ele é inconstitucional? Porque a Constituição brasileira, Deputado Cabo Daciolo, diz que, para se impedir um Presidente da República, tem que haver um atentado à Constituição. Qual foi o atentado promovido pela Presidente Dilma Rousseff? Nenhum!

O parecer que está sendo discutido aqui diz respeito às contas de 2015. O próprio Relator é um militante do *impeachment*, assim como o Presidente da Comissão, mas nenhum dos dois afirma, peremptoriamente, que houve sequer ilegalidade, quanto mais um atentado contra a Constituição.

Os decretos baixados pela Presidente Dilma Rousseff estão rigorosamente dentro da lei. No ano de 2015, foi feito um enorme contingenciamento, e, depois, foram baixados esses decretos, que não aumentaram as despesas. Com autorização legislativa, pela Lei Orçamentária Anual, em seu art. 4º, eles apenas remanejeram recursos, sem aumentar despesas.

Mas, no final do exercício de 2015, para que não mais houvesse dúvidas sobre os procedimentos, Deputado Waldenor Pereira, nós aprovamos, nesta Casa, o



PLN 5, que diminuiu a meta fiscal e a ajustou à arrecadação de 2015. Portanto, se ainda houvesse dúvidas sobre os procedimentos, com o PLN 5 e a regularização da meta fiscal, nós promovemos o que, no Direito Penal, se chama *abolitio criminis* — não há crime. Não fora cometido um crime, mas, para que não restasse dúvida, aprovamos o PLN 5.

Assim, nós estamos aqui, Deputado Afonso Motta, dizendo que a Presidente da República agiu dentro da lei, rigorosamente dentro da lei. Não houve qualquer ilegalidade, não houve crime de responsabilidade, não houve atentado à Constituição brasileira. Um atentado à democracia brasileira é o que está sendo promovido por aqueles que acalentam esse pedido de *impeachment*.

(Manifestação no plenário: Fora, PT! Fora, PT!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PAULO TEIXEIRA - Certamente, o Presidente da Câmara, que se beneficia com esse pedido de *impeachment* — será alçado a Vice-Presidente da República, se ele for aprovado —, pode ter interesse em permitir que impeçam a fala do Deputado que está na tribuna, mas eu quero retomar o meu discurso — fui interrompido aos 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu dou 1 minuto de prorrogação a V.Exa. Pode continuar.

O SR. PAULO TEIXEIRA - O que discutimos hoje neste Congresso Nacional, Deputado Subtenente Gonzaga, é a acusação de prática, pela Presidente da República, de algo que não é ilegal. A acusação tenta promover a confusão, trazendo o tema da Operação Lava-Jato.



Ora, a Presidente da República, em 2011, demitiu todos os diretores da PETROBRAS e em seguida deu total liberdade aos investigadores da Lava-Jato, entre os quais se inclui a Polícia Federal, órgão subordinado ao Poder Executivo.

O Presidente desta Casa é réu na Lava-Jato. A Presidente da República não é ré na Lava-Jato. Depois de todas as ações judiciais, de todas as investigações, não há uma só indicação de malfeito por parte da Presidente da República na Lava-Jato.

Trata-se de denúncia caluniosa, feita dentro de um contexto de ofensa à Constituição Federal, de ofensa à democracia, de ofensa à soberania popular por parte daqueles que não tiveram votos nas urnas. Desde 2002 a Oposição não tem votos nas urnas e, portanto, quer chegar ao poder por meio de uma ruptura constitucional, de uma eleição indireta, por meio da deposição da Presidente da República, eleita com 54 milhões de votos.

Há 1 ano e meio, a Oposição paralisou o Brasil quando tentou recontar os votos, quando tentou impugnar o mandato da Presidente da República por pedido de *impeachment*. A Oposição trouxe aqui inúmeros argumentos relacionados aos problemas econômicos, mas foi ela a maior responsável por eles, já que, há 1 ano e meio, ajudou a paralisar a economia brasileira, gerando todos esses impactos. Quando finalmente ela se decidiu por fazer votações neste plenário, votou a chamada pauta-bomba, um conjunto de medidas que aumentavam as despesas orçamentárias. Salvo raras exceções, os Parlamentares da Oposição votaram a favor dessas medidas, de modo a inviabilizar o debate do Brasil e fazer populismo com a sociedade brasileira.



Por tudo isso é que me dirijo ao povo brasileiro. A democracia é como uma muralha de proteção de direitos. O Deputado Molon, que é professor de Direito Constitucional, sabe bem que a Constituição é a muralha que protege uma série de direitos. O que a Oposição quer fazer é derrubar essa muralha para alterar os direitos. Ela se compara a alguém que está à espreita para abrir o portão, invadir a casa e mexer nos bens alheios. É isso o que a Oposição está querendo fazer com essa tentativa de ruptura democrática, ofendendo a Constituição, ofendendo a democracia brasileira, ofendendo a soberania popular.

Os senhores fazem uma coalizão do mal que quer chegar ao poder sem votos. Amanhã, nós trataremos de derrotá-la neste plenário e também nas ruas do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que a nossa saudação alcance também o Presidente da Comissão Especial, o Deputado Rogério Rosso, que deu uma contribuição fundamental para este processo! Estamos aqui a cumprir mais uma etapa deste processo: o debate.

Nesta longa madrugada, quando o PDT usou o seu espaço de 1 hora, tivemos a oportunidade de elencar nosso conjunto de razões pelas quais chegamos à conclusão pelo desacolhimento do relatório do Relator Jovair Arantes, fruto de um legado, de um posicionamento histórico — este é um momento histórico para a vida nacional —, a partir da eleição de Getúlio, em 1950, da eleição de João Goulart, quando, diferentemente da situação atual, houve uma disputa entre chapas lideradas por Jânio Quadros e por Teixeira Lott.

Nós trabalhistas tivemos, naquele momento, a consagrada eleição do nosso Vice-Presidente João Goulart.

Ambos, Getúlio e Jango, também passaram por este processo de desconstituição: um conjunto de forças, o próprio Parlamento, na tentativa de desconstituir a Presidência, o mandato dos nossos Presidentes.

Este legado é, portanto, é irrenunciável.

Podemos também dizer, nas nossas razões, que já não se constata no debate a mesma veemência com relação a toda esta questão da tipificação, da caracterização do crime de responsabilidade.



Sabe-se, no próprio debate nacional, que há posições, sim, antagônicas, mas posições de fundamento, de juristas e advogados. Mesmo nesta Casa, onde o debate se aprofunda, podem-se constatar, sim, não só argumentos que caracterizam essa imputação, mas também argumentos muito fortes que desmerecem a imputação.

A questão essencial, embora haja a imputação, é a compreensão, do ponto de vista lógico e geral, se esta imputação é insuficiente para desconstituir um Governo legitimamente eleito.

Deputado Pompeo de Mattos, meu companheiro do Rio Grande, companheiro de jornada; meu companheiro de bancada Subtenente Gonzaga; nós temos esta responsabilidade porque vivemos e participamos ativamente da vida nacional, em momentos decisivos como este. E resistimos.

É claro, pagamos o preço! Gerações sofreram com a perda da liberdade, sem poder expressar seu pensamento, sem poder participar da política e da vida nacional, o que é tão criticado. Mas, é claro, nossas razões nesta hora também passam muito pela compreensão do momento.

Ora, amanhã, vamos decidir este processo. É claro que se trata de um momento decisivo da maior importância. Mas temos o dia seguinte. Não será a partir de amanhã que vai haver essa desconstituição, caso haja o acolhimento do *impeachment*.

Se não houver o acolhimento, não será a partir de amanhã que os problemas de governabilidade serão resolvidos. Esta é uma imposição para este Parlamento, que precisa, sem dúvida nenhuma, ter a consciência de que vamos ter a



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 087.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176



responsabilidade de construir um Governo de salvação, um Governo de transição que possa atender o mínimo: as expectativas do povo brasileiro.

Contem com o PDT neste momento decisivo!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leonardo Quintão, que falará pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Lopes, que falará pela Liderança do PCdoB.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento importante para a vida nacional porque amanhã vamos decidir nesta Casa o destino democrático do nosso País.

Tenho 30 anos de mandato. Venho do período do regime militar. Estive nos porões da ditadura, sou anistiado, mas há uma coisa que eu não consigo entender: como é que uma simples operação financeira ou contábil se transforma em cassação de mandato? Isso se chama forção de barra.

Eu nunca vi pessoas indiciadas prenderem um delegado. Eu nunca vi pessoas que metem a mão no dinheiro que não é delas terem prestígio na praça e no mundo financeiro. Eu nunca vi as elites deste País terem a coragem de ir para o confronto com o povo. Usaram o regime militar e agora usam segmentos da imprensa deste País, do Judiciário, para promover uma cassação de uma maneira em que só quem sonha em chegar ao poder sem voto fica querido.

Usar a Bandeira Nacional não é privilégio de nenhum segmento da sociedade, porque ela é do brasileiro, e não de quem é de partido de oposição ou de situação.

Nós comunistas usamos a Bandeira na defesa intransigente do nosso País. Isso nós enfrentamos durante a Segunda Guerra Mundial. Eu não sei bem se



V.Exas. que estão com essa fita ao pescoço têm a coragem de dar a vida na defesa intransigente do nosso País. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O dia de amanhã será decisivo. Não nasci ontem: tenho 77 anos, 50 deles na militância comunista. A manifestação não me mete medo, de jeito nenhum!

V.Exas. podem jogar pôquer muito bem, mas estão blefando! As ruas, as praças, o povo está sabendo que este é um golpe barato de pessoas que não têm respeito pela democracia; não têm respeito pela doméstica, que agora é operária; não têm respeito pelo negro, que agora está na universidade; não tem respeito pela prostituta, que continua sendo massacrada por esse tipo de política.

Por que escolheram a sigla do PT? Antes, o golpe se deu por causa de nós comunistas. Eu me lembro bem de que os comunistas eram responsáveis pela péssima economia, como se a corrupção tivesse sido inventada agora. Mas a prisão de corruptos se deu agora. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Newton Cardoso Jr, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, quero me dirigir a todos os brasileiros, quero me dirigir a toda a população de Minas Gerais, em especial a todos os cidadãos que me confiaram este mandato de forma legítima, pelas urnas.

Esta semana, com muita convicção, decidi meu voto a favor do *impeachment*. Decidi, refratário a qualquer pressão oportunista que tivesse sofrido até aquele momento, refratário a qualquer demanda não republicana que pudesse surgir e tentar reverter esta situação, o que é o desejo da população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, eu ouvi o chamado das ruas, ouvi a população de Minas clamar por mudança e, principalmente, apelar, ansiosa, pela retomada do crescimento da Nação. A crise que toma conta do Brasil afeta de forma contundente Minas Gerais. Desde o começo de 2015, mais de 4 mil indústrias fecharam suas portas no Estado. Empregos foram ceifados, a arrecadação de tributos despencou, e o impacto da retração de 6,2% na nossa indústria não afastou o nefasto efeito de uma inflação de dois dígitos. Estamos todos pagando o preço. O crescimento só retorna com o fim da crise econômica, institucional e política.

O Estado de Minas Gerais está à beira do esfacelamento, e desde o início do seu segundo mandato a Presidente da República deu as costas à sua terra natal. Investimentos esperados não se realizaram, promessas vazias foram feitas e jamais honradas. Essa condição contribuiu sobremaneira para a minha decisão, mas também esvaziou os sonhos de milhões de mineiros.



Neste momento, creio que todos os Parlamentares provavelmente terão o voto mais difícil nesta Legislatura, decisão que não deve ser pautada pelo viés partidário, muito menos pelo eleitoreiro, menos ainda para atender interesses menores.

Tomo a minha decisão depois de uma profunda reflexão, tendo ouvido e discutido este delicado tema com toda a minha base. Ouço a voz do povo mineiro e quero refletir a vontade preponderante da população brasileira.

Chegou o momento de mudar, renovando a esperança no coração do povo brasileiro. Esta mudança tem nome e tem origem: confio na capacidade de Michel Temer e tenho profundo respeito pela sua história. Ele é o condutor da nova realidade por que ansiamos e está preparado para enfrentar todos os desafios que virão, com articulação política legítima e trabalho árduo.

Daqui não sairão vencidos nem vencedores. Daqui sairá o destino do nosso País. A rota de crescimento só poderá ser retomada com um ambiente saudável, um ambiente seguro, com garantias constitucionais. E é para isso que nós estamos nos preparando. Tenho certeza de que, com a vontade majoritária deste Plenário, que reflete a maioria da vontade população brasileira, iremos dizer "sim", a favor do *impeachment*.

Por Minas Gerais, pelo Brasil, "sim" ao *impeachment*! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fechamos agora os números favoráveis ao *impeachment*: 367 a favor, 129 contra e 17 indecisos. (*Manifestação no plenário.*)



Nobres colegas, nós não estamos aqui num ringue, numa luta, numa batalha; estamos aqui em prol do povo brasileiro. O meu voto foi definido desde quando a Comissão foi criada: vou votar “sim” ao *impeachment*. Não estou acusando ou defendendo lado A ou lado B, estou manifestando a minha posição, que, repito, é a favor do *impeachment*.

O processo começou com a apresentação de uma denúncia levada ao Presidente Eduardo Cunha, que a acolheu, entre dezenas de outras que não foram admitidas. Coube a esta Casa decidir, na Comissão, se o processo era pertinente. E assim foi feito: o parecer foi aprovado majoritariamente, com 11 votos a mais do que os necessários.

Estava muito preocupado quando vários colegas de diversos partidos da Casa disseram que era um processo inconstitucional. Foi então levado ao Supremo Tribunal Federal, a Casa maior que julga a constitucionalidade ou não de uma matéria, e lá não disseram que era golpe, não disseram que era um processo ilegítimo, não disseram que esta Câmara não cumpriu o rito constitucional e regimental do Parlamento brasileiro.

Sras. e Srs. Deputados, o segundo motivo que me trouxe a esta tribuna para declarar o meu voto à Nação brasileira é que, infelizmente, o nosso País está andando para trás. No ano passado, em 2015, 1 milhão e meio de brasileiros perderam os seus empregos.

Este ano, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados precisa tomar uma posição para colocar o Brasil na rota do crescimento novamente. Infelizmente, a única maneira que está sendo dada aos Parlamentares é o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, que perdeu a condição de conduzir e liderar o nosso



País. Infelizmente, a Presidenta Dilma Rousseff não tem mais condições de trazer credibilidade para a nossa Nação, não tem mais condições de trazer investimentos para o Brasil. Para tanto, todos os setores produtivos do Brasil — agricultura, indústria, mineração, comércio, serviço — estão pedindo o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Basta andarmos nas ruas, conversarmos com as pessoas, desde a mais simples, desde o mais pobre aos grandes criadores de serviços no nosso Brasil, para verificar que elas não aguentam mais. Eu sei o que é gerar emprego. Também estou sofrendo em Minas Gerais. Lá, os trabalhadores não aguentam mais, estão morrendo de medo de perder seus empregos.

Não está em minhas mãos requerer agora novas eleições; não está em minhas mãos pedir a cassação; o que está nas mãos de cada um de V.Exas., nobres colegas, com todo o respeito, é votar neste momento o *impeachment* da Presidenta Dilma.

Estou vendo, de ambos os lados, acusações. Não subo à tribuna para acusar o Partido dos Trabalhadores, para falar das suas teses, mas digo aqui claramente: não é golpe! Estamos aqui cumprindo o rito legal do Regimento desta Casa. O STF julgou que não é golpe.

Digo aqui também que estive com o Presidente Temer, eu e vários Parlamentares evangélicos — sou presbiteriano. Fomos ao Presidente pedir a ele que coloque Deus à frente dos trabalhos, que coloque Deus à frente para unir o nosso País. E só com Deus nós iremos unir este País. Agora precisamos de humildade. Fomos bem recebidos — todos são Parlamentares evangélicos, com



exceção de quatro Parlamentares que são do Partido dos Trabalhadores, e nós os respeitamos.

O Presidente Michel nos recebeu humildemente e sabiamente nos disse: *“Leonardo, irei colocar Deus à frente desta Nação. No meu discurso de posse irei colocar Deus, e nós entregaremos esta Nação nas mãos do Senhor Jesus, que é o nosso Deus”*.

Temos que parar com as brigas aqui, com as disputas humanas, pessoais, em que um acusa o outro. Precisamos, juntos, resolver este problema, porque o País está parado. Este ano, até o mês de abril, nós já perdemos. Já perdemos centenas, milhares de empregos.

Temos que lutar pela nossa Nação, porque este País, meus irmãos, é bom demais! O Estado de Minas Gerais é bom demais! Não merecemos o que está acontecendo. Vamos deixar de fazer aqui jogos, joguetes de acusação.

Vamos votar. E amanhã iremos votar “sim”, pelo *impeachment*! Iremos votar “sim”, pelo Brasil! Iremos votar “sim”, por Minas Gerais!

Irei votar “sim”, por minha família, que está lá me apoiando, por meus filhos, que estão clamando respeito na escola, por minha esposa, por meu pai, por meus irmãos e também pelas pessoas que trabalham para mim.

Deus nos abençoe! Paz! Deus nos abençoe!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Líder Rubens Bueno. (*Pausa.*)

Para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, trago primeiro uma preocupação. O jornal *Valor Econômico* publica uma matéria dizendo que, por um indicativo de reversão de votos no Plenário da Câmara dos Deputados, poderia estar sendo programado um adiamento de votação, caso o resultado não fosse aquele programado pelo Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, no acordão formatado.

Essa cena já vimos. Sempre que há uma votação no Plenário da Câmara dos Deputados que não atende aos interesses do Presidente, ele revoga votação, paralisa votação, adia votação, e não se tem uma discussão com um resultado. O que se tem de fato é um resultado prévio à discussão realizada.

Então, primeiro, fica o aviso para que possamos estar atentos e para que esse tipo de manobra regimental não seja mais uma vez utilizada, porque de regimental não tem nada. É antirregimental.

Além disso, o PSOL volta para dizer que denuncia, e vai continuar a denunciar, o acordão, o acordão que faz de Michel Temer Presidente da República e de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República. Eles já apresentaram seu programa para o Brasil, *Uma Ponte para o Futuro*, que é o acelerador para o passado. Nós não podemos e não vamos aceitar qualquer tipo de manobra que tenha como objetivo fazer com que esse acordão prevaleça.



Deputados e Deputadas, não é solução para as mazelas brasileiras, não é solução nem é instrumento de combate à corrupção levar a cúpula do PMDB nacional para o comando de todos os Poderes da República.

Nós, do PSOL, somos oposição programática ao Governo Federal, mas não topamos e não aceitamos esse acordão, que quer fazer de Michel Temer Presidente da República e de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República.

“Não” ao acordão!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para fazer a discussão do parecer da Comissão Especial, terão a palavra integrantes do partido Rede. Estão inscritos os Deputados João Derly, Aliel Machado e Alessandro Molon.

V.Exas. têm 60 minutos. O rodízio de Deputados, dentro do tempo, é por conta do partido.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham, as palavras que vou proferir aqui, assim como cada vírgula, cada ponto, foram pensadas juntamente com o meu partido, para que pudéssemos fazer uma discussão o mais coerente possível.

Venho hoje à tribuna desta Casa nesta sessão histórica que analisa, 24 anos após o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, a admissibilidade do processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

Esta é, portanto, a segunda vez, desde a nossa redemocratização, que um Presidente eleito pelo povo poderá ser deposto através deste procedimento constitucional delegado ao Congresso Nacional.

O momento que estamos aqui vivendo não pode ser comemorado por ninguém, por ser um momento muito difícil para toda a população brasileira. Quando um cidadão, ou uma cidadã, vai às urnas, deposita ali mais do que o nome de um candidato; deposita uma esperança de que o eleito vai representá-lo da melhor forma possível, de que vai atuar com o espírito voltado para o bem comum, de que vai fazer apenas o que é legítimo, direito e ético.

Sabemos que, pelos mais diversos motivos, muitos políticos brasileiros têm frustrado os cidadãos por não cumprirem o seu dever, ou por o cumprirem mal, ou, o



que é pior, por se aproveitarem de posições de poder para se beneficiarem ou priorizarem outros interesses que não os da coletividade. No momento seguinte ao de sua eleição, muitos políticos passam a dar prioridade aos projetos de poder do seu grupo ou do seu partido e esquecem que são apenas, ou deveriam ser, representantes dos interesses da sociedade.

Assim, um momento como o que vivemos aqui não pode ser comemorado porque há um grande perdedor oculto: o povo brasileiro, que assiste a um pugilato político enquanto vê o Governo deixar de governar, a economia encolher dramaticamente, o desemprego infelicitar milhões de famílias e o País andar de marcha a ré.

O resultado da votação de domingo, qualquer que seja, não colocará fim às graves crises por que passamos, mas precisamos ter a responsabilidade de encontrar caminhos para os problemas do presente e, especificamente, ter a coragem de mudar a cultura política e as práticas espúrias que são as principais responsáveis por esta situação.

O Brasil vive um grave acirramento de uma disputa pelo poder. E, no entanto, há bem pouco tempo, todos os envolvidos estavam juntos e, como aliados, gestaram o caos atual, pela corrupção, pela incompetência, pelas artimanhas políticas.

Eu e meu partido, a Rede Sustentabilidade, entendemos que a coalizão que governa o País, liderada pelo PT e pelo PMDB, não consegue dar conta de reverter as graves crises econômica, social e política. Ao contrário, ela é a sua principal fonte geradora, promovendo retrocessos ambientais nos direitos humanos, nos direitos trabalhistas e está pondo a perder os direitos sociais e a estabilidade econômica,



conquistados pela sociedade. Dessa maneira, a solução da crise não está no afastamento de apenas um dos lados.

Os partidos que hoje poderiam se favorecer com o *impeachment* da Presidente Dilma, o PMDB e parte da Oposição, estão profundamente implicados na corrupção que está sendo desvendada, com vários de seus líderes citados nas investigações. Um possível Governo Temer definitivamente não é a solução que a sociedade espera, pois ele e seu partido são corresponsáveis pela atual situação do País.

O PT e o PMDB são faces de uma mesma moeda. Ambos têm quadros importantes implicados nas investigações da Lava-Jato, em cargos de alto escalão nas empresas estatais e em postos expressivos da República, a começar pelos Presidentes das duas Casas Legislativas, o Deputado Eduardo Cunha e o Senador Renan Calheiros.

Não por acaso essa dupla se dividiu para que a ala fisiológica do partido, que não sabe existir sem estar atrelada ao poder, possa assegurar que, em qualquer hipótese, com ou sem impedimento da Presidente, estará dentro do Governo, Deputado Aiel Machado. Assim, o Deputado Cunha é o principal testa de ferro de Temer na Câmara dos Deputados, e Renan é o principal testa de ferro de Dilma dentro do Senado.

O processo de *impeachment* é instrumento legal e deve ser analisado com toda a responsabilidade que os eleitores esperam daqueles que elegeram. Os argumentos jurídicos pró e contra se expressam em debates de altíssimo nível feitos por renomados juristas, controvérsia que se refletiu também nos debates internos da Rede Sustentabilidade, por horas a fio.



Eu estou entre aqueles que entendem que existem elementos que justificam a admissibilidade do processo contra a Presidente Dilma, para que a necessária investigação dos atos de improbidade administrativa previstos na Constituição siga o seu curso no Senado, de acordo com o rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal. *(Palmas.)*

No calor da disputa, ambos os lados muitas vezes se comportam como se, no domingo, fôssemos decidir o *impeachment* em si. É preciso lembrar que a Câmara faz agora não o julgamento do processo do *impeachment*, mas, sim, o da sua admissibilidade. A simples dúvida se houve ou não crime de responsabilidade — e bons juristas trazem todos os tipos de argumento — já seria suficiente para termos o cuidado de o encaminhar ao Senado, para que ouça as testemunhas, faça a devida instrução de provas e, por fim, faça o devido julgamento. No julgamento, sim, *in dubio pro reo*, mas, na admissibilidade, o Direito também é claro, *in dubio pro societate*. Ou seja, é preciso abrir o processo, para que haja julgamento e se esclareça a questão para a sociedade.

O relatório do Banco Central sobre as contas do Governo na Caixa Econômica, no Banco do Brasil e, principalmente, no BNDES traz elementos suficientes para que seja investigado se o Governo usou essas instituições financeiras oficiais para alavancar os gastos do Governo para além de sua capacidade orçamentária. Fez isso a partir de 2009, mas essa prática ganhou proporções alarmantes depois de 2013. Ela foi usada de forma completamente abusiva na campanha de 2014. E o que é mais importante para este processo de *impeachment*: continuou no ano de 2015. Isso me traz a convicção do meu voto amanhã.



É importante ressaltar, entretanto, que a Rede tem como princípio fundante primar pelo respeito à pluralidade das pessoas e das posições e opiniões que se expressam através de suas lideranças e filiados sobre os diversos temas, e, nesse caso, não age de modo diferente.

A decisão sobre o *impeachment* também é política. Por isso, firmo algumas conclusões sobre o que vem acontecendo no nosso País. O filósofo Montesquieu, pai da Teoria da Separação dos Três Poderes, afirmava que “a deterioração de um governo quase sempre começa pela decadência de seus princípios”.

Infelizmente, é isso que verificamos. Com a economia estabilizada, o ciclo político e social iniciado com a eleição de Lula, que ascendeu ao poder em 2002, amparado pelo apoio de milhões de brasileiros, trouxe ao povo a esperança de que a nossa história nunca mais seria a mesma.

É fato inegável e reconhecido pela população, sobretudo no primeiro Governo Lula, o sucesso das políticas sociais executadas no período dos Governos petistas. Avançamos muito em áreas como o combate à pobreza, a democratização do ensino superior e o fortalecimento das políticas públicas, com a manutenção das políticas econômicas.

Hoje, este Governo, composto pelo PT e pelo PMDB, coloca em risco essas mesmas conquistas, que não são patrimônio de nenhum Governo, não são propriedade de nenhum político. Essas conquistas são da sociedade brasileira e incorporam um tempo histórico muito maior do que o período do Governo; são fruto de uma sequência de criação de condições, de ideias, de conhecimento, de demandas sociais que não podem, de repente, virar patrimônio de uma pessoa ou de um partido.



Da mesma forma, não se pode defender um lado como dono da virtude e da vontade popular. Aquele mesmo Partido dos Trabalhadores, que, há redemocratização, levantara o estandarte da ética na política, vê parte importante de seus dirigentes mergulhar profundamente, ao lado de políticos que antes execrara, na lama do submundo da confusão entre o público e o privado, do dinheiro sujo na política.

Faço questão de não generalizar, porque sei que existem homens e mulheres que continuam honrando os mesmos princípios e ideais que um dia embalaram as esperanças e os sonhos de grande parte do povo brasileiro. Mas quantos não entoam a narrativa de que são os tutores das políticas sociais progressistas, acusando de golpistas os que defendem posições diferentes, tentando manter como reféns os campos ideológicos que lutam, Deputado Arnaldo Jordy, pelas conquistas dos direitos dos trabalhadores, das minorias, pela proteção ambiental e por um novo modelo de desenvolvimento?

Ao mesmo tempo, aliam-se com o que há de mais conservador e retrógrado na nossa sociedade. Essas alianças e essas posturas políticas nocivas ao nosso sistema político é que nos levaram a essa situação.

Nem o mais incrível e criativo roteirista poderia imaginar, Deputado Moroni Torgan, um cenário como este a que chegamos. Doze anos depois de um operário ser eleito Presidente da República e chegar ao poder dizendo que a esperança iria vencer o medo, encontramos nas ruas um povo aflito, cheio de incertezas sobre o futuro, induzido ao medo, um povo que vai perdendo o alento a cada dia que lê os noticiários e tem ciência dos graves acontecimentos.



Pelo olhar da sociedade, conforme mostra recente pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, os principais problemas a serem enfrentados são: corrupção, precariedade da saúde, da educação, desemprego e violência. Ou seja, já está claro para os brasileiros que a corrupção é o motor que mantém as suas carências intocadas, as políticas públicas travadas, os seus direitos minimizados.

A corrupção não traz apenas prejuízos bilionários aos cofres públicos e ao povo brasileiro. Ela também rouba a esperança das pessoas em um novo modelo de política feita com ética nas relações e respeito pela coisa pública. E, o que é pior, ela também golpeia de morte a nossa democracia, pois o uso espúrio do dinheiro roubado interfere na soberana vontade do povo brasileiro, direcionando seu voto à perpetuação no poder dos grupos que operam o esquema criminoso.

A democracia que tanto se louva, cujo nome tanto é invocado em vão, passa a ser mero detalhe, pois não se aceita a alternância no poder, que lhe é própria e natural. Partiu-se para um vale-tudo inominável para se perpetuar no poder.

A corrupção, infelizmente, sempre esteve presente nos órgãos públicos, mas, felizmente, estamos conseguindo investigar e punir os corruptos. A Operação Lava-Jato está revelando um esquema criminoso que, por anos, saqueou a maior empresa brasileira, a PETROBRAS.

Essa investigação, sim, sinaliza fortemente a chegada de um novo tempo, em que os contraventores, sejam eles poderosos agentes do poder público ou de empresas privadas, já não mais contarão com a quase certeza de impunidade. Por isso, essa investigação merece todo o nosso apoio e sustentação, para seguir como divisor de águas da história da política brasileira.



Além da Lava-Jato, precisamos apoiar o fortalecimento das instituições de prevenção, controle e combate à corrupção, para que esses ganhos se institucionalizem e passem a ser a regra e não a exceção.

Nunca antes as instituições reativas — Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário — foram tão eficientes em desmontar negócios criminosos tão poderosos, envolvendo empreiteiros, banqueiros, políticos, dirigentes partidários, executivos, entre outros, e os punindo com o rigor da lei.

Algumas das pessoas mais ricas do País estão presas por terem cometido crimes de corrupção e desvio de recursos públicos. A condição financeira não os torna impunes mais, como nos acostumamos a ver desde que o Brasil é o Brasil.

A corrupção precisa ser punida como crime de grande dano à sociedade, crime que causa repulsa à população e fere a credibilidade das instituições políticas, capital esse intangível para o fortalecimento da nossa jovem democracia.

Por isso, eu e o meu partido, a Rede Sustentabilidade, consideramos muito importantes mudanças na legislação, baseadas na grande campanha do Ministério Público Federal pelas dez medidas contra a corrupção, que são estas:

- criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos;
- prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação;
- responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois;
- aumento das penas e tipificação como crime hediondo no caso de corrupção relativa a altos valores;
- reforma do sistema de prescrição penal;
- celeridade nas ações de improbidade administrativa;
- eficiência dos recursos no processo penal;



- ajustes nas nulidades penais;
- prisão preventiva para assegurar devolução do dinheiro desviado;
- recuperação do lucro derivado do crime.

Somente a participação popular e cidadã na reformulação da legislação e das práticas políticas pode apontar um novo caminho para que o Brasil consolide a sua democracia. A consolidação de um grande avanço nessa área é fator fundamental para a eficiência das políticas públicas. A incompetência, a omissão, os desvios, o mau uso estão na base de muitas mazelas que atingem a população.

Na saúde, vivemos uma grave crise de recursos, e Estados e Municípios cada vez menos honram as suas obrigações com o atendimento às pessoas. Seria importante concretizar a universalização e a melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica; da qualidade de vida, com condições dignas de moradia, alimentação saudável em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

Com relação à educação, parece que o Governo Dilma pretende liquidar com todos os avanços conquistados nos últimos anos, cortando investimentos de programas de grande importância, Deputado Aiel Machado — V.Exa. é um jovem — , como o FIES, o PRONATEC, que nós reverenciamos, o PROUNI e o Ciência sem Fronteiras, deixando as universidades federais sucateadas. Enquanto isso, amargamos ainda as piores posições em *ranking* internacionais de aprendizado e qualidade da educação.

Enquanto não priorizarmos a qualificação da educação em todos os níveis, investindo na estrutura das nossas escolas, em modernização, na valorização dos



professores e em ciência e tecnologia, não seremos um país desenvolvido em níveis razoáveis, muito menos a decantada *Pátria Educadora* — um *slogan* bonito, mas sem efetividade nas ações de governo. Para alcançar isso é preciso ter coragem, investir, de fato, 10% do PIB na educação do País e executar o Plano Nacional de Educação. Um país do futuro se faz investindo pesadamente na educação de crianças, adolescentes e jovens no presente.

No entanto, não há problema que aterrorize mais os brasileiros do que a violência. Lamentavelmente ostentamos números de guerra no que se refere a homicídios e mortes violentas. Um estudo da Organização Mundial da Saúde — OMS, publicado em dezembro de 2014, revela que, a cada 100 homicídios que ocorrem no mundo, 13 acontecem no Brasil. É um estarrecedor número para um país que não está em guerra civil. Em média, morrem, por meio da violência, mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil.

E, pior, como jovem, tenho de trazer à luz um dado ainda mais pesado: mais de 80 jovens são assassinados todos os dias, em sua ampla maioria negros e de periferia. É urgente estancar essa carnificina de uma geração que morre em conflitos urbanos e afastar de todos os cidadãos o medo que habita o cotidiano das famílias brasileiras.

Todas essas mudanças necessárias só poderão ser enfrentadas se mudarmos a postura política dos governantes e o jeito de fazer política. Enquanto o poder político representativo estiver de costas para a Nação e focado prioritariamente em seus próprios interesses, num autofágico vale-tudo pelo poder como fim em si mesmo, a sociedade ficará descrente das instituições democráticas.



Ainda bem que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2015, o famigerado financiamento eleitoral de campanhas terminou, pois, como um câncer, estava levando a jovem democracia brasileira a um estado terminal de corrupção crescente, com que o Governo não atende a interesses da população, mas de empresas.

Um exemplo de esgotamento de nosso defasado sistema político está na chamada governabilidade de coalizão. Em nome de alianças nas eleições seguintes, faz-se tudo. Entregam-se Ministérios para pessoas sem qualificação, permite-se que grupos façam caixa com dinheiro público com fins eleitorais, transformam-se as políticas públicas num jogo de faz de conta imediatista e sem consistência, apenas para inflar estatísticas e fazer inaugurações vazias. É o mais rasteiro “toma lá, dá cá”, barganha, compra de apoio político, o que envergonha a sociedade e explica a falta de credibilidade dos políticos perante a população.

É urgente que, ao mesmo tempo em que apertamos os parafusos do combate à corrupção, debatendo e apoiando o projeto do Ministério Público, também se faça, junto com a sociedade, uma verdadeira reforma do sistema político, que permita a emergência de outro modelo de governabilidade, que não se baseie na troca de vantagens fisiológicas para a manutenção de feudos de poder. As regras são muito importantes para nortear as ações, mas tudo passa pela postura dos agentes políticos.

Este é um bom momento para refletir sobre essas questões de fundo, quando estamos às voltas com uma decisão da gravidade de um *impeachment*, que não é fácil para o País e precisa ser pedagógica para os nossos agentes políticos.



É muito importante destacar ainda que esse Governo foi eleito em uma eleição sob suspeição. Tramita no TSE o processo de cassação da chapa Dilma-Temer, pois há fortes indícios, inclusive revelados na Lava-Jato, de que a campanha se beneficiou de dinheiro oriundo de propinas do petrolão. A eleição está sob suspeição e é necessário que o Tribunal Superior Eleitoral tenha o sentido de urgência que o momento exige, para julgar com celeridade os processos que estão em apreciação.

Comprovado que a soberania popular foi influenciada ilicitamente no último pleito, deve-se restabelecer aos cidadãos e cidadãs o poder de decidir sobre os rumos do País, através de novas eleições presidenciais diretas, ainda este ano. Além disso, o Vice-Presidente Michel Temer tenta desvincular-se desse processo, o que é inaceitável, já que a chapa foi eleita em conjunto. Comprovado o recebimento de recursos irregulares, o Governo perde a legitimidade das urnas, pois fraudou o processo eleitoral.

Saliento, portanto, que o processo de cassação da Presidente Dilma, caso aprovado pelo Senado, cumpre com a formalidade de afastá-la do Governo, mas não irá alcançar a finalidade de afastar do Governo o conjunto daqueles que se apropriaram da máquina pública em benefício próprio, de seus interesses pessoais e políticos.

O sistema de corrupção montado para isto não é novo, mas, para nós da Rede Sustentabilidade, a corrupção é inaceitável, não importando quem a pratique. Por isso, a Operação Lava-Jato precisa receber todo o apoio da sociedade para ser levada adiante, qualquer que seja o resultado desse processo. É para seu arrefecimento que a maioria da Oposição e do Governo converge com a mesma



intensidade e proporção. Ninguém, seja qual for o partido, está acima da lei e da Constituição. Se cometeu crime, deverá ser punido.

O Vice-Presidente Michel Temer não é a solução, ele e seu partido são igualmente responsáveis pela crise econômica, política e moral pela qual o País passa. Ele também assinou pedaladas e deve ser responsabilizado por ter cometido crime de responsabilidade quando estava no exercício da Presidência da República. É intolerável e antidemocrático que o Presidente da Câmara, o Deputado Eduardo Cunha, aliado de Temer e altamente implicado em denúncias de corrupção, impeça que prospere contra ele um processo de *impeachment*.

Não menos importante é a urgente saída do Deputado Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados. Consideramos inaceitável que ele impeça o andamento de um possível processo contra o Vice-Presidente da República, assim como o faz interferindo no Conselho de Ética, atuando em causa própria.

Sua presença, ilegítimada por seus próprios atos, macula e envergonha a atuação do Parlamento, em prejuízo da população brasileira e da credibilidade das instituições nacionais. Usa de forma antirrepublicana o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados para se safar da cassação de seu mandato por ter mentido, dizendo-se inocente, mesmo tendo sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República, sendo formalmente réu no Supremo Tribunal Federal e vendo se acumularem, a cada dia, evidências de seus graves crimes em delações na Operação Lava-Jato.

Nós da Rede Sustentabilidade vamos também continuar jogando luz no processo do TSE. Por isso, nem Dilma, nem Temer, a única saída é uma nova eleição.



No que diz respeito à admissibilidade do processo de impedimento da Presidente no Congresso Nacional, não me restam dúvidas sobre sua licitude. Vejamos o que se segue.

Primeiro, é um instituto legal. Está previsto na Constituição. Pode ser executado quando houver crime de responsabilidade, como rege o art. 85 da nossa Constituição Federal.

Segundo, o STF tutelou o procedimento. O rito do processo de *impeachment* foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal para garantir que a Constituição não seja violada. Então é um processo que corre dentro da lei, e o Poder Judiciário está pronto para garantir o cumprimento da Constituição Federal e assegurar todos os direitos fundamentais.

Terceiro, é um processo jurídico-político. O processo de impedimento do Presidente da República combina elementos jurídicos, pois o Presidente pode ter cometido crime de responsabilidade no exercício do seu mandato, e elementos políticos, visto que é processado pela Câmara dos Deputados, que avalia a admissibilidade, e julgada pelo Senado Federal, que avalia o mérito. A palavra final é do Senado, no entanto, por se tratar de algo grave, justamente, o quórum para sua aprovação é altíssimo: dois terços.

Quarto, existe o elemento jurídico. Os elementos jurídicos para a admissibilidade do processo de *impeachment* estão mais do que colocados.

Eu declaro, por esses motivos, que votarei “sim” à admissibilidade do *impeachment*. (Palmas.)



Minha decisão é baseada, também, na ampla escuta que fiz junto a pessoas do Rio Grande do Sul que, com atenção e preocupação, observam este importante momento da nossa democracia visando o melhor para o nosso Brasil.

Para finalizar, cito uma palavra de que eu gosto muito e em que acredito, Romanos, capítulo 5, versículos 3 e 4:

“E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações; sabendo que a tribulação produz a perseverança, e a perseverança a experiência, e a experiência a esperança.”

Por mais difícil que seja o momento que estamos vivendo, tenho fé em Deus e na capacidade do povo brasileiro de superar todas as dificuldades. Caminhando juntos construiremos, dia após dia, uma Nação mais justa e desenvolvida.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Jovair Arantes, Sras. e Srs. Deputados, eu me sinto muito tranquilo depois de ter tomado a minha decisão e de ter declarado o meu voto contrário a essa peça específica que busca encontrar um crime de responsabilidade onde não existe. *(Palmas.)*

Eu respeito o posicionamento do meu partido, que teve opiniões diversas e exerceu o direito de fazer democracia. Respeito o Sr. Relator. Respeito todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas. E peço àqueles em que sirva a carapuça que abaixem a cabeça, a partir do que vou falar, e coloquem a mão na consciência.

Eu sou do Estado do Paraná, da cidade de Ponta Grossa. Nasci na periferia da minha cidade, onde moro até hoje. Infelizmente, na minha família, ninguém



conseguiu chegar a ter um diploma de curso superior. Isso não é motivo de vergonha, mas de orgulho, porque cheguei aqui de cara limpa, cheguei aqui de mãos limpas. Não devo nada a ninguém; falo o que acho que deve ser falado e faço o que acho que deve ser feito.

Perguntaram-me, depois do meu posicionamento, se eu tinha ficado muito preocupado com as pressões que estava havendo; alertaram-me sobre os Deputados do *impeachment* de 1992, quando eu tinha 3 anos de idade, que não voltaram, não se reelegeram. Eu disse: *“Não estou preocupado, o tempo é o senhor da razão”*.

O que acontece hoje neste processo que se discute nesta Casa é o aproveitamento político da situação difícil por que passa o nosso País.

Vamos aos fatos. No meu primeiro discurso nesta Casa denunciei que o sistema político brasileiro está falido, que o sistema político brasileiro é corrupto, que o sistema político brasileiro toma a vida dos cidadãos brasileiros.

Sempre que há uma crise, um momento de dificuldade joga-se um boi de piranha para saciar a vontade popular e não se tem coragem de fazer o verdadeiro enfrentamento para nos livrarmos disso.

Este ano de 2016 deixa isso muito claro. O que está em jogo aqui não é simplesmente tirar ou colocar Presidente da República. O que está em jogo, neste momento, é a divisão de dois projetos muito diferentes para o País.

Um deles não foi verdadeiro com a população, de fato, pois escondeu verdades durante a campanha eleitoral; aproveitou-se das dificuldades e de todos os benefícios criados nos últimos anos para convencer a população de que deveria continuar; e não contou a verdade sobre a situação das finanças públicas.



O outro projeto mantém os acordos que se fazem nos corredores desta Casa. O outro projeto sequer passou pelo crivo das urnas populares e, através de acordo com pequenos empresários, infla a população brasileira, tentando encontrar uma saída que não é a verdadeira. Esse projeto, essa discussão é que está em jogo aqui hoje.

Na linha de sucessão sequer há condições morais de se pedir voto e de se administrar um país como o nosso. (*Palmas.*) O Deputado Eduardo Cunha, que, pela linha de sucessão, vai ser o Vice-Presidente da República, responde a sete processos no Supremo Tribunal Federal por recebimento de propina.

Ontem — pasmem os senhores que me ouvem em suas casas! — recebia propina, segundo um delator, por crediário: 52 milhões de reais apenas nessa delação. (*Palmas.*)

É para essa pessoa que nós vamos entregar o comando do nosso País?

O Sr. Michel Temer, que antes se dizia contra o *impeachment* e que agora diz que está apenas esperando e que não atrapalha, tem no Palácio do Jaburu uma fila de políticos fazendo negociações diárias, colocando em jogo o futuro do nosso País.

E eles vêm aqui fazer discurso moralista. Quem tem coragem não vota a favor. Tem que ter coragem hoje, no momento de dificuldade, de votar contra. Quem tem coragem é quem vem aqui de cara limpa; quem não tem um processo na Justiça, como eu não tenho; quem nunca teve uma contestação jurídica ou moral para vir aqui e dizer o que precisa ser dito.

Eu acredito que, no momento de crise financeira e de crise política, exista necessidade de convocar o povo para tomar sua decisão. Uma nova eleição



presidencial neste momento é a única forma de trazer legitimidade para este processo.

O Tribunal Superior Eleitoral, que não tem cor ou não deve ter cor partidária, que não negocia cargos, que está lá para cumprir especificamente o que está na Constituição Federal, tem obrigação moral e constitucional de fazer o julgamento e dizer: "*Houve irregularidade na chapa*" — leia-se na chapa Dilma e Michel Temer — e, no caso de encontrar irregularidades, entregar à Nação brasileira o direito de fazer uma nova escolha.

Aqueles que dizem que neste momento se está tirando o Governo se enganam; e os que dizem que se está dando direito à população, que pede o *impeachment*, mentem. O que a população pede é responsabilidade. O que a população quer não é Temer, muito menos o Deputado Eduardo Cunha. (*Palmas.*)

O Deputado Eduardo Cunha é quem comanda esse processo e foi quem aprofundou, durante um ano e meio, a maior crise brasileira. Eu vou explicar por quê. O regime presidencialista exige que haja harmonia entre as Casas. O Governo não consegue fazer nada sozinho, e o Congresso também não. O problema é que o Deputado Eduardo Cunha se escondeu atrás do cargo, deixou o País de lado e afundou o Governo para se defender. (*Palmas.*) O problema é que ele usou esta instituição para fazer negociata.

Eu não vi ninguém falar do projeto de combate à corrupção que a Presidente Dilma mandou a esta Casa no passado. Onde está? Está na gaveta! Ele está na gaveta! (*Palmas.*) Quem quer combater a corrupção tem que vir aqui exigir que esse projeto seja votado! Quem tem compromisso com o combate à corrupção tinha que ter votado contra o financiamento empresarial de campanha. Não votou, está com



medo! Faz aliança neste momento para, quando assumir, se possível, um novo governo — que não vai existir —, colocar em votação as questões mais retrógradas e atrasadas do País, porque as negociações já começaram.

Seria muito fácil eu, por conveniência, vir aqui e votar a favor do *impeachment*, fazer o discurso fácil, dizer que a economia está em frangalhos, fazer o discurso que o povo quer ouvir, esse povo que, infelizmente, está sofrendo com o desemprego e com a inflação. Mas isso não vai resolver o problema.

Pensem, senhores que me assistem: se esse Governo, eleito pelas urnas, com todos os seus erros, não consegue tocar o País, imaginem um governo que não teve um voto! (*Palmas.*)

Eu repito com toda clareza e certeza: como entregar o governo para um grupo da Paulista que está financiando o *impeachment*, que gasta milhões de reais para atacar quem pensa diferentemente deles? São essas pessoas que aqui dentro fazem negociatas nos corredores e pressões sobre os Deputados. Elas não merecem respeito e não podem governar uma Nação como a nossa, pois haverá resistência do povo trabalhador, que não concorda com a mudança no tapetão.

Se não fosse isso, não haveria o posicionamento de milhares de juristas, artistas, intelectuais, professores contra esse movimento de quem quer assumir o governo apenas porque combate a política econômica equivocada da Presidente Dilma. São pessoas que estão contrárias a esse pedido de *impeachment* porque entendem que o que está em jogo não é simplesmente o processo de tirar ou colocar um Presidente.



Nós já temos data marcada. Caso o Tribunal Superior Eleitoral não encontre indícios contra a Presidente, preparem para 2018 um projeto capaz de ganhar a eleição e venham disputá-la. (*Palmas.*)

Eu tenho uma candidata a Presidente da República que se chama Marina Silva. Eu não estou comprometido com o Governo. Não pedi cargo para ninguém; não aceitei conversar com Michel Temer; não aceitei conversar com o outro lado, porque não quero ter rabo preso e ficar impedido de denunciar o que acho que está errado. Não quero e não aceito! Porém, exijo respeito àquelas pessoas que querem fazer um debate, mas não um debate simplista.

Existem hoje pessoas que alegam que tudo está ruim por causa do Governo. Nós também somos Governo. Somos todos governantes, com nossos votos, e muitas vezes faltamos com a população.

Eles vêm à tribuna fazer discurso moralista, mas votaram pelo aumento do salário dos Deputados; vêm fazer discurso moralista, mas aumentaram a verba do fundo partidário; vêm fazer discurso moralista, mas 60% deles estão respondendo a processo — 60% por cento dos membros desta Casa estão amarrados à Justiça.

Esta Casa foi eleita por um sistema que explodiu, um sistema corrupto. As investigações agora estão chegando a V.Exas. Quando saiu a lista da Odebrecht, parecia filhinha de vestibular de Deputados olhando a lista para ver se seus nomes não estavam lá. Isso é vergonhoso!

Esta Casa tem uma desaprovação tão grande porque a política brasileira está em crise. O povo brasileiro não aceita mais a prática do discurso fácil; quer ação de verdade; quer que os Deputados tenham coragem de subir aqui; e que não tenham rabo preso.



Eu vi dirigentes de partidos dizerem: *“Se votar contra o impeachment, eu vou abrir processo contra você no Conselho de Ética, porque seu nome está na lista.”* Vi partidos ameaçando Deputados para irem contra a Nação brasileira.

Eu não faço discurso fácil. Eu faço o discurso que é correto, o que a minha alma exige que eu faça, com responsabilidade, para, daqui a 5, 10 anos, poder olhar para o meu filho, para a minha família, e dizer: *“Eu não deixei a minha digital para tirar uma Presidente.”* Digo isso mesmo com todos os erros do Governo do PT, com todas as prisões que está havendo. *(Palmas.)*

Eu vejo gente dizer que é triste ver essas prisões. Não! Triste é o que aconteceu. É bom que haja prisões, porque quem cometeu crime tem que ir para a cadeia, seja de que partido for. Nunca houve prisões e agora corruptos e corruptores estão sendo presos. É isso o que importa.

Eu recebi ontem no meu gabinete uma mensagem assinada por mais de 130 promotores de Justiça do Brasil inteiro, dizendo: *“Não somos a favor desse Governo, porém o processo não é legítimo. Não existe crime de responsabilidade.”*

É isto que está em jogo hoje: um processo jurídico sem crime e ao lado um processo político de quem está vendo, no sofrimento do povo brasileiro, a oportunidade de tomar o poder.

Nós não vamos aceitar que isso aconteça. Eu vou combater com todas as minhas forças tudo isso. Não estou a favor desse Governo, da Presidente Dilma, que faltou com a verdade nas eleições, mas não serei a favor do outro lado, que recebeu do mesmo dinheiro, que está nas listas, como o PSDB. Os seus nomes estão na lama. Portanto, não podem vir aqui fazer o discurso de paladinos da justiça.



Eu me assustei, Sras. e Srs. Deputados, quando vi o PSDB fazendo discurso favorável ao *impeachment* em razão da prática de crime de responsabilidade.

Ao lado da foto, o Sr. Beto Richa, que não cumpriu a meta de superávit e a votou no ano posterior, quer dizer que há crime de responsabilidade. Isso é vergonhoso! Esses são os paladinos da justiça, que não têm moral. São pessoas que já governaram.

Em relação a todas as reclamações que nós temos da economia, façam um comparativo, peguem os dados e comparem. Mas não é só isso que está em jogo. O perigo são as discussões que envolvem o projeto Uma Ponte para o Futuro. Esse plano é para o futuro de um pequeno grupo de 2% a 3% da população brasileira, um plano de atraso para o trabalhador, para aquelas pessoas que estão com medo de que seus direitos sociais e suas conquistas sejam derrotados por um acordo fajuto, que não respeita a opinião do povo brasileiro.

Continuarei defendendo, com legitimidade, a voz do povo e das urnas. E a voz do povo pede: Fora, Dilma! Fora, Temer! Fora, Cunha! Fora, Renan! E fora, todos os ladrões!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Informo que a Rede terá seu tempo garantido na próxima sessão.



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Encerro a sessão, antes convocando a 6ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 14h53min, com as seguintes

ORDENS DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 087.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176



(Encerra-se a sessão às 14 horas e 51 minutos.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 87ª (octogésima sétima) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016. Às 9h52, presentes 224 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos Manato, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 9h57, presentes 172 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiu a matéria o Sr. Evair de Melo, pelo PV. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha, Presidente. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Uldurico Junior e Evandro Gussi, pelo PV. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Delegado Edson Moreira, pelo PR; Pastor Eurico, pelo PHS; Cristiane Brasil, pelo PTB; Lucas Vergilio, pela Minoria; João Paulo Kleinübing, pelo PSD; e Wadih Damous, pelo PT. Reassumiu a presidência o Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário. Discutiram a matéria os Srs. Ivan Valente, Jean Wyllys, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues e Luiza Erundina, pelo PSOL. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Abel Mesquita Jr., pelo Democratas; Takayama, pelo PSC; Antonio Imbassahy, Líder do PSDB; Luciano



Ducci, pelo PSB; Odelmo Leão, pelo PP; e Major Olimpio, pelo Solidariedade. Discutiu a matéria o Sr. Eros Biondini, pelo PROS. Reassumiu a direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha. Discutiram, ainda, a matéria os Srs. Felipe Bornier, Odorico Monteiro e Ronaldo Fonseca, pelo PROS. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Carlos Gomes, pelo PRB; Paulo Teixeira, pelo Governo; e Afonso Motta, pelo PDT. Às 13h48, o Sr. Presidente prorrogou a sessão. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Chico Lopes, pelo PCdoB; Newton Cardoso Jr, pelo PMDB; e Glauber Braga, pelo PSOL. Discutiu a matéria o Sr. João Derly, pela Rede. Assumiu a presidência o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário. Discutiu, ainda, o referido Parecer o Sr. Aliel Machado, pela Rede. Às 14h51, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para sábado, 16 de abril, às 14h53, com a seguinte Ordem do Dia: continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.


Presidente


Secretário



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 088.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h53min

TÉRMINO: 18h56min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:



Ata da 88ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Alex Canziani, 4º Secretário.

Carlos Manato, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 14 HORAS E 53 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 433 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 088.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176/5185



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - A lista de presença registra o comparecimento de 414 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, do processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Continuação da discussão da matéria.

Concedo a palavra, por 16 minutos, ao Sr. Deputado Alessandro Molon, pela Rede.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentá-los e agradecer pela generosidade de V.Exa., Sr. Presidente.

O Deputado João Derly, ao ler uma nota em que manifestou a posição adotada pela maioria no nosso partido, corretamente lembrou que os Parlamentares têm liberdade para se posicionar de acordo com as suas convicções. Então, neste momento, depois do Deputado Aliel Machado — outro integrante da nossa bancada que expôs a sua visão quanto ao *impeachment* —, eu também vou apresentar a minha visão, o meu voto nessa questão.

O nosso País vive um momento extremamente grave, contaminado pelo ódio e pela intolerância, simbolizados por esse muro da vergonha que hoje se pode ver em frente ao Congresso Nacional, um dos feitos do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que conseguiu, pela primeira vez na história de Brasília, dividir ao meio uma manifestação na Esplanada dos Ministérios. Isso simboliza a divisão que ele conseguiu aprofundar neste País, o que não é bom para ninguém, para nenhum brasileiro de boa-fé que queira construir um país melhor para todos.

O momento que nós vivemos é de extrema gravidade, tendo em vista o processo que estamos enfrentando. A coisa mais séria que existe numa democracia é a desconstituição de uma decisão tomada pelo soberano, o povo brasileiro.

Desfazer, portanto, essa decisão, que é feita através das urnas, deve ser algo excepcionalíssimo. Por essa razão, a Constituição brasileira estabeleceu casos



concretos em que isso pode se dar. São os chamados crimes de responsabilidade, previstos no art. 85. Como são crimes, para verificar se eles ocorreram é preciso, sobretudo, verificar se há três elementos: se os fatos narrados na denúncia correspondem aos crimes, o que os advogados chamam de tipicidade; verificar se na época dos fatos narrados a conduta já era considerada ilícita, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei ou da norma; e verificar se os fatos narrados foram de fato praticados por quem está sendo acusado — no caso, a Presidente da República. Essa é a verificação da autoria. Temos que pegar a denúncia e verificar se essas condições se encontram no caso.

Muito se falou sobre a decisão do Supremo. A decisão mais importante do Supremo Tribunal Federal foi que apenas devem ser considerados os fatos relativos a 2015.

Eu vi muita gente falando aqui da campanha eleitoral e de pedaladas praticadas em 2014. Não é isso que será votado! Estará sendo votado apenas o juízo sobre 2015: seis decretos de abertura de crédito suplementar e atrasos no repasse de recursos para o Banco do Brasil relativo ao Plano Safra. Vejamos, então, exatamente isso.

Primeiro, os seis decretos. Eles constituem crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária? A resposta é “não”. E por que não? Porque a Lei Orçamentária permitia que eles fossem baixados se a meta fiscal fosse atingida. (*Palmas*) Isso está no art. 4º da Lei Orçamentária. E a meta fiscal foi atingida, porque esta Casa aprovou o Projeto de Lei Nacional nº 5, que alterou a meta fiscal do ano passado, e a meta, ao final do ano, foi atingida. Portanto, os decretos não representam crime de responsabilidade. Mais do que isso, o TCU passou a considerá-los indevidos,



irregulares, ilícitos. Perfeito! O TCU tem o direito de mudar o seu entendimento. Mas os efeitos dessa mudança de jurisprudência, Deputado Patrus Ananias, só se fazem sentir dali para frente. Não se pode fazer a lei retroagir para prejudicar. Por esta razão, os decretos não são crime de responsabilidade.

Quanto aos atrasos no repasse dos recursos para o Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, há três pontos: primeiro, não são operações de crédito, o pagamento de juros por inadimplemento não caracteriza, necessariamente, operação de crédito, não há aqui operação de crédito, aquela vedada pela Lei nº 1.079, de 1950.

Segundo, aqui também há uma mudança na jurisprudência do TCU. Perfeito! Também só deve valer dali para frente e não produzir efeitos retroativos. (*Palmas.*)

E, terceiro, esses atrasos não foram determinados pela Presidente da República. Não há aqui a autoria. O Relator não conseguiu sequer apontar a autoria.

Por essas razões, as duas fundamentações para a condenação por crime de responsabilidade não se sustentam. Não há outro voto juridicamente possível, a meu ver, que não o voto contrário a esse parecer, que não o voto “não”, como defendem grandes juristas, como Dalmo de Abreu Dallari, Fábio Konder Comparato, Celso Antônio Bandeira de Mello e Ricardo Lodi; como defendem os promotores e procuradores do Ministério Público do Brasil, que divulgaram uma nota dizendo que não há crime de responsabilidade; como defendem os defensores públicos, que soltaram hoje uma nota dizendo que não há crime de responsabilidade. Juridicamente, não se pode dar esse voto. Esse voto não se sustenta juridicamente.

Aí alguns perguntam: mas o julgamento não é político? Fizera a mim essa pergunta. É preciso aqui entender o que significa julgamento político. Julgamento



político significa dizer que é feito por uma Casa política, cuja base deve ser jurídica. Nós não temos aqui a liberdade de escolher se queremos que um Governo caia ou não; cada um pode desejar o que quiser, mas é inconstitucional tratar esse julgamento como se político quisesse dizer: “O Congresso escolhe qual Governo derruba e qual Governo mantém.” Esse sistema, Deputado Amauri Teixeira, chama-se parlamentarismo.

No presidencialismo há mandato, que tem que ser respeitado. E respeitar o mandato independe do juízo que se faça do Governo. Não se trata de respeito ao Governo, mas de respeito ao eleitor, ao cidadão, à democracia brasileira. É isso que está em jogo. Não está em jogo a defesa de um governo. É mais do que isso, é algo maior. O que está em jogo é a defesa da democracia. Quem não respeita o voto do eleitor não respeita o eleitor, não respeita o único dia, a cada 4 anos, em que todos, de fato, são iguais perante a lei, em que o mais pobre e o mais rico têm todos um voto. Desconstituir uma decisão desse dia é um atentado contra a igualdade, contra a democracia, contra os fundamentos da República. É gravíssimo o que se quer fazer aqui. Não há brincadeira que justifique um “bolão”, aposta de dinheiro, falta de respeito com o País! (*Palmas.*)

O Brasil derrotou, em 1993, o Parlamentarismo. Se esta Casa pensar em aprovar o *impeachment*, ela desrespeita duas decisões: a das urnas, de 2014, e, mais do que isso, a decisão do povo brasileiro num plebiscito que escolheu o Presidencialismo e não o Parlamentarismo em 1993. Será esta Casa instituindo, de fato, o Parlamentarismo, que foi derrotado nas urnas. Será um duplo desrespeito à cidadania brasileira relativa a 2014 e a 1993.



Ainda assim, alguns se perguntam: *“Tudo bem, se não há crime de responsabilidade, eu não aceito esse Governo que está aí. É preciso tirá-lo a qualquer custo.”* É surpreendente que alguém diga isso depois de dizer que quer combater a lógica de os fins justificarem os meios. Quem não aceita a lógica de os fins justificarem os meios não pode defender esta posição: tendo crime ou não, o importante é tirar esse Governo que está aí. É inaceitável esse raciocínio, mais do que isso. Alguns dizem: *“É preciso tirar o Governo, porque o Governo não cumpriu o prometido na campanha”.* Ora, e como colocar no lugar alguém que apresenta um programa que é ainda mais distante do que venceu na campanha de 2014, esse Plano Temer.

Esse Plano Temer é a retirada de direitos, a violação de direitos trabalhistas, de conquistas, como a política de valorização do salário mínimo. Aprovar um Governo Temer com o voto “sim” aqui, amanhã, significa, mais do que desrespeitar os eleitores, dar um tapa na cara de quem votou no programa, porque aí se colocaria um programa ainda mais distante do que o que tem sido praticado em relação a 2014. Portanto, é inaceitável esse argumento.

Outros dizem: *“Mas é preciso tirar esse Governo para combater a corrupção”.* Senhoras e Senhores, se esse processo tivesse algo a ver com combate à corrupção, ele não seria liderado pelo Deputado Eduardo Cunha. *(Palmas.)*

O Deputado Eduardo Cunha é réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro. Quem acredita que esse processo tem a ver com combate à corrupção? Quem leva isso a sério? Quem de fato acompanha o País e leva isso a sério? Como é possível imaginar algo como isso?



Ontem o *Estadão* publicou a denúncia segundo a qual o Deputado Eduardo Cunha teria recebido 52 milhões de reais, em prestações, a título de propina. Está no jornal *O Estado de S.Paulo* de ontem. É esse o senhor que vai se tornar Vice-Presidente da República, com o voto “sim” de quem quer combater a corrupção? Isso não se sustenta. E esses argumentos são de gente séria, gente bem-intencionada, que acha que o processo de *impeachment* pode ajudar a melhorar o País. Sinceramente, eu tenho a absoluta convicção de que é o contrário: vai piorá-lo muito.

Como último argumento, dizem: “*É preciso mostrar à Presidente da República que quem desrespeitar qualquer regra, mesmo uma regra menor, corre o risco de ter o seu mandato cassado.*”

Senhoras e senhores, com toda a honestidade, eu não acredito que seja essa a lição que ficaria caso esse processo fosse aprovado amanhã. Não seria esta a lição que ficaria: um Presidente da República não pode ultrapassar um milímetro da lei orçamentária. Não. A lição que ficaria seria esta: um Presidente da República, ainda que não seja acusado pessoalmente de corrupção, quando for chantageado explicitamente por um Parlamentar poderoso para se salvar de um processo no Conselho de Ética, não deve resistir, deve ceder, deve atender à chantagem, porque senão esse Parlamentar pode derrubá-lo.” (*Palmas.*) A lição que ficaria seria o contrário do que as pessoas de bem deste País querem; a lição que ficaria seria a de que os chantagistas poderosos vencem, e as pessoas, mesmo que não sejam acusadas de corrupção, devem se curvar a eles.

Na Casa do Povo, no Parlamento brasileiro, eu não aceito participar dessa farsa e dessa fraude. (*Palmas.*)



Termino dizendo que, nos últimos dias, uma expressão vem me incomodando muito. Diz respeito aos meus colegas e às minhas colegas. O Presidente da Câmara tentou manipular a ordem de votação, começando do Sul para o Norte, para criar o chamado efeito manada.

Sras. e Srs. Deputados, quem os trata como animais não merece o seu apoio na votação de amanhã. (*Palmas.*) Quem os trata como gado e quem imagina que V.Exas. não vão votar de acordo com a sua consciência, mas de acordo com o número do painel, não merece o seu apoio na votação de amanhã. Quem imagina que as lideranças políticas que chegaram aqui não vão votar de acordo com a sua consciência está diminuindo os Deputados e as Deputadas. Eu não aceito que tratem V.Exas. desse jeito.

Eu quero dizer a V.Exas. que o mais importante, independentemente da sua posição — a minha posição está clara —, é que cada um olhe para si mesmo no espelho e diga: *“Eu vou participar de um julgamento e sou obrigado a ser um juiz justo. Eu não vou fazer um julgamento injusto; eu vou votar de acordo com a minha consciência; eu vou votar de acordo com o respeito que eu quero continuar tendo por mim mesmo; eu quero poder continuar andando de cabeça erguida, mesmo que muitos não compreendam; eu tenho o dever comigo mesmo de respeitar a minha história, de respeitar aquilo que me fez chegar até aqui.”*

Ninguém chegou a esta Casa por acaso. V.Exas. são lideranças políticas, devem se comportar como líderes e não devem aceitar que os tratem como gado, como gente que vai atender a um suposto efeito manada e vai votar a favor de um processo dessa gravidade, tão mal fundamentado e tão absurdo, como se não tivesse consciência.



Eu quero apelar a todos para que sejamos conscientes e tenhamos a coragem de fazer a coisa certa. Amanhã, digamos “não” ao *impeachment*, “sim” à democracia e “sim” à Constituição brasileira!

Muito obrigado.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Inicia-se o tempo do PTB, que disporá de 1 hora.

Com a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, glória a Deus, glória a Deus! Todas as sessões aqui se iniciam com a seguinte expressão: *"Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro"*. Falam sempre de Deus.

Eu quero deixar bem claro aqui, Deputado Glauber Braga, Deputado Chico Alencar, que o Estado é laico, mas que laicidade significa liberdade de expressão religiosa. Quando eu falo de Deus, não estou falando de religião. Eu sou cristão, acredito em Jesus Cristo e acredito no Deus das causas impossíveis. Eu creio que tudo que está acontecendo no País hoje é fruto de clamor, de jejum e de oração de um povo que não se dobra a Baal. Eu creio nisso, eu acredito nisso.

No dia 16 de julho de 2015, Deus pediu para que eu dissesse aqui o seguinte: *"Olhem, o fôlego de vida quem dá é Deus. Deus coloca o homem no poder e Deus o retira"*. Eu falei que os Srs. Parlamentares que achassem que têm o controle do poder deveriam saber que o poder não está na mão deles, porque vão começar a acontecer sinais nesta Casa. E começaram a acontecer sinais na Casa, começaram a acontecer diversos sinais na Casa.

O PT e o PMDB, Dilma e Michel Temer, ambos cometem crime de responsabilidade fiscal. Se Dilma comete crime de responsabilidade fiscal, Michel Temer também comete crime de responsabilidade fiscal, porque todas as vezes em que Dilma viaja, Michel Temer assume a cadeira de Presidente da República. E ele, Michel Temer, assina decretos sem números e abre créditos suplementares no valor



de 10,8 bilhões de reais. Então, Michel Temer também comete crime de responsabilidade.

O PMDB fez parte do Governo Fernando Henrique, assim como o PFL e o PSDB. Agora existe um casamento de 13 anos do PT com o PMDB. Ambos são culpados de tudo o que está acontecendo na nossa Nação. Ambos são culpados. Mas o PFL também é culpado, o PSDB também é culpado, porque o problema do País não tem 13 anos. Esses também são culpados. Esses também fizeram parte de tudo o que está acontecendo.

O povo está morrendo nos hospitais, não há educação, não há segurança pública. E a Defesa? E as Forças Armadas? Estão sendo sucateadas. E desde quando isso está acontecendo? Apenas nesses 13 anos de Governo ou bem antes?

Eu quero definir a palavra “quadrilha”. Olhem para mim aqui, Srs. Parlamentares. Toda regra tem exceções. Eu vou definir a palavra “quadrilha”: significa bando de ladrões, bando de malfeitores, criminosos, bandidos de forma geral. E eu quero afirmar ao povo brasileiro que, dentro do Congresso Nacional, existem quadrilhas. Eu estou falando de malfeitores. Eu estou falando de ladrões.

Em determinado momento, houve a crucificação de um homem, o Jesus Cristo. Dois outros homens malfeitores estavam ao lado de Jesus, sendo que um deles se arrependeu e recebeu o perdão.

Os senhores podem se arrepender. Arrependam-se! Arrependam-se, e Deus lhes abrirá o coração.

Eu quero dizer uma coisa aqui e, por isso, colocar o meu mandato em jogo. Se aqui não acontecer o que eu estou falando agora, eu entrego a minha cadeira de Deputado Federal.



O País tem dois lados para serem tomados — assim manda dizer o Senhor. O primeiro lado, V.Exas. do PT e PMDB peguem. Fiquem unidos. Aceitem o Senhor Jesus. Peçam direção a Deus e tirem o País desta lama. Do contrário, vai sair todo mundo: vai sair Dilma, vai sair Michel Temer, vai sair Eduardo Cunha, vai sair Renan Calheiros, vai sair Aécio Neves, vai sair José Serra, vai sair Pezão, vai sair Francisco Dornelles.

Eu preciso lembrar que, ontem, entrei com pedido de *impeachment* contra o Francisco Dornelles, no Rio de Janeiro. Lá os servidores estão sem salário, porque um senhor de 81 anos tirou o salário dos inativos e dos pensionistas. Lá as pessoas estão morrendo!

O Dornelles comete crime de responsabilidade. A Constituição Federal, em seu art. 85, inciso V, fala sobre crimes de responsabilidade contra a probidade na administração. Também a Lei nº 1.079, de 1950, fala de atos de improbidade administrativa; da mesma forma como a Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Fora também, Dornelles!

Volto aos Srs. Deputados, para concluir a minha fala. Quando se passarem 2 anos da nossa Legislatura — escrevam, 2 anos —, os senhores que estão no poder devem tomar uma decisão, principalmente as lideranças que eu citei: ou os senhores vão se unir em Deus e abrir o coração ou todos vão cair, e haverá uma nova eleição geral no País. Mas eu quero dizer uma coisa: essa nova eleição será sem essas urnas eletrônicas, que são fraudulentas. Há fraude nas urnas eletrônicas do nosso País! Por que, nos Estados Unidos, as pessoas votam no papelzinho? Porque eles não têm tecnologia? Não, porque pode haver fraude, sim, nas urnas eletrônicas.



Povo brasileiro, não acredite em partido político! Eu quero dar o exemplo aqui do Fundo Partidário, em que cada voto vale 10 reais. Pelo Fundo Partidário, todo mês o PT recebe 9 milhões de reais; o PMDB, 7 milhões de reais; o PSDB, 7 milhões de reais; e assim sucessivamente.

E o povo? E a saúde? E a educação? Cadê? Até quando vão brincar com o povo?

Eu pergunto: está fácil andar com esse *button* de Deputado pela rua? Está fácil dizer que é Parlamentar? É vergonhoso dizer que nós somos Deputados! É uma vergonha falar isso hoje! Em vez de sermos um exemplo, nós somos motivo de chacota, vergonha. Quando olham para um Deputado, acham que todos são corruptos. Digo ao povo: nem todos são corruptos, toda regra tem exceção.

Eu sou cristão. Acredito no Deus da causa impossível. A maior decepção que eu tive nesta Casa — quero deixar bem claro, para que todos ouçam —, a maior decepção que tive no Congresso Nacional foi com a bancada evangélica. Essa foi a minha maior decepção. Mas Deus trata de todos.

Presidente Eduardo Cunha, eu sei que V.Exa. está ouvindo o que vou dizer aqui: o homem faz planos, mas a última palavra é do Senhor.

Digo a todos os homens que estão aqui: nós somos como neblina para Deus, que fica por brevíssimo período e, logo depois, se dissipa. Que nós venhamos a fazer o bem!

“Pai nosso que estás no céu, santificado seja o Teu nome, venha a nós o Teu reino, seja feita a Tua vontade, assim na terra como no céu.”



Que venha o Teu reino, Senhor! Toda a honra e toda a glória sejam dadas ao Senhor Jesus Cristo! Feliz a nação cujo Deus é o Senhor! E todo o poder emana de Deus!

Juntos, somos fortes! Nenhum passo daremos atrás. E Deus está no controle!
Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa, que continuará a falar pelo tempo do partido, regimentalmente.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem à noite a minha esposa, a Cinthia, ligou-me e disse: *“Silvio, amanhã será um dia profundamente importante para a democracia brasileira. Eu acho que você deveria fazer um discurso lido, você deveria preparar um discurso”*. Eu refleti e disse: *“Cinthia, eu não vou fazer isso. Eu tenho 22 anos de vida pública e nunca fiz um discurso lido”*.

Eu respeito todo o mundo que faz o discurso lido, mas discurso lido, para mim, é como um telefonema a cobrar: já se começa perdendo. Se o discurso for muito bom, vão dizer que não foi você que o fez: *“Foi muito bom. Não foi ele que o fez, não”*. Se o discurso for muito ruim, vão dizer: *“Esse cara é tão ruim que nem discurso sabe fazer”*.

Agora, o discurso lido tem uma característica. Acho que lhe falta, às vezes, ou na maioria das vezes, a razão maior da vida: a alma e o coração. Por isso, hoje, neste momento, mais uma vez eu vou falar com a alma e com o coração.



Eu sou de Pernambuco. Tive o privilégio de receber 105 mil votos no Estado, tive o privilégio de representar o povo de Pernambuco aqui na Câmara Federal.

Deputado Patrus Ananias, os verdadeiros homens e mulheres de Pernambuco, aqueles honrados e decentes, só se curvam para agradecer.

Pernambuco é a terra de Frei Caneca, um dos heróis da Revolução de 1817. Frei Caneca dizia: "*Quem bebe na minha caneca tem sede de liberdade*". Prenderam Frei Caneca, Deputado Luiz Sérgio, e mandaram os presos enforcá-lo. Nenhum preso quis enforçar Frei Caneca. Foi preciso que os soldados o fuzilassem.

Eu sou da terra de Gregório Bezerra, homem que lutou pela democracia em nosso País durante a ditadura militar, que lutou contra a ditadura militar. Deputado Glauber Braga — e V.Exa. é jovem —, Gregório Bezerra foi arrastado por um jipe, pelos militares, na Praça de Casa Forte. Eu sou da terra de Gregório Bezerra. *(Palmas.)*

Eu sou da terra de Josué de Castro, o primeiro brasileiro a colocar o combate à fome na agenda nacional. *(Palmas.)* Eu sou de Pernambuco, berço da democracia, berço da liberdade.

Meus amigos, esta sessão de hoje não deveria existir. Desde ontem, nós estamos produzindo aqui, discutindo aqui, debatendo aqui o julgamento mais injusto da história do Brasil. *(Palmas.)*

A Presidente Dilma Rousseff, quando tinha 18 anos de idade, Deputado Bohn Gass, foi torturada, gritou nos porões da ditadura e não denunciou ninguém. Ela aguentou firme. Nos últimos 40 dias, é o segundo momento de tortura de parte da elite brasileira contra a Presidente Dilma. *(Palmas.)*



Não é justo, Deputado Reginaldo Lopes, o que querem fazer com a Presidente Dilma. E por que não é justo? Eu só lamento que o Deputado Eduardo Cunha não esteja aqui, porque eu queria falar na frente dele. É o seguinte: V.Exas. sabem que não votei em Eduardo Cunha. Eu fazia oposição a Eduardo Cunha quando ele era muito forte nesta Casa, Deputado Chico Alencar e Deputado Edmilson Rodrigues, quando ele era o todo-poderoso. Eu acho até, modéstia à parte, que fazia oposição solitária a ele. Depois que descobriram as contas dele na Suíça, não sei se V.Exas. perceberam, parei de “bater” no Deputado Eduardo Cunha, porque, como se diz no Nordeste, “ninguém chuta cachorro morto”. Mas hoje vou ter que bater, porque o cachorro continua latindo. (*Risos.*)

Vejam, meu neto Silvio Costa Neto tem 5 anos de idade, Deputado Odelmo Leão. Daqui a 10 anos, ele estará com 15 anos de idade. Algum professor de História, Deputado Wadih Damous, vai ter que lhe explicar esses dias de hoje, Deputado Luiz Alberto.

Eu fico pensando: como um professor de História, Deputado Chico Alencar — e V.Exa. é professor de História —, daqui a 15 anos, vai explicar a um jovem que um homem que já devia estar preso, um bandido — o Deputado Eduardo Cunha já devia estar preso; esse homem devia estar em Curitiba, já; é um ladrão! só ontem apareceram 52 milhões —, está presidindo uma sessão para cassar o mandato de uma mulher que foi eleita por 54 milhões de brasileiros e que não cometeu crime. (*Manifestação no plenário: É golpe!*) Como vamos explicar isso como um fato da História?

Meus amigos, Deputado Ságuas Moraes, Deputada Maria do Rosário, o Brasil precisa saber da seguinte história: esse pedido de *impeachment* é resultado do ódio



e do desejo de vingança do Deputado Eduardo Cunha. Os 513 Deputados aqui sabem que o Deputado Eduardo Cunha disse: *“Eu vou cair, mas antes eu vou derrubá-la”*. Ele disse isso e começou essa conspiração.

Vejam bem, a maior prova de que este atual pedido de *impeachment* não tem consistência jurídica, não tem substância jurídica é que a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com um novo pedido de *impeachment*. Ora, se este atual pedido de *impeachment* tivesse consistência jurídica, a OAB não teria entrado com outro pedido de *impeachment*. Isso é muito claro para mim. Portanto, este é um julgamento político. Este julgamento é fruto do ódio.

Sabem como foi essa articulação? Entra em cena, agora, outro homem. Minha mulher e meus filhos disseram: *“Não vá pelo lado pessoal”*. Eu não estou indo pelo lado pessoal, eu estou indo pela história. Entrou em cena outro homem do qual estou com nojo — essa é a palavra. Eu até gostava dele. Cheguei até a tomar vinho com Michel Temer. E agora não sinto outra coisa por ele a não ser nojo.

Sabe por que, Brasil, eu tenho nojo dele? Faz 2 anos que ele vem conspirando contra a Presidente. Primeiro, ele pediu para ser Ministro da articulação política e colocou um preposto dele chamado Eliseu Padilha.

Esse preposto do Sr. Michel Temer pegou todo o mapa dos cargos federais, dos cargos estaduais e agora o está usando. Eu não vou dizer nomes, não, porque não sou disso. Sabem o que o Deputado Eliseu Padilha está fazendo? Se ele sabe que há um problema entre dois Deputados num Estado tal, ele liga para um Deputado e diz: *“Olha, meu irmão, tu sabes que aquele cargo lá é do Deputado tal, mas, se tu votares em Michel, eu tiro esse cara e coloco você”*. Eu não tenho outra palavra para descrever isso a não ser “canalhice”. Isso não é a boa política.



Esse Sr. Michel Temer, da última vez que ousou se submeter às urnas, obteve 60 mil votos em São Paulo. Ele quase perdeu a eleição. E esse homem, meu irmão, está querendo arrancar o mandato da Presidente Dilma, sem ela ter cometido um crime?

Ora, a senhora e o senhor que estão me ouvindo agora sabem o que é esse negócio de pedalada fiscal? É uma engenharia contábil que quem primeiro fez foi o ex-Presidente Fernando Henrique, que o Presidente Lula fez, que todos os Governadores e Prefeitos fazem.

Não é possível! Esse homem, o Deputado Eduardo Cunha, não devia estar aqui! Eu sei que o Supremo Tribunal Federal tem a agenda dele, mas não entendo por que o Supremo não tirou esse homem daqui ainda. Deveria tê-lo tirado. Há elementos jurídicos para tirá-lo. Não o tirou não sei por quê.

Agora vejam qual foi a articulação. Eu vou citar dados agora, vou apresentar números e vou provar. Vejam a que ponto chega a articulação para tentar tirar a Presidente Dilma.

Numa quarta-feira, alguns Deputados, cujos nomes eu não vou citar para não lhes dar direito a falar, reuniram-se na casa do Deputado Eduardo Cunha e combinaram o seguinte: um vai ser Presidente, o outro vai ser Relator. *“Um de vocês vai me suceder, vai ser o Presidente da Câmara dos Deputados, mas eu quero que vocês vão à Oposição e façam um acordo”*. No outro dia de manhã, eles se reuniram com a Oposição e fizeram o seguinte acordo: *“Um de nós vai ser o Relator, e o outro, Presidente, mas há um detalhe: nós temos que salvar o mandato do Deputado Eduardo Cunha”*. A Oposição topou. E vou provar aqui agora.



Já há aqui o primeiro produto desse acordo patife, desse acordo esdrúxulo. O Presidente do Conselho de Ética, o Deputado José Carlos Araújo, não está aqui, mas lá o Deputado Eduardo Cunha já é majoritário. Fizeram uma mudança no Conselho de Ética, e hoje ele já tem 11 votos. A Deputada que colocaram lá, meu amigo César Halum, disse claramente que admirava o Deputado Eduardo Cunha.

É preciso denunciar isso ao Brasil. O primeiro produto desse acordo patife e esdrúxulo está no Conselho de Ética. Estou dizendo hoje, dia 16: ele já está a salvo no Conselho de Ética. Ele está apostando que está a salvo e esticará o mandato dele até fevereiro, apostando, segundo ele, na morosidade do Supremo. Em fevereiro, ele elege o Presidente da Câmara. Aí ele diz assim: *"Bom, eu vou me segurar até 2018. Quando chegar 2018, o povo me elege de novo, e eu não vou preso"*. Essa é toda a articulação.

Isto aqui não é para derrubar a Presidente Dilma, não. A maioria aqui devia ter coragem e dignidade para dizer ao Brasil o seguinte: *"Nós não queremos derrubar a Presidente Dilma. Nós queremos livrar o Deputado Eduardo Cunha da cadeia"*. (Palmas.)

É isso o que V.Exas. querem. V.Exas. estão defendendo o *impeachment* da boca para fora, V.Exas. sabem que não há motivo. O jogo de V.Exas. é outro. O jogo de V.Exas. é tirar o Deputado Eduardo Cunha da cadeia. Sabem por quê? Porque muitos de V.Exas. estão preocupados com a maior delação premiada do mundo, que vai ser a do Deputado Eduardo Cunha. (Palmas.) Eu não tenho dúvida. Há muita gente aqui preocupada com isso e é por isso que não quer que ele vá para a cadeia.



Meus amigos, Deputado Chico Alencar, eu queria dizer ao Brasil que acredito na política e queria fazer um apelo. Amanhã nós vamos decidir aqui a reeleição da Presidente Dilma. Desde que esses homens da Oposição perderam, lá em 2014, desde que o Senador Aécio Neves perdeu em Minas Gerais, exatamente porque Minas o conhece — por conhecê-lo, Minas não votou nele, e ele perdeu a eleição lá —, desde que perderam eles atrapalham o Brasil.

Primeiro, eles elegeram Eduardo Cunha Presidente desta Casa. Quando Eduardo Cunha se elegeu Presidente, começou a chantagear a Presidente Dilma: *"Olha, Presidente, eu quero a Presidência da Caixa"*. A Presidente disse: *"Não dou!"*. Quem ela colocou lá? Uma mulher honrada, a Miriam Belchior. *"Não dou!" "Ah, não dá, não, a Presidência da Caixa?" "Dou, não!"* Moral da história: ele coloca a primeira pauta-bomba. Essa pauta-bomba daria um prejuízo ao País de 100 bilhões de reais.

Mas ele não aprovou sozinho a pauta-bomba. Aprovou com a Oposição, que é 95% a oposição mais irresponsável da história do Brasil. Por exemplo, eles criaram o fator previdenciário. E criaram de forma correta o fator previdenciário, senão o rombo da Previdência Social, que hoje é de 100 bilhões, seria de 300 bilhões. Pois esse mesmo povo que criou o fator previdenciário, para prejudicar a Presidenta Dilma, para fazer demagogia com os aposentados, esse mesmo povo ajudou a derrubar o fator previdenciário. O que a Presidenta Dilma fez? Ela vetou o fator previdenciário.

O impacto financeiro do fator previdenciário no Governo Dilma é muito pequeno, mas, a longo prazo, o fim do fator previdenciário geraria um rombo altíssimo, de 300 bilhões ou 400 bilhões.



Eles fizeram isso, são demagogos. Eles, na verdade, não estão preocupados com o País. Eu quero saber de uma proposta — uma proposta — da Oposição para o Brasil, a não ser a de passar 2 anos aqui arengando.

Esses caras se juntaram com parte do setor produtivo nacional. Por exemplo, com o Presidente da FIESP, Paulo Skaf. Esse cara usa o dinheiro do trabalhador — SESI e SENAI são fruto do dinheiro do trabalhador — para ameaçar Deputado, para botar nos jornais do Brasil inteiro a foto dos Parlamentares. *“Vamos meter medo, que eles são”* — desculpem-me a palavra — *“volúveis, são suscetíveis”* — eu ia dizer “ultra” — *“à opinião pública. Vamos pesado! Sabem por quê?”* — aí ele chamava os Deputados lá — *“Porque eu vou ser Ministro de Temer. Já acertei.”*

Olha, Skaf, você realmente vai para um Ministério. Sabe para qual Ministério você vai, Skaf? Ministério Público Federal (*risos*), porque, para a semana, eu serei o primeiro — serei o primeiro — a ir ao Ministério Público pedir que investigue a origem daquele dinheiro.

Meus amigos Deputados Federais, minhas amigas Deputadas Federais, eu não quero ter postura arrogante, mas eu vi um Deputado do PMDB pegar um placar e dizer que hoje eles estão com 367 votos. Essa guerra de números é profundamente natural, só que amanhã nós estaremos discutindo a Presidência de uma das dez maiores democracias do mundo. Esses números da Oposição são efetivamente fantasiosos, são ilações.

Sabem o que eu vou fazer amanhã, antes de começar a votação? E eu sei, modéstia à parte, de cada voto que temos, do Acre ao Rio Grande do Sul. Do Acre ao Rio Grande do Sul! Olhando no olho do companheiro, conheço, modéstia à parte,



450 pelo nome. Não tenho nenhum desafeto aqui. De um eu não gosto, mas não é desafeto. *(Risos.)*

Sabem quantas vezes vocês vão derrubar a Presidente Dilma? Nenhuma. Sabem por quê? Ontem tivemos, lá no Palácio, uma reunião. Houve um momento, Deputado Arnon, em que 85% do Brasil, Deputado Paulo Teixeira, queria o *impeachment*. Há 1 semana, a *Folha de S.Paulo* publicou que 33% não queriam o *impeachment*. Ontem, numa pesquisa interna nossa, com 5 mil questionários, vimos que 48% do País não quer o *impeachment*. Ponto. *(Palmas.)*

Então, se algum companheiro me disser "*Sílvio, eu acho que não vou poder votar porque estou preocupado com as ruas*", a ele vou responder que essa preocupação acabou. As ruas estão divididas. São 48% de um lado e 52% do outro, porque na pesquisa não há abstenção. A pesquisa serve para sabermos se a pessoa é a favor ou contra. É sim ou não. Então, as ruas estão divididas.

Nesses últimos 40 dias, eu conversei muito aqui. Acho que já mantive umas duas mil conversas políticas. Com alguns Deputados eu falei umas dez ou quinze vezes.

Quero dizer a V.Exas. que Deus é um cara muito bom comigo. Muito bom! Tudo o que aconteceu na minha vida devo a Deus. Agora, Deus me tirou uma coisa que me faz muita falta: um pernambucano, um cortador de cana, o meu pai, Severino Serafim Costa. Deus tirou de mim o meu pai. Eu queria muito, Deputado Solla, que neste momento ele pudesse estar sentado naquela cadeira de balanço vendo o filho dele defender a democracia. *(Palmas.)*

Eu aprendi com o meu pai muita coisa. Eu aprendi com o meu pai que todo homem ingrato e desleal é infeliz, não consegue dormir. Eu aprendi com o meu pai



que todo homem injusto também não consegue ser feliz. Eu aprendi com o meu pai que o homem covarde será sempre um covarde, nunca será um homem.

Então, Sr. Severino Serafim Costa, o seu filho está aqui, graças ao povo de Pernambuco, para dizer que alguns ingratos, alguns desleais, alguns oportunistas, alguns “istas” — e cabem todos os “istas” —, traidores, não vão tirar o mandato legitimado por 54 milhões de brasileiros. Não vão tirar! (*Palmas.*)

Alguns Deputados me disseram o seguinte: “*Silvio, o Governo agora vai ver uma coisa. Não empenhou a minha emenda há 3 meses, há 6 meses, agora vou votar contra*”. Outros Deputados estão dizendo: “*Não liberaram meu cargo, eu vou votar contra*”. Companheiro, esse tipo de Deputado não deveria estar aqui. (*Palmas.*) Isso desabona a classe política.

E aqui eu vou ter a ousadia de parafrasear um dos meus ídolos: Martin Luther King. “*Eu tenho um sonho*”. Eu tenho um sonho: eu sonho com o dia em que o povo brasileiro acreditará que a única forma de mudar o País é através da política. Eu tenho um sonho: eu sonho com as pessoas acreditando que a política, quando feita com dignidade e sobretudo com respeito às pessoas, é a única forma de mexer com a alma humana. Eu tenho um sonho: eu sonho com o dia em que este País, a serviço de parte das elites, vai parar de banalizar a política, vai parar de criminalizar a política. A criminalização da política, a banalização da política só interessa ao *status quo*.

Política é lugar de homem de bem — é lugar de homem de bem —, mas infelizmente está lotada de homens de bens.

Eu queria que vocês entendessem que não é o cargo que está sendo discutido — “*não liberaram meu cargo, e eu vou cassá-la*”; não é a emenda que está



sendo discutida — “*não me deram a minha emenda*”. Amigo, está sendo discutida a democracia, o respeito às pessoas, o respeito a 54 milhões de brasileiros que foram às urnas e consagraram, pela Constituição, pelo voto livre e soberano, o mandato da Presidente Dilma.

Meus amigos, eu quero fazer um apelo a V.Exas.: vamos nos respeitar. Isto aqui é a caixa de ressonância do Brasil. Nós temos o privilégio de representar 204 milhões de brasileiros. Nós não podemos cassar o mandato da Presidente porque a situação econômica está difícil. Realmente, o País está em crise. Sabem por que está em crise? No primeiro mandato da Presidente Dilma, a Europa e os Estados Unidos passaram por uma crise pesada. Eu me lembro de que em Portugal, Espanha e Grécia faltou dinheiro para pagar o aposentado. A economia mundial não é uma ilha. É evidente que a crise de lá rebateu aqui.

Em função disso, a Presidente Dilma adotou uma política de estímulo ao consumo, de geração de emprego. Ela fez desoneração de folha, fez desoneração de IPI, e nós perdemos 500 bilhões. Deixaram de entrar 500 bilhões de recursos federais nos cofres públicos.

Evidentemente, neste segundo mandato, nós estamos, sim, com um problema econômico. Mas eu quero dizer que 95% do problema econômico do Brasil reside aqui, nesta Casa, porque esta Casa tem má vontade com o Poder Executivo, esta Casa não quer agilizar os projetos de interesse do Brasil. A maioria desta Casa realmente não está preocupada com o futuro do País.

Deixem-me falar uma coisa. Alguém já disse — eu já disse aqui outras vezes — que a diferença entre um político e um estadista é que o político está preocupado



com as próximas eleições, e o estadista está preocupado com as próximas relações.

(Palmas.)

O Brasil nunca precisou tanto de estadistas quanto neste momento. Nós não podemos brincar, Deputado Nilto Tatto! Eu vou trabalhar até amanhã, até o último momento, para convencer alguns companheiros meus, alguns amigos, a não se deixarem impregnar pelo ódio, pela raiva.

Eu não quero citar nomes, mas eu admiro muitos Deputados da Oposição. Aliás, quero prestar um depoimento. A maioria desta Casa sabe que eu tenho uma boa relação com todo mundo. Tenho muitos companheiros na Oposição, gente que estuda, gente que lê, gente que debate. Mas, neste momento, ficar a serviço de Eduardo Cunha — porque o País está com dificuldade —, querer atacar a Presidenta Dilma e lhe tirar o mandato, isso não é justo, isso não é correto! Queria que V.Exas. fizessem uma reflexão.

Eu não quero citar nomes, mas estou vendo aqui vários Deputados da Oposição pelos quais tenho o maior carinho.

Lembro-me de que, uma vez, a revista *Veja* acabou com a vida do Deputado Ibsen Pinheiro. Depois, teve que lhe pedir desculpas.

Pessoal, a Presidente Dilma não merece isso! Não façam isso! V.Exas. estão errados.

Deputada Keiko, olhe para mim. Eu tenho o maior carinho por V.Exa. V.Exa. é do PSB, conhece as dores e os sorrisos da vida. V.Exa. conhece. Eu não me conformo em ver uma mulher como V.Exa., uma mulher que eu admiro, uma guerreira, uma mulher da luta, votar contra a Presidente Dilma. Eu sinceramente não entendo isso.



Eu não sei, Deputada Camacho, como homens e mulheres que têm alma boa, que têm senso de justiça, Deputada Benedita, guerreira do povo do Rio de Janeiro, do Brasil, vão dormir hoje pensando: *“Meu irmão, é o seguinte: Fernando Henrique fez pedalada, Lula fez. Dilma não roubou 1 real!”* A Presidente Dilma não botou 1 real no bolso! Um real!

Michel Temer e Eduardo Cunha são iguais e se merecem. A diferença, Deputado Pepe Vargas, é que um foi pego, e o outro, ainda não. Mas eles são iguais, eles se merecem. Querem tirar a Presidente Dilma para transformar Eduardo Cunha em Vice-Presidente da República! Meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Onde vocês estão com a cabeça? E se amanhã, Deus me livre, acontece um problema com Michel Temer, e Eduardo Cunha vira Presidente da República?

É como disse um amigo meu quando estava na cidade dele. Chegou uma pessoa e disse: *“Deputado, pelo amor de Deus, não deixe que tirem a Presidente Dilma Rousseff, não”*. Ele perguntou: *“Por quê?”* Pois pensou que era por conta de algum programa social. *“Não é, não, Deputado. Se vocês não conseguiram tirar esse Eduardo Cunha da Presidência da Câmara dos Deputados, imagine da Presidência do Brasil.”*

O povo está pensando isso e o povo é sábio. Nós não podemos fazer isso, pessoal. Deputado Professor Victório Galli, V.Exa. está de amarelo. Eu o conheço. V.Exa. está constrangido. V.Exa. é um homem de bem, querido. Conheço o seu partido. V.Exa. está constrangido. Eu duvido que um homem bom como V.Exa., um homem decente, esteja votando com o seu coração. Não está. V.Exa. está sob o efeito manada, sob o efeito avalanche. V.Exa. está na cultura dos Líderes. Amanhã



V.Exa. vai se arrepender de ter dado esse voto. E, o que é pior — é o pior —, seus netos, no futuro, vão dizer: “Vovô, por que você fez isso?”

Eu moro em um prédio. A minha mulher estava com o meu neto no prédio, e chegou um grupo de 15 a 20 pessoas em frente ao meu prédio com uns cartazes, com a palavra “traidor”, não sei o quê e tal. O meu neto perguntou: “Vovó, por que estão esculhambando o vovô?” Ao que a minha mulher respondeu: “Por que o vovô está fazendo o bem”. Vejam que mulher ímpar. (Palmas.) “Porque vovô está fazendo o bem.”

Paulo Skaf, você gasta o seu dinheiro para cassar Dilma. Eu queria dizer uma coisa: eu respeito todos os movimentos, como o MBL, todos os movimentos que saem do coração das pessoas, possam estar certos ou errados. Eu só não respeito movimento pago. Outros movimentos eu respeito. Estão equivocados, mas eu respeito.

Agora, o que não é correto é político com medo de rede social. Eu respeito a opinião pública, mas a opinião pública já condenou Jesus Cristo e absolveu um ladrão. A opinião pública, durante muito tempo, já apoiou Hitler. A opinião pública durante muito tempo — e digo parte da opinião pública — apoiou a ditadura militar.

Com alguns comentaristas de televisão eu fico indignado. Ontem à noite, eu li — e vou dizer o nome do jornal — o jornal *Folha de S.Paulo*. Quando eu acordei de manhã, havia um placar: “Governo só tem 118”. À noite, havia a seguinte notícia: “Oposição não conseguirá mais fazer impeachment”. Mas a *Folha de S.Paulo* eu admiro. Sabem por quê? Porque ela teve a dignidade de assumir que é de oposição.



Aliás, eu acho que a função da imprensa é ser investigativa, sim, que tem que investigar. Acho que a imprensa tem vocação de oposição, e tem que ser. Agora, meu irmão, tem que fazer com seriedade, tem que fazer oposição séria. Por exemplo, as três revistas semanais passadas — e eu não li as de agora — bateram pesado na Presidente Dilma, dizendo que tinha feito um balcão de negócio, que era um *shopping*.

O interessante é que nós estamos no Governo e não podemos repactuar, mas Michel Temer, lá no Palácio do Jaburu, chama os caras, oferece cargo para todo mundo, Ministérios, faz apropriação indébita, oferece o que não tem, e eu não vejo uma matéria pesada sobre isso.

Só para desopilar um pouco, eu soube até que Michel Temer prometeu a Presidência da PETROBRAS e todas as suas diretorias para o grupo de Eduardo Cunha; que prometeu a Presidência de Furnas e todas as suas diretorias para o grupo de Aécio; que prometeu o Ministério do Trabalho a Paulinho da Força. *(Palmas.)*

Imaginem o Brasil, que já tem 10.700 sindicatos laborais e 5.400 patronais, com Paulinho. Paulinho vive de quê? Da indústria sindical. Nunca deu um dia de serviço. E agora virou herói do golpe, agora é o homem do golpe: “*Vamos tirar Dilma*”.

Pessoal, eu vou dizer uma coisa: o Brasil é muito maior do que a raiva de V.Exas. No coração do povo brasileiro pulsa muito mais verdade do que na cabeça má de alguns de vocês.



Não dá para compreender como é que Deputados jovens, que estão iniciando na política — e nós vemos que eles gostam da política e estão aqui porque gostam da política —, vão na onda de Eduardo Cunha.

Eu vejo aqui os coordenadores da campanha de Michel Temer. Quem são os coordenadores da campanha de Michel Temer? São os dez Deputados que defendem Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Um cara que tem a coragem de defender Eduardo Cunha não merece o respeito de ninguém. Então, como esse povo pode coordenar? Vivem no Palácio do Jaburu, numa operação para tirar a Presidenta Dilma.

Sinceramente, V.Exas. estão errados. Eu não estou aqui agredindo ninguém, mas V.Exas. estão errados. V.Exas. perderam a eleição em 2014. Não foi culpa da Presidenta Dilma, foi culpa da incompetência de vocês. Eduardo Cunha já disse o seguinte: *“Se ganhar domingo, na segunda-feira eu coloco o pedido de impeachment da OAB”*. Isso é uma brincadeira, isso é um desrespeito ao Brasil. Será que parte da elite paulista que roubou este País por 500 anos não está vendo isso, que é implicância desse cara?

Sabem o que é, pessoal? Eu não sou do PT, eu sou do PTdoB. Mas, gostem vocês ou não, quem colocou filho de pobre para estudar Medicina foi o PT, quem colocou pobre para andar de avião foi o PT, quem evitou saques nas secas do Nordeste foi o PT. *(Palmas.)*

Há um governo com cheiro de povo na América do Sul. São os ventos da América do Sul que começaram a soprar com Che Guevara, quando Che foi a Cuba enfrentar Fulgencio Batista e derrubar aquela ditadura. Os ventos da América do Sul começaram a soprar e a dizer o seguinte: *“Nós não podemos continuar com tanta*



gente na miséria". E foram o PT e os ventos da América do Sul que tiraram 40 milhões de pessoas da linha de miséria deste País. (*Palmas.*) Gostem vocês ou não, queiram vocês ou não, foram o Presidente Lula e a Presidente Dilma que mantiveram os programas sociais.

É muito bom tomar uísque ou vinho à noite e ficar discutindo programas sociais. Vocês não sabem o que é uma mãe de família, meu irmão — e eu já vi cenas de chorar —, acordar de manhã e não ter pão para dar ao filho, e não ter água às vezes ou ter água suja para dar ao filho lá no Nordeste. Vocês não sabem o valor que tem isso, não.

O valor de um livro para quem nunca leu é incomensurável. No dia em que você lê o primeiro livro — se você nunca leu um livro — você se apaixonou e, a partir dali, você muda, passa a ser outra pessoa.

Deputado Luiz Alberto, o valor do primeiro pedaço de pão, o valor do gosto do primeiro sorvete, do açúcar, na vida de quem passa fome muda as pessoas também. E essa elite chama isso de "bolsa-esmola".

Esmola é o que vocês estão dando a Eduardo Cunha. Estão tirando-o da cadeia. (*Palmas.*) Essa é a esmola. Estão inventando o "seguro-cadeia". Vocês não estão aqui para tirar o mandato da Presidente Dilma. Isso é um "seguro-cadeia" para Eduardo Cunha, porque, na hora em que ele fizer a delação premiada, vão uns 30 com ele. E esses 30 estão tremendo.

Então, pessoal, a indignidade com certeza não ganhará da dignidade; a falsidade com certeza não ganhará da verdade. Dizem, Deputado Angelim, que a política é uma ciência que Deus e o diabo inventaram ao mesmo tempo. Quando a política é feita com respeito às pessoas, procurando melhorar a qualidade de vida



das pessoas, com decência, com dignidade, essa é a parte que Deus inventou. Agora, quando a política é feita *a la* Eduardo Cunha, com roubalheira, com coisa ruim — eu não quero dizer esta palavra —, com ganância, busca de dinheiro, corrupção, essa é a parte que o diabo inventou.

Eles andam dizendo por aí que vão ganhar a campanha de todo jeito, porque a campanha deles é *a la* Roberto Carlos. Mas como assim *a la* Roberto Carlos? Roberto Carlos tem uma música chamada *Custe o que Custar*. Dizem que a campanha deles vai ser *a la* Roberto Carlos. Pois a nossa vai ser *a la* Mangueira: *Liberdade, Liberdade, Abra as Asas sobre Nós!* Essa vai ser a nossa música que vai tocar amanhã.

Mas vai voltar a ser tocada uma música que 54 milhões de brasileiros embalaram em 2014. É esta música que vai tocar aqui amanhã. É a música da liberdade, é a música da democracia, é a música da coragem, é a música da verdade, é a música da dignidade! Vamos todos juntos amanhã! Como é a música? É assim: *"Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente"...*

Vocês não vão derrubar a Presidente Dilma! Noventa e cinco por cento aqui são canalhas! (*Palmas.*) Noventa e cinco por cento não têm moral, não têm dignidade, não têm ética! Noventa e cinco por cento não têm moral!

Vocês não merecem respeito! Vocês não vão derrubar uma mulher de bem!
Vocês não vão derrubá-la!

Concluo dizendo que vou sair daqui agora e vou buscar mais votos. Eu vou buscar mais votos! Vocês vão ver amanhã com quantos votos se respeita a democracia!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



Muito obrigado, Brasil. Beijo no coração. É Dilma! (*Manifestação no plenário:*
Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Silvio
Costa.

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 5 minutos.

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria que V.Exas. respeitassem esta Casa. O Deputado Silvio Costa falou por 50 minutos e ninguém fez interferência. Agora, vamos respeitar o Deputado Arnaldo Faria de Sá. Temos um orador na tribuna, por favor!

Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. MORONI TORGAN - Eu queria dar mais 1 hora para o Deputado Silvio falar, Presidente!

O SR. ELIZEU DIONIZIO - Conceda 1 hora para o Deputado Silvio cantar aqui!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, golpe já foi dado neste País. Golpe foi dado na eleição, quando se vendeu mentira para ganhar eleição; quando a Presidente disse, em campanha, que iria fazer o diabo para ganhar a eleição e fez muito mais do que o diabo!

Está na cadeia João Santana, que recebeu mais de 98 milhões para vender as mentiras para a população brasileira, as mentiras que levaram este País ao debacle total e que acabaram com a nossa economia!



Quero lembrar um detalhe. A Presidente disse em campanha que não ia mexer com direitos dos trabalhadores: “*nem que a vaca tussa!*” — foi a expressão que ela usou. O pior é que a vaca tossiu e está indo para o brejo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom lembrar um detalhe: quando o Ministro do Planejamento levou para o Congresso o Orçamento, em setembro do ano passado, com 50 milhões de déficit, o que gerou toda essa crise econômica, rebaixando a nota do Brasil diante da *Standard & Poor's*, da *Fitch* e da *Moody's*; a partir daquele momento, em que o Orçamento veio a esta Casa todo escangalhado, todo furado, foi que a situação econômica se descontrolou.

Hoje, o que temos no Brasil é uma quebradeira geral. Empresas e mais empresas estão fechando as portas. Dez milhões de brasileiros estão desempregados, e vocês querendo garantir o emprego de quem gerou dez milhões de desempregos.

Qual é a história? Não adianta vir com conversinha, com falação, sem resultado, não!

Nós precisamos resgatar a dignidade do povo brasileiro. Vá a qualquer rua de área comercial de qualquer cidade e veja nas lojas: “*Aluga-se*” ou “*Vende-se*”. Nós precisamos mudar essa situação. E essa situação vai ser mudada amanhã, quando, aqui no plenário, a maioria desta Casa votar o *impeachment* já, que é o que nós queremos. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

Sr. Presidente, não adianta vir à tribuna contar história, vender lorota, vender ilusão. A população sabe pelo que está passando, sabe qual é a crise que está sendo vivida, sabe a dificuldade que todos estão encontrando.



Precisamos colocar no Brasil uma plaquinha como aquela que se vê em todos os estabelecimentos, dizendo: "*Sob nova direção*". Precisamos mudar essa história e encontrar uma outra saída; a saída que todo mundo está querendo e da qual se está precisando.

A própria Presidente já disse que ela é carta fora do baralho. Se ela é carta fora do baralho, que nos deixe tocar esse jogo para resolver a situação deste País.

O Brasil precisa ter a devida resposta no dia de amanhã, e nós a daremos.

Lembro inclusive que, logo depois que a Presidente assumiu, ela mandou duas medidas provisórias a esta Casa. Uma delas dificultava a concessão do seguro-desemprego, a outra criava dificuldades para a concessão das pensões. E foi numa dessas medidas provisórias que nós aprovamos a fórmula 85/95, que é importante para o trabalhador brasileiro.

Quem falou agora há pouco não sabia nem o que falava. Disse que se mudou o fator previdenciário. Não houve mudança do fator previdenciário, ele continua existindo. Nós criamos uma alternativa ao fator para evitar o roubo ao trabalhador brasileiro, que perderia 30%, 40% ou 50% do valor do seu benefício.

Nós só queremos que o País cresça, se renove, tenha expectativa, tenha perspectiva, e não que sofra esse abandono geral, essa falta de governabilidade, essa inapetência, essa impotência.

Nós queremos dizer: sim, o golpe já foi dado. E ele foi dado por todos vocês que acabaram com a esperança de todo o povo brasileiro. Venderam mentiras na eleição. Basta dizer o tamanho do roubo na PETROBRAS: mais de 80 bilhões de reais! É mensalão, é petrolão, é fundos de pensão, é roubo à vontade! Quem deixou roubar é tão responsável quanto todos os ladrões!



O relatório do Deputado Jovair Arantes mostra que houve, sim, pedaladas fiscais. Mexeram no dinheiro do Orçamento sem autorização do Congresso. É esse o crime. E criminoso é quem comete essa ação.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora. A hora é agora. Vamos dar a resposta e mostrar a esses que levaram o Brasil ao total abandono. Largaram o País à própria sorte, deixaram-no abandonado. O País hoje não tem nenhuma expectativa.

Nós queremos a expectativa de novo. Nós queremos uma perspectiva.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que a partir de amanhã será chegada a hora de mudarmos este País.

Impeachment já! (Manifestação no plenário. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito pelo PHS, o dinâmico e jovem Deputado Diego Garcia.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui eleito no Estado do Paraná pelo movimento Renovação Carismática Católica. Sou católico apostólico romano. Guardo e vivo a minha fé, mas tenho recebido muitos ataques, pelas redes sociais, de pessoas afirmando que a CNBB se posicionou contra o processamento do *impeachment* nesta Casa.

Estou aqui com a nota da 54ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para desmascarar essa mentira! Mentira! (*Palmas.*)

Em nenhum momento a Igreja Católica se posicionou contra o processamento do *impeachment*. Muito pelo contrário. Na nota, ela diz claramente assim:

“Neste momento, mais uma vez, o Brasil se defronta com uma conjuntura desafiadora. Vêm à tona escândalos de corrupção sem precedentes na história do país. É verdade que escândalos dessa natureza não tiveram início agora; entretanto, o que se revela no quadro atual tem conotações próprias e impacto devastador. São cifras que fogem à compreensão da maioria da população. Empresários, políticos, agentes públicos estão envolvidos num esquema que, além de imoral e criminoso, cobra seu preço.”



Quem paga pela corrupção? Certamente são os pobres, 'os mártires da corrupção' (Papa Francisco)."

Foi por conta disso que nós chegamos, aqui neste País, ao ponto de escândalos.

Nós, Parlamentares, agora temos que ser a voz da população, a voz dos "mártires da corrupção", que são os pobres espalhados pelos diversos Estados desta Nação.

Eu refiro aqui o meu Estado — não preciso ir muito longe, não —, o Paraná, no qual eu tenho a alegria de realizar um trabalho ao lado do Deputado Evandro Roman. S.Exa. bem sabe a realidade que nós enfrentamos no nosso Estado, com a falta de recursos, com a falta de investimentos, bem assim a população. É um Estado que está abandonado pelo Governo Federal.

O povo brasileiro não aguenta mais!

"Sim" ao *impeachment*!

Neste domingo, nós votaremos a favor do Brasil!

Chega de mentira! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Diego Garcia.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, pelo PRB, ao nobre Líder, Deputado César Halum. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. CÉSAR HALUM (Bloco/PRB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente e nobres colegas Parlamentares, venho aqui esclarecer alguns fatos.

Inicialmente, quero dizer que eu só devo satisfação ao povo do meu Estado do Tocantins, que me colocou aqui. Devo satisfação à minha família e à Constituição do Brasil, sobre a qual jurei quando aqui tomei posse.

O que se discute aqui é se existe crime ou não existe crime, se existe golpe ou não existe golpe. Na verdade, as pedaladas constituem crime, sim. A Lei nº 1.079, de 1950, no art. 10, item 6, diz que infringir a Lei Orçamentária é crime. E a Lei Orçamentária foi agredida pelo Governo.

Como foi essa pedalada que dizem que os outros também faziam? Isso aconteceu lá em 2002. Naquele ano, o Governo tinha que pagar os benefícios sociais, que estimou em 500 milhões de reais; mandou o dinheiro para a Caixa Econômica Federal; e, quando ela terminou de fazer os pagamentos, deu 505 milhões de reais. Aí a Caixa Econômica Federal comunicou ao Governo que faltavam 5 milhões de reais na conta. O Governo, em 48 horas, foi lá e cobriu esse valor. Trata-se de uma relação comercial ou institucional normal. É como se eu fosse pagar uma conta de 10 mil reais para a qual faltavam 200 reais e eu usasse o limite do meu cheque especial.

Agora, de 2013 para cá, as pedaladas são de 500 milhões de reais. É como se eu não tivesse dinheiro e dissesse: *"Paga aí para mim, porque depois eu vou mandando o dinheiro e vou cobrando"*. Isso foi se acumulando mês a mês. Ao final



de 2014, o Governo devia à Caixa Econômica Federal, 9 bilhões de reais; ao Banco do Brasil, quase 40 bilhões de reais. Esses são empréstimos de bancos controlados pelo Governo. E, conforme diz a Lei de Responsabilidade Fiscal e a nossa Constituição, isso constitui crime. Portanto, o crime existe.

O que essa pedalada fez por nós? Para cobrir o rombo, o Governo teve que emitir títulos da dívida. E quando tais títulos foram lançados no mercado, o mercado financeiro falou: "*O Brasil está quebrando!*" Um título do Brasil só seria comprado se houvesse um lucro grande. Aí o Governo correu e levantou os juros, para poder vender os títulos. A subida dos juros gerou inflação. A inflação começou a corroer o salário do trabalhador e gerou 10 milhões de desempregados. Com 10 milhões de desempregados, reduziu-se a atividade econômica e o Brasil foi colocado num buraco sem fundo.

O fato de achar que pedaladas não são nada gerou toda essa situação, colocou o Brasil e os brasileiros nessa dificuldade. Portanto, estou votando com muita consciência, com muita convicção de que existiu crime, sim.

E o Governo foi avisado disso antes. Eu mesmo ajudei o Governo quando votei o PLN 5, que viria controlar essa situação. Mas o Governo continuou insistindo no mesmo erro.

Esse dinheiro do rombo não foi para pagar benefícios sociais, não. A maior parte dele foi para o BNDES, que financiou o Bumlai e tantas empreiteiras que tinham obras em Cuba e em outros lugares.

Portanto, essa história de que não há crime e de que existe golpe é conversa para boi dormir. Para cima de mim, não! Eu não caio nessa conversa. Eles podem



enganar algumas poucas pessoas pelo Brasil afora. Mas eu tenho que votar aqui com muita consciência.

Quero dizer que eu voto "sim", pelo *impeachment*, como votaria em qualquer outra situação, como votaria em um processo que chegasse aqui, no qual estivesse caracterizado crime. Eu não tenho o compromisso de defender ninguém. Tragam os processos de outros acusados, coloquem-nos em votação que terão o meu voto favorável.

Eu não protejo corrupção ou malversação do bem público. Portanto, eu estou muito tranquilo para votar com muita consciência. Além do mais, o meu partido, o PRB, ainda reforça a minha convicção (*Palmas.*)

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Moema Gramacho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. tem 9 minutos na tribuna.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu e o Deputado Vicente Candido vamos dividir o tempo.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria falar aqui olhando para o meu neto Bernardo, que está me assistindo. Bernardo, em 1968, eu vi o meu pai, indignado, falar a seguinte frase: "*Quem não tem cão caça com gato; quem não tem gato nem gato caça com ato!*" Ele se referia ao AI-5, Deputada Erika Kokay!

O AI-5 iniciou o pior momento da ditadura militar. Ele teve uma influência enorme, ao cassar mandatos e cometer prisões, inclusive a de Juscelino Kubitschek, ao subtrair direitos, fechando inclusive o Congresso Nacional. O AI-5 e os anos de 1964 a 1968 deixaram marcas profundas em todos nós brasileiros. Como diz Chico Buarque, são páginas desbotadas da memória das nossas novas gerações.

Mas isso a Globo não mostra. Ela não faz questão de retomar a história, porque foi uma das que apoiou o golpe de 1964. A Globo hoje é sonegadora de mais de 2 bilhões de reais e está envolvida no escândalo Panamá Papers. A Globo não quer retomar a história porque quer repetir o que houve 1964. Ela quer outro golpe.

É importante que se diga que nós vamos enfrentar, como já estamos enfrentando, não aquele golpe dos fuzis e das baionetas, mas um golpe mais sofisticado: o golpe da mentira, o golpe do vazamento seletivo, o golpe que entra nas nossas casas e faz o massacre político, o massacre contra o PT, contra o Governo, contra Dilma e contra Lula.



É importante que se diga — e falo outra vez para você, Bernardo — que, mesmo assim, nós superamos a ditadura. Nós que não fugimos à luta conseguimos superar a ditadura e lutamos pela anistia e pelas Diretas Já.

Enquanto lutávamos, ainda na ditadura, muitos jovens eram assassinados. Uma jovem de 22 anos, a Dilma Rousseff, foi torturada. Mas ela resistiu à tortura e à ditadura, porque a sua força e a sua esperança por um Brasil sem dono eram maiores.

Foi assim que nós encontramos forças para continuar combatendo as desigualdades. Foi preciso que um operário e uma mulher chegassem à Presidência da República para que 36 milhões de pessoas fossem retiradas da pobreza extrema, para que o Brasil saísse do mapa da fome.

Novamente eu me dirijo a você, Bernardo. Nós não pensávamos viver momentos como este, de tentativa de subtração da democracia e da Constituição Cidadã. Não pensávamos viver momentos como este.

Agora eu não me dirijo a você, Bernardo, mas pergunto aos Joões, às Marias, às Claras: o que é que vocês vão ouvir dos pais e dos avós, dos Deputados da bancada golpista? Será que eles vão ter a coragem de dizer aos seus filhos e netos que foram covardes ao tentar tirar, de todo jeito, uma mulher honesta do poder e deixar o País ser conduzido por um corrupto contumaz como Eduardo Cunha?
(Palmas.)

Será que eles vão ter a coragem de dizer que sempre souberam que não há crime de responsabilidade? Eles sabem disso. Mesmo assim, eles queriam que Dilma não pagasse nem o Plano Safra nem o Bolsa Família, porque a tese deles é a do caos, a do quanto pior melhor.



Será que eles vão ter a coragem de dizer que estão fazendo um conluio com o Cunha, o maior corrupto da história da República?

Quando ao Cunha, há novidades. Além dos dólares na Suíça, dizem que ele recebeu 52 milhões de reais em 36 parcelas. Mas quem está presidindo esse processo é o corrupto do Cunha. Ele não mais deveria estar na Presidência da Casa, mas está conduzindo esse processo.

Foram eles que incentivaram a divisão no nosso País. São eles que não conseguem ver a filha de uma doméstica se tornar doutora, não conseguem ver, Deputada Benedita da Silva, um catador de lixo entrar no Palácio — não para catar latinha, pela porta dos fundos, mas para ter audiência com a Presidenta.

Antes de finalizar, para deixar mais tempo para o meu companheiro Vicente Candido, volto a me dirigir a você, Bernardo. Meu neto, eu te amo! E é por você e por milhões de filhos e netos de várias gerações do povo brasileiro que eu digo “não” ao *impeachment*.

Eu e 24 Deputados da Bahia vamos derrubar esse *impeachment* aqui amanhã. “Não” ao golpe! Viva a democracia! Fica, Dilma! (*Palmas.*)

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes nesta sessão, quero, nestes poucos minutos a mim destinados, externar a minha interpretação sobre o momento que vivemos.

Eu creio que boa parte dos Deputados e Deputadas, neste final de semana, gostaria de estar aqui discutindo uma agenda positiva, discutindo soluções para a crise econômica e para a crise política do Brasil, mas não dessa forma, não sob esse comando.



Nós poderíamos estar aqui num momento de alegria, de troca de ideias, para ouvir a sociedade organizada sobre o que devemos fazer no Parlamento. Mas quis o destino que estivéssemos aqui analisando um processo deferido pelo Presidente da Casa num ato impensado, num momento de desespero, quando, no dia 9 de dezembro do ano passado, deu andamento ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma, assinado e produzido por dois funcionários do PSDB — um deles é o Sr. Hélio Bicudo, um ex-petista ressentido, que, quando tinha os cargos que desejava no Governo, não se virou contra o PT.

Não pensaram os promotores desse golpe que impichar o Presidente do PT, impichar uma militante do PT é mexer com uma legião de pessoas, sonhadores e trabalhadores que lutaram e construíram este Brasil e que combateram o regime militar.

O PT é responsável por ter colocado milhões e milhões de pessoas na política brasileira, nos movimentos sociais, nos Parlamentos, nas Prefeituras, em Governos de Estado e no Governo da União Federal.

Não pensaram os promotores do *impeachment* quando desafiaram, mais uma vez, o povo. Não entenderam eles que os trabalhadores que foram capazes de eleger, por duas vezes, um operário e, também por duas vezes, uma mulher Presidente da República são igualmente capazes de, amanhã, derrotar mais um golpe que está sendo dado nas costas do povo brasileiro. (*Palmas.*)

É por isso que nós, a cada minuto, ganhamos mais adesão aqui no Congresso Nacional. Ninguém aguenta mais discutir a farsa que é esse golpe. Nós vamos mandar esses promotores do golpe mais cedo para casa amanhã.

Um abraço e até a vitória! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O **SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Renata Abreu, pelo PTN.

Nobre Líder, V.Exa. tem 4 minutos na tribuna.

Depois, passaremos às questões de ordem.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PTN-SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje pela manhã, no pronunciamento que fiz desta tribuna, abordei o que parecia tão fora de moda no PTN: a vassoura. Isso mesmo, senhoras e senhores, a nossa vassourinha.

Após o meu discurso, na saída desta Casa, fui abordada e presenteada por um cidadão brasileiro com uma pequena vassoura, ocasião em que ele me fez um pedido: que a partir de hoje, esse presente passasse a ser o símbolo da nossa luta a favor do *impeachment*.

É com essa pequena vassoura, povo brasileiro, que iremos varrer definitivamente toda a sujeira deste País.

Aos 34 anos de idade, no primeiro ano do meu primeiro mandato, com a responsabilidade de Vice-Presidente de um partido nacional, fui bombardeada de forma covarde, dia e noite. De formas inimagináveis, tentaram a todo custo destruir e apagar o meu sonho, que é de colaborar para a construção de um novo Brasil para os nossos filhos.

Por minha cabeça nunca passou a intenção de desistir. Eu tinha certeza de que, com a crença nesse sonho, iria trabalhar todos os dias da maneira como eu acredito que tem que ser, com base nos ensinamentos dos meus pais, sem imposição, sem chicote na mão, como muitos estão acostumados a usar, e, sim, sob



o nosso ponto de vista, ouvindo os argumentos contrários e respeitando a todos. Sem negar nenhuma verdade, eu tinha certeza de que nós do PTN chegaríamos lá.

Hoje, eu tenho a consciência tranquila de que estamos cumprindo o nosso compromisso com cada um dos votos recebidos, com cada um dos brasileiros que acredita, como nós acreditamos, que o Brasil é muito mais que tudo isso, que acredita que nós todos juntos iremos, a partir deste domingo, começar a escrever uma nova história para este País. *(Palmas.)*

Nos últimos dias, temos presenciado nesta tribuna ilustres oradores discorrerem em favor do *impeachment* com base nos mais diversos argumentos econômicos, jurídicos e éticos, mas eu peço licença para incluir nesse rol mais um argumento que não tem sido levado em consideração e que, no meu ponto de vista, é um dos mais importantes.

Sras. e Srs. Deputados, ninguém — ninguém mesmo — tem o direito de destruir o sonho de uma pessoa, quanto mais o sonho de uma nação.

Esse crime é irreparável, trouxe um prejuízo incalculável ao Brasil e aos brasileiros, principalmente aos mais jovens. O sonho é o alimento da alma. E a alma é a máquina propulsora das realizações. Como construir uma nação sem sonhos? Resgatar o sonho brasileiro me parece, entre todas as tarefas, a mais nobre e que nos caberá a partir de domingo. *(Palmas.)*

Os brasileiros estão cansados de falar, de gritar e de ninguém ouvir. É chegado o momento de transformação; a hora de devolver...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence, para uma reclamação.

Qual o artigo, nobre Deputado?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o art. 96.

Eu conversei, na mesa, com o Deputado Eduardo Cunha e lhe mostrei duas fotos, inclusive postadas no Facebook, de um crachá escrito: “Acesso ao Salão Verde”.

A resolução do Colégio de Líderes estipulou, no Ato da Mesa, art. 2º, dois crachás, até três, por Liderança, com uma lista de assessores parlamentares autorizados a revezar esses três crachás, para terem acesso ao plenário. Inclusive, os outros assessores parlamentares, fora os três, estão nos gabinetes, sem ter acesso ao plenário.

Esse crachá de acesso ao Salão Verde não foi combinado no Colégio de Líderes. Ele é inédito.

O Deputado Eduardo Cunha me disse que estipulou também o critério de três crachás desses para visitantes que quisessem adentrar o Salão Verde. Entretanto, isso não consta do ato da mesa e não foi discutido no Colégio de Líderes. Nenhuma das Lideranças dos partidos contra o *impeachment* tem conhecimento, nenhuma delas tem acesso a este crachá, nenhuma delas tem a lista de crachás entregues.

Portanto, eu quero registrar esta reclamação, para que a Mesa faça a divulgação imediatamente. Há divulgação, por movimento popular, no Facebook desses crachás — não vou citar os nomes dos movimentos nem das pessoas —, há



Parlamentares estaduais que estão divulgando nas respectivas páginas no Facebook. Então, a existência desse critério, sobre o qual ele me falou verbalmente, é desconhecida por todos os partidos que contactei. Esse assunto é muito sério.

O Deputado Eduardo Cunha acaba de chegar.

Não sei se V.Exa. me ouviu. Deputado, eu preciso repetir?

Durante o discurso do Sr. Afonso Florence, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu ouvi mais ou menos, por alto, mas não há necessidade de repetir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, isso não é questão de ordem. Isso é reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É reclamação, não é questão de ordem.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou falar sobre o assunto, senão nós vamos tumultuar mais a sessão.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu também tenho uma reclamação.

Eu vi que a TV NBR, estatal, do Governo, só entrevista o pessoal do Governo. Eu quero fazer uma reclamação. A TV do Governo só entrevista os governistas.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não é o momento para isso. Deputado, por favor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, deixe-me dizer.

O SR. AFONSO FLORENCE - Então, deixe-me falar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. já falou.

Pode concluir, Deputado. Conclua.

O SR. AFONSO FLORENCE - V.Exa. disse que esses três crachás para o acesso ao Salão Verde por Liderança estavam sendo destinados também a todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. conversou naquele momento. Eu vou esclarecer o que é.

O SR. AFONSO FLORENCE - Nós temos fotos, estão divulgadas, com um crachá escrito: "Acesso ao Salão Verde". Ele não constou daqui. Eu mostrei a V.Exa. a foto. E V.Exa. disse que adotou esse procedimento novo para todos os partidos. O que eu estou dizendo é que nem todos os partidos — como o nosso, por exemplo — têm esses três crachás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu posso esclarecer a V.Exa. Eu acho que é mais fácil e facilita as coisas.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Permita-me só um complemento, Sr. Presidente? Na minha fala, gastei 1 minuto do tempo do partido para afirmar que havia credenciamento fora do que foi, digamos, normatizado por acordo. Aí foi negado. Inclusive, o Presidente da sessão



em exercício mostrou uma lista dos credenciados. Depois, a própria Diretoria responsável reconheceu a existência dos crachás, mas disse que eles são falsos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não existe crachá falso.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Mas, isso eu posso lhe dizer, foi afirmado que são falsos, sim. Só quero tentar clarear, para evitar problemas com a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vejam bem: a responsabilidade da administração, da segurança e do controle é da Mesa Diretora da Câmara.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Tem que tirar a credencial da estatal, que só entrevista os governantes. É uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, Deputado!

Eu vou esclarecer e voltar à sessão.

A responsabilidade é da Mesa Diretora da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara normatizou por um ato, as Lideranças têm os seus acessos — não sabia se aquilo era o mesmo crachá ou se não era o mesmo crachá —, e a Mesa teve direito a distribuir a convidados na cota de sua participação.

Então, houve a distribuição, por membros da Mesa Diretora, aos convidados — dois ou três convidados, pela Mesa Diretora. Certamente, o crachá de quem o está portando foi concedido através de convite. Não foram distribuições partidárias, e sim pelos membros da Mesa Diretora.

Esclarecido, voltamos à sessão normal.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dirijo-me a todo o País. Nós estamos vivendo um momento histórico, mas triste, um momento em que as famílias estão absolutamente preocupadas. Preocupa o trabalhador se vai ter oportunidade de trabalho, de emprego; preocupa o empreendedor se a sua atividade vai ter capacidade competitiva, se não vai precisar, como muitas vezes fez, demitir, ou encerrar a atividade produtiva. É um momento delicado.

O que está sendo debatido é exatamente a legitimidade do *impeachment*, do impedimento da Presidente Dilma em razão das pedaladas fiscais.

Aliás, o Relator da Comissão Especial já apresentou o seu relatório, aprovado por 38 votos a 27 na Comissão processante, reconhecendo que os créditos especiais feitos por decreto presidencial não passaram por este Congresso; que os financiamentos na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também não tiveram essa autorização.

Então, é esta a constatação: há crime de responsabilidade. Existe a lei e, se ela vale para Prefeitos e Governadores, há de valer para a Presidente da República.

O mais sério é o agravamento da crise a partir desse desajuste financeiro. Esse montante financiado, que ultrapassa hoje 60 bilhões, vai ter que ser pago.

Mas, de lá para cá, na virada do ano, a situação foi piorando. A saúde está um caos, não há dinheiro para os hospitais. Na área de segurança, as instituições, como a Polícia Rodoviária Federal, estão sendo sucateadas. E isso vale para as



demais instituições. Na educação, os principais programas estão sendo desativados. Mas, o que é mais grave, está faltando o recurso para as pessoas. O trabalhador que sai do seu emprego não tem renda, não tem capacidade de compra.

Nós temos uma inflação muito alta, que corrói os salários e até os benefícios do Bolsa Família. O poder de compra dos salários dos trabalhadores está reduzido. Então, nós estamos vivendo um caos.

Há na indústria milhares de desempregados. No comércio e na área de serviços, a mesma coisa. São mais de 10 milhões de desempregados nos últimos tempos. Dobrou o índice de desemprego: era de 5% e está próximo de 10%.

Na verdade, nós temos uma situação muito crítica. E precisamos fazer a virada. Precisamos de mudança. Todos estão absolutamente preocupados. Não há garantia, não há confiança no Governo do ponto de vista administrativo, econômico e político!

Por isso, o meu voto é “sim” ao *impeachment*, em defesa do povo gaúcho, do povo do meu Estado, em defesa do povo brasileiro, para que, havendo mudança, haja esperança! Vamos votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma!

Muito obrigado.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Brasil, como representante de um Estado pequeno, distante e pobre, muito dependente das pressões do Governo Federal, o meu querido Estado de Roraima, eu venho a esta tribuna manifestar, com muita honra e muito prazer, a envergadura da nossa bancada do Estado de Roraima. Eu nem sei qual será o resultado da votação de amanhã, até porque não sou cartomante nem vidente, mas tenho certeza, Sr.



Presidente, de que Roraima dará oito votos ao impedimento da Presidente Dilma Rousseff.

E quero enfatizar o compromisso com a minha família, com os meus pais, com os meus filhos Louise, Lily, Hiran, Hamir e Constanza, com a minha querida esposa, Gê, com os meus sobrinhos, Felipe, Taís e Pedrinho, e com o meu neto, Luís Henrique.

Em homenagem aos 400 mil médicos brasileiros, quero também que este voto contribua para que a Medicina do meu País seja valorizada e respeitada pelo próximo Governo, para que a saúde pública deste País seja tratada com muito mais cuidado e zelo, para o bem do meu povo brasileiro.

Quero também prestar uma homenagem às pessoas que me elegeram, às pessoas que trabalham comigo, que me ajudaram. Eu não poderia faltar nessa hora com o compromisso de estar sintonizado com as aspirações do meu povo brasileiro.

Eu estou muito tranquilo e convicto, Sr. Presidente, de que o voto pelo *impeachment* será o voto mais consciente e sereno que eu darei na minha vida.

Eu quero conclamar todos para que amanhã nós consigamos atingir uma vitória retumbante, para o bem de Roraima, para o bem do Brasil e para o bem do povo brasileiro.

Quero também mandar um grande abraço ao médico que me ensinou um pouco do que sei na oftalmologia, que aniversaria hoje, o Prof. Israel Rosenberg, que deve estar me assistindo no Rio de Janeiro e deve estar muito orgulhoso de ver o seu pupilo defender aqui os interesses maiores da nossa Pátria.

Um grande abraço a todos.

Viva o Brasil!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido para discutir o parecer da Comissão Especial o PSL, pelo tempo de 60 minutos.

Concedo a palavra à Deputada Dâmina Pereira.

A SRA. DÂMINA PEREIRA (Bloco/PSL-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão e nos ouvem pelo rádio e pela televisão, pela Internet, especialmente no meu Estado Minas Gerais, há 24 anos este plenário foi palco de um dos momentos mais emblemáticos da história da democracia na América Latina.

No ano de 1992 esta Casa autorizou a abertura de processo de *impeachment* contra um Presidente da República pela primeira vez no continente latino. Naquele ano, as pessoas foram às ruas, lotaram as galerias deste plenário, pediram por socorro frente a um Governo que se inviabilizou por seus próprios erros.

Hoje, 24 anos depois, vimos que a democracia brasileira amadureceu. Desde a promulgação da Constituição de 1988 vivemos um país livre, solidário, com instituições que funcionam e com direitos que protegem homens, mulheres, jovens, crianças e idosos.

Um atentado contra a Constituição é um atentado contra cada brasileiro, contra cada brasileira, de Norte ao Sul, pobre ou rico, de esquerda ou de direita.

Há 24 anos um cidadão eleito democraticamente cometeu um atentado contra a Constituição. Hoje vemos outro atentado ocorrer, agora pelas mãos de uma governante que representa um projeto político em que a população acreditou, mas que se mostrou inviável.

A questão que discutimos hoje não é o projeto político da Esquerda brasileira, não é o projeto político do Partido dos Trabalhadores. Discutimos aqui as



irregularidades que foram cometidas pela Presidente da República e que infringiram a lei mais importante do País, que todos nós, representantes do povo, juramos defender.

Diz o texto constitucional que os atos que atentam contra a Constituição, especialmente contra a lei orçamentária e a probidade na administração, são, sim, crimes de responsabilidade do Presidente da República.

As pedaladas fiscais maquiaram a saúde financeira do Governo e fizeram com que a lei orçamentária fosse aprovada com base em informações fictícias que, hoje, impactam direitos sociais e a economia da Nação. Não fomos nós, Deputados, que diagnosticamos isso. Foi o próprio Tribunal de Contas da União, que sugeriu a rejeição das contas deste Governo. Um coletivo de Ministros entendeu que as contas públicas não poderiam ser aprovadas. Isso mostra o crime cometido contra a lei orçamentária.

Não obstante, a Presidente Dilma também editou decretos ordenando despesas sem a autorização do Congresso Nacional, usurpando os poderes do Parlamento, delegados pelo Constituinte originário, uma afronta à separação dos Poderes, que nos constitui como República.

Há, portanto, indícios da prática de crimes de responsabilidade (*palmas*), e não podemos, em hipótese alguma, fechar os olhos para eles. Há meios que não se justificam pelos fins. Nenhum governante, nenhum cidadão comum está acima da lei. Denúncias precisam ser investigadas; crimes devem ser investigados e, os responsáveis, punidos.

É isto o que faremos no domingo: aceitar ou não uma denúncia e permitir que o Senado Federal cumpra o seu papel, julgando os possíveis crimes cometidos.



Mostraremos ao povo brasileiro que as leis funcionam, que as instituições são fortes, que o Congresso Nacional cumpre o seu papel de fiscalizar, independentemente das ideologias partidárias que nos movem individualmente.

Somos um povo heterogêneo. Cada um de nós pensa da sua maneira. A manifestação do pensamento é livre, e essa é a beleza da democracia. No dia em que impedirmos o outro de pensar ou emitir opiniões, seremos intolerantes. As pessoas que neste domingo irão às ruas precisam ser tolerantes com as diferenças. Conflitos em nada contribuem com o regime democrático. Conviver com as diferenças é uma arte que faz parte da nossa cultura. É dando as mãos que construiremos um país melhor.

O muro da discórdia construído em frente ao Congresso é um ultraje à nossa história, mostra que as paixões estão sufocando a razão, podendo a crise política transformar-se em crise social. Somos um mesmo povo. Juntos, somos fortes.

Repito o que disse na Comissão que aprovou o relatório do nobre Deputado Jovair Arantes, muito bem elaborado: *impeachment* não é golpe! Golpe é ser eleito pela ilusão de propostas inexecutáveis; golpe é maquiagem das contas públicas; golpe é usurpar o poder do Parlamento; golpe é sugerir a impunidade para sugerir a preservação de um projeto de poder. Não está em curso um golpe.

Vimos o amadurecimento da democracia. Ninguém tem o direito de ir contra o regime democrático — nem a Esquerda nem a Direita. Aqueles que se referem a esse processo como golpe tentam incutir na opinião pública, especialmente nas classes operárias, nos movimentos sociais, naqueles que viram suas vidas melhorarem nos últimos anos, nas minorias que tiveram seus direitos fortalecidos, a sensação de que as coisas piorarão com o fim desse Governo.



Assim como fez nas últimas eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores usa o medo como uma forma de coesão social. Afronta o Estado Democrático de Direito ao supor que uma pedalada fiscal seja banal, de menor importância, justificada por algumas finalidades.

Brasileiros e brasileiras que me ouvem, qualquer afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal é um crime de improbidade administrativa, condenado pela própria Constituição. É isso que está em jogo. Contrários ao *impeachment* vêm aos corredores da Câmara pedir por democracia, mandam mensagens nas redes sociais cobrando democracia.

Democracia não é esperarmos sentados e vermos um Governo ruir as contas públicas e afundar o País na maior crise das últimas décadas. Democracia não é nos sujeitarmos aos ditames de um Governo que usurpa poder e descumpre as leis que deveria executar.

É possível garantir programas sociais sem cometer crimes, Presidente Dilma.

Nas casas das pessoas, de famílias que trabalham diuturnamente para ter qualidade de vida e sustento, a conta do mês funciona na ponta do lápis. É um controle feito principalmente pelos pais para que a família não se afunde em dívidas e tenha que vender os bens para pagar as contas. Os pais sabem que é preciso ser responsáveis pela saúde, pelo sustento e pela educação de seus filhos.

No País funciona da mesma forma, se o governante é irresponsável com essa conta, vai faltar dinheiro. Quando isso acontece o País se afunda em dívidas. Mais hora, menos hora não vai ter dinheiro para pagar tantos credores.

Pedaladas fiscais são uma forma de mentir para os cidadãos que há dinheiro quando não há. Isso só prorroga uma crise que já deveria estar afastada de nós há



muito tempo se esse Governo tivesse tido coragem de fazer o que deveria ter feito: ajustar as contas públicas, reduzir os gastos supérfluos da máquina pública, reduzir Ministérios, tornar a administração eficiente, afastando, inclusive, a corrupção, que parece estar enraizada em toda a estrutura deste Governo.

Para se defender nos últimos dias o Palácio do Planalto se transformou em palanque político, mostrando que há quem apoie esse modo de governo.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, não se trata de apoiar ou não o Governo da Presidente Dilma. Trata-se de apoiar ou não a impunidade. Trata-se de apoiar ou não uma afronta à Constituição Federal. Trata-se de apoiar ou não o argumento de que *“se os outros Presidentes faziam, então eu posso fazer também”*. Não pode, Presidente Dilma! Não pode!

Impeachment não é golpe, repito. É um dispositivo legal para que um governante eleito não destrua o que resta de um país. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*) Pois se chegou a esse estado, uma fratura muito grande ocorreu na saúde política e econômica da Nação.

Mas também entendo o medo da população. Há 13 anos não conhecemos outra forma de governo senão a desse que está aí. Nós nos acostumamos a esse modo de governar.

Corporações com Governos que atuaram há mais de uma década é quase irracional. Os contextos eram outros. Cada Governante contribui de sua forma para resolver diferentes problemas.

E como a Presidente Dilma tentou resolver os problemas do País? Colocando Lula como Ministro em meio à maior investigação que este País já viu, para lhe dar



foro privilegiado? Ou, talvez, rateando cargos como se a administração pública fosse um balcão de negócios? E essa a grande solução para o País?

Quem está cometendo um golpe contra o País é o próprio Palácio do Planalto, com a ânsia de poder dos que lá estão. (*Palmas.*) Foram eles que esqueceram a quem devemos servir em uma democracia. Não é a nós, Deputados, não é à Presidente Dilma, tampouco a um projeto político.

Servimos ao povo brasileiro, que foi às ruas aos milhões e tingiu de verde-amarelo milhares de Municípios, ricos e pobres, grandes e pequenos. É aos moradores dessas cidades que a Presidente Dilma deve explicações. E nós, representantes eleitos, somos a única forma de fazer valer o desejo desses milhões. Isso é democracia, gostem ou não.

Não estamos felizes com isso. Não estamos confortáveis com essa situação, pois fragiliza todo o sistema político. Este é um momento de reflexão, em que deve ser garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório, como foi na Comissão e como será no Senado Federal, respeitando-se o mais correto processo legal.

Eu acredito na democracia e jamais aceitaremos retroceder em direitos sociais.

Sem dúvida, os governantes petistas levaram muitos estudantes às universidades e geraram emprego e renda, mas, por uma má administração, hoje os empregos estão perdidos. Postos de trabalho estão fechados, empresas falem a todo o momento, e quem sofre é o cidadão lá na ponta.

O Brasil tem jeito, mas não precisa ser assim. Nós, do PSL, acreditamos que o processo de *impeachment* é apenas o começo, pois precisamos de uma grande renovação na política brasileira. Aqueles que cometeram crimes precisam ser



julgados e penalizados, independentemente de a que partido ou ideologia pertençam. As ruas não descansarão enquanto houver corrupção.

Para finalizar esse dia histórico, cito Rui Barbosa:

“A pátria não é ninguém; são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.”

Domingo fortaleceremos a Pátria. As pessoas nas ruas fazem nosso País vivo. E é a essas pessoas que devemos nossa responsabilidade. São essas pessoas que constroem a democracia. É o povo que clama por justiça. Nosso papel é tornar esse clamor realidade.

Viva o Brasil! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira que nos acompanha neste momento histórico da vida republicana, sob a bandeira brasileira, sob o verde e amarelo, representando a população do Estado do Paraná, quero aqui deixar o meu registro.

A democracia pode não ser o regime perfeito ou o mais adequado, mas é, seguramente, o menos ruim de todos eles. Ela nos permite o erro e também nos permite a correção. A democracia nos permite que amanhã nós corrijamos o erro



que cometemos lá atrás, em 2014, ao eleger alguém que não estava qualificada para dirigir o destino do nosso País.

Estamos dando os passos finais para a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente da República. Ao terminar o processo que culminará com a votação neste domingo, estará terminando também não só o Governo, mas um sistema, uma oligarquia, um sistema corporativo que se instalou no País com o Governo do PT. Aparelhou-se uma casta, espalhada em todos os espaços do Governo, engessando a administração pública, que beneficiou amigos, apadrinhados, apaniguados e implantou-se uma república dirigista, que mostra, ao fim de 13 anos, o caos em nosso País.

Destruíram-se os fundamentos econômicos, o zelo fiscal foi totalmente abandonado, repercutindo a incerteza do mercado, que, como consequência, freou investimentos, cortou perspectivas, reduziu o consumo e a demanda, levando empresas a fazerem cortes, que refletiram em fechamento de negócios, comércios, fábricas e serviços, tendo como consequência a perda de milhares e milhares de empregos. Retiraram de brasileiros o maior benefício social que um cidadão pode ter, o seu sagrado salário no final do mês, responsável pelo seu sustento e o de sua família.

Destruíram-se também os fundamentos do Estado. Nada mais funciona direito no País. Justiça e segurança estão desorganizadas. A violência grassa por toda a Nação. Centenas de jovens não têm perspectiva de futuro, outros perdem a vida. O tráfico de drogas também impera, e o número de mortes, pasmem, é maior do mundo. A Justiça inacessível deixa os brasileiros longe dos seus direitos.



Destruíram-se também os fundamentos sociais diretos, tão prometidos e alardeados em programas e propagandas eleitoreiras, repetidas, eleição por eleição, inclusive na recente, de 2014, quando se cometeu um verdadeiro estelionato, enganando e tripudiando sobre a população. As promessas de campanha se esvaziaram em seguida, logo, logo, ainda no primeiro ano do segundo mandato da Presidente. Os avanços sociais conquistados ao longo dos anos, que levariam a nossa população a patamares mais elevados, em pouco tempo se esvaíram, retrocedendo nossos níveis a tempos pretéritos.

A nossa estrutura educacional, e também a da saúde, não precisou ser destruída, ela sequer foi devidamente construída nos anos de Governo petista, lulista e dilmista. Milhões de reais se arrecadaram com a espoliação dos brasileiros pela carga tributária, mas, nesses anos todos de Governo, os irmãos brasileiros não tiveram atendimento médico-hospitalar e continuam morrendo nos corredores dos hospitais sem ser atendidos.

Com a educação não foi diferente. A *Pátria Educadora*, entre aspas, ficou só no *slogan*. Nossas gerações futuras estão seriamente comprometidas, pois não lhes foi ofertada educação de qualidade que lhes garantisse ensino e formação, essenciais para um verdadeiro desenvolvimento sustentado de uma nação. Desde a pré-escola ao ensino superior, faltou gestão. A evasão escolar continua altíssima, o financiamento para a faculdade está em falta aos nossos jovens.

Mas há algo grave que não se destruiu no País. Ao contrário, cresceu, multiplicou-se e evoluiu nesse passado recente, presente nos dias atuais: a corrupção que se instalou no poder da República e que vem de longe, do berço do PT. Originou-se nas estruturas do partido para financiar, lá no começo de sua vida, a



caminhada da busca ao poder. Neste Governo, os princípios do poder precedem o Governo e, mais, precedem os princípios do Estado, que deveria ser a essência da realização política.

A corrupção evoluiu neste País a tal tamanho que desencadeou a maior ação policial e jurídica em curso na história, não a maior do Brasil, mas a maior da história mundial. A corrupção político-institucional e governamental serviu, sim, para financiar o poder, as campanhas, os apadrinhados, grandes corporações, amigos do rei e da rainha.

Por essa razão, pelo caos econômico e social que se instaurou neste País, o povo foi às ruas. A voz do povo é a voz de Deus. E nós somos a voz do povo. Nós somos o povo. Ao povo somos submetidos. Através das urnas estamos aqui e seremos fiéis. O povo não quer mais a atual Presidente e sua administração ruim, maléfica, contra o povo brasileiro.

Mas os argumentos aqui expostos não são os que estão no pedido de *impeachment*. Sim, o pedido é jurídico, é técnico. É verdade. A governante desrespeitou a lei fiscal, gastou sem permissão, criou déficit com pedaladas sem autorização deste Congresso. A lei nos permite, infelizmente, não retroagir e somente apontar os erros cometidos neste atual mandato. E eles são o motivo do processo do impedimento. Se pudéssemos voltar aos anos anteriores, certamente iríamos encontrar razões semelhantes e abundantes para repetir o processo de *impeachment* hoje aqui apontado.

Alguém nos indaga: o povo clama por mudanças porque o País quebrou em todos os sentidos? Sim, mas as origens são os desmandos fiscais e administrativos



registrados no processo de *impeachment*, que causaram os fracassos, todos expostos em nossa Nação.

Portanto, não estamos patrocinando o golpe. Estamos dando curso ao legítimo procedimento constitucional que prevê o afastamento da Presidente, que será substituída pelo Vice, como devidamente manda a lei.

O que a Presidente nos tirou queremos de um novo Governo, um Governo de transição que leve ao País as mínimas condições de equilíbrio econômico para a recuperação de atividade empresarial, recuperação dos empregos perdidos. Que a transição do nosso novo Presidente leve um pouco mais de qualidade de vida a cada brasileiro, que nos guie com democracia e liberdade a serviço do nosso povo.

Em nome do povo do Paraná, com esperança por um futuro melhor e uma promissora geração, digo “sim” ao *impeachment* que amanhã estaremos votando. Em nome do povo do Paraná, pela liberdade, pela democracia, viva o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Chamo o PEN para a discussão.

(Pausa.)

Não houve indicação do partido PEN? *(Pausa.)*

O.k. PEN ausente. Perdeu.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - A primeira palavra desta tribuna é contigo, Lula. Tu te lembras do dia 13 de setembro de 2010, na campanha da Dilma, sobre um caminhão em Joinville?

Lula disse: *"Precisamos extirpar o DEM da política brasileira!"*

Anota esses nomes, Lula: Abel Mesquita Jr., Alberto Fraga, Alexandre Leite, Carlos Melles, Claudio Cajado, Efraim Filho, Eli Corrêa Filho, Elmar Nascimento, Felipe Maia, Francisco Floriano, Hélio Leite, Jorge Tadeu Mudalen, José Carlos Aleluia, Juscelino Filho, Mandetta, Marcelo Aguiar, Marcos Rogério, Marcos Soares, Mendonça Filho, Misael Varella, Missionário José Olímpio, Moroni Torgan, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, Paulo Azi, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rodrigo Garcia, Rodrigo Maia e Sóstenes Cavalcante. Esses, Lula, foram os combatentes do bem e os heróis do DEM.

Desde 1º de janeiro de 2003, quando tu assumiste o poder, nós estivemos numa oposição firme ao teu projeto, porque, desde sempre, nós somos completamente diferentes. Nós respeitamos a Constituição. A nossa diferença é como praticamos e pensamos a democracia. Para nós, um valor; para ti e tua gangue, um instrumento de poder e fortuna.

Lula, desonraste a confiança do povo brasileiro! A partir de amanhã, pelo trabalho do Democratas, o teu projeto de poder vai acabar, e tu estarás ao alcance do Dr. Sérgio Moro e dos jovens promotores de Curitiba, que resgataram a dignidade e a esperança do povo brasileiro.

Como dizem na minha terra, Lula, deu pra ti! (*Palmas.*)



Agora é contigo, Dilma.

Eu poderia ficar aqui por muito tempo, Deputados, listando toda a sujeira promovida pelos Governos de Dilma, da ELETROBRAS ao DNIT, do BNDES aos fundos de pensão, o petrolão, as denúncias do Líder do Governo Delcídio do Amaral. Roubaram e deixaram roubar, enquanto enganavam as pessoas, com um mundo virtual, paralelo, que só existe na cabeça dos petistas, na propaganda do PT e de seus governos.

O que tu nunca entendeste, Dilma, é que o povo brasileiro te deu uma oportunidade para governar e não uma autorização para iludir, mentir e roubar.

Desde a Carta Magna, as democracias modernas se esforçam para limitar o poder dos governantes, porque esse é um princípio fundamental para defender o bem mais precioso dos cidadãos do mundo todo, que é a sua liberdade.

Com as tuas pedaladas, tentaste roubar esse patrimônio dos brasileiros. Ao quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal, Dilma, destruístes, por um ato de vontade exclusivamente teu, um patrimônio que traz segurança aos brasileiros.

Há 60 anos, a nossa legislação prevê o crime de responsabilidade. Paulo Brossard de Souza Pinto, há 50 anos, ensinou-nos o caminho do *impeachment*. Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal fizeram o pedido, e aqui está o relatório Jovair, que vai ser aprovado por ampla e absoluta maioria de mais de 370 votos.

Dilma, acabou! Se te resta, Dilma, alguma dignidade, renuncia, antes que o processo chegue ao Senado Federal, para trazer um pouco de paz a esse povo que tu tanto agrediste com a tua prepotência, com a tua arrogância e com a tua incompetência!



A minha terceira palavra, senhoras e senhores, é direcionada aos gaúchos, às gaúchas e aos brasileiros. Sabem o que nos dá legitimidade para estar aqui neste momento? O maior movimento de massas que já aconteceu no mundo. Seis milhões de brasileiros foram às ruas para pedir o fim deste Governo corrupto, enganador e mentiroso.

Por vocês, brasileiros e brasileiras, estamos aqui, legitimados, e com a Constituição na mão cumprimos amanhã o nosso dever de dar um basta nessa quadrilha e nesse Governo que infelicita a Nação.

O último recado é àqueles que chegarão ao poder: tenham bem claro que os brasileiros e as brasileiras nunca mais aceitarão ser enganados! A cidadania está na mão das pessoas, o poder está na mão dos brasileiros. Amanhã, a esperança, que foi roubada pelo PT, com a graça de Deus, retornará, e nós poderemos dizer: viva o Brasil e vivam os brasileiros! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Nunes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. JOSÉ NUNES (Bloco/PSD-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, o Brasil vai amanhecer com a expectativa muito grande de que este País possa continuar a andar. Não podemos permitir que o País sofra com a solução de continuidade. O Brasil precisa realmente dar uma resposta amanhã, nesta Casa, e o País não pode parar por mais 4, 5, 6 meses.

Essa questão das pedaladas fiscais não justifica a cassação de uma Presidente da República. Se formos cassar um Presidente da República, um Governador ou um Prefeito, certamente nós teremos muitas dificuldades a enfrentar. As pedaladas não justificam, caros Deputados, rasgar a Constituição. A democracia é mais forte. A democracia é importante.

Portanto, vamos à luta. Vamos votar “não” a esse *impeachment* que está estabelecido nesta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores que nos acompanham em todo o País, meu nome é Sandro Alex, sou de Ponta Grossa, do PSD do Paraná.

Inicialmente, como Vice-Presidente do Conselho de Ética, eu comunico ao Brasil que o processo envolvendo o Presidente da Câmara chegará ao seu tempo e à sua hora.

Hoje, nós estamos tratando do *impeachment* da Presidente da República. A discussão não começou aqui na sexta-feira. Ela começou no Supremo Tribunal



Federal, legitimando o processo de *impeachment*. Como disse a Ministra Cármen Lúcia, num processo legítimo de *impeachment* não há ameaça à democracia. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal, afasta-se qualquer possibilidade de golpe, porque, se houvesse a mínima ameaça, o Supremo Tribunal Federal não daria legitimidade a ele.

Eu estou aqui há 30 horas ouvindo, senhoras e senhores, os pronunciamentos dos Parlamentares e não ouvi ainda uma resposta sobre os crimes de responsabilidade que foram atestados pelos órgãos de fiscalização e controle e pela OAB. O que vejo são ataques a instituições — ao Ministério Público, à Justiça Federal, à Polícia Federal, ao TCU, à OAB —, ao Juiz Sérgio Moro, à imprensa livre. Há uma inversão de valores.

Com a presença do crime de responsabilidade fiscal, somos chamados pela Constituição para votar o legítimo e constitucional processo de *impeachment*. E não faltarei com a minha obrigação. E, em nome da população ponta-grossense e paranaense brasileira, o meu voto é “sim”, pelo *impeachment* da Presidente da República. (*Palmas.*)

A população que nos acompanha em todo o País, amanhã, também estará atenta a cada uma das manifestações que aqui serão proferidas. A minha decisão se deu ainda na instalação do processo, com o Prof. Miguel Reale, e, de lá para cá, tudo o que ouvimos, assistimos e acompanhamos sobre as denúncias no Brasil corrobora ainda mais a minha decisão e fortalece o meu voto “sim”.

Portanto, comunico ao Brasil que amanhã aqui estarei, ao lado dos senhores e das senhoras que não faltarão com a sua obrigação, para votar o processo constitucional do *impeachment*, legitimado pela Suprema Corte deste País.



E o meu voto será "sim", senhoras e senhores. *(Palmas.)*

O SR. DOMINGOS NETO (Bloco/PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, agradeço ao PSD a deferência de me dar o tempo, ainda que eu divirja da posição majoritária da minha bancada.

É verdade que a economia do nosso País está em frangalhos, porque este Governo não teve a capacidade de levar o País para o desenvolvimento. Concordo!

É verdade que é necessária e urgente a mudança na forma de governar; é necessária a mudança desse modelo de presidencialismo em que a relação espúria entre os partidos tem, de certa forma, trazido a corrupção como meio para sobrevivência na política. Isso também é verdade.

Será que eu acho, como disse aqui o Dr. Miguel Reale, que o desvio de milhões de dólares para o bolso de políticos é o mesmo que uma pedalada fiscal? Discordo veementemente do que disse aqui o denunciante.

Será que eu acho que pedalada, a não observância à meta fiscal, que foi posteriormente revista e aprovada pelo Congresso Nacional, tem potencial para interromper um mandato presidencial conferido pelo voto direto do povo brasileiro? Certamente que não.

Será que é justo afastar apenas a Presidente da República por pedalada fiscal, sem afastar o Vice-Presidente, que também fez a mesma pedalada, ou o Presidente da Câmara dos Deputados, que também é investigado pelo Conselho de Ética? Com certeza, não.

Eu sou favorável à Operação Lava-Jato e a toda a investigação contra Governo, empreiteiros, escritórios, partidos e políticos corruptos, mas a alternativa



para a crise não pode ser o *impeachment*. A alternativa para a crise só pode ser encontrada através da democracia.

Por isso defendo o plebiscito e por isso apresentei projeto de decreto legislativo. Em 24 horas, coletamos 200 assinaturas, com o apoio desta Casa.

Sou contra eleições indiretas, sou contra a escolha pelo Congresso Nacional, e é isso o que nós estamos fazendo hoje. Não é um processo de julgamento de *impeachment*.

Sou contra a corrupção e a favor da democracia. Como diria Dante, "*no inferno, os lugares mais quentes estão reservados àqueles que escolheram a neutralidade em tempo de crise*".

Eu digo "sim" à democracia e "não" ao *impeachment*!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho ouvido com muita atenção a maioria dos pronunciamentos.

Quero aqui, em nome da Liderança do meu partido, dizer que o PPS tem pautado a sua história, ao longo do tempo, pelos serviços prestados aos trabalhadores e à sociedade brasileira, principalmente aos mais excluídos, desde o PCB, que foi o partido que nos originou e nos fez chegar até aqui. Todas as lutas do povo brasileiro tiveram a participação decisiva dessa experiência que vem desde 1922, principalmente em favor dos mais excluídos deste País e em favor da democracia.

Todas as vezes que a democracia foi interdita — e não estou falando apenas de 1964 —, nós estávamos como vítimas. Vários militantes do Partido Comunista Brasileiro, do PPS, como Manoel Fiel Filho, Vladimir Herzog e tantos outros, foram vítimas. Toda vez que a democracia foi interrompida, nós estávamos do outro lado, como vítimas. Não há uma única razão que nos motive a negligenciar esse conceito tão valoroso.

Portanto, não aceitamos essa caricatura de retórica que se está fazendo, de tentar confundir esse processo, que já foi consagrado pelas instituições republicanas do Brasil, que teve a unanimidade dos técnicos e dos Ministros do Tribunal de Contas da União, a quase unanimidade da Ordem dos Advogados do Brasil, que teve a manifestação de vários Ministros da Suprema Corte brasileira... O Supremo Tribunal Federal, inclusive, estabeleceu o rito o processo do *impeachment* que nós



hoje estamos executando, com a presença da Advocacia-Geral da União na sessão que definiu o rito. Não pode ser levada a sério essa caracterização de que não se trata de um processo que está sendo feito dentro dos marcos da legalidade.

E também fica caricato dizer que diversos partidos, como PPS, Rede, PSB, e diversas personalidades, como Miro Teixeira, Cristovam Buarque, Marina Silva, Heleína Helena e tantas pessoas, inclusive dissidentes do PT, agora tenham virado golpistas, a exemplo do Sr. Hélio Bicudo, que é fundador do PT e foi um dos mais graduados militantes dos direitos humanos que a história da democracia brasileira já teve.

Não é possível convencer um único cidadão dessa farsa!

Digo a mesma coisa em relação aos artistas. Ouvi depoimentos de Marcos Palmeira, Adriana Calcanhoto, Stepan Nercessian, Antônio Fagundes, Carlos Vereza. Eu ouvi depoimentos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Peço desculpas, mas o critério é único. Não há 1 segundo de prorrogação de nenhum dos tempos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, pela Liderança do PSDB.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já ultrapassamos 30 horas de debates ininterruptos nesta Casa a respeito de um tema extremamente relevante para a população brasileira.

O *impeachment* é previsto num artigo da nossa Constituição. Alguns membros da Situação alegam que estamos aqui criando uma figura de retórica, uma figura de oratória, mas se esquecem de que essa figura cabe também a quem governa o País.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, tão decantada aqui, muitas vezes é tida como uma legislação específica. Quando um cidadão comum comete uma infração, ele é submetido à nossa legislação brasileira.

À Presidente da República cabe a nomeação dos seus Ministros da administração direta, da administração indireta. Enfim, ela é a responsável pelos atos do Governo Federal.

O que nós verificamos aqui? Falam das pedaladas, que há muitos anos este Governo vem cometendo e, a cada instante, vem utilizando recursos oriundos de bancos públicos e privados, o que não é permitido por lei, principalmente sem autorização desta Casa Legislativa. Há um desrespeito. Foi cometido um crime, foi praticado um ato de desrespeito ao Congresso Nacional. Porém, a Situação se apequena muito. Diz que juridicamente não há amparo legal para o processo de *impeachment*.



Acompanhei a sustentação do Dr. Miguel Reale Junior, um dos brilhantes juristas do nosso País, e, sem sombra de dúvida, o que ele disse aqui ele afirmou por conta do profundo conhecimento e da capacitação jurídica que obteve ao longo dos anos de trabalho, de dedicação, como doutor da Universidade de São Paulo.

Vi também o contraditório do Governo. O Ministro José Eduardo Cardozo, por quem eu tenho grande respeito, fez mais do que poderia. Ele tentou desconfigurar o pedido de *impeachment*, dizendo que juridicamente não tinha sustentação.

Ora, Srs. Deputadós, Sras. Deputadas, isso fica muito claro. Há 26 secções da Ordem dos Advogados do Brasil dizendo que é crime, que cabe o *impeachment*. O que mais querem os membros da Situação? Querem estar acima da lei? Não cabe sequer reparo ao que disse aqui o Deputado Jovair Arantes, no seu relatório, aprovado por 38 votos contra 27. Aquele é um relatório juridicamente sustentável; não se trata de uma colocação pura e simplesmente política.

Este Governo fez com que houvesse um prejuízo de 5,7 bilhões ao POSTALIS, dos Correios; um prejuízo de 15,4 bilhões de reais à Petros e prejuízos à PETROBRAS. O que espera o Governo? Obviamente, não cabe mais nada.

Alguns Deputados tentam fazer aqui um debate ideológico, político, de mais à esquerda, mais à direita. Esse debate não está colocado, Deputados. O debate que está colocado aqui é sobre a infringência da lei: ou a lei vale para todos, ou não vale.

O senhor me dizia há pouco: *"Eu tenho um precatório de uma desapropriação e tenho uma dívida com o Governo Federal. Não posso fazer a compatibilidade delas. Eles não aceitam como pagamento o precatório que tenho a receber da União."* E o Governo Federal se dá ao direito de cometer crimes e mais crimes.



O que cabe a nós, aqui, que hoje somos investidos na figura de julgadores daquilo que se apresenta a cada um de nós? Não há alternativa, senão acolhermos a solicitação do *impeachment*, o afastamento, o impedimento da gestora do Governo Federal.

Ganharam uma eleição. Sabemos hoje de que forma essa eleição foi ganha: com recursos escusos. É só verificar o que acontece. No dia de ontem ainda, um dos envolvidos nessas operações da Polícia Federal, por solicitação do Ministério Público, foi preso. A cada dia se vê alguém sendo preso neste País por corrupção! Nós temos que dar uma resposta rápida, uma resposta muito dura, porque a sociedade nos cobra isso. A sociedade quer que o Parlamento, na sua investidura, cada um, obviamente com a responsabilidade da representação que nos trouxe a esta Casa... Temos uma grande responsabilidade.

Seremos juízes de uma grande causa, de uma causa sobre a qual não restam dúvidas. A mim me parece que não só esse, mas vários outros crimes foram cometidos sob a égide de alguém que se achava proprietário do País, e não um gerente dele. Confundem Estado com Governo e partido político.

Ao PT restou passar escritura pública do País no nome do seu partido, e isso não vamos permitir, porque fomos eleitos para vigiar, para fiscalizar os atos do Executivo. Fica muito claro que esse Executivo não merece respeito. Esse Executivo perdeu a credibilidade. Esse Executivo não permite mais governabilidade. Portanto, não resta nada mais.

Não fiquem apreensivos. Não aceitarei provocações. Não fiquem apreensivos! Aqueles que têm dúvida não façam nada, a não ser avaliar a representação que foi apresentada aqui nesta Casa. Ela está pronta, preparada para uma resposta aos



discursos políticos palanqueiros, demagógicos, feitos por aqueles do Governo. Eles querem, no último minuto, no último segundo, tentar ainda continuar dando grande calote no País, prejudicando os trabalhadores, que são aqueles que eles dizem representar e para os quais viram as costas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos amanhã ao *impeachment* já!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, como Líder, ao Sr. Deputado Weverton Rocha, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, ouvintes da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, neste momento que estamos vivendo, com mais de 36 horas ininterruptas de sessão, estamos aqui debatendo, primeiro, para você que está em casa e para os indecisos.

O que se passa, de verdade, por trás desse processo do *impeachment*?

Eu não preciso falar muito aqui, porque, na própria entrevista do nosso nobre Relator do processo de *impeachment*, ele mesmo já resume todos os argumentos.

Confesso que, se eu soubesse que ele ia dar essa entrevista, hoje de manhã, para a *Folha de S. Paulo*, eu não precisaria nem usar a minha 1 hora de tempo — eu estive aqui das 3 horas às 4 horas da manhã —; bastaria eu vir aqui e falar dessa sua entrevista para você que está me assistindo, para V.Exa., Deputado indeciso, entender o que estamos dizendo aqui há mais de 36 horas diretas.

Na entrevista, o Relator diz:

“O Relator do processo de ‘impeachment’, Deputado Jovair Arantes (PTB-GO), afirmou na manhã deste sábado reconhecer que as acusações de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff estão em segundo plano nesse momento em que o processo, agora, se resume a uma disputa de poder entre a petista e o Vice-Presidente, Michel Temer.”



Jovair, que é a favor do impeachment e está no grupo de Temer, afirmou que o Vice errou ao ter ido na sexta para São Paulo, onde pretendia ficar até segunda. Com a mudança de alguns votos a favor de Dilma, Temer resolveu voltar para a Capital Federal na manhã deste sábado.

'O erro dele foi ter ido para São Paulo, deveria ter ficado. Claro que numa disputa de poder tem que ser feito isso, a presença dele é importante (...).'

Meus amigos, eu soube hoje, também pelos meios de comunicação, que a Oposição pretende entrar com uma representação, denunciando Governadores do Nordeste por abuso de poder político. Falam de abuso de poder político e citam como exemplo o Governador do meu Estado, Flávio Dino, que veio a Brasília conversar com seus correligionários.

Diga-me qual foi o erro que o Governador do Maranhão cometeu, por exemplo, ao conversar com o Deputado Federal Waldir Maranhão, do PP. Waldir Maranhão foi eleito na chapa do Flávio Dino. Waldir Maranhão usou os mesmos votos que o Deputado Federal Rubens Pereira Júnior, do PCdoB, para também ser eleito. O Governador não veio conversar com seu adversário político, não veio conversar com seu inimigo político. O Deputado Waldir Maranhão já participa do Governo Flávio Dino, porque ajudou a imprimir aquela grande vitória, com mais de 1 milhão de votos de diferença. Portanto, não foi ilegítimo o Waldir Maranhão atender ao pedido de sua maior república, o Maranhão.



Agora — e aí, sim —, nós é que deveríamos fazer uma denúncia. Alguém explica por que a ex-Governadora do meu Estado, a filha do Sarney, está no escritório em Brasília, fazendo o mesmo trabalho, ao pedir os Deputados para votarem a favor do *impeachment*, para que Temer volte, para que Temer chegue ao Poder? Por quê? Será que é porque ela já sabe os caminhos?

Lá, no Maranhão, foi assim. Lá, ela tirou o Jackson Lago, e todos sabem o que aconteceu. Ela o tirou, na época, por meio de um grande golpe judicial que deram através do TSE, em Brasília. Tiraram o Jackson Lago de forma brutal, de uma forma que até hoje o povo do Maranhão não perdoa e não esquece. O PMDB faz isso lá e acha que pode fazer a mesma coisa no Brasil, usar a mesma prática.

Senhoras e Senhores, será no voto. Até amanhã estaremos firmes aqui, lutando pelo voto. Tenho certeza absoluta de que nós já temos número suficiente para votar “não” ao *impeachment* — para os conscientes; não os que são a favor do Governo Dilma. Aqui não se trata disso. Aqui existem críticos ao Governo dela, aliados dela, independentes, de todos os setores, de partidos como o PMDB até aos da extrema esquerda.

Amanhã, digam “não”; “não” ao *impeachment*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Virgílio Bisneto, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está chegando a hora. Uma coisa que me incomoda muito é que num momento tão importante para o País ainda existam os ditos indecisos. Não existe indecisão nenhuma de lado a lado. Existe, sim, negociata. Existem, sim, conversas escusas no Royal Tulip, um hotel aqui em Brasília.

Existe, sim, uma tentativa de calar uma população que está nas ruas, clamando pelo desempenho do seu papel pelos seus Parlamentares. Amanhã será o dia de a população dar o seu grito de "basta", alertando os seus Parlamentares de que não é fácil sobreviver a um processo tão doloroso como esse para o País.

Eu relembro aos indecisos e àqueles que pensam em vender os seus votos: foram 38 votos a favor de Fernando Collor de Melo no *impeachment* de 1992. Somente dois Deputados sobreviveram àquele fatídico momento da nossa Nação. Portanto, aqueles que ainda se dizem indecisos que tomem cuidado com as urnas. As urnas elegem, mas também punem.

Eu tenho certeza absoluta de que o povo que nos acompanha, na sua maioria esmagadora, espera de nós um gesto corajoso, forte, em defesa da democracia, do País e das pessoas mais simples no nosso País.

Eu ouvi muito a conversa do golpe. Essa é a única coisa que as pessoas têm para dizer do lado de lá: é golpe daqui, golpe dacolá. Mas os golpes foram dados pelo Governo, infelizmente.



Não há golpe, porque o rito constitucional está sendo cumprido. Golpe foi o Lula e o PT terem se negado a jurar a Constituição de 1988. Não há golpe, porque a decisão da Câmara dos Deputados foi respaldada pela Suprema Corte deste País. Golpe foi o Lula e a Dilma terem apoiado o MST, organização criminosa que invade terras e tenta destruir o agronegócio.

Não é golpe enfrentar e derrotar a corrupção que está apodrecendo as instituições brasileiras. Golpe foi a corrupção da era petista ter exterminado a PETROBRAS, falido o sistema elétrico, roubado o BNDES, abafado CPIs nesta Casa e empurrado milhões de brasileiros para o desemprego, a fome e o desespero.

Basta! Basta! O Brasil declara o "basta" nas ruas e nos corações.

O dever histórico desta Casa é ouvir o clamor das ruas e decretar que a esperança ainda não morreru. Votemos contra a incompetência, a desonra e o desrespeito. Votemos de cabeça erguida. Encaremos nossos familiares, nossos amigos e companheiros sem baixar os nossos olhos. Voltemos o olhar generoso para o futuro dos brasileiros.

Saí de casa armado, Sr. Presidente, mas de amor e determinação para honrar o meu País traído, meu Amazonas desprezado, minha Manaus ultrajada por mentes mesquinhas que pensam em punir o ex-Senador Arthur Virgílio Neto, atualmente Prefeito, que desmascarou Lula por 8 longos anos, quando, na verdade, castigam impiedosamente mais de 2 milhões de brasileiros governados por ele.

Voto com ternura, sem amargura. Voto na decência, com consciência. Voto na normalidade, e não na impunidade. Voto na Suprema Corte e no Juiz Moro, que, mesmo tendo errado no varejo, acertou, e muito, no atacado, na composição de uma grande obra moral da nacionalidade. Voto nos desempregados e nos empregados



que estão inseguros. Voto na capacidade empreendedora dos empresários. Voto, com amor, na juventude. Voto no desenvolvimento, em lugar da depressão, que a todos nós maltrata. Voto na dignidade do Parlamento. Voto na fé. Voto no meu povo, no meu Brasil, no meu Amazonas, na Manaus dos meus melhores sonhos e sentimentos. Voto com o meu coração. Voto com o meu cérebro. Voto em cada um dos brasileiros e em cada uma das brasileiras, que merece sonhar e realizar seus sonhos. Voto com emoção, comovido, resoluto e seguro de que não há derrota definitiva para esta Nação, que espera por liberdade, e não por tirania; por dignidade, e não por humilhação; por certeza, e não por angústias; de novo, por dignidade, e não pela lama da corrupção do Governo do PT. Voto na memória de Ulysses, Tancredo, Arraes, Afonso Arinos. Voto nas pessoas humildes e sem voz — quero ser a voz dessas almas sofridas. Voto no Brasil e nos brasileiros.

Impeachment, sim; desordem, não.

Voto na história, e não na mediocridade das negociatas.

Brasil, a sua piscina está cheia de ratos. Limpe a sua piscina. Limpe a sua consciência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Convido o último partido inscrito, o PMB, para discussão do parecer da Comissão Especial. O PMB tem até 60 minutos. Que seja aberto o tempo.

Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de saudar a todos e a todas!

Primeiramente, deixo bem claro, para as pessoas entenderem, que nós não estamos votando o *impeachment*. Isso não é papel da Câmara dos Deputados. O papel da Câmara dos Deputados é aceitar ou não a admissibilidade do processo. Se aceitar a admissibilidade, o processo vai para o Senado, e é o Senado que tem a responsabilidade de fazer o julgamento e a investigação. Esse papel é do Senado. Cabe à Câmara dos Deputados aceitar ou não a admissibilidade do pedido, e cabe ao Senado fazer a investigação e decidir se houve ou não crime de responsabilidade.

Há uma questão muito importante que eu acho temos que considerar com muita seriedade, porque este é um momento muito difícil na história do País. Temos que saber separar o joio do trigo. É fundamental separarmos o joio do trigo. Não podemos jogar a água suja da bacia com a criança dentro.

É importante fazer distinção entre os dois mandatos do Presidente Lula e entre o primeiro mandato da Presidente Dilma e este último. São coisas totalmente distintas, totalmente diferentes. Não há como deixar de reconhecer os legados dos mandatos do Presidente Lula. Não há como deixar de reconhecer os legados do primeiro mandato da Presidente Dilma.



Os mais jovens talvez não tenham lembrança do passado, mas o nosso País mudou nas últimas décadas. Eu lembro. Minha mãe teve sete filhos e passou por muita dificuldade e sofrimento. Minha mãe não tinha vaidade nenhuma, apenas preocupação em ter algo para nos dar de-comer. Nós caminhávamos quilômetros e quilômetros para chegar à escola. Eu só fui registrado quando tinha mais de 10 anos de idade. A minha casa, que não era na cidade, não era na roça nem na zona rural, não tinha rede de esgoto nem energia elétrica.

Eu tomava banho frio, de bacia. Eu comecei a estudar aos 8 anos. Eu fui à padaria — naquela época, os pães eram enrolados —, peguei um pedaço de pão, um toquinho de lápis e fui para a escola. Nem registro eu tinha.

O nosso País, daquela época para cá, mudou. Foi no velório da minha mãe que eu analisei a situação e pude perceber que, se naquela época houvesse o Bolsa Família, com certeza a vida da minha mãe e a de seus sete filhos teria sido outra, totalmente diferente.

Não há como deixar de reconhecer o grande número de estudantes que ingressou na rede pública. O nosso País ficou 20 anos, de Fernando Henrique para trás, sem construir uma universidade pública federal — 20 anos! Hoje, houve expansão universitária, construíram-se universidades no Brasil inteiro. Vou dar um exemplo: em várias regiões do Estado de Minas Gerais há *campus* avançado da Universidade Federal de Uberlândia — UFU, em Monte Carmelo, Ituiutaba, Patos de Minas. E há ainda os cursos técnicos profissionalizantes, o PRONATEC e outros.

Lembro-me de que, na época do Fernando Henrique, eu estava no movimento estudantil. Foi com muita luta e com muita mobilização que nós saímos



às ruas e tentamos impedir o fechamento das escolas técnicas profissionalizantes.

Infelizmente, elas foram fechadas.

O Programa Luz para Todos, o Ciência sem Fronteiras, um programa do mandato da Presidente Dilma, e vários programas do Governo deram dignidade e melhoraram a qualidade de vida do povo brasileiro.

Agora, nós temos que separar o que aconteceu nesses três mandatos do que aconteceu no mandato atual da Presidente Dilma. Com todo o respeito, eu não tenho dúvida nenhuma, sinto-me enganado, porque apoiei a chapa Dilma-Temer e votei nela. E, como a população brasileira, 54 milhões de pessoas, acreditei no programa que foi apresentado pela chapa Dilma-Temer. Infelizmente, no meu ponto de vista, aconteceu um verdadeiro estelionato eleitoral. O prometido na campanha não foi o entregue depois das eleições.

Eu vou discorrer aqui sobre várias áreas. Do ponto de vista econômico, tirou-se o direito dos trabalhadores e jogaram-se todos os problemas nas costas dos servidores. Há um PLP agora que congela o salário e retira direitos dos servidores. É o ajuste fiscal. Houve uma política econômica voltada para o setor totalmente equivocada. Então, prometeu-se uma coisa durante o processo eleitoral e entregou-se outra totalmente diferente depois das eleições. O estelionato eleitoral, não tenho dúvida, ocorreu.

De um lado, falam: *“Mas espere aí, a Oposição não aceitou o resultado da eleição”*. Isso é verdade? É verdade! Não aceitou e não deixou a Presidente Dilma governar, criou todas as dificuldades. De outro lado, ela também não cumpriu aquilo que estava no programa. Então, tem que se fazer essa separação.



O dramaturgo grego Ésquilo, que nasceu em 525 a.C., já dizia: *“Numa guerra, o primeiro ponto a ser atacado é a verdade”*. É verdade. Nós vemos aqui dois lados, e todo o momento tentam atacar as verdades. Há verdades dos dois lados.

Agora, o problema é que a Presidente Dilma perdeu as condições de governar. Infelizmente, ela perdeu a governabilidade. E aí podemos falar de tudo. Este último mandato da Presidente Dilma, como eu coloquei, deixou muito a desejar. Ela, infelizmente, não cumpriu seu programa.

Muitos falam da questão do Vice-Presidente Michel Temer. Eu deixo aqui uma crítica ao Partido dos Trabalhadores. Todo o mundo sabia — eu sabia — o que representava o Vice Michel Temer. Os Deputados e o Partido dos Trabalhadores também sabiam. Michel Temer não está lá como Vice-Presidente da República porque foi abduzido de Marte ou de outro planeta. Ele foi colocado lá por causa de uma aliança do Partido dos Trabalhadores. A Presidenta Dilma o escolheu como Vice-Presidente da República.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Vice-Presidente só estava esperando um momento de fragilidade e de dificuldade do Governo para poder atacar, igual ao Drácula, ao vampiro, em um filme de terror. O Vice se aproveitou da baixa imunidade da Dilma, que ficou desprotegida. O vampiro ataca se não está à luz do dia, se não há o crucifixo, se não há a água benta, se não há o alho. Assim, o vampiro vai lá, aproveita e ataca. Foi isso que o Vice-Presidente Michel Temer fez. Ele esperou.

No primeiro mandato, não teve jeito de atacar. Foi um mandato, inclusive, em que houve a aprovação popular. Como eu coloquei, não se pode negar todos os legados que aconteceram. Se o primeiro mandato do Presidente Lula fosse tão ruim assim, ele não teria saído com aprovação e não teria conseguido ser eleito, mesmo



depois das denúncias do mensalão. Então, o Presidente Lula foi aprovado, e foi aprovado pelo povo. O segundo mandato do Presidente Lula foi aprovado pelo povo. Tanto foi aprovado que conseguiu garantir a eleição da Presidenta Dilma.

E, agora, quanto a este último mandato, o meu sentimento é de que houve o estelionato eleitoral. O sentimento é de que o Governo da Presidente Dilma é indefensável. Acho que esse é o sentimento de vários Parlamentares, inclusive dos Deputados da base do Governo.

Como eu coloquei, o Temer foi muito esperto. Ele esperou. No primeiro mandato, ele não tinha como fazer nada; no segundo mandato, ele viu que o Governo estava frágil, estava sem proteção. Aí, vampiro, Drácula, aproveita o quê? Nesses momentos, vai lá e ataca para sugar o sangue. É igual a uma doença, é igual a um vírus: quando a imunidade baixa, ele vai lá, ataca mesmo e se espalha. Foi isso o que aconteceu. O Vice-Presidente Temer viu a oportunidade de atacar. Inclusive, o vírus já contagiou esta Casa.

Eu acho um absurdo — muitos têm falado, e é verdade — que o Governo esteja negociando os cargos agora à vista. Outro absurdo maior ainda é o Vice-Presidente estar negociando os cargos do Governo e as emendas a prazo. Essa é uma questão totalmente deplorável.

Tentei a todo o momento não aceitar nenhum tipo de assédio. Não conversei nem com a Situação, nem com a Oposição. Não conversei com a Presidente Dilma, nem conversei com o Vice-Presidente Michel Temer. Procurei manter toda a minha independência. Tenho uma análise muito crítica deste processo. Infelizmente, o sentimento que se tem hoje não é o de fazer o que é melhor para o País, mas há uma preocupação com o poder e com os cargos políticos.



Por isso eu acho que o *impeachment* não vai resolver o problema, tenho convicção disso. A saída deste momento difícil por que passa nosso País é uma reforma política, com uma Constituinte exclusiva. E quem fizer parte dela não pode ser candidato na eleição subsequente. A saída para o nosso País é a eleição direta, no voto. É no voto que se decidem e que se resolvem as coisas, não na mão grande.

Eu conversei com a população. Tenho plena convicção de que o momento é realmente muito difícil. Sou de Minas Gerais. Percorri as cidades da Região Metropolitana — a minha querida Contagem, no Triângulo Mineiro; minha cidade natal, a querida Uberlândia — e conversei com o povo. Perguntei qual é o sentimento e como deveria ser meu voto, além dos telefonemas em nosso gabinete. E a população já deixou bem claro uma coisa: *“Cartão vermelho para a Presidente Dilma; cartão vermelho para o Vice-Presidente, Michel Temer; cartão vermelho para o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha”*. O povo não quer nem um, nem outro. O povo quer passar a régua, quer resolver esse problema. Esse é o sentimento do povo.

Eu conversava com as pessoas: *“Mas como é que nós vamos fazer? Se aprovamos a admissibilidade, o Senado julga, tira a Presidente Dilma, quem vai assumir?”* A população sabe. O povo não é bobo, não: *“Vai assumir o Vice Michel Temer.”* E eu falei: *“E aí?”* Sabe o que o povo fala? *“Nós vamos tirá-lo também.”* Eu falei: *“É o Presidente Eduardo Cunha quem vai assumir. E aí, como é que faz?”* E o povo fala: *“Aí nós vamos tirá-lo também”*. Então, eu quero acreditar nesse sentimento do povo.



O povo realmente tem uma força muito grande. Nunca votei contra o povo. Sempre procurei manter a minha coerência nesta Casa. Inclusive, fui muito perseguido. E hoje eu sei o que significa assédio moral. Quando saí candidato a Deputado Federal — eu era Deputado Estadual —, o que eu fiz? Registrei um documento no cartório e protocolei no partido.

O que dizia esse documento? Eu não voto no aumento de imposto que prejudique as pessoas mais pobres; não voto no que prejudique o setor produtivo, as pequenas e microempresas; não voto contra o servidor público; não voto contra os aposentados; não voto nos projetos que prejudiquem a população; e sou a favor da redução da maioria penal para crimes hediondos contra a vida. Registrei no cartório e protocolei no partido. Quando fui candidato à reeleição para Deputado Federal, fiz a mesma coisa, fui ao cartório, registrei e protocolei.

Tramitou aqui o projeto de ajuste fiscal. E eu mantive a coerência. Antes, falei ao meu partido, que inclusive era o partido da Presidente da República, está lá no documento: eu só serei candidato mediante esse compromisso. Está combinado? Se não for deste jeito, eu não sou candidato. Não há problema. Foi protocolado lá. Todos sabiam a minha postura. E aqui tramitou o projeto de ajuste fiscal. Eu votei contra o ajuste fiscal, porque não é certo jogar nas costas dos trabalhadores, dos servidores públicos, todos os problemas do Estado, por incompetência e por falta de gestão.

O Partido dos Trabalhadores foi contra o ajuste previdenciário, quando foi aprovado na época de Fernando Henrique Cardoso. Agora, teve um posicionamento totalmente diferente. Eu mantive a mesma posição: fui contra.



Posicionei-me totalmente contra os aumentos abusivos da conta de energia elétrica. Criaram uma desculpa em relação aos aumentos da tarifa de energia elétrica para jogar nas costas dos consumidores: a desculpa de crise hídrica, usando, inclusive, a Conta de Desenvolvimento Energético — CDE. Há até um pedido de investigação no Tribunal de Contas da União, que foi aprovado, a nosso pedido. Mais na frente, eu vou falar sobre isso.

Então, eu tive toda essa preocupação. Eu votei, em várias medidas aqui na Câmara, de acordo com o compromisso que eu registrei em cartório, e fui perseguido pelo partido do qual eu fazia parte. Houve Deputados que, quando eu entrava no elevador, saíam do elevador; houve Deputados, inclusive o Líder do meu partido, que falaram que não aceitavam conviver comigo, não aceitavam sentar ao meu lado, não aceitavam sentar ao meu lado por causa do meu posicionamento.

Aqui na Câmara, eu sou um dos poucos Deputados com 100% de presença. Eu tenho 100% de presença inclusive nas Comissões. Eu acho que apenas dez Deputados aqui têm 100% de presença nas Comissões e no Plenário; de Minas Gerais, só dois Deputados têm 100% de presença, e eu sou um deles. Fui retirado de todas as Comissões!

Fizeram uma campanha muito maldosa na Internet, foi realmente uma guerra muito pesada, em que fui muito humilhado. Eu fiquei, durante vários meses aqui na Câmara, sentado nas cadeiras dos lados, aqui. Eu sei o que é perseguição! Hoje, eu sei o que é assédio moral! Eu sei o que é perseguição e o que é assédio moral!

E não tive direito à defesa em nenhuma reunião. Não tive direito a discutir com a bancada e a apresentar defesa. Houve um tribunal de exceção: “*Você já está condenado!*” Não me deram o direito à defesa! E eu mantive a mesma coerência, a



mesma postura que eu sempre tive de não votar contra o servidor público, de não votar contra os aposentados. Aquele compromisso que eu fiz eu o honrei! Infelizmente, nem sequer eu tive o direito à defesa por parte do Partido dos Trabalhadores.

Foi criado um partido novo, o PMB. Foi para a Justiça, eu entrei com um processo de justa causa, enfim, fui para um partido e estou muito feliz no PMB, graças a Deus! Quero, inclusive, parabenizar a minha Presidente, Suêd Haidar, que é uma mulher muito séria, guerreira, uma pessoa muito querida!

Hoje, eu estou no PMB, e afirmo que não tenho ódio, não tenho rancor, de maneira nenhuma, mas a verdade tem que ser dita, nós temos que dizer aquilo que realmente aconteceu.

Um ponto que acho que é muito triste hoje no nosso País é aquela cerca na porta do Congresso Nacional, que representa este sentimento de divisão por parte da população brasileira. É um momento muito triste mesmo este que o nosso País está vivendo. Acho que só através de uma eleição geral, só através do voto é que nós vamos resolver o problema.

Para finalizar esse primeiro pensamento, eu me posiciono favoravelmente ao pedido de admissibilidade do *impeachment*, seguindo todos esses pontos que eu já coloquei e seguindo o sentimento do povo. Então, hoje eu vou votar favoravelmente ao *impeachment*, mas consciente de que ele não vai resolver nada, porque a saída para o País seria uma Constituinte exclusiva e eleições diretas. Mesmo assim, vou votar pela admissibilidade.

Espero que depois o povo continue a mobilização, continue as manifestações e mantenha inclusive esse sentimento de não aceitar nem o Vice-Presidente Michel



Temer, nem o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Inclusive, o Sr. Miguel Reale Júnior disse que aceitou o pedido de *impeachment* por um sentimento de chantagem. Acho que anteriormente foi chantagem. Depois que houve a aceitação, houve um sentimento de vingança. Eu não tenho dúvida de que a aceitação desse pedido foi movida por um sentimento de vingança do Presidente da Câmara Eduardo Cunha, porque ele não obteve no Conselho de Ética os votos que queria por parte do partido da Presidente da República, os votos para salvá-lo, e aí houve realmente um sentimento de vingança. Isso é uma realidade que não podemos negar de maneira nenhuma.

Outra questão que nós temos que admitir também é que foi o PT que colocou o Sr. Michel Temer na Vice-Presidência, e ele estava preparado para atacar, para dar o bote. O PT realmente tem essa responsabilidade. E o PT também sabia do posicionamento do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Durante o ano passado, em diversos momentos o PT fez acordos para votar nesta Casa projetos contra os trabalhadores e os servidores. O PT teve apoio, sim, do Presidente da Câmara e fez acordo com ele em vários momentos aqui na Casa. Isso só mudou a partir do momento em que o partido teve um posicionamento diferente em relação à votação do processo contra ele no Conselho de Ética.

Tudo isso aconteceu porque a Presidente estava fragilizada, como eu já coloquei. Se a Presidente não estivesse tão fragilizada, se este segundo mandato da Presidente não fosse tão ruim, com certeza ela teria proteção. Qual é a proteção da Presidente para o vampiro não atacá-la? A proteção é o povo. O povo é quem garante essa proteção.



Infelizmente, ela não cumpriu o que estava no programa e perdeu o apoio popular, porque o desemprego aumentou, a carestia ficou muito grande, o combustível aumentou. O preço do barril do petróleo é o mais baixo dos últimos 10 anos, e o nosso combustível é um dos mais caros da história. Inclusive o combustível mais caro do mundo é a gasolina daqui do nosso País. E há problemas em várias outras áreas também.

A Presidente Dilma infelizmente está desconstruindo todo o legado que foi construído nos dois mandatos do Presidente Lula e no primeiro mandato dela, com essas perdas de direitos da população.

A população melhorou de vida, sim. A população, é lógico, está revoltada, e com razão: o desemprego está aumentando; no programa Ciências sem Fronteiras, como eu coloquei, faz 2 semestres que os alunos não têm mais como se inscrever; os investimentos no Programa Minha Casa, Minha vida diminuíram. Ele chegou a ter investimentos de 12,5 bilhões de reais no Orçamento. Hoje, tem uma merreca e inclusive está devendo a muitas construtoras.

O mesmo se observa em relação ao PAC, esse programa tão importante para acelerar o crescimento do nosso País, esse programa fundamental de infraestrutura e de investimento. O que aconteceu com o PAC em várias regiões do País? Os seus recursos diminuíram, porque o Governo não tem dinheiro.

Então, o Governo não teve planejamento, errou demais. O Governo, em vez de discutir e colocar o dedo na ferida em relação à dívida pública — olhem o valor da nossa dívida pública —, em vez de fazer uma auditoria cidadã da dívida pública, não teve coragem de colocar o dedo na ferida. O Governo não teve coragem de taxar as grandes fortunas; o Governo não teve coragem de combater a sonegação;



o Governo não teve coragem de taxar os bancos; o Governo não teve coragem de implementar uma taxaço forte para as mineradoras — que é só de 2%; o Governo não teve coragem de executar uma política que realmente garanta a distribuição de renda, sem jogar todos os problemas do Estado para o lado mais fraco, que é o servidor, que são os consumidores.

Na hora em que teve problemas, o Governo fez um ajuste contra o trabalhador, em vez de tomar atitudes realmente muito firmes do ponto de vista econômico, para taxar certos setores da nossa economia. Não tem como agradar todo mundo. Foi um erro que a Presidente Dilma cometeu e, por isso, ficou fragilizada.

Agora ela está aí, à mercê do Vice-Presidente, que é um vampiro, que mordeu o pescoço mesmo, já contagiou e quer virar Presidente da República sem ter voto, do que discordo totalmente.

Podem ter certeza: se acontecer de o Vice-Presidente assumir a Presidência da República, vou fazer oposição total a ele, todos os dias do ano, em todos os lugares em que eu estiver. Eu acho que não é legítimo, não é certo, não é correto. É preciso disputar a eleição, e eleição se define no voto. Deixo claro o meu posicionamento contrário ao processo de o Vice-Presidente resolver esse problema com *impeachment* e com eleição indireta.

Acho que a Presidente Dilma tinha de ter humildade. Já algumas semanas atrás ou no decorrer desta semana ela tinha de ter procurado fazer um pacto. Deveria ver que ela perdeu a governabilidade. O Governo não tem mais governabilidade. Ela, infelizmente, não conseguiu unir o País e não tem mais governabilidade. Ela tinha de ter enviado um projeto a esta Casa para construir com



o conjunto dos Parlamentares e das Lideranças do nosso País a antecipação das eleições.

Eu acho que, independentemente do resultado, vamos ter uma segunda-feira sangrenta no País. A segunda-feira vai ser sangrenta, vai ser muito triste, independentemente do resultado. E vai ficar mais difícil. Espero inclusive que, independentemente do resultado, a Presidente envie uma proposta de emenda à Constituição a esta Casa na própria segunda-feira já propondo a antecipação das eleições. Seria uma alternativa.

Eu acredito que o Sr. Temer já deveria ter renunciado há muito tempo. Acho que é muito feio um Vice-Presidente, com a perspectiva de assumir um cargo, já negociar cargos com vários partidos e discutir Ministérios. Do ponto de vista ético, isso é totalmente deplorável.

Como eu coloquei, o nosso País vive um momento de divisão, de intolerância, de ódio. Nós vemos que há muitas famílias que são amigas. Pais e filhos, que já se conhecem, têm amizade há anos e anos, e essa amizade está sendo perdida do dia para a noite por causa dessa intolerância, desse ódio. Nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que haja essa divisão do País.

Um grupo entende haver razões para os denunciadores que acusam a Presidente da República de cometer crime de responsabilidade. Ainda destaco a falta de governabilidade da Presidente e o estelionato eleitoral, que, como eu coloquei, realmente aconteceu.

Outros acreditam que essa denúncia pode ser um golpe na democracia representativa, especialmente por ter sido iniciada pela Oposição. A Oposição



iniciou o processo no Conselho de Ética — eu disse que é até pelo sentimento de vingança — e também não aceitou o resultado das eleições.

É importante dizer que vivemos numa democracia representativa, e não substitutiva, e esperamos aqui representar a vontade da população. Por isso é muito importante também ouvir e respeitar, nessa divisão, a verdade dos fatos, quais são os interesses que movem todos os atores sociais envolvidos no processo de *impeachment*, o que é melhor para o Brasil.

Não há um consenso sobre qual medida deveria ser tomada para melhorar a vida da população neste momento. Nosso País está incendiado pelas manifestações de lado a lado e paralisado pelas disputas entre grupos políticos tradicionais que pensam mais em se manter no poder do que realmente na importância do povo.

Pais e filhos, amigos de décadas, estão até virando inimigos da noite para o dia. Há intolerâncias, ofensas, ameaças, violência física, violência contra o patrimônio, agressões verbais, especialmente nas redes sociais, intimidações de todas as formas — um grande desrespeito!

Qualquer um que tente expor a sua opinião, independentemente do lado que for, está sofrendo ataques. Tenho ouvido de muitos Parlamentares que estão recebendo muitas ameaças, ofensas, uma pressão enorme, intimidações absurdas.

Mas o único dono da nossa Pátria é o povo, e não um partido ou outro. *Fake* é o que mais existe na Internet; *fake*, robô, grupos de um lado e de outro. Por isso, quando eu decidi o meu voto, fui olhar olho no olho, fui para a rua conversar com as pessoas para decidir o meu posicionamento.



Fakes e discursos ensaiados com ameaças e violências não estão acima do interesse do povo. Tomei minha decisão, como eu disse, analisando os fatos, a situação do nosso País, e ouvindo muitas pessoas.

Este é um momento muito triste. Há exageros, verdades, vícios e crimes dos dois lados. A maioria está dizendo que é preciso mudar e ter novas eleições, porque a Dilma não tem mais condições de governar. Tampouco a solução para o Brasil se chama Michel Temer. Aliás, o Vice-Presidente deveria ter renunciado no ano passado.

Seguindo a coerência do meu mandato, não esperem de mim, de maneira nenhuma, qualquer tipo de agressão ou violência. Não esperem! Não vou entrar nesse jogo de agressão e violência. Não estimularei a intolerância e o ódio. Mesmo tendo sido vítima de intolerância e de ódio, eu não os estimo de maneira nenhuma.

Este momento nem de longe era o que eu esperava para o Brasil. Esta é uma situação muito triste, especialmente porque o Governo Lula, como eu disse, trouxe inegáveis avanços para o Brasil, assim como o primeiro mandato da Presidente Dilma, com os vários programas sociais já citados por mim.

Desse debate todo, também encontro muitas pessoas que respeitam as nossas opiniões, que participam verdadeiramente do nosso mandato, pessoas que contribuem com as nossas ações e a construção das nossas decisões.

Quero deixar bem claro, como já disse aqui, que assumi compromisso público e continuo mantendo esse compromisso em relação à coerência das minhas votações, independentemente do governo. Pode ser um governo do PT, do DEM, do PSDB, o governo que for, mas eu vou manter a mesma posição.



Estou no segundo mandato como Deputado Federal. Nunca tive um cargo no Governo, nem quero ter. E nesse processo agora, como eu disse, não aceitei conversar nem com a Situação, nem com a Oposição, e questionei a negociação dos cargos, tanto à vista, por parte do Governo, quanto a prazo, por parte do Vice Michel Temer, o que acho que é mais sério ainda.

Enquanto as negociações acontecem, a desculpa é de se manter a democracia a qualquer preço. A população está sofrendo: inflação, desemprego, preços altos, sem falar do preço da energia elétrica, um verdadeiro absurdo! A energia elétrica no nosso País é uma das mais caras do mundo.

Eu participei do processo de votação da Medida Provisória nº 579. A Presidente Dilma prometeu que não ia tirar nenhum direito trabalhista, nem se a vaca tossisse. Não foi isso o que aconteceu de fato. Ela garantiu que não iria mexer nos direitos dos trabalhadores, e houve redução da tarifa de energia.

Neste ano, contudo, houve quatro aumentos da tarifa de energia, com a desculpa da crise hídrica. Aumentou a CDE. O que é CDE? É Conta de Desenvolvimento Energético. Aumentou mais de mil por cento! O aumento das bandeiras foi justamente para isso. Por quê? Por causa do rebaixamento dos reservatórios. Então, criou-se um valor para as bandeiras tarifárias.

Antes de começar a cobrança das bandeiras tarifárias — pasmem! —, já aumentou o valor das bandeiras. Então, foi o terceiro aumento. Depois, há o aumento ordinário. Houve quatro aumentos das tarifas de energia elétrica, em torno de mais de 50% — mais de 50%! — para os consumidores. Portanto, houve o aumento de energia neste ano.



Em parte desses aumentos, como a CDE — Conta de Desenvolvimento Energético —, era de responsabilidade do Governo o pagamento. Teria que ser bancado com os recursos do Tesouro Nacional. O que a Presidente fez? Jogou para o consumidor pagar, numa atitude muito maldosa que nós repudiamos totalmente.

Outro ponto também é o ICMS da conta de energia. Vou dar um exemplo: Minas Gerais tem uma das cobranças mais altas do País. O ICMS em Minas Gerais chega a 42% para as residências. Quarenta e dois por cento! Para as empresas aumentou agora. Havia uma promessa de reduzir, mas, infelizmente, o Governador aumentou. Inclusive para manter a minha coerência, entrei na Justiça contra o Governo do Estado também, porque o Governador prometeu que ia reduzir o valor do ICMS da energia elétrica. E uma das primeiras ações que ele fez foi aumentar o valor do ICMS. Entramos com ação no Ministério Público. Houve aumento do valor do ICMS para o comércio e para a indústria.

No dia 21 de abril, nós comemoramos o Dia de Tiradentes, que foi morto e esquartejado por causa de um quinto da Coroa. Um quinto da Coroa são 20%, e só com o ICMS da energia elétrica, em Minas Gerais e em outros Estados — em Minas, o valor é mais alto —, o consumidor residencial paga 42%. Pasmem! O dobro do valor que motivou a morte e o esquartejamento de Tiradentes! Quarenta e dois por cento! Os consumidores, então, são duplamente penalizados. Por quê? Porque pagam, em casa, um ICMS muito alto, e, ao chegarem ao supermercado, encontram o ICMS embutido no valor dos produtos também.

Todos os setores, comércio, indústria, embutem o valor do ICMS nos seus produtos. Ou seja, no preço de uma latinha de extrato de tomate, de um saco de



arroz ou de um automóvel está embutido o valor gasto na energia elétrica para o consumidor pagar. Ele, então, acaba sendo penalizado duas vezes.

Como eu disse, durante a campanha pedi votos para Dilma e Temer, e depois eu me senti traído e enganado. Durante as eleições, o discurso foi um, e, com esse discurso, venceram as eleições, mas depois o discurso mudou.

Em relação às pedaladas fiscais, eu quero deixar bem claro, bem claro, porque acho que esse é o ponto central. Há indícios de crime de responsabilidade? Esse é o ponto mais importante. Há indícios de crime de responsabilidade? Se houver indícios de crime de responsabilidade, há indícios de crime de responsabilidade também nos Governos anteriores e em vários Governos do Estado. Eu não tenho a menor dúvida disso.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou mais de cem decretos. No Governo do Presidente Lula foram mais de 70 decretos. O Governo do Estado de Minas Gerais, que tinha à frente Aécio Neves — eu era Líder da Oposição —, não cumpriu o que determinava a Constituição.

A Constituição obrigava uma aplicação mínima de recursos na saúde, na educação, mas o Governador Aécio Neves não cumpria a legislação. Eu o denunciei por diversas vezes. O que acontecia? No início de cada ano letivo, as crianças iam para as escolas, mas não havia merenda escolar. Nós íamos às escolas e verificávamos que o FNDE já havia repassado os recursos para a merenda escolar. Se o FNDE já havia repassado, onde estava o dinheiro? Sabem o que o Governo do Aécio Neves fazia? Deixava o dinheiro aplicado, rendendo juros. Meses depois se comprava a merenda escolar. No semestre seguinte era a mesma coisa: iniciava-se o ano letivo, e as crianças, da mesma forma, não tinham merenda na escola. Isso



aconteceu durante diversos anos, em diversas gestões, inclusive nos governos seguintes, que foram apoiados pelo então Governador Aécio Neves.

Foram feitas denúncias. Na época, eu denunciei o fato ao Tribunal de Contas. Nós denunciemos a não aplicação dos percentuais mínimos exigidos pela legislação para a saúde e para a educação. Falou-se em déficit zero, uma falácia, um déficit mentiroso, em Minas Gerais. Nós denunciemos.

Se há indício de crime de responsabilidade, não somos nós que vamos definir. Nós estamos apenas admitindo o processo. Quem vai definir isso será o Senado, que irá investigar e vai julgar.

Não tenho dúvida nenhuma: se há crime agora, houve crime nos outros governos também. Os governos anteriores cometeram os mesmos crimes, como o Governo do Presidente Lula, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Governo de Geraldo Alckmin, em São Paulo, o Governo do Paraná, assim como o de vários Estados. Pau que dá em Chico também dá em Francisco. Tem-se que falar a verdade. Não podemos proteger ninguém. A realidade é essa.

Nós começamos a receber as medidas provisórias que prejudicavam os trabalhadores. Fizemos os ajustes fiscais. Uma recomposição salarial justa dos servidores do Judiciário foi aprovada pelo Congresso Nacional — os servidores do Poder Judiciário estavam há anos sem reajuste salarial. Nós o aprovamos, mas, infelizmente, foi vetado pelo Governo, com apoio inclusive do PMDB, do Presidente da Casa e do Vice-Presidente Michel Temer. Praticamente o ajuste fiscal foi aprovado do jeito que o Governo queria.



Mantive a minha coerência, votei contra e a favor dos servidores. Votei a favor da derrubada do veto. Infelizmente, não ganhamos. Votei contra a orientação do meu partido naquele momento. Por isso, fui perseguido e punido.

No meu voto, como eu já coloquei, deixei registrado este compromisso público de não votar aumento de impostos, que prejudica a população mais pobre. E deixei claro o meu posicionamento totalmente contrário à CPMF.

Discordo dos pontos apresentados pelo Vice-Presidente Michel Temer na sua carta *Uma Ponte para o Futuro*, que, para mim, não é ponte do futuro. Se acontecer de o Vice-Presidente Michel Temer assumir, acho que vai ser um desastre, haverá perseguição aos servidores públicos, aos trabalhadores. Nós vamos perder direitos conquistados ao longo dos anos. Um dos pontos que o Vice-Presidente Michel Temer deixa claro é o rompimento com os BRICs. Eu não tenho dúvida de que esse é um dos motivos também.

Se aqui, na Casa, temos um maestro — alguém que está com a batuta, que comanda esse processo que começou no Conselho de Ética por vingança —, que é o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em âmbito internacional podem ter certeza de que nós mexemos com gente grande. A partir do momento em que nós entramos no BRICs — Rússia, Índia, China, África do Sul —, nós compramos uma briga grande. Nós compramos briga com os maiores inimigos dos Estados Unidos, que são a Rússia e a China. Isso não vai ficar barato.

Podem ter certeza de que por trás de todo esse processo — a história ainda vai mostrar, a história ainda vai comprovar isso — houve uma grande participação dos Estados Unidos. Há algumas semanas, a imprensa internacional, em especial o jornal *The New York Times*, divulgou em seu editorial que a Presidente Dilma tinha



que renunciar. Esta semana, depois que o estrago já estava feito, mudou seu posicionamento e já colocou dificuldade para esta Casa, pois vários Parlamentares estão sendo investigados por corrupção e não têm condição de fazer o julgamento da Presidente. Já está fazendo um mea-culpa.

Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Já ficou comprovado, através das investigações, dos grampos há alguns anos, o interesse em questões estratégicas do nosso País, como o petróleo, o meio ambiente, etc. Então, do ponto de vista da economia, ao nos aliar ao BRICs, neste momento de *boom* do país, nós mexemos com os Estados Unidos a partir do momento em que nos aliamos a dois de seus principais inimigos. E o Vice-Presidente Michel Temer já deixa isso claro na carta dele *Uma Ponte para o Futuro*. Eu acho que vai ser uma ponte para o passado. Eu acho que a tendência, com Michel Temer, é só piorar, e piorar muito. Eu não tenho dúvida disso.

O meu sentimento é que o País pode piorar, e piorar muito, com Michel Temer. Por isso, eu espero que ele não chegue a assumir. Mas vou manter a minha coerência aqui, ouvindo a voz do povo, para que o Senado Federal analise se houve crime de responsabilidade ou não.

O que aconteceu na nossa economia foi muito sério. Foi por causa das pedaladas, da irresponsabilidade, da política equivocada do Governo, que nós ficamos nesta situação. Por isso os trabalhadores estão perdendo os direitos conquistados a duras penas, ao longo dos anos, especialmente no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff e nos dois mandatos do Presidente Lula.

Mantive coerência na minha atuação parlamentar. Na minha vida pública, segui o manifesto do partido ao qual era filiado, que defendia "*somos um partido de*



trabalhadores”, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos uma política com atividade própria, de massas que desejam participar legal e legitimamente de todas as decisões da sociedade.

E assim eu me guio, como representante da população, dos trabalhadores, dos servidores, dos aposentados, dos consumidores e da sociedade, ouvindo a população.

É verdade que a decisão da maioria da população, em 2014, foi pela chapa Dilma e Temer. O discurso feito nas eleições garantiu o resultado. Depois, mudou-se o discurso. Será que o resultado teria sido o mesmo? Eu tenho certeza que não. Mentiu-se muito durante as eleições. Então, o resultado, com certeza, não seria o mesmo. Aconteceu realmente um estelionato eleitoral.

Como eu coloquei, se há indício de pedalada fiscal, de crime de responsabilidade da Presidente Dilma, tem que haver igualmente para o Vice-Presidente Michel Temer. O processo de *impeachment* que o Supremo enviou para esta Casa tem que ser aberto. Como representante do PMB, nós já indicamos o nosso nome, e não houve a mesma celeridade, o processo não teve o mesmo andamento que teve o processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Houve um peso totalmente diferente: para a Presidente Dilma, foi célere, tudo foi corrido, sessões foram realizadas de segunda a sexta-feira e nos finais de semana.

O processo do Vice-Presidente Michel Temer sequer foi aberto, um verdadeiro absurdo, um verdadeiro desrespeito, descumprindo, no meu entendimento, a decisão do Supremo Tribunal Federal. Acho até que se pode questionar a decisão do Supremo, mas somos obrigados cumprir, pois é a Corte máxima do nosso País.



Então, até hoje não foi aberto o processo *de impeachment* contra o Vice-Presidente Michel Temer. E não tenho dúvida: se há crime de responsabilidade para a Presidente Dilma, há crime de responsabilidade, sim, para o Vice-Presidente Michel Temer. E tem que haver o mesmo tratamento para ambos.

A grave crise econômica não foi reconhecida em 2014. Isso foi muito grave. Só depois o Governo assumiu os erros da condição econômica do Brasil, até a realização das pedaladas. Não houve diálogo, não conversou, não ouviu.

Afirmaram que não mexeriam com os direitos dos trabalhadores, como eu coloquei, nem que a vaca tossisse. E mexeram. Fizeram ajustes que nada mais são do que arrochos salariais, aumento da conta de luz em cerca de 50% de forma ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora. **O SR. WELITON PRADO** - Eu queria deixar registrada aqui a minha indignação com a maneira com que este Governo e os Governos anteriores lidaram com as agências em nosso País. Isso é um problema muito sério que eu acho que o País tem que rever.

As agências, em nosso País, mais parecem advogadas das grandes empresas. Isso acontece com a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL; acontece com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA; acontece com a Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL. Esse é outro ponto muito sério que o Governo também não teve coragem de enfrentar. Inclusive a minha filha, Lorena, falou: *“Pai, por favor, não se esquece de falar isso. Isso é uma questão muito séria”*.



O que estão fazendo as empresas de telefonia, os provedores de Internet? Eles estão aproveitando este momento em que o nosso País está totalmente paralisado, com essa cortina de fumaça por causa do *impeachment*, para esconder as suas ações. As operadoras querem limitar o uso de dados na Internet fixa, da mesma maneira que queriam limitar na Internet móvel, e nós inclusive entramos na Justiça contra elas.

E nós ficamos totalmente travados. Por quê? Por causa desse sentimento de que o nosso País está paralisado. As pessoas estão perdendo o emprego, as empresas estão fechando, o setor produtivo passa por muitas dificuldades, esta Casa está parada, e nós não temos condição de agir.

Nós estamos no mês de abril — passaram janeiro, fevereiro e março —, mas, até hoje, as Comissões sequer estão funcionando nesta Casa. As Comissões não foram instaladas. Para discutir um assunto sério como esse, era importantíssimo realizarmos, o mais urgente possível, uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor e chamar à responsabilidade as empresas operadoras de Internet.

Infelizmente, isso não tem condições de ocorrer, porque o Presidente da Câmara só se preocupa com essa pauta e com o processo dele no Conselho de Ética, não tem mais nenhuma preocupação com o Brasil. Até hoje, não foram instaladas as Comissões. É um grande desrespeito. Nós ficamos totalmente travados.

A Vivo, inclusive, soltou nota oficial dizendo que, após o consumo total das franquias de dados, o acesso à Internet será bloqueado, sendo restabelecido no ciclo de faturamento seguinte. No caso dos planos menores, o acesso será bloqueado e, proporcionalmente, reduzido exclusivamente a critério da Vivo. A Vivo



pronunciou-se desse jeito, de forma totalmente ilegal, ferindo inclusive o Marco Civil da Internet, porque o serviço só pode ser interrompido por falta de pagamento.

A Internet no Brasil é mais cara que em outros países e é uma porcaria, um serviço de péssima qualidade. Imaginem se for reduzida! Vou dar um exemplo. Um plano da Vivo, de 30 gigabytes, está em torno de 329,99 reais. Uma aula de 40 minutos gasta em torno de 1 gigabyte. Para uma família com três filhos que usa a Internet, vai acabar rapidinho. E o que querem as empresas? Querem mais dinheiro. Se terminar a franquia, os dados, o acesso à Internet será bloqueado, e temos que pagar.

Isso é um verdadeiro absurdo, um verdadeiro desrespeito por parte das agências reguladoras em nosso País. Inclusive nós já fizemos discussões no passado em relação à Internet móvel. A ANATEL, agência que deveria regular o setor, assume mais um papel em defesa das empresas do que dos consumidores.

Eu venho cobrar, inclusive do Presidente desta Casa, outra questão, que é um absurdo, um desrespeito muito grande com os consumidores. Há mais de 10 anos a população liga para o Disque-Cidadão, solicitando que o fim da assinatura básica da telefonia seja colocado em pauta. Nós pagamos por aquilo que não é utilizado há mais de 10 anos, e sequer esta Casa forma uma Comissão Especial.

Pergunto ao Presidente: para que serve o Disque-Cidadão? O cidadão liga, envia *e-mail*, via Internet, pede que o projeto seja pautado, mas o projeto sequer é pautado na Casa, sequer se cria uma Comissão para discuti-lo. O projeto, que trata do fim da assinatura básica, está tramitando há mais de 10 anos, e o Governo e esta Casa não têm o menor interesse de colocá-lo em votação. Há um *lobby* muito grande, há um poder muito grande.



Então, eu queria mais uma vez cobrar de todas as Lideranças que o projeto seja pautado. O Deputado que for favorável à continuação da cobrança, que vote favorável; quem for contra, que vote contra.

Houve muitos problemas, como a questão da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que, nos leilões de concessões de rodovias, não cumpre o que determina os contratos, não faz os investimentos nas estradas e começa a fazer a cobrança dos pedágios. Os contribuintes pagam pedágios, mas não é feito o que determina o contrato. De forma absurda, permite a instalação de postos de pedágio em perímetro urbano.

Cito o exemplo dos Municípios de Uberlândia e Araguari, que estão separados por apenas 39 quilômetros, que fazem a ligação da BR-050. Diariamente, um grande número de moradores se desloca entre os Municípios vizinhos para realizar as mais diversas funções, como trabalhar e estudar, e todos os dias eles são obrigados a arcar com o pagamento de pedágios.

A ANTT, mesmo com pareceres da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, não teve a coragem de defender os contribuintes contra a empresa vencedora do maior pacote de leilões, em 2008, para exploração de rodovias no Brasil. A Autopista Fernão Dias, do antigo Grupo OHL, lucra e lucrou com as cobranças de pedágio, mas não cumpriu os investimentos previstos em contrato. O papel da ANTT deveria ser o de fiscalizar e punir ou estabelecer prazos para as concessionárias e cobrar multas com valores baixíssimos.

Então, o que acontece? A ANTT depois vai lá e cobra uma multa bem baixinha, mas a empresa não cumpre o que está no contrato, o que está determinado na legislação, e recebe o pedágio. Isso é um verdadeiro absurdo. E há



problemas de engarrafamentos na BR-381, que liga o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, na Região Metropolitana.

Eu queria fazer aqui — e o tempo é curto, não vai dar tempo de falar tudo — um reconhecimento a Dom Luciano, que foi Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Luciano faleceu, mas, em 2006, pediu uma revisão humanitária na conta de luz, que é o maior pesadelo das famílias de baixa renda. E, movidos pelo sentimento de Dom Luciano, nós começamos esse trabalho em defesa do consumidor. Depois, tivemos desdobramentos em várias outras áreas.

Então, eu queria fazer aqui esse reconhecimento ao finado Dom Luciano, que teve um papel realmente muito importante, que nos motivou na luta em defesa do consumidor. Se não fosse esse nosso trabalho de defesa, de denúncia, o valor da conta de energia elétrica, em Minas Gerais, seria no mínimo o dobro. Nós conseguimos as primeiras reduções na tarifa de energia da história. Sempre estamos presentes lá para peitar, inclusive, o batalhão de advogados da CEMIG.

Somos, de forma direta, intimidados, pressionados e ameaçados por parte dessas grandes empresas, que têm um poder realmente muito grande. Agora, o Tribunal de Contas da União, a nosso pedido, está fazendo uma investigação — e inclusive houve o desdobramento do prazo por mais 90 dias — sobre os aumentos ilegais na tarifa de energia elétrica em 2015. Como eu coloquei, o Governo jogou esse aumento nas costas do consumidor. E os recursos que o Governo deveria pagar foram jogados para o consumidor pagar, de forma muito injusta. A energia elétrica, como a água, é um serviço essencial à população. É como se fosse o arroz e o feijão. São bens públicos essenciais à vida e não podem ser tratados como mera mercadoria.



Em relação às agências, eu queria citar a ANVISA, que é outra agência sem vergonha. É um verdadeiro abuso o que a ANVISA está fazendo. Fizemos uma grande mobilização aqui na Casa, o conjunto dos Deputados. Eu apresentei o primeiro projeto que garante a fabricação, a produção e a distribuição da fosfoetanolamina, que é a pílula contra o câncer. Eu estou convencido do seu papel positivo, porque só há relatos de que ela faz bem.

A pílula do câncer vem sendo distribuída há mais de 20 anos por cientistas da USP. Eu conversei com dezenas e dezenas de pessoas em todo o Brasil sobre a fosfoetanolamina. Pessoas que utilizaram a fosfoetanolamina tiveram diminuído o tumor de forma significativa. É uma questão realmente impressionante. Como ela age? É como se ela marcasse, sublinhasse, desenhasse as células cancerígenas, fortalecendo o sistema imunológico e fazendo o combate às células cancerígenas. Então, estou convencido do aspecto positivo da substância.

Vou dar o exemplo da Estela, que mora em Uberlândia. Ela entrou inclusive com uma ação na Justiça para garantir as cápsulas para o seu pai. O médico nem sabia disso. Ela conseguiu ganhar a ação na Justiça. O seu pai, já um senhor de idade, começou a tomar as cápsulas. Em poucos dias, ele melhorou de forma significativa. O médico inclusive se assustou com o quanto ele estava bem. Mas estavam acabando as cápsulas. O médico e a Estela chegaram a qual conclusão? Ela não conseguiu mais a medicação. Fizeram uma cápsula igual, de maracujá. E o médico disse que era efeito placebo.

Então, terminaram as 60 cápsulas. O seu pai estava tendo dignidade de vida. Muitas pessoas param inclusive de tomar a morfina. O produto melhora a qualidade de vida, dá dignidade para essas pessoas.



O que aconteceu? Terminaram as 60 cápsulas. Ela não conseguiu mais. Usou a cápsula de maracujá. Houve o efeito rebote. O seu pai piorou muito. Hoje nem sei como ele está, mas ela esteve inclusive na manifestação aqui em Brasília, convencida de que não há efeito placebo, porque ela fez o teste.

Eu conversei com várias outras pessoas que utilizaram a substância e inclusive se curaram do câncer. Agora, isso mexe com a indústria farmacêutica, que é um mercado de bilhões e bilhões. E sabemos que, quando se mexe com esse mercado financeiro, que é a indústria farmacêutica, logicamente, eles têm toda essa mobilização. E, como eu coloquei, infelizmente, as agências, que deveriam defender os consumidores, estão muito mais preocupadas com os interesses econômicos.

Para finalizar, eu queria reconhecer essa questão da fosfoetanolamina. Houve sanção por parte da Presidente da República. Mas eu acho que isso só aconteceu por dois motivos. Um motivo foi a pressão popular, que foi muito grande nas redes sociais, etc. O outro motivo é este momento que nós estamos vivendo aqui. Justamente nesta semana do *impeachment*, a Presidente a sancionou a lei. Eu sei que vamos ter muita briga aí pela frente, porque a ANVISA já informou que vai entrar na Justiça.

Do ponto de vista econômico, com a crise política instaurada no nosso País, a Presidente teve todo esse tempo para propor uma pauta corajosa e não o fez. Não conseguiu resolver as dificuldades do Congresso e mudou o discurso feito durante as eleições.

Como ainda não há um ato que concretize a realização de novas eleições, decidi, neste momento, então, votar política e juridicamente favorável à admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma, assim como me



manifesto, publicamente, pela admissibilidade do processo de *impeachment* também do Vice-Presidente Michel Temer. E manifesto-me, ainda, pelo afastamento imediato do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha.

Ainda defendo a realização de uma Constituinte exclusiva e soberana para efetuar uma reforma política no País e a realização de plebiscito para novas eleições. Este é o meu posicionamento.

Finalizando, há uma poesia de que gosto muito que eu acho que tem tudo a ver com este momento que o País está vivendo. Ela é de autoria do Ferreira Goulart e diz mais ou menos assim:

*“Somos jovens, operários, camponeses,
Estudantes, artistas e intelectuais.
Buscamos o futuro e a liberdade,
Os direitos que nos são negados.
(...)
Como poeta,
Acreditamos que a vida vale a pena,
Mesmo que o pão seja caro
E a liberdade seja pequena.
E, por ela, estamos dispostos a viver,
lutar e vencer.
Somos mesmo inconformados e contestadores,
Ousados e sonhadores.
Que isso dê calafrios
e faça tremer os guardiões da velha ordem.*



*Nada a fazer, além de aconselhar
que estoquem cobertores e agasalhos.
Pois prosseguiremos,
Mais e mais,
Inconformados com a falta de liberdade,
Contestando as injustiças,
Ousando contra os preconceitos
E sonhando com a tão sonhada felicidade.”*

Obrigado, Sr. Presidente. Este é um dia muito triste na história do nosso País. Eu acho que a próxima segunda-feira vai ser sangrenta.

Como eu coloquei, não acredito que o *impeachment* da Presidente Dilma vá resolver os problemas do País. A Presidente Dilma cometeu muitos erros durante o processo eleitoral, porque prometeu uma coisa e fez outra totalmente diferente.

Se há indícios de pedaladas, de crimes, o Senado vai investigar. Espero que se investiguem também os crimes do Vice-Presidente, porque, se há crime da Presidente, também há crime, sim, do Vice-Presidente Michel Temer. E houve crime dos governos dos Estados e dos governos anteriores.

A Câmara dos Deputados, a Oposição, é responsável por esta crise, porque não deixou a Presidente Dilma governar. A Presidente Dilma não cumpriu o que foi prometido na campanha. O Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi responsável pela condução deste processo nesta Casa.

O meu posicionamento é claro, o meu posicionamento é firme. Voto pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Voto pela admissibilidade do processo de *impeachment* do Vice-Presidente Michel Temer. E



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



voto pela saída imediata do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha

(Manifestação no plenário.)

Fora, Dilma! Fora, Temer! Fora, Cunha! Eleições diretas e uma Constituinte exclusiva!

Esse é o posicionamento do PMB.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência informa que usaram a palavra para discutir a matéria, nos termos do art. 21 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, os seguintes partidos: PMDB, PT, PSDB, PP, PR, PSD, PSB, Democratas, PRB, PTB, PDT, Solidariedade, PTN, PCdoB, PSC, PPS, PHS, PV, PSOL, PROS, Rede, PTdoB, PSL e PMB. O Partido Ecológico Nacional — PEN não indicou membros para discutir a matéria.

A todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados foi dada a oportunidade de discutir a matéria.

Durante o discurso do Sr. Weliton Prado, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alex Canziani, 4º Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - COMPARECEM MAIS OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 088.2.55.O
Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5185



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, antes, convocando a 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, 16 de abril, às 18h58min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 088.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176/5185

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 88ª (octogésima oitava) Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016. Às 14h53, presentes 433 Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão. O Sr. Carlos Manato, servindo como 2º Secretário, leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem observações. Às 14h56, presentes 414 Sras. e Srs. Deputados, passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Presidente anunciou a continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade. Discutiram a matéria os Srs. Alessandro Molon, pela Rede; e Cabo Daciolo, pelo PTdoB. Assumiu a Presidência o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno. Discutiu, ainda, a matéria o Sr. Silvio Costa, pelo PTdoB. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Arnaldo Faria de Sá, pelo PTB; Diego Garcia, pelo PHS; César Halum, pelo PRB; Moema Gramacho, pelo PT; e Renata Abreu, pelo PTN. Usou da palavra para uma Reclamação o Sr. Afonso Florence. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Eduardo Cunha, Presidente. Fez Comunicação de Liderança o Sr. Afonso Hamm, pelo PP. Discutiram a matéria a Sra. Dâmina Pereira e o Sr. Alfredo Kaefer, pelo PSL. Fizeram Comunicações de Lideranças os Srs. Onyx Lorenzoni, pelo



Democratas; José Nunes, pelo PSD; Arnaldo Jordy, pelo PPS; Ricardo Tripoli, pelo PSDB; Weverton Rocha, Líder do PDT; e Arthur Virgílio Bisneto, pela Minoria. Discutiu a matéria o Sr. Weliton Prado, pelo PMB. Assumiram, sucessivamente, a Presidência, os Srs. Alex Canziani, 4ª Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente. Às 18h39, o Sr. Presidente prorrogou a sessão. Às 18h56, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e convocou 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para sábado, 16 de abril, às 18h58, com a seguinte Ordem do Dia: continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Sra. Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.


Presidente


Secretário



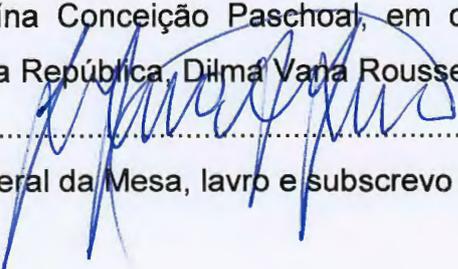
CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA



DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 30

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 30 (**trinta**), com folhas numeradas de 10781 a 11.214, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu,
....., Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.